Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Rodrigo Cerqueira Agueda

Fazendo cidade de dentro dos muros:
a política dos condomínios da Barra da Tijuca

Rio de Janeiro
2025

Rodrigo Cerqueira Agueda

Fazendo cidade de dentro dos muros:
a política dos condomínios da Barra da Tijuca

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.ª Dra. Marcella Araujo

Rio de Janeiro

2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

S282 Agueda, Rodrigo Cerqueira.
Fazendo cidade de dentro dos muros: a política dos condomínios da Barra da Tijuca / Rodrigo Cerqueira Agueda. – 2025.
1 recurso online (235 f.: il.)

Orientador: Marcella Carvalho de Araujo Silva
Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos

1. Condomínio (Habitação) - Rio de Janeiro - Teses. 2. Barra da Tijuca (Rio de Janeiro, RJ) - Vida e costumes sociais - Teses. 3. Sociabilidade – Teses 4. Territorialidades - Rio de Janeiro - Teses. I. Silva, Marcella Carvalho de Araujo. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 347.238(815.3)

Monique Rodrigues CRB-7 / 5437 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Rodrigo Cerqueira Agueda

Fazendo cidade de dentro dos muros:
a política dos condomínios da Barra da Tijuca

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 19 de setembro de 2025.

Banca Examinadora

_____
Prof.ª Dra. Marcella Carvalho de Araujo Silva (Orientadora)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

_____
Prof.ª Dra. Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos
Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

_____
Prof.ª Dra. Eugênia de Souza Mello Guimarães Motta
Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

_____
Prof.ª Dra. Julia Galli O'Donnell
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ

_____
Prof.ª Dra. Karina Kuschnir
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ

Rio de Janeiro
2025

DEDICATÓRIA

A Nina, por construir comigo cada um de nossos passos

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Adriana e Rogerio, por terem me dado todas as oportunidades necessárias para que eu pudesse traçar a minha trajetória, não só acadêmica, mas também de vida. Por tudo que abdicaram de suas próprias vidas para que eu e meus irmãos tivéssemos os privilégios que tivemos, em especial o olhar atento para a educação, prioridade para eles que virou prioridade também para nós. Juntos ou separados, o que fizeram por mim não tem preço, não tem palavra de agradecimento que seja suficiente. Aos meus irmãos, pelo apoio em todos os momentos, nem sempre explícito, mas sempre muito cuidadoso. Aprendi e aprendo com vocês a cada dia, seja pelo rigor e intelectualidade, ou pela coragem, alegria, parceria e aventura. Joni e Kike, padrinhos, irmãos e amigos, esta tese também é dedicada a vocês.

À minha melhor amiga, eterna parecerista e revisora, mas também companheira e, mais recentemente, esposa, a quem eu dedico além desta tese a minha vida. Nina foi o suporte necessário para a pesquisa e escrita, mas também para as fases, dificuldades e alegrias que se davam concomitantes à trajetória acadêmica. Para além dos aspectos humanos, aprendo com você e me inspiro em você pelo lado intelectual e curioso. Se tem uma força que esteve por trás dessa escrita foi a vontade de te orgulhar e de tentar ser cada vez mais parecido com você. Por tabela, não poderia deixar de agradecer ao apoio e carinho dos meus novos pais, Cláudia e Gélo. A extensão da família preencheu muitas lacunas em mim, essenciais para que esses últimos quatro anos e meio tivessem, além de todas as mudanças de trajetória, uma pesquisa e um doutorado por trás. À minha avó, Nilza, que segue me dando apoio, e aos avôs Cerqueira e Agueda, que mesmo longe, seguem sendo inspiração. À minha avó Maria Lygia, que mesmo sem ter conhecido, percebo o amor através daqueles que ela pôde encantar.

Agradeço aos discentes, docentes, técnicos e servidores da UERJ, em especial do IESP, pelas trocas e suporte, e pelo esforço de manter a excelência do ensino superior público brasileiro. Aos pesquisadores e pesquisadoras do Grupo Casa e do Urbano, da UFRJ, pelos debates sinceros, leituras atentas e contribuições imensuráveis à esta pesquisa e ao meu crescimento acadêmico. Estes dois grupos de pesquisa representam a herança e a atualidade dos estudos urbanos carioca, das escolas de pensamento que tenho orgulho de ser oriundo.

Às professoras que compõem esta banca examinadora, uma menção especial, não só pela leitura atenciosa quanto por todo o diálogo ao longo dos anos. Karina Kuschnir, com quem tive uma das minhas primeiras experiências com a antropologia, ainda na graduação do IFCS-

UFRJ, e cujo trabalho acadêmico e não-acadêmico me inspira até hoje. Julia O'Donnell, minha orientadora de mestrado, com quem aprendo dia após dia, desde as aulas da graduação até as reuniões do Urbano, que seguem até hoje. Eugênia Motta, que além dos diálogos no âmbito do Grupo Casa tem contribuído para o meu desenvolvimento acadêmico como professora e como leitora do meu trabalho em diversos pareceres e grupos de trabalho de conferências. Mariana Cavalcanti, como professora desde o mestrado, orientadora, e uma das principais referências acadêmicas dos meus trabalhos. Seu jeito descontraído sem abrir mão do rigor acadêmico e da excelência intelectual mudaram minha forma de entender a antropologia, abrindo portas de oportunidades e de campos de pesquisa, que eu não teria acesso se não fosse por ela. Sem sua mentoria, esta tese não existiria.

À Marcella Araujo, orientadora e mentora de toda a minha trajetória acadêmica. A pessoa que me ajudou a passar por uma pandemia sem abrir mão de uma dissertação, que me impediu de abandonar a carreira acadêmica mesmo trilhando outros caminhos profissionais. Mais que isso, a pessoa que me manteve interessado pela pesquisa e pelo fazer acadêmico por todos esses quase sete anos trabalhando juntos. Leitora de uma qualidade incomparável, dedicada de forma nunca antes vista nas universidades, Marcella me deu suporte acadêmico, pessoal, e serviu de modelo de um "tipo ideal" de pesquisadora e professora. Sem sua orientação, nem o meu mestrado eu teria sido capaz de concluir, muito menos o doutorado.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa, essencial não só por possibilitar uma dedicação integral à pesquisa quanto por valorizar a produção acadêmica e os pesquisadores do país.

O Sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
Não importa se são ruins nem importa se são boas

E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrôs
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs

A cidade não para
A cidade só cresce
O de cima, sobe
E o de baixo ,desce.

(Chico Science, A cidade)

RESUMO

AGUEDA, Rodrigo Cerqueira. *Fazendo cidade de dentro dos muros*: a política dos condomínios da Barra da Tijuca Orientadora: Marcella Carvalho de Araujo Silva. Barra da Tijuca. 2025. 216f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Esta tese analisa a política urbana da vida comunitária da Barra da Tijuca e de seus grandes condomínios residenciais. A partir de um esforço etnográfico acompanhando as instituições intermediárias e os atores sociais responsáveis pela política do bairro, adentro as diversas instituições e associações para investigar as formas com que os problemas são lidados, dentro das variadas escalas de problematização que se colocam na vida cotidiana dos moradores do bairro. Da casa ao bloco, do bloco ao condomínio, do condomínio ao bairro e do bairro a cidade, os problemas aqui são o fio condutor para pensar como a vida cotidiana e a participação comunitária são disputados no terreno entre o cotidiano e o cerimonial. O que chamo de uma política de condomínios é o que engloba toda essa dinâmica, advinda de uma lógica própria da forma urbana condomínio, que extrapola seus muros e que produz um modelo específico não apenas de se fazer política urbana, mas também de sociabilidades e estilos de vida determinados. A partir do tripé "muros, camadas médias e política urbana", a tese adentra o caso específico da Barra da Tijuca, um "bairro de condomínios", para pensar um fenômeno urbano mais geral, presente nas grandes cidades brasileiras e de outros países. Pensando não apenas o meu papel dentro do meu campo, mas também o papel de meus interlocutores nesses espaços deliberativos, a tese propõe uma abordagem sociologicamente positiva frente ao objeto dos condomínios e suas múltiplas dimensões, tanto físicas quanto simbólicas. Nesse esforço, as características da ambiguidade e da mediação aparecem como elementos centrais das mais variadas esferas da política dos condomínios *barrense*, desde o limite entre o público e o privado, até a posição dos moradores, do poder público, das instituições intermediárias e do próprio pesquisador. A tese é sobre uma forma e uma cultura política específicas, mas que representam uma lógica abrangente, uma forma de se fazer cidade de dentro dos muros, mas que determina a produção da cidade de forma geral.

Palavras-chave: Barra da Tijuca; política dos condomínios; instituições intermediárias; sociabilidade urbana.

ABSTRACT

AGUEDA, Rodrigo Cerqueira. *City-making from inside the walls*: the politics of the condominiums of Barra da Tijuca. Orientadora: Marcella Carvalho de Araujo Silva. 2025. 216f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

This thesis analyzes the urban politics of community life in Barra da Tijuca and its large residential condominiums. Based on an ethnographic effort, I follow the intermediary institutions and social actors responsible for neighborhood policy, and I delve into the various institutions and associations to investigate how problems are addressed within the varied scales of problematization that arise in the daily lives of neighborhood residents. From the house to the block, from the block to the condominium, from the condominium to the neighborhood, and from the neighborhood to the city, the problems here serve as the guiding thread for reflecting on how daily life and community participation are contested in the terrain between the quotidian and the ceremonial. What I call a “condominium politics” encompasses all of these dynamics, stemming from a logic specific to the urban form of the condominium, which transcends its walls and produces a specific model not only of urban policymaking but also of sociability and determined lifestyles. Based on the three pillars of "walls, middle classes, and urban policy," the thesis delves into the specific case of Barra da Tijuca, a "condominium neighborhood," to consider a more general urban phenomenon present in large cities in Brazil and other countries. Considering not only my role within my field, but also the role of my interlocutors in these deliberative spaces, the thesis proposes a sociologically positive approach to the object of condominiums and their multiple dimensions, both physical and symbolic. In this effort, the characteristics of ambiguity and mediation emerge as central elements in the various spheres of Barra da Tijuca's condominium politics, from the boundary between public and private, to the positions of residents, public authorities, intermediary institutions, and the researcher himself. The thesis addresses a specific political form and culture, but one that represents a comprehensive logic, a way of making a city from within the walls, yet one that determines the production of the city in general.

Keywords: Barra da Tijuca; condominium politics; intermediary institutions; urban sociability.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1-	Vista da Avenida das Américas para o condomínio Riviera Del Fiori….	72
Imagem 2-	Vista da Avenida das Américas para o Condomínio Nova Ipanema……	72
Imagem 3-	Vista da Avenida das Américas para o Condomínio Novo Leblon……..	73
Imagem 4-	Vista da Avenida das Américas para a Torre H…….....	73
Imagem 5-	Vista aérea do Country Clube Novo Leblon……	75
Imagem 6-	Interior da quadra poliesportiva do Country Clube Novo Leblon……....	76
Imagem 7-	Sede da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca……	77
Imagem 8-	Parte interna da sede da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca…..…	78
Imagem 9-	Parte interna da sede da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca…..…	79
Imagem10-	Assembléia realizada na sede da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca……...…	80
Imagem 11-	Assembléia realizada na sede da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca……	80
Imagem 12-	Reunião do 31º Conselho Comunitário de Segurança…….	82
Imagem 13-	Reunião do 31º Conselho Comunitário de Segurança…….	82
Imagem 14-	Imagem aérea do Condomínio Novo Leblon……...	116
Imagem 15-	Imagem aérea dos blocos do Condomínio Novo Leblon…….	116
Imagem 16-	Imagem aérea condomínio Península……...	117
Imagem 17-	Imagem aérea dos blocos do condomínio Península……	117
Imagem 18-	Placas na entrada de um condomínio na Barra da Tijuca……	217

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM	Associação Bosque Marapendi
ACIBARRA	Associação Comercial e Industrial da Barra da Tijuca
ACNL	Associação dos Condôminos do Novo Leblon
AGENERSA	Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro
AMAROSAS	Associação Moradores e Amigos do Parque das Rosas
AMJO	Associação Moradores do Jardim Oceânico
CCBT	Câmara Comunitária da Barra da Tijuca
CCS	Conselho Comunitário de Segurança
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
UTR	Unidade de Tratamento do Rio

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO ……...	13
1	**UM BARRENSE ENTRE OUTROS** …….	38
1.1	**Construindo o campo** ……..	41
1.2	**Por entre as minas do campo** ……..	44
1.3	**Entre iguais: um barrense em meio a outros** ……	49
1.4	**O cruzamento dos personagens** ……..	54
1.5	**As viradas de chave** …….	57
2	**OS PERSONAGENS DA VIDA ENTRE MUROS** ……..	61
2.1	**A Barra e os barrenses** ……	64
2.1.1	Camadas médias ……	66
2.1.2	Os barrenses ……...	69
2.2	**Os lugares da vida política** ……..	71
2.3	**Os personagens da vida política** …….	83
2.3.1	Eduardo ……..	84
2.3.2	Cláudio ……...	86
2.3.3	Delair …….	88
2.3.4	Solange ……..	91
2.3.5	Roberto ……..	94
2.3.6	Solange ……..	96
2.3.7	Paulo ……..	99
2.3.8	Capitão Silva e Fábio …….	101
2.4	**Do canteiro de obras à modernidade: representações sobre a urbanização da Barra**	103
2.5	**Sociabilidade de condomínio e o estilo de vida barrense** ……	107
3	**ENTRE A CASA E O CONDOMÍNIO** …….	111
3.1	**A casa que não dá para a rua** …….	112
3.2	**Primeira escala: da casa ao bloco** ……..	116
3.3	**Segunda escala: do bloco ao condomínio** ……...	123
3.4	**As assembleias e os problemas compartilhados** ……	128
3.5	**Os problemas e a vida que segue** ……	131
3.5.1	Da favela aos condomínios: transpondo os problemas domésticos ……...	135

3.5.2	Construindo problemas “públicos” para agentes privados ……	137
3.6	**O problema perene da segurança** ……...	142
4	**ENTRE O BAIRRO E A CIDADE** ……	149
4.1	**Contas e poluição: quando a água vira problema de rico** ……	151
4.2	**Entre o bairro e a cidade, as associações** ……...	163
4.3	**A Câmara Comunitária da Barra da Tijuca** …….	165
4.4	**O 31º Conselho Comunitário de Segurança** ……..	171
4.5	**Vida comunitária e a participação barrense** …….	175
4.6	**Entre o público e o privado, a ambiguidade** …….	181
5	**A POLÍTICA DOS CONDOMÍNIOS** ……...	191
5.1	**Cultura Política do entre muros** …….	193
5.2	**O ritual das assembléias** ……..	199
5.3	**A arena (não tão) pública da Barra da Tijuca** ……..	202
5.4	**Política dos Condomínios** ……	204
	CONSIDERAÇÕES FINAIS ……..	208
	REFERÊNCIAS .....……..	228

INTRODUÇÃO

Fui ao meu principal local de campo, um dos maiores e mais antigos condomínios da Barra da Tijuca, em uma noite de um dia de semana, como já havia feito em outras ocasiões. Não só já havia estado no local para fazer campo, como também já o havia frequentado ao longo da minha vida, principalmente durante a minha adolescência. Contudo, naquela noite eu estava ali sob um outro contexto. Enquanto nas outras vezes o meu campo focava no dia-a-dia daquele espaço, buscando o mais ordinário da vida que existia dentro daquele condomínio, nesse dia fui com o intuito de acompanhar um evento extraordinário - apesar de ter "ordinária" no nome -, um ritual específico que não faz parte do cotidiano comum dos moradores. A Assembléia Geral Ordinária do Condomínio Novo Leblon tinha sido convocada quase um mês antes, por meio da Associação dos Condôminos do Novo Leblon - a síndica geral - para a discussão de sete pautas pré-definidas. Um outdoor na entrada do condomínio fazia a mesma chamada.

A entrada para carros do condomínio possui cancelas, que só se abrem após o motorista informar o endereço de destino e ter uma foto de seu rosto capturada. Essa não era a barreira difícil de ultrapassar. Eu cheguei com antecedência pensando na segunda barreira, para a qual eu ainda não sabia que estratégia empreender. O morador que sugeriu que eu fosse para aquela assembléia, uma semana antes, me avisou que para entrar no Country Clube do condomínio, onde seria o evento, era necessário ser morador e apresentar a carteirinha. Contudo, ele me deu duas sugestões: ou utilizar uma carteirinha antiga (e vencida) que eu possuía, por já ter sido cadastrado como dependente da minha avó, que morou por muitos anos ali; ou eu falava na recepção que iria apenas utilizar o restaurante do clube, o que deveria ser suficiente para me liberarem. Chegando lá e vendo a grande estrutura montada e a grande movimentação de pessoas, não achei que iria ter sucesso, mas foi apresentar a carteirinha vencida e dizer que iria para a assembléia que minha entrada foi liberada. Aí sim tive a minha grande surpresa, talvez a principal virada-de-chave dessa pesquisa.

Foi ver as diversas mesas organizadas por ordem alfabética para cadastro de moradores para voto, a grande concentração de pessoas na entrada da quadra poliesportiva e toda a estrutura de palco, telões e alto falantes, que percebi a relevância daquele evento. O que eu entendia como "reunião de condomínio" se desfez, principalmente ao ver diversos grupos se organizando para a reunião que estava prestes a começar. Definindo estratégias políticas para as votações e até maneiras de desestruturar a oposição durante as falas, os moradores me

mostravam que era alí que de fato a vida daquele condomínio era definida. Um espaço que, pela narrativa da literatura especializada e das propagandas de jornais, seria de tranquilidade, coesão e afastamento das incertezas da cidade, se mostrou um antro de disputas e polarização entre aqueles "semelhantes".

Sentado perto de um desses grupos que calorosamente discutia a política interna do condomínio, pensava nas nuances que existiam naquele fazer político do condomínio quando um homem passou de bermuda, segurando uma toalha. “Só não pode perder a cabeça, não pode xingar” falava um dos homens mais participativos do grupo quando ele, ao ver tal homem de toalha passando diz: “Olha o presidente indo tomar banho! A essa hora!", gerando risos e chacota, antes de voltarem às estratégias de atuação. O que se seguiu foram horas e horas de disputas calorosas que, passando da meia noite e das quatro horas de assembleia, ainda continuavam no primeiro tópico da pauta. Dentre acusações de desvio de verba, xingamentos entre tipos diferentes de moradores e diversas falas em prol da “união pelo condomínio”, uma coisa ficou clara: era ali que estava o cerne da singularidade dos grandes condomínios, uma maneira muito específica e extremamente complexa de se fazer política em um espaço "fechado".

A partir desse dia, a pesquisa tomou outro rumo: do interesse das relações básicas do cotidiano da vida dos condomínios, passei a me atentar às relações da política da vida dos condomínios. Nesses espaços intermediários - entre o ordinário e o extraordinário, entre o pessoal e o impessoal, entre o público e o privado, entre o indivíduo e a comunidade - foi onde colhi o material, as relações, as anotações de campo e as entrevistas sobre as quais essa tese se desenrola. Aquela explicação que eu buscava para o fenômeno dos grandes condomínios e da vida que eles geram encontrou mais respaldo na forma com que esses espaços geram essa vida, não só ou necessariamente enquanto uma "hipertrofia das regulações”, como indicado por Dunker (2015), mas enquanto espaço por onde se dá a disputa pela vida comunitária, e o que quer que ela seja. Ao redor dessa disputa, muito da vida em condomínio se desdobra. Assim como veremos, por trás das assembleias, câmaras e conselhos, está a hierarquia social, uma ordem moral, relações legais e burocráticas, discursos religiosos, papéis políticos formais e informais, misturando lógicas econômicas com relações familiares e de amizade, em práticas que se bastam em si mesmas. Aprendi que a forma do barrense fazer política diz mais sobre os aspectos de sua vida e sobre a forma urbana do bairro do que o seu próprio cotidiano. E, por mais que não sejam de fato objetos do cotidiano dos moradores de forma geral, essas instâncias

deliberativas da vida comum acabam por representar o que de fato são esses condomínios e a vida que geram.

Apresentação

A presente tese é uma investigação das atuações e articulações de agentes intermediários em torno da política urbana e da vida pública do bairro da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Tomando o bairro enquanto uma porção urbana singular, fruto de um processo de expansão recente e dotado de particularidades urbanísticas e sociais relevantes, mas ainda carentes de investigações, a pesquisa visa melhor compreender a forma como agentes locais se mobilizam e articulam as questões políticas do bairro e de seus condomínios. A concentração em torno de associações e câmaras deliberativas altamente ativas, em um bairro de condomínios, onde o público e o privado se entrelaçam, revela uma forma específica de se produzir cidade e de engajamento cotidiano das "novas camadas médias *barrenses*", reflexo de novas relações acerca da cidade e do urbano, de novos modelos de expansão imobiliária e de novos modelos de sociabilidade e vida cotidiana. Desviando a perspectiva da produção das cidades e da política urbana para além do Estado e do capital imobiliário, o foco em agentes, instituições e infraestruturas que intermedeiam o contato entre os cidadãos e os agentes públicos lança luz sobre aspectos significantes da vida urbana, que nos ajudam a compreender as cidades de hoje e suas novas formas, em especial, a urbanização baseada em grandes condomínios.

A Barra da Tijuca, bairro de classes médias e altas da Zona Oeste do Rio de Janeiro (RJ), emerge na segunda metade do século XX como protagonista do crescimento urbano da cidade. Acompanhado de promessas e expectativas, o projeto modernista de Lúcio Costa para a região, até então conhecida como o “sertão carioca” (Magalhães Correa, 1936), resultou em um bairro com muitas peculiaridades, um subúrbio global (Herzog, 2013) no meio de um território de milícias, uma região de grandes condomínios, shopping centers e largas avenidas onde o elitismo tradicional se confronta com um ethos emergente (Lima, 2003). Pensado em grande medida em oposição aos bairros tradicionalmente de elite da Zona Sul carioca, a Barra da Tijuca e sua configuração espacial surgem acompanhadas de um estilo de vida específico, resultante de uma amálgama de tendências urbanísticas e econômicas mundiais, contextos políticos nacionais e práticas e relações locais. O estilo de vida “barrense” está, em grande

medida, associado aos grandes condomínios do bairro, que concentram os mais variados serviços e possibilidades em seu interior em uma tentativa de se contrapor ao cotidiano nas ruas heterogêneas das grandes metrópoles. Com essa nova forma de urbanização baseada nesses grandes "enclaves fortificados" (Caldeira, 2000), uma nova vida emerge, novos cotidianos, novas relações com a cidade, novos modos de sociabilidade e novas formas de articulação política e de se disputar o espaço público que se espreme por entre os espaços privados do bairro.

Esta tese, então, parte de uma investigação etnográfica da "política dos condomínios" a partir da atuação dos agentes intermediários que produzem e disputam a cidade no bairro da Barra da Tijuca. Com esse enfoque, busco uma melhor compreensão da vida dos/nos grandes condomínios residenciais, suas decorrentes produções de sociabilidades e repertórios específicos que estabelecem cotidianos e estilos de vidas particulares. A forma de se associar e de se mobilizar politicamente se mostra um reflexo de um cotidiano e de uma forma urbana específica que aparece com esses grandes condomínios, seja pelo "efeito clube", descrito por Charmes (2009) que surge da vida autossegregada das camadas médias, seja pela nova relação que o espaço urbano ganha no imaginário social e nas relações diárias entre moradores, entre incorporadores, planejadores e o Estado.

Forma urbana inédita na cidade, esses grandes condomínios - que minha pesquisa de mestrado me levou a chamar de "condomínios-cidade", enquanto um fenômeno urbano baseado no acúmulo de fechamentos e em uma relação dialética com a cidade (Agueda, 2020; 2021) – têm tido protagonismo nas transformações urbanas recentes do Rio de Janeiro, contribuindo para a produção (desigual) de uma vida cada vez mais segregada e privativa. Uma melhor compreensão da vida nesses espaços é necessária para se entender a produção recente da cidade, os significados que o espaço urbano adquire no imaginário social contemporâneo, os desdobramentos que o crescimento da insegurança e do medo da violência urbana a partir das últimas décadas do século XX tiveram nos projetos de vida e na organização social da cidade, assim como as especificidades dos urbanismos do Sul Global e da complexidade de atores envolvidos nas transformações urbanas da Zona Oeste carioca, mais especificamente. Ela nos ajuda também a pensar as culturas urbanas e atribuições de status a grupos, espaços e práticas, assim como suas transformações e deslocamentos em função da expansão da malha urbana, o papel das infraestruturas nessas transformações e nos cotidianos, para além de contribuir para uma teoria urbana crítica e para a produção de material empírico sobre fenômenos recentes e que ainda carecem de estudos de caráter etnográfico. Tendo em vista que esse "novo conceito

de moradia" dos grandes condomínios cria uma vida mais privativa e reservada (Caldeira, 2000) para com os "outros" de fora dos muros, investigar as formas com que essa vida em condomínio se relaciona com a vida da cidade muito nos diz sobre ela em si. A autossegregação nesses espaços murados gera muito mais do que algo específico interno, mas representa um novo modelo das camadas médias urbanas de agirem, assim como uma nova forma de urbanização. Nesses espaços, "o que é público (ruas, praças, parques) é privado, porque exclui e separa", onde "junto ao espaço, é vendida uma fórmula de vida urbana" (Santos, 1981, p. 210). Ainda de acordo com Santos, esses espaços criam uma "microutopia individualista e mesquinha", que existe em função, é produzido e é sustentado, pelo sistema urbano em que está inserido, mesmo que tente anular a tensão inerente ao urbano e que se sustente sobre uma promessa de fuga a ele (Ibiden, p. 212).

Em certa medida atrelada a minha pesquisa de mestrado, onde investiguei nos acervos de jornais dos anos 1960 e 1970 a construção material e simbólica da Barra da Tijuca pela lente da emergência do modelo dos grandes condomínios, a tese muda de escopo, de recorte temporal e de objeto, mas mantêm um plano de fundo. A busca por entender as relações entre formas urbanas e vida urbana, em especial a partir do caso específico da Barra da Tijuca, agora se dá no tempo presente, não mais pela voz das imobiliárias e dos jornais, mas pela voz daqueles que atuam na vida cotidiana do bairro. Fruto da minha dissertação foi a compreensão da expansão urbana carioca dos anos 1970 - no que tange a expansão das camadas médias e altas - enquanto uma expansão por fechamentos, que chamei de um processo de "acumulação social de fechamentos" (Agueda, 2021; 2022). Nesse processo dual, produzindo sempre um espaço antagônico aos espaços que estavam sendo prometidos, os fechamentos permitiam a construção de modelos de moradia atrelados a estilos de vida específicos, sempre formulados em oposição a algum "problema" urbano. Essa vida "fechada"- não exclusiva do que entendemos hoje como condomínios, mas baseada em grande medida neles - é o pano de fundo para novas maneiras de articulação política em torno do cotidiano das camadas médias urbanas, onde esta tese mergulha.

A partir das entrevistas e da observação participante nas reuniões de instâncias intermediárias desses moradores, busco seguir como fio condutor a construção de problemas públicos. O que se mostra um problema para um morador, pode ou não ser um problema do prédio. O problema do prédio, cuja responsabilidade já é do síndico, pode ou não ser um problema do condomínio, responsabilidade da associação de moradores. O problema do condomínio pode ou não se tornar um problema do bairro, que já passa a ser administrado pela

Câmara Comunitária ou pelo Conselho Comunitário de Segurança, instituições intermediárias que conectam os problemas dos moradores/síndicos/condomínios às instâncias do Estado. São nessas escalas de intermediação entre o cidadão e a comunidade, que não necessariamente segue essa ordem ou cumpre todas essas etapas, que a articulação entre moradores se dá, onde suas vidas cotidianas e suas atuações públicas se entrelaçam e se confundem. Assim como a forma urbana dos condomínios é uma "composição multiescalar" (Patriota de Moura, 2010), onde se cria escalas de fechamento para garantir um determinado estilo de vida, a vida política de um bairro de condomínios também se dá por um escalonamento dos problemas, entre o particular e o comunitário.

Trajetória

Esta pesquisa de doutorado faz parte de um esforço de pesquisa de longa data. O meu interesse em condomínios, estilos de vida urbanos e no bairro da Barra da Tijuca surgiu desde meus primeiros semestres da graduação em Ciências Sociais no IFCS-UFRJ, onde ingressei em 2014. Passando por diversas temáticas, grupos de pesquisa e transitando entre a Ciência Política, Sociologia e Antropologia, foi em 2016 que decidi pelo foco específico na sociologia, quando me transferi para a Universidade de Michigan. Lá, comecei meus diálogos com os estudos urbanos e pesquisas qualitativas. Foi também lá que o que era um interesse pelo tema da desigualdade acabou se transformando em um interesse pelo estudo das classes sociais altas. Voltando ao Brasil, em 2018 já ingressei no mestrado do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ com o objetivo de pesquisar a Barra da Tijuca, bairro onde nasci e fui criado, em especial as relações que envolviam o viver em condomínios.

Com meus interesses de pesquisa mais maduros, no mestrado meu objeto principal, os condomínios, passaram a se delinear melhor enquanto interesse sociológico. Os diálogos e a orientação com Julia O'Donnell e Marcella Araujo ajudaram a construir um caminho intelectual que carrego até hoje e que tem como um dos desdobramentos esta tese. Para além da sociologia e antropologia urbana de forma geral, os condomínios passaram a dialogar com estudos sobre estilo de vida, mercado imobiliário, infraestruturas urbanas e vigilância. Mais que isso, acredito que foi se delineando no Brasil uma importante agenda de pesquisa em torno deles. Portanto, é importante traçar também como eles me fizeram chegar ao objeto deste trabalho.

Minha pesquisa de mestrado se iniciou com o objetivo de realizar uma etnografia da vida em condomínios, de forma parecida com o que foi a abordagem inicial da pesquisa de doutorado. Por conta da pandemia do Covid-19 e da impossibilidade de fazer pesquisa de campo de forma presencial, a minha dissertação acabou mudando de foco e investigando o processo de surgimento dos grandes condomínios da Barra da Tijuca. Mudança que acabou se mostrando proveitosa, o campo passou a ser realizado nos acervos digitais de jornais das décadas de 1960 a 1980, em especial o Jornal do Brasil, principal jornal impresso da época. Ali, passei a investigar como se criou, no Rio de Janeiro, um modelo de urbanização atrelado a uma promessa de uma nova forma de se habitar a cidade e de uma nova forma de sociabilidade urbana. O fenômeno dos grandes condomínios, então, se mostrou resultado e resultante de uma nova dinâmica da cidade do Rio de Janeiro, atrelada a processos de urbanização anteriores (O'Donnell, 2013) e a promessas e imaginários de futuro (Teixeira Alves, 2020).

Alguns resultados foram tirados da minha pesquisa, apresentados na dissertação intitulada “Do Leblon ao Novo Leblon:experiências de fechamento e o processo de expansão urbana em direção à Barra da Tijuca (RJ)", defendida em 2021. Além de reforçar a relevância dos condomínios enquanto objeto sociológico e enquanto fenômenos importantes para compreender as grandes cidades no século XXI, algumas conceituações chave saíram dessa dissertação, apresentadas também em formato de artigo (Agueda, 2022). A principal delas foi a conceitualização dos grandes condomínios como um fenômeno específico, diferente do que geralmente se entende enquanto condomínio. Isso foi feito a partir do conceito de "condomínios-cidade", uma tentativa de restringir o objeto a um tipo específico de forma urbana que produz uma vida específica. Tal conceito só pode ser construído a partir de um outro, o de “experiências de fechamento", um esforço para compreender os fechamentos urbanos de forma a incluir formas materiais e imateriais de fechamento, em um movimento contínuo e processual de acumulação, que se dá junto ao processo de expansão urbana das cidades, dialogando com a ideia de “composições multiescalares” (Patriota de Moura, 2010).

A definição desses conceitos ajudaram a enquadrar o fenômeno dos condomínios em categorias analíticas mais produtivas, ao mesmo tempo em que estabeleceu uma forte relação entre o fenômeno urbano e o seu contexto urbano. Portanto, os "condomínios-cidade” e o bairro da Barra da Tijuca se mostraram inseparáveis e ainda passíveis de investigações mais aprofundadas sobre o que é produzido a partir deles. Foi nesse ponto que o meu ingresso no doutorado levou adiante o mesmo interesse, se valendo desse enquadramento para buscar compreender a vida dentro desses condomínios e desse "bairro de condomínios". Contudo, o

campo nesses espaços revelou que um dos mais importantes resultados deste fenômeno dos "condomínios-cidade" é, na verdade, a forma de se fazer política que deles resulta. Passando a frequentar as assembléias e reuniões, assim como conversando com moradores desses condomínios, percebi que, em meio à vida comum dos condomínios, existe uma forma específica de se fazer política e de definir a vida dos condomínios, uma "política de condomínio" que envolve os cotidianos e as relações da vida urbana da Barra da Tijuca. Enquanto uma espécie de "fato social total" (Mauss, 1974), a "política dos condomínios" aparece aqui como um fenômeno derivado dos condomínios e das novas tendências de urbanização e de estilos de vida urbanos, um modelo que ilustra relações sociais e políticas, escolhas de vida, projetos pessoais, relações com a cidade, ascensão de classe e julgamentos morais atrelados ao viver em condomínios - ou em um bairro de condomínios. Assim como a "política dos condomínios" extrapola os muros dos condomínios, ela também passa a tomar conta do meio urbano, sendo elemento chave para entender as relações urbanas das grandes cidades.

Esta tese, então, é continuação e consequência de um esforço duradouro, que teve seu ápice durante a pesquisa de mestrado. Ela se constrói a partir de enquadramentos analíticos e teóricos anteriores, reforçando alguns e propondo outros. Ela é, mais que tudo, uma ampliação de uma agenda de pesquisa que foca no fenômeno dos condomínios em seus muitos desdobramentos, dando um passo a fundo, afunilando ao mesmo tempo que amplia as investigações sobre talvez o principal foco da atenção pública desde os anos 1990 (Glasze et al., 2006).

Objetos e objetivos

O objeto da presente pesquisa é, de modo geral, os arranjos políticos, sociais e espaciais produzidos pelo fenômeno dos grandes condomínios residenciais no Rio de Janeiro. Mais especificamente, o objeto direto seriam os agentes e instituições intermediárias da Barra da Tijuca e suas formas de articulação e atuação política entre os moradores e o poder público, e entre os enclaves e/ou a Barra da Tijuca frente ao restante da cidade. Em outras palavras, o objeto seria a "política dos condomínios" de forma geral, enquanto esse "conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político" (Kuschnir e

Carneiro, 1999, p. 227), dentro de uma lógica específica dos grandes condomínios residenciais.. Os condomínios aqui são entendidos enquanto "composições multiescalares" (Patriota de Moura, 2010), uma combinação de elementos heterogêneos que atuam em diferentes escalas e dimensões, influenciados por contextos globais e locais, centrados em modelos “de fora” e, ao mesmo tempo, processos únicos e específicos, da mesma forma que acredito que o fenômeno dos condomínios - ou, da "condominialização da vida" (Dunker, 2015) - extrapola os seus muros e grades, compreendendo um estilo de vida mais do que apenas um tipo de moradia. Portanto, ao colocar os condomínios da Barra da Tijuca enquanto objeto, não deixo de fora o bairro de forma geral, que possuem regiões não fechadas que compartilham de um certo estilo de vida e de cotidiano, com demandas e formas de organização e atuação política semelhante àquela dos condomínios. Enquanto um fenômeno urbanístico e urbano, não são homogêneos ou de mesma estrutura, mas partilham de determinadas características e origens.

Buscando acessar esses objetos, tanto os mais amplos quanto os mais específicos, atores se mostram relevantes para a pesquisa. Condomínios de diferentes categorias e tamanhos, como o Novo Leblon, o Península, o Bosque Marapendi e o Parque das Rosas (esses dois últimos inclusive tensionando o que se entende enquanto condomínio), são trazidos aqui como campo e objeto da pesquisa. Dentre os agentes e associações intermediárias, os "corpos intermediários", o foco se dará na Câmara Comunitária da Barra da Tijuca (CCBT), na Associação Comercial e Industrial da Barra da Tijuca (ACIBARRA), no Conselho Comunitário de Segurança (CCS), na Associação dos Condôminos do Novo Leblon (ACNL), na Associação Moradores e Amigos do Parque das Rosas (AMAROSAS), na Associação de Moradores Jardim Oceânico (AMJO), na Associação Bosque Marapendi (ABM), e ainda procurarei incluir as empresas privadas de segurança desses espaços, como a Toview Tecnologia e Segurança e a Sunset Vigilância e Serviços. Essas empresas de segurança entram aqui por terem papel central nas discussões e demandas dos moradores e por se colocarem entre esses espaços privados e os espaços públicos, portando, intermediando essa relação entre morador e poder público, assim como as associações. Elas, inclusive, têm se mostrado um dos principais agentes que mobilizam e produzem relações e articulações na cidade a partir desse urbanismo focado no fenômeno dos condomínios.

A partir desses objetos, algumas questões de pesquisa são levantadas. Esse novo modelo de organização urbana que emerge na Barra da Tijuca baseado em grandes condomínios, na prevalência do âmbito privado sobre o público, onde as grandes avenidas e shopping centers tomam o lugar das praças e dos locais de encontro da cidade, vai mobilizar e produzir novas

relações e fenômenos, diferentes de outros contextos urbanos. Nesse sentido, procuro questionar: como essas "camadas médias não tradicionais" se articulam politicamente? De que forma os atores intermediários vão influenciar no cotidiano da cidade e, inclusive, produzir cidade/ gerar um novo modelo de política urbana? Quais as relações entre o estilo de vida "barrense", a forma urbana dos condomínios, e a organização política dos moradores? De que maneira os espaços privados vão modelar a vida pública urbana? O que a atuação dessas associações e assembleias podem nos dizer sobre essa tal vida nos e dos condomínios, ou, em que medida, a sociabilidade específica desses espaços vai gerar novas maneiras de articular a vida na cidade? E em que medida essa nova organização pode ser generalizada para se pensar outros bairros e cidades em um contexto de "urbanização planetária" (Brenner, 2014; 2018)?

Muros, camadas médias e política urbana

Algumas dimensões precisam ser explicitadas para construir esse campo de pesquisa. Uma etnografia sobre moradores da Barra da Tijuca é muito distinta de uma etnografia de moradores de outros bairros da cidade, seja da Zona Sul, Zona Oeste ou Zona Norte. As câmaras e assembleias aqui trazidas também largamente se diferenciam de outras nas diferentes localidades do Rio de Janeiro. Para construir o argumento da singularidade desse objeto de pesquisa, três dimensões emergem como necessárias para se discutir: muros, camadas médias e política urbana. Partindo dessas três perspectivas, a pesquisa proposta encontra um enquadramento que acredito trazer uma relevância sociológica para esse esforço analítico.

Muros estão entre os principais símbolos das grandes cidades contemporâneas. Representam as separações da cidade, suas contradições e segregações, mas também ilustram o medo, as privações e privatizações que interpelam o seu caráter público. Estão por todo o Rio de Janeiro, mas na Barra da Tijuca possuem um protagonismo maior. Trazido por vezes como "anti-cidade" (Sánchez, 2009; Silva, 2013), o bairro é reconhecido por essa aversão aos espaços públicos, aos locais de convivência e encontro na cidade. Com exceção talvez de sua praia e das poucas e vazias praças, os lugares de encontro da Barra são todos "murados", nos shopping centers ou nos grandes condomínios, que são o modelo de moradia predominante. Aos muros físicos, vistos em cada esquina se alternando com grades, se somam os muros simbólicos, as divisas imateriais que criam enclaves ou bolhas de determinados grupos de moradores,

determinados empreendimentos e infraestruturas. Estes últimos são essenciais para a construção de um "outro", que reafirma pertencimentos e desigualdades desse mosaico privado em um bairro construído sobre um "grande areal" (Costa, 1971), um "sertão carioca" (Magalhães Corrêa, 1936). O protagonismo desses muros, que se construiu junto com o bairro e com a expansão urbana das camadas médias para a Zona Oeste, em um movimento de "acumulação social de fechamentos" (Agueda, 2021), não apenas altera o modelo urbano do bairro, mas também modifica o seu cotidiano e a forma com que o público é articulado e disputado. Por isso, tratar de agentes intermediários e política urbana em um bairro de muros possui uma certa singularidade. A articulação pelas políticas públicas em um bairro privatizado, as diversas escalas que um determinado problema ou demanda precisa sair para se tornar não apenas um problema do condomínio, mas um problema do bairro, fazem dos muros parte integrante das atuações das camadas médias e instâncias intermediárias da Barra da Tijuca.

Quando trato de "camadas médias", me valho da noção trazida por Gilberto Velho (1973), como uma maneira de delimitar um grupo específico de moradores, assim como os imaginários acerca deles. Assim como Patriota de Moura e Januzzi (2019), me refiro aqui às “camadas médias urbanas”, categoria que tenta dar conta da heterogeneidade de estilos de vida e visões de mundo dentro de uma mesma classe social. O emprego dessa categoria me permite tratar da complexidade interna do grupo social, com suas diferenças de repertório cultural, poder aquisitivo, participação comunitária e trajetórias, sem deixar de acentuar a hierarquia social que determina tal grupo. Apesar de toda a heterogeneidade interna, todos eles buscam um status de prestígio e de elite, de um reforço da divisão dual entre os “haves” e os “have nots” (Nader, 1972). O objeto trazido, portando, não só muda o foco mais comumente trazido pelos estudos sociais brasileiros, de interesse principal nas camadas baixas e grupos periféricos, como permite focar nas práticas cotidianas de produção e reprodução de distinção, o que muito ilustra sobre as articulações políticas desses agentes. A delimitação desse grupo das "camadas médias" como diferente de elites, ou apenas ricos, abre a possibilidade de explorar também as construções e disputas de narrativas, muito presentes nesses espaços de deliberação, seja em torno dos diferentes "tipos" de *barrenses*, seja pela produção de uma forma distinta de sociabilidade, que se aproxima do que Fridman (2008) chamou de "sociabilidade fortaleza".

Política urbana aqui não se trata de uma análise de políticas públicas, assim como também não foco meu olhar para o Estado e suas intervenções no espaço urbano. O que me interessa, e o que acredito ter até mais relevância sociológica em relação ao objeto proposto, é o processo de construção diário, de associações e articulações em torno de disputas sobre o

espaço público e privado do bairro. Diferente daquela “cidadania insurgente” que Holston (2013) analisa, mas também distinta da burocracia estatal e dos grandes capitais envolvidos na produção da cidade, a atuação dessas camadas médias urbanas em ciclos fechados acontece em um intermédio entre seu papel cotidiano de moradores e seu lugar estrutural de detentor de poder, de ocupante de uma posição privilegiada na hierarquia social da cidade. Trabalho a ideia de política urbana enquanto o(s) cotidiano(s) do fazer cidade, os esforços e mobilizações comunitárias frente aos moradores, ao poder público e ao bairro, de forma ampla. Seguindo o interesse de Kuschnir (1993), aqui o foco é no cotidiano da política e nas relações de mediação que se estabelecem. Como o caso dos moradores da Barra da Tijuca ilustra, esse "fazer política" se dá nesses espaços institucionais deliberativos, cerimoniais, da mesma forma que se dá no cotidiano, no "banal do dia-a-dia", entre telefonemas, conversas em grupos de WhatsApp e reuniões informais. Dentre essas muitas interações, aquelas que trabalho são todas que, de uma forma ou de outra, têm o bairro como projeto, seja em termos de seu espaço físico ou de suas narrativas e disputas mais amplas. Seja nas deliberações por uma intervenção pública específica em determinada rua, ou nas brigas internas de um condomínio contra um certo tipo de morador, de barrense, o que está em jogo é o bairro e suas representações. E, como tem ficado evidente, essas disputas estão muito interligadas, as disputas pelo bairro são também por sua comunidade e pelo seu estilo de vida. Entre síndicos e diretores, aposentados e jovens moradores, a rede de articulações políticas da Barra da Tijuca é complexa, atravessa diferentes camadas de problematização e são sempre cercadas por uma determinada ordem moral (Baumgartner, 1988).

A lógica dos condomínios como objeto sociológico

> "Como considerar este enclave, tendendo a uma autonomia e autossuficiência que, no fim e ao cabo, são insustentáveis? Os moradores dos Condomínios, por sua posição social, podem exercer pressão e reivindicar privilégios. Colocam, portanto, em xeque o poder local, obrigando-o a assumir posições parciais e antipáticas e a aparecer como responsável por processos que, em verdade, o carregam e sobre os quais não tem o menor comando." (Santos, 1981)

Roberto[1] viveu a vida inteira em um dos bairros mais caros da Zona Sul carioca. De acordo com ele, veio para a Barra "para sossegar", depois de aposentado e com os filhos de vida encaminhada. Se mudou para um condomínio grande, devido aos muitos serviços que possuía e da possibilidade de "não ter que sair para nada". Enquanto me conta sobre sua trajetória de vida por uma chamada de vídeo, Roberto anda de um lado para o outro em sua cozinha, sem camisa, por mais de uma hora. Esse mesmo sem parar é o que resume o seu novo dia-a-dia, da vida de "sossego" que veio buscar em seu novo condomínio: reuniões, atas e eventos, dia após dia. "Todo dia tem coisa para resolver", argumenta com um quê de orgulho, narrando sua trajetória nas diversas instâncias deliberativas que fez e faz parte, desde que se mudou para a Barra da Tijuca.

Assim como Roberto, muitos dos meus interlocutores narram uma trajetória parecida. A busca por uma vida mais tranquila e sossegada, assim como prometido nas propagandas dos jornais nas décadas de 1960 e 1970, se confronta com uma vida ativa de participação na "vida comunitária" de seus condomínios e do bairro. Voluntários em diretorias de associações e câmaras comunitárias, organizadores de movimentos e grupos de internet, essas pessoas narram sentir um maior “senso de comunidade” e pertencimento após terem ido morar na Barra da Tijuca, mesmo admitindo ser um bairro "mais dividido", mais "separado do resto da cidade, das pessoas de fora"[2]. O modelo urbanístico dos subúrbios e *gated communities* americanos que inspirou o desenho de Lúcio Costa para o plano piloto modernista da Barra da Tijuca, a "Miami do Rio", foi, desde seus primórdios, pensado enquanto isolamento, autossegregação, um ideal *fugere urben* e de busca por iguais (Low, 2001). Contudo, talvez a ingenuidade do urbanista em pensá-los enquanto soluções de integração e de vida comunitária ativa - ingenuidade essa que o próprio admitiu, posteriormente[3] - tenha de fato construído um estilo de vida que contradiz os rótulos de "anti-cidade" (Sanchez, 2009), ou de isolamento e vida "anti-urbana". Ao invés de uma oposição à vida na cidade, ao contato e à integração, os microcosmos de vida comunitária que se instauram no interior das grades e muros e nos *cul-de-sacs* parecem apontar para uma possibilidade de sociabilidade forte, de alta participação na vida pública, de "hipertrofia das regulamentações" (Dunker, 2013) e de alta integração interna dos moradores - tudo isso sem a incorporação daqueles "de fora".

---

[1] Neste trabalho, todos os meus interlocutores estão sendo referidos por nomes fictícios, a fim de preservar suas identidades.

[2] Trechos retirados de entrevistas com meus interlocutores. Tal material será trazido a fundo nos capítulos 3 e 4.

[3] Aqui me refiro a reportagem do Jornal do Brasil, do dia 10/06/1979, intitulada “Lúcio Costa, um otimista com sentimento de culpa"

Esta seção retoma a tentativa de pensar a associação entre forma urbana e participação na vida comunitária, trazendo como foco a relação entre um tipo específico de urbanização e de lógica de organização da vida urbana - os condomínios - com a cidade de modo geral. Aqui faço uma revisão da literatura especializada no objeto. A partir das discussões sobre o(s) conceito(s), questões-chave para a pesquisa emergem, como a tensão entre os âmbitos público e privado, as associações e divisões inerentes a essa forma urbana, e o que ela contribui para pensar a cidade e a urbanização contemporânea, especialmente no sul global.

O que venho chamando aqui de "condomínio" de forma abrangente não deve ser dado como entendido ou menosprezado enquanto termo. De fato, tal palavra por vezes é trazida como termo nativo, como um senso comum do que seria tal figura. Por outras vezes, o termo vem como denominador comum das discussões da literatura especializada, que parecem transitar entre uma hiper diversificação de um mesmo fenômeno - cada autor com um termo para chamar de seu - e uma generalização de um conceito para tratar de objetos muito diferentes, cujas particularidades acabam por ser esvaziadas. É certo que, desde os anos 1990, autores têm se debruçado a falar sobre esse tal fenômeno que circunda a ideia de "condomínio", seja com Garreau (1991) e seu trabalho sobre as *edge cities* da Califórnia ou com Blakely e Snyder (1997) com a primeira grande obra sobre as *gated communities* estadunidenses. Mas há, ainda, uma certa carência por um entendimento mais geral sobre ao que nos referimos quando temos como objeto analítico alguma variação dos "condomínios" ou sua lógica de urbanização.

Esta seção é uma tentativa de realizar duas tarefas ao mesmo tempo, aparentemente contraditórias: identificar o denominador comum entre os diversos objetos que tratam de um mesmo fenômeno; e apontar para a necessidade de pensarmos cada variação enquanto forma urbana particular, atrelada a um contexto urbano específico. Faço isso primeiro em diálogo com a literatura e, depois, à luz dos meus interlocutores. Ao mesmo tempo que defendo o estabelecimento de um campo de pesquisa em comum a esses objetos de nomenclatura diversa, sigo o esforço de Kosteiwien (2021), de

> "contribuir para o processo com perspectiva útil para futuras pesquisas e formulação de políticas, desagregando o conceito das *gated communities* e criando uma tipologia, mostrando que diferentes tipos se inter-relacionam com as ruas circundantes de maneiras muito diferentes. " (p. 13)

Os grandes condomínios residenciais, em suas variadas formas, compreendem uma importante mudança nas grandes cidades que vem ocorrendo desde antes da década de 1980 (Blakely e Snyder, 1997). Nas palavras de Vesselinov e Le Goix “em um contexto de crescente diversidade e falta de meios de controlar as significativas mudanças populacionais, alguns grupos acharam mais uma forma de assegurar uma homogeneidade de bairro: viver em *gated communitites*.” (2009, p. 2, tradução nossa). O fenômeno das *gated communities*, que emergiu na Europa e nos Estados Unidos, criou uma nova forma de exclusão e de exacerbação de clivagens sociais já existentes (Low, 2001; Blakely e Snyder, 1997; Vesselinov e Le Goix, 2012).

Enquanto "enclaves de exclusão" (Low, 2001), representando uma “nova camada de suburbanização” (Vesselinov e Le Goix, 2012), devido à crescente diversificação dos subúrbios (Logan e Schneider, 1984), as *gated communities* são comumente traduzidas para condomínios fechados, por mais que não se assemelhem tanto com a maioria dos condomínios fechados brasileiros. O equivalente seriam talvez os "condomínios horizontais", como os estudados por Patriota de Moura (2012), por mais que estes não tenham os mesmos moldes legais dos primeiros, que se configuram enquanto *common-interest developments* (CID). Gated communities são também totalmente exclusivas, no sentido de que seus muros têm legalmente a permissão de impedir o ir e vir de não-proprietários, diferente de modelos "abertos", como as *edge cities* ou as superquadras de Brasília e a maioria dos condomínios da Barra da Tijuca, que aglomeram serviços e moradia em "núcleos urbanos", mas cujo fechamento, em variáveis níveis, não é completo. Esses e outros exemplos, contudo, trazem alguns pontos em comum, e representam um mesmo fenômeno de busca por fechamentos e de fuga dos centros urbanos. Fenômeno, esse, que constitui novos moldes de urbanização para além deles, como as próprias edge cities e superquadras, ou as chamadas "*islas urbanas*" (Roitman, 2011). Falamos, portanto, de uma lógica de condomínio, muito mais do que uma forma urbana em si.

O condomínio residencial é, de forma geral, um lugar social e idealmente isolado da cidade, independente da sua localização geográfica. É um isolamento físico, sim, pelos diversos mecanismos criados nesse sentido, mas é um isolamento dos considerados socialmente inferiores ou “estrangeiros” mais do que algo associado à distância mensurável (Bauman, 2009).

> "A intenção desses espaços vetados é claramente dividir, segregar, excluir, e não criar pontes, convivências agradáveis e locais de encontro, facilitar as comunicações e reunir os habitantes da cidade [...] Na paisagem urbana, os espaços vedados transformam-se nas pedras miliárias que assinalam a desintegração da vida comunitária, fundada e compartilhada exatamente ali". (Bauman, 2009, p. 42-43).

O modelo das gated communities e da urbanização dos *suburbs* americanos se traduz de diferentes maneiras em outras partes do mundo, mantendo certos ideais de separação e manutenção de um estilo de vida, um "novo conceito de moradia" (Caldeira, 2000). Mas, como ressalta Patriota de Moura (2010), precisamos "problematizar a utilização de conceitos e modelos construídos a partir de casos específicos para compreender outros processos também específicos" (p. 209). Pensar os condomínios da Barra da Tijuca partindo da literatura das "gated communities" é importante para pensá-los em comparação com outras formas de autossegregação e de fechamento, sem necessariamente tentar incluí-los ou aproximá-los do modelo estadunidense. Tal literatura, assim como a literatura sobre outros exemplos do "norte global" – como as "edge cities" de Garreau (1991) e as "McMansions" de Atkinson e Blandy (2016) – e assim como a literatura brasileira e latino-americano sobre outras formas de fechamento - como "enclaves fortificados" de Caldeira (2000), os "condomínios horizontais" de Patriota de Moura (2012) e as "ilhas urbanas" de Roitman (2011) -, servem de base para pensar o fenômeno mais geral de uma lógica de urbanização por fechamentos.

O conceito de "condomínios fechados", o mais utilizado no contexto brasileiro e talvez a principal forma de tradução da literatura dos gated communities, nos serve enquanto modelo de forma urbana que possui uma lógica própria. Ele nos permite pensar cada enclave de moradia específico a partir de uma gama de elementos em comum, mas com esse "duplo papel" como tanto um fenômeno global quanto uma formação social fortemente local (Fischer, 2014). No caso específico desta pesquisa, entender os elementos particulares dos condomínios da Barra da Tijuca é imprescindível para a compreensão das camadas médias "barrenses", mas entendê-los enquanto parte de um fenômeno mais que gera uma maneira específica de articulação, nos permite pensar as relações entre forma urbana e atuação comunitária. Baumgartner (1988), no final dos anos 1980 já identificava uma forma específica de articulação política e de ordem moral gerada a partir dos subúrbios e das gated communities, que muito nos ajuda a compreender o caso da Barra. Mas aspectos como o ethos praiano das classes altas cariocas, o fenômeno das classes médias emergentes, o fenômeno da violência urbana no Rio de Janeiro,

ou da “fala do crime”, a partir dos anos 1970 e 1980, são elementos constitutivos da criação de uma vida comunitária “barrense”, que não condiz com o contexto estadunidense.

Nesse sentido, me interessa pensar “condomínios” a partir de um conceito mais geral, mas compreendendo-os enquanto "composições multiescalares" (Patriota de Moura, 2010), uma combinação de elementos heterogêneos que atuam em diferentes escalas e dimensões, influenciados por contextos globais e locais, centrados em modelos “de fora” e, ao mesmo tempo, processos únicos e específicos. Pensar os condomínios por escalas nos permite investigar cada uma delas, desde uma mais geral , pensando uma lógica de urbanização e o que Dunker (2015) chama de “condominialização da vida”, até escalas mais micro, como as formas de sociabilidade, o cotidiano, os imaginários e as perspectivas nativas que formam esses espaços.

Instituições intermediárias construindo problemas "públicos"

O esforço aqui proposto é de identificar as formas e as motivações com que essas articulações se dão nesse contexto específico das camadas médias urbanas da Barra da Tijuca. Nesse sentido, duas chaves analíticas se mostram indispensáveis. O papel das “instituições intermediárias” e a noção da construção de problemas públicos são duas perspectivas que iluminam o fenômeno das articulações políticas *barrenses*, nesse interposto turvo entre as esferas públicas e privadas, tanto do bairro quanto da vida de seus moradores. A formação desse campo ambíguo das instituições intermediárias traz consigo as muitas outras ambiguidades que caracterizam a vida do/no bairro, assim como criam uma forma distinta de atuação desses agentes. Em um bairro onde o que é público é gerido como privado - tanto de fato, em uma "gestão privada dos espaços públicos" (Firmino, 2017), como no imaginário social - e onde o privado é onde acontecem os encontros dos públicos -, formas de mediação se tornam indispensáveis. Intermédio entre a casa e o prédio, o prédio e o condomínio, o condomínio e o bairro, o bairro e a cidade, mas também entre o morador e o cidadão, entre o problema privado e o problema público, entre o cotidiano e o cerimonial, entre câmaras e Estado. O espaço físico e institucional dessas instituições intermediárias, onde meu campo e as articulações de fato se realizam, se compõe com uma brecha onde essas camadas médias *barrenses* se enquadram, onde se distinguem de outros grupos e de outras formas de mobilização. É nesse intermédio

ambíguo onde as "práticas burocráticas de ambiguação" (Anand, 2022) ocorrem, onde as esferas se misturam e se negam, produzindo algo novo. Considero enquanto "instituições intermediárias" todas as instituições deliberativas do bairro, os órgãos e associações de moradores onde a política pública se dá em sua forma mais cerimonial. Câmaras comunitárias, conselhos de segurança e associações de moradores seriam os principais modelos dessas instituições. São elas as responsáveis por fazer o intermédio, ou prover o espaço onde se dá o intermédio, entre os moradores e o bairro, de forma geral. É nesses espaços, não só físicos, que os moradores se constituem enquanto cidadãos, que os problemas e demandas privadas se tornam públicas, onde o "de dentro do muro" se confronta com o seu exterior. São suas reuniões, membros e espaços, mas também suas representações, narrativas e imaginários, que constituem o campo da pesquisa aqui proposta.

A construção de um problema público, por sua vez, é o que mobiliza e atravessa essas instâncias intermediárias e onde esses moradores se articulam em torno da política urbana do bairro. São pelas demandas, problemas, falhas e demonstração de interesses que a política urbana e vida comunitária se constroem. Aqui penso a ideia de "falha" ou "problema" no sentido trazido por Mosse (2014), como algo relativo, que não é uma falha por si só, mas que falha apenas em relação às redes de suporte e validação às quais são postos determinados projetos ou infraestruturas, ou, na perspectiva de Cefai (2017), penso problemas enquanto os momentos em que as reações habituais não mais satisfazem as necessidades de um grupo. Isso permite que vejamos uma demanda ou um problema não pelo que é apenas, mas pela forma com que é construído socialmente enquanto um problema para aquele determinado grupo. Só assim é possível investigar como a conta de água, por exemplo, pode passar a ser um exemplo de problema para aqueles moradores, a quem geralmente não são associados problemas desse tipo. Como afirma Mosse, o sucesso de um projeto não é uma questão de medição quanto à sua performance, mas sim uma questão de como uma interpretação sobre ele é feita e sustentada socialmente (2014, p.158). Aparentemente dignas ou não, fúteis ou imprescindíveis, as construções de problemas públicos em um bairro de condomínio são muito representativas e constitutivas das maneiras de viver e se associar na Barra da Tijuca. Nesse sentido, a ideia é investigar os caminhos que uma determinada questão percorre para se tornar um problema público, algo digno de ser levado a uma instituição intermediária, como um problema doméstico se torna um problema do condomínio e um problema do bairro. Quando uma questão entra nessa arena de discussões, ela sai de dentro desses muros para a esfera pública. Pensar essas escalas de problematização nos permite investigar aquilo que é necessário ultrapassar essa

barreira exatamente para mantê-la, ou seja, o que precisa sair dos muros para manter a vida comunitária de dentro deles segura, da forma que é. Através dessas instituições intermediárias, da construção social dos problemas públicos para agentes de cotidianos privados, que abrimos possibilidades de investigar estilos de vidas e formas de sociabilidades desses grupos de tão complicado acesso. Na etnografia de suas articulações institucionais, enxergamos muito de suas interações cotidianas, assim como o compartilhamento de crenças, padrões e narrativas que constituem aquilo que é ser barrense.

Dados da Tese

O trabalho em questão é fruto da análise de um conjunto de materiais de diferentes tipos. Se trata de uma pesquisa da sociologia da política, mas que segue uma perspectiva etnográfica, assim como o material coletado é um material etnográfico. Por não se tratar de uma pesquisa que poderia ser tida como uma “etnografia clássica”, o material dela resultado também tem suas especificidades que merecem uma elucidação mais detalhada. Afinal, antes de adentrar o material e a análise dele, é importante que o leitor compreenda que tipo de material ele é, e quais as circunstâncias de sua coleta. Ao enunciar a ideia de uma etnografia, a imagem de um campo contínuo e regular é o que vem à mente. A própria noção de etnografia tem relação direta com a questão do cotidiano, o que não é uma dimensão necessariamente clara desta pesquisa. Portanto, é necessário elencar os elementos que constituem ela enquanto um estudo de caráter etnográfico.

Em primeiro lugar, esta pesquisa se baseia, sim, em um trabalho de campo com um grupo específico, dotado de práticas comuns, símbolos próprios e rituais. A mais de quatro anos venho acompanhando um grupo de pessoas, participando de suas reuniões, indo aos seus lugares de encontro, além de manter contato direto e indireto com eles. De forma geral, desde o começo desta pesquisa eu adentrei no mundo da política dos condomínios e da política da vida comunitária da Barra da Tijuca, estando entre seus "nativos” constantemente. Sim, o constantemente aqui não envolve o morar com eles ou estar diariamente, nem semanalmente entre eles. E sim, o meu campo se dá em uma dimensão que é ritualística, institucional, não aquele "banal do dia-a-dia". Contudo, dentro desse campo que é institucional pude adentrar outros cotidianos; os cotidianos do fazer política, das relações de vizinhança e de poder da vida

comunitária. Em outras palavras, o cotidiano em que fiz etnografia é o cotidiano de um meio institucional, do extra-ordinário. Por assim ser, a regularizada e presença em campo não poderia ser como àquelas da antropologia clássica onde o pesquisador se mudava para morar entre seus nativos, já que meu campo não acontecia diariamente. Mas estive sim, constantemente nas salas de cadeiras enfileiradas, nos cafés da manhã sociais e nas salas de reuniões que compõe os cotidianos dos fazedores da vida comunitária barrense - não enquanto indivíduos, mas enquanto atores desse mundo institucional. Me valho também da defesa do método etnográfico em estudos sobre culturas políticas, como feito por Kuschnir e Carneiro:

> Dentro desta perspectiva, a observação etnográfica foi apontada como o método, por excelência, capaz de elucidar as motivações, emoções e valores que dão significado aos comportamentos individuais de uma determinada cultura. Para o estudo da sociedade ocidental, era preciso estar atento à convivência de múltiplos códigos culturais que não estão, necessariamente, circunscritos a regiões geograficamente delimitadas nem a instituições sociais específicas. A compreensão do comportamento individual partia do princípio de que indivíduo e sociedade reforçam-se mutuamente, não constituindo entidades distintas (1999, p. 229)

Além disso, a presente pesquisa se busca etnográfica também em relação à sua abordagem e lente para os fenômenos estudados. Seguindo a noção trazida por Fraya Frehse, aqui busco um "modo específico de conhecer a vida social", uma "postura perante o conhecimento" e a abordagem de um "diálogo pra valer", compreendendo o que ela chama de "perspectiva etnográfica" (Frehse, 2006, passim). O modo de estranhamento daquele mundo e rituais é o que faz de meu objeto um objeto etnográfico, assim como a minha forma de encará-lo - como deve ficar mais evidente com a discussão do Capítulo 1. Como lembra Peirano (2008), os fatos etnográficos não estão dados, mas são selecionados e interpretados pelo pesquisador a partir também de sua experiência pessoal. O que é um fato etnográfico para mim, adentrando naquele mundo, provavelmente não é para outra pessoa ali presente. A definição de etnografia de Goldman enquanto "o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal" (2006, p. 167) reforça tal perspectiva. A etnografia, então, "não se confunde e nem se reduz a uma técnica [...] ela é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos" (Magnani, 2002, p. 17), ela é, antes de um método.

A etnografia é também o antes e o depois do próprio campo. O seu estranhamento - que é construído - se alia com a forma com que os fenômenos observados são narrados, como salienta o próprio Clifford Geertz:

> "a etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares, inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar [...] Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de 'construir uma leitura de') um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos..." (Geertz, 1989, p.20)

Nesse sentido, esta pesquisa está também na busca por uma observação participante e sua descrição densa, trazendo o olhar nativo daqueles envolvidos nos fenômenos observados. Desde os meus inúmeros cadernos de campo até as transcrições das entrevistas, a densidade do material coletado parte do campo e é analisado como tal.

Para além do caráter etnográfico que é importante estabelecer a priori, a abordagem da sociologia pragmática e situacionista contribui para pensar uma estrutura analítica de se investigar os condomínios e sua política comunitária a partir de suas próprias práticas e situações. Como afirma Cefai, "não há explicações etnográficas nem interpretações suficientes, se não estiverem ancoradas na observação e descrição de situações" (Cefai et al. 2011, p. 12). Aqui também baseio minhas reflexões nas minhas relações com meus interlocutores, assim como privilegio um foco nas dinâmicas de interação, justificação e resolução de problemas do cotidiano desses atores, procurando "estudar não o que a política deve ser, mas o que ela é para um determinado grupo, em um contexto histórico e social específico" (Kuschnir, 2007, p. 166)

Estabelecendo esse primeiro ponto, cabe aqui detalhar um pouco melhor o material empírico sobre o qual esta tese se desenvolve. O material coletado em campo refere-se principalmente aos eventos oficiais das instituições intermediárias da vida comunitária da Barra da Tijuca em que estive presente, mas não só. Meu caderno de campo inclui também notas sobre os "antes" e os "depois": os trajetos para os locais das reuniões, as conversas que antecederam os encontros, as maneiras como eram anunciados e as repercussões são também

objeto do meu olhar etnográfico pois constituem não só os eventos como a construção desse cotidiano da participação comunitária. Das reuniões em si, o material desta tese inclui, majoritariamente, relatos de quatorze desses eventos oficiais. Eles são principalmente relativos aos eventos da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca (CCBT), do 31º Conselho Comunitário de Segurança (CCS), da Associação dos Moradores do Parque das Rosas (AMAROSAS), da Subprefeitura da Barra da Tijuca e da Associação dos Condôminos do Novo Leblon (ACNL). O material coletado em campo nos ambientes dos condomínios também serviu de base para o entendimento sobre os fenômenos em questão, mas não são alvo de análise aqui já que tinham como objeto um outro, que acabou não sendo mais o central desta tese.

Apesar desse conteúdo etnográfico ser o cerne deste trabalho, o material empírico sobre qual a tese mais se debruça é o material das entrevistas realizadas com alguns dos meus principais interlocutores. No momento em que a pesquisa teve a guinada em direção ao objeto da "política dos condomínios", o movimento de busca por interlocutores também se direcionou a novos atores. Enquanto a ideia era entender o cotidiano da vida dos condomínios, meus contatos se davam - e estavam buscando se construir - com moradores. Da mesma forma que o objeto de análise era o banal do cotidiano, os interlocutores seriam os moradores comuns, aqueles que vivem aquele cotidiano. Com o foco no cotidiano da política, o alvo para interlocução mudou dos moradores para pessoas de destaque na vida política do bairro - que não deixam de ser moradores, mas são aqui enquadrados pelas suas função e práticas não no dia-a-dia dos condomínios, mas no dia-a-dia da vida política. Por ser um objeto mais restrito, um cotidiano mais cerimonial e institucional, os interlocutores também assim são: ao invés de um leque aberto de muitas possibilidades de moradores comuns, o foco se restringe às pessoas de destaque naquele meio. Acredito que esta transição acompanha e faz jus ao objeto e objetivo traçado, já que os interlocutores também representam um espaço ambíguo entre morador e liderança, assim como as instituições intermediárias - que estão em algum lugar entre o público e o privado, entre o pessoal e o burocrático -, e assim como suas atuações e participações na vida comunitária - entre o ordinário e o extraordinário, entre o cotidiano e o cerimonial.

Após um mapeamento e tentativa de entrada de campo, os interlocutores foram selecionados através de alguns critérios: posição hierárquica em instâncias intermediárias; presença na vida comunitária; reconhecimento entre pares; efeito bola-de-neve, ou seja, indicações de outros interlocutores; representatividade de diferentes grupos e instituições; e possibilidade de contato/aproximação. A ideia era conseguir entrevistar em profundidade atores importantes para o funcionamento da política do bairro, compreendendo diferentes perspectivas

e papéis. Portanto, o foco aqui não era na quantidade, mas sim em interlocutores estratégicos para uma melhor compreensão do fenômeno. Foram nove os principais interlocutores com os quais eu conduzi entrevistas em profundidade, sempre semi-estruturadas, de forma a adentrar os tópicos de interesse desta pesquisa, mas deixando liberdade para que levassem a conversa para diferentes caminhos, dependendo de seus objetivos e perspectivas. Dessas nove entrevistas, uma foi realizada por telefonema, duas por videoconferência e seis de forma presencial. Apenas uma delas não foi gravada, por motivos que explicito no Capítulo 2. Dentre os meus entrevistados - também melhor apresentados no Capítulo 2 - cinco ocupam posições de destaque em associações, conselhos e câmaras de moradores da Barra da Tijuca, uma ocupa uma posição de destaque na prefeitura, um ocupa um cargo legislativo, um ocupa um cargo de liderança nas forças policiais e um é empresário ligado aos serviços de segurança do bairro. Alguns deles ocupam funções em mais de uma instituição, ou ocuparam em algum momento de suas trajetórias. Com exceção de um, todos ou são ou foram, em algum momento de suas vidas, moradores da Barra da Tijuca.

É importante ressaltar que, mesmo com o campo concluído para cargo desta tese, e mesmo sem o intuito de continuidade dele, contatos com interlocutores e com o campo ainda se mantêm, mesmo que de forma involuntária. Convites para eventos e reuniões continuam sendo feitos, e o acompanhamento da vida e participação comunitária nos condomínios e na Barra da Tijuca virou uma rotina que me acompanha até então.

Estrutura de capítulos

O capítulo inicial da tese, que segue esta introdução, faz uma reflexão sobre o meu papel - ou papéis - de pesquisar no meu campo. Intitulado “Um barrense entre outros”, o capítulo adentra alguns processos de construção da pesquisa, como a delimitação do campo e a complexidade dos diversos personagens que acabei assumindo quando a pesquisa e a minha vida pessoal acabaram se cruzando. Nele, muitos dos questionamentos e dúvidas que tive são não apenas descritos, mas também analisados como dados de pesquisa, fruto do meu campo. Quase como uma continuação da introdução, seu papel é de situar o leitor nas complexidades de se fazer pesquisa em um ambiente, de certa forma, conhecido, mesmo que sobre um objeto estranho, em especial quando identidade, similaridade e pertencimento são elementos chave

para tal objeto e ambiente. Afastando-se de uma neutralidade ilusória, esta pesquisa pertence a um lugar específico, em que o pesquisador que a fez é determinante para o seu resultado.

Após esta reflexão, o Capítulo 2, "Personagens da vida entre muros" introduz algumas questões-chave para a pesquisa, desde quadros analíticos aos personagens da tese. Personagem principal, o *barrense* é discutido em seus múltiplos significados, em especial aqueles sob os quais a tese se baseia. Mais do que um termo valorativo atribuído a moradores de uma localidade, o barrense aqui engloba uma gama de características, práticas, valores e moralidades, essenciais para classificar uma forma específica de se fazer política. Em meio a definições sobre uma sociabilidade, um estilo de vida e um fazer político dos condomínios e da Barra da Tijuca, os principais interlocutores desta pesquisa são brevemente apresentados ao leitor antes de retomarem, cada um em momentos distintos, ao longo da tese, assim como as representações que trazem sobre o bairro e a sua participação e os locais onde a pesquisa se deu ao longo dos últimos anos.

Os capítulos 3 e 4 adentram o universo da "política dos condomínios" em duas principais dimensões: dentro e fora desses condomínios. O primeiro deles, "Entre a casa e o condomínio" explora os diferenciais de se morar em um condomínio fechado, e como esses diferenciais são determinantes para práticas e valores específicos. Fazendo o movimento da casa ao bloco, e do bloco ao condomínio, uso os problemas e suas escalas como fio condutor para explorar a vida política entre muros, focando nas assembléias e no problema da segurança. O seguinte, "Entre o bairro e a cidade", dá conta da vida comunitária para fora dos muros. Apresentando as principais "instituições intermediárias" onde o campo foi feito, debruço sobre as entrevistas realizadas para entender sobre participação, comunidade, público e privado. Aqui, utilizo o problema da água para pensar essas escalas mais elevadas da hierarquia dos problemas. O capítulo 5 faz a discussão em torno do conceito que é construído a partir da tese, a ideia de uma "política de condomínios", pensada a partir da cultura política do entre muros e das características da forma política estabelecida na vida comunitária *barrense*.

Nas considerações finais retomo os principais pressupostos e perguntas de pesquisa para tentar oferecer as respostas que emergiram deste trabalho. Retomo os principais conceitos que proponho, além de pensar perspectivas futuras e desafios de uma agenda de pesquisa da qual essa tese faz parte. Em específico, proponho e defendo a relevância sociológica e a necessidade social de se levar os condomínios e a sua política a sério, como parte integrante da vida e política urbana, não só do Rio de Janeiro como das grandes cidades de forma geral. A partir das

discussões e perspectivas ao redor do objeto "condomínios", ofereço e reforço propostas de conceituações e chaves analíticas que aparecem como fruto da análise do material empírico desta tese, como os conceitos de "experiência de fechamento" e "condomínios cidade".

1 **UM BARRENSE ENTRE OUTROS**

> A personalidade do investigador e sua experiência pessoal não podem ser eliminadas do trabalho etnográfico. Na verdade, elas estão “engastadas”, plantadas nos fatos etnográficos que são selecionados e interpretados.
>
> (*Mariza Peirano,* 2008)

Eram oito horas da noite da primeira quinta-feira de junho de 2021. Nervoso, eu chegava ao meu campo ainda sem saber qual estratégia eu usaria para adentrá-lo. Dentro do "country club" de um condomínio residencial da Barra da Tijuca estava para começar uma assembleia ordinária de moradores da qual eu queria participar. Sem ser morador, portanto sem ter acesso ao clube exclusivo, calculava em minha cabeça a probabilidade de cada uma das maneiras que eu tinha para penetrar no evento: poderia usar a carteirinha de condômino vencida, que minha avó ex-moradora havia feito para mim anos atrás; ou poderia dizer na portaria que iria apenas usar o restaurante do clube, como me foi sugerido por outro morador. Pensando estar infringindo as duras regras de um espaço extremamente protegido e privativo, no qual os "de fora" eram vistos como intrusos e potenciais criminosos - tendo em mente as descrições de Teresa Caldeira (2000) sobre os "enclaves fortificados" paulistanos ou as *gated communities* estadunidenses de Setha Low (2001) - tinha medo de, na melhor das hipóteses, voltar para casa tendo fechado todas as possíveis portas de um campo recém começado. Para a minha surpresa, nem a recepcionista, nem as câmeras ou sensor de digital nas catracas foram barreiras para a minha entrada. Foi apenas dizer que eu iria para a assembleia e minha carteirinha estava vencida, que abriram a catraca para mim, sem questionar meu status de morador ou minhas intenções, e eu me misturei com os moradores sem o menor problema. Nem o meu anotar no caderno após cada fala, o meu olhar curioso e meu isolamento dos grupos de moradores fez com que a minha presença ali fosse questionada.

Esta cena, narrada na introdução desta tese, aqui ganha outro foco. Esse condomínio, assim como a maioria dos outros do bairro, possui um forte fechamento para aqueles de fora. A impossibilidade de adentrar seus espaços, de conviver entre aquelas pessoas vinha há muito

sendo um empecilho para mim, já que eu não possuía o status de morador. Eu, contudo, já conhecia aquele espaço, havia utilizado aquele clube algumas vezes ao longo da minha vida como convidado. O condomínio, então, era bastante conhecido para mim. Aquela noite, porém, estava pela primeira vez tentando "invadir" sem permissão; pela primeira vez, estava ali não como *barrense* ou convidado, mas como pesquisador e alguém "de fora". Essa "virada de chave", que na minha cabeça traria uma grande mudança e muitos empecilhos, na realidade pouco (ou nada) fez de diferença para aquelas pessoas e para aquele lugar. O estranhamento que eu buscava fazer para o que agora era meu objeto de estudo e para o que seriam agora os meus interlocutores, não estava sendo feito contra mim. Essa chegada a campo não teve nada de parecido com as etnografias que lia, cujos conflitos entre o pesquisador e seus nativos eram explícitos logo de cara. Parece que pouco importava a ausência de permissão para estar ali, as exigências práticas para que eu usasse aquele espaço, contanto que eu visualmente pudesse ocupá-lo. A facilidade de "invadir" aquela reunião, que era fechada para moradores, contrastava com as mais de quatro horas que seguiram de brigas e disputas em torno da necessidade de reforçar a segurança, de proteger aquele condomínio contra os perigos que vêm de fora. A impressão era de que o importante talvez não seja a segurança em si, mas a ação de discuti-la. Aquela reunião cumpriria um importante papel de me mostrar meu lugar enquanto pesquisador "nativo", além de questionar o meu fazer etnográfico e de problematizar os discursos de segurança que apareciam em campo.

Este capítulo cumpre o propósito de explorar o momento da entrada em campo sob uma perspectiva subjetiva do pesquisador. Precedendo os capítulos que vão tratar do material empírico do campo em si, este se faz necessário para estabelecer tanto as chaves analíticas quanto as condições sobre as quais o campo ocorreu. Importante em qualquer pesquisa etnográfica, as considerações sobre o lugar do pesquisador, as definições de seus nativos/interlocutores e seu campo são aqui ainda mais necessárias, tendo em vista a relação tão particular que tenho com o meu objeto de estudo. As muitas facilidades que advém do fazer pesquisa em um lugar comum, quando comparada às pesquisas com sociedades remotas ou com características muito distintas daquelas do pesquisador, vêm cobertas de muitas outras dificuldades. O compartilhamento de símbolos, costumes e formas de comunicação facilita a entrada; contudo, traz consigo camadas de complexidade que merecem atenção. Pesquisar um objeto conhecido, semelhante, dificulta o estabelecimento de um *outro*, obscurece os limites que definem o seu nativo e a separação entre o campo e o ambiente cotidiano. Em meio à busca do estranhamento sociológico, ao mesmo tempo que busco atenuar os outros estranhamentos,

outras estratégias são postas em práticas, novos papéis são assumidos, fazendo dessa entrada em campo tanto facilitada quanto complicada. Na realidade, o que narro são notas da tentativa de construir uma estranheza que, de fato, não existia. Nesse processo, acabo por explorar o mecanismo de redes e articulações de influências que se dá nesse espaço. As minhas dificuldades e facilidades de adentrar o campo ilustram, na verdade, o funcionamento dessa arena política, do que é valorizado, de como influências são criadas e sustentadas e de como os atores flutuam por entre as camadas e facetas da vida comunitária.

Aqui, portanto, meu foco se afasta um pouco do objeto desta tese e se vira para a minha relação com ele. Em outras palavras, antes de falar das associações de moradores, das articulações de agentes intermediários em torno da política urbana e da vida pública do bairro, falo de mim, nos diferentes estágios e diferentes *eus* que mobilizo e mobilizei ao longo do tempo em campo e do tempo que o antecede. Fazendo isso, contudo, abro portas analíticas que me serão úteis para pensar o meu objeto ao longo da tese. Como simultaneamente intruso e *semelhante*[4], durante a pesquisa tive que transitar por diferentes papéis, acionando diferentes credenciais a cada momento e cada lugar que ia. Na tentativa de conciliar o meu status de nativo com meu status de estranho, a maneira com que adentrei em campo moldou o que construí analiticamente como campo e como interlocutores. Por meio de uma análise interacionista do meu lugar de pesquisador "infiltrado" em um campo familiar - entre a metáfora do teatro e a metáfora do jogo (Goffman, 1959; 1969) - busco aqui levantar questões sobre o que a minha posição frente ao meu objeto acarreta para a pesquisa. Nesse intuito, trago aqui relatos e experiências que me fizeram (e me fazem) aprender como transitar pelas reuniões, assembleias e entrevistas que constroem a presente pesquisa. Ex-morador da Barra da Tijuca, onde nasci e habitei por 25 anos, os condomínios faziam parte do meu circuito de *peladas*[5] e convívio. Enquanto crescia, o bairro despertava em mim cada vez mais curiosidades e inquietações, se metamorfoseando de um conhecido para um objeto de pesquisa. Compartilho das crenças e memórias compartilhadas entre os *barrenses*, mas me coloco agora enquanto pesquisador que questiona e critica tais crenças e memórias. Vou a campo, então, como *barrense* de certa forma "infiltrado", me valendo desse lugar de fala quando me é necessário e o negando quando isso me é mais produtivo.

[4] Semelhante aqui é usado enquanto termo nativo, dito por uma interlocutora, assim como em referência a ideia de "sameness" utilizada por Setha Low (2001; 2003)

[5] *Pelada* é uma forma nativa de se referir a uma partida, não tão formal, de futebol. O termo aparece outras vezes ao longo da tese, trazido por outros interlocutores, como algo comum ao bairro.

1.1 **Construindo o campo**

A Barra da Tijuca, bairro localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro que tem sido objeto de minhas pesquisas ao longo dos últimos anos, possui particularidades históricas que o tornam caso singular na história urbana carioca. Moldado pelas experiências anteriores de ocupação imobiliária da Zona Sul da cidade, o bairro contou com um projeto urbanístico modernista responsável por dar a ele uma forma urbana peculiar, esta que foi sendo construída ao lado de formas de convivência e estilos de vida singulares ao bairro. O *barrense* - termo nativo pejorativo que classifica os moradores do bairro - possui particularidades resultantes dessas características do bairro e de seu lugar na "cartografia simbólica da cidade" (O'Donnell, 2013). Hoje, há limites oficiais de órgãos governamentais para o bairro, definindo explicitamente os espaços que fazem parte dele, e os que estão fora de seus domínios. Contudo, disputas sobre o que engloba a categoria "barrense", quais condomínios e ruas são comumente consideradas parte do bairro e divisões simbólicas internas, continuam existindo. Exemplos são muitos, desde condomínios que oficialmente estão fora do bairro, mas que os tem em seus nomes ou propagandas, até comparações entre categorias como "novos ricos" ou "Zona Sul da Barra" evocadas para delinear verdadeiros pertencentes ao grupos dos *barrenses*. O que significa de fato estudar a Barra e os *barrenses,* então, não é algo dado, mas uma construção analítica.

Similarmente, empreendimentos que ocupam o bairro - em especial o carro-chefe das imobiliárias na região, os grandes condomínios residenciais - podem ser oficialmente delimitados, mas ainda alvo de intensas disputas. Um mesmo condomínio pode possuir divisões internas que fazem de seus moradores menos heterogêneos entre si do que com outros grupos da cidade. Grades comumente demarcam limites que não condizem com aqueles oficiais, e cancelas e câmeras fecham ruas públicas em nome de um determinado condomínio. Neles, "o que é público (ruas, praças, parques) é privado, porque exclui e separa" (Santos, 1981, p. 210). A própria noção de condomínio pode ser atribuída ao seu sentido mais jurídico, enquadrando qualquer imóvel compartilhado por mais de um indivíduo[6], ou pelo sentido do senso comum, geralmente compreendidos enquanto empreendimentos residenciais com duas ou mais habitações unifamiliares, que compartilham de espaços e serviços comuns, fechados do restante

[6] Segundo a Lei 4951/64, condomínios residenciais seriam “edificações ou conjunto de edificações, de um ou mais pavimentos, construídos sob a forma de unidades isoladas entre si, destinadas a fins residenciais” (Sánchez, 2009).

da cidade. Na Barra da Tijuca, muitos são os casos de condomínios formados por vários condomínios. Mesmo os enquadramentos analíticos de outros autores sobre esse objeto, como os conceitos de "condomínio fechado" (Eppinghaus, 2004; Sánchez, 2009), "enclaves fortificados" (Caldeira, 2000), "condomínios exclusivos" (Santos, 1981), ou "condomínios horizontais" (Patriota de Moura, 2012), não abarcam as características de muitos dos condomínios da Barra - seja por não serem "fechados", por serem híbridos, por possuírem surpreendente diversidade ou por combinarem torres de apartamentos com casas. Fato é que um objeto de pesquisa relativo a um condomínio, às suas associações ou a seus moradores, deve ser construído analiticamente. Os condomínios cumprem nesta pesquisa a função de delimitação entre um "dentro" e um "fora", demarcado fisicamente por grades e muros, ou simbolicamente através de olhares, interações cotidianas, formação de associações ou sociabilidades fechadas a "estranhos".

O ponto que tento construir aqui não se trata da Barra da Tijuca ou de seus condomínios - ambos muito familiares para mim - como busco fazer no capítulo 2. A discussão que proponho é sobre o caráter fluido e subjetivo das construções de campo e objeto que fazemos. Apesar de fazer meu campo nesse bairro, junto à esses espaços e moradores, eles não constituem aquilo sobre o que esta tese se desdobra. Esta talvez seja uma primeira tentativa de construir um estranhamento que de fato não exista: em um espaço geográfico conhecido, em meio a grupos sociais em que me encaixo facilmente, estudo um espaço que pouco conheço e um grupo do qual não faço parte. Para que esta afirmação possa fazer sentido, é preciso partir do entendimento de que as assembleias, conselhos comunitários e reuniões constituem um espaço institucional e não aquele do cotidiano; ali, aqueles *barrenses* não são apenas *barrenses*, mas atores políticos fazendo política; a Barra é não apenas o endereço, mas também uma bandeira, um ponto em comum e um trunfo.

Goffman (1961), ao trabalhar em cima do conceito do *encounter*, nos fornece uma chave de análise que aqui se faz importante. Enquanto não apenas uma simples reunião de pessoas - ou um *gathering* - o *encounter* - ou as "interações focalizadas" - representaria um momento "diferente de outros elementos da organização social", possuindo uma "ordem [que] pertence, em grande parte, ao que deve ser atendido e desatendido, e por meio disso, o que define a situação" (1961, p. 19). Levando a sério sua análise interacionista, o que define uma determinada situação social seria a forma com que as pessoas interagem dialeticamente naquele determinado contexto, baseado nas determinadas normas e expectativas. Assim, as mesmas pessoas nos mesmos lugares podem gerar situações sociais bem diferentes. As "interações

focalizadas" de Goffman criam uma distinção importante entre as interações cotidianas e aquelas mais institucionalizadas, que é precisamente o que torna possível esse mesmo mundo social comum formar um objeto tão estranho. Enquanto *barrense* de origem, não sou estranho no cotidiano quanto sou nas instâncias institucionais da vida política do bairro. Essas instituições intermediárias a que me proponho a estudar se constituem exatamente enquanto essa ligação entre a vida cotidiana e o mundo institucional, exatamente o interposto em que a minha face de ex-morador dá lugar a face pesquisador, onde novas estratégias devem ser postas em prática para que a pesquisa em campo se torne possível.

A situação narrada no começo deste capítulo expõe exatamente essa desconexão entre esses dois mundos tão parecidos, mas muito distantes. Não apenas as questões discutidas na assembleia se mostravam muito mais relativas ao próprio ato de discutir do que as suas realizações concretas, expondo essa diferença entre o cotidiano e o fazer institucional, como a minha facilidade de entrada e de me camuflar naqueles *gatherings*, entre os *barrenses*, não condizia com uma entrada nos rituais cerimoniais que aqueles grupos realizavam. Naquela noite, assim como nas tantas outras que eu vestia a minha face de pesquisador, tanto eu como os meus interlocutores rapidamente transitamos de interações cotidianas para interações focalizadas. Eles, se mantendo em um ambiente natural, habituados às estratégias necessárias para aquele momento. Eu, involuntariamente me apartando daquele campo conhecido para um campo de análise, me distanciando a ponto de estranhar e buscar entender aquelas movimentações, brigas e conchavos de moradores de classes altas em plena quinta-feira.

1.2 **Por entre as minas do campo**

Era uma noite de terça feira, em novembro de 2021, quando fui para a casa de Fábio[7] para entrevistá-lo. Dono de uma grande empresa de vigilância que atuava em muitos condomínios da Barra da Tijuca, ele prontamente se colocou à minha disposição para ajudar com a minha pesquisa, demonstrando animação em saber sobre meu interesse de pesquisa. Homem forte e alto, de voz grossa, Fábio buscou me passar uma sensação de acolhimento em cada um dos áudios que trocamos antes daquele dia. Ao chegar ao local, ainda com suspeitas

[7] Nesta tese, utilizo nomes fictícios para meus interlocutores com o objetivo de proteger seu anonimato.

sobre uma possível relação dele com as milícias que controlam o mercado de segurança da região, fui recebido com um forte abraço antes de ser apresentado à sua filha e ao seu cachorro e então conduzido ao seu escritório. Durante mais de uma hora, Fábio me contou sobre sua empresa, que mantém com um ex-policial militar, sobre suas visões sobre segurança e a Barra da Tijuca e sobre um grande projeto de vigilância que estava executando em um dos condomínios em que eu realizava campo na época. Muitas frases de efeito, como falar que o "sistema de segurança deve ajudar a socializar as pessoas" e "colocar pessoas de bem no conforto", compunham o seu discurso sobre os seus três grandes pilares: "simplicidade, empoderamento - dos outros e de si - e satisfação". Fui me sentindo à vontade conforme a entrevista se desenvolvia, até que o assunto dos mercados informais de segurança surgiu. Nesse momento, talvez tenha expressado alguma crítica ou questionamento que fugisse daquele personagem pesquisador que eu havia criado frente a ele. Pouco depois, sem qualquer conflito ou alarde, a entrevista chegou ao fim. Fábio nunca mais me respondeu, muito menos agendou a visita à sua empresa que havia prometido. Seu sócio também nunca entrou em contato comigo, como havia sido prometido. Vi que, alí, uma importante porta do meu campo havia se fechado. Eu havia pisado em algum lugar que não deveria.

Difícil determinar o quanto o que eu via como o perigo do meu campo era de fato um constante risco e o quanto isso era parte de uma ansiedade pessoal. Talvez essa distinção pouco importe, já que era essa a minha percepção. Nas reuniões que eu participava, estava constantemente preocupado com o que eu iria falar, com o que eu iria anotar, tirar foto ou com quem eu iria buscar contato. Essa grande distância entre o costume que aquelas pessoas tinham frente aquele ambiente e ao meu total descostume a tudo aquilo gerava essa apreensão por minha parte, tanto nas vezes em que anotava em meu caderno cercado de policiais e guardas municipais quanto nas vezes em que me encontrava sozinho em algum canto de um auditório. Lidando com pessoas que tinham daquele espaço uma ocupação constante, levada a sério, a linha entre me infiltrar entre meus interlocutores e ser colocado a escanteio era tênue.

Um campo minado[8] é um determinado espaço infestado por minas, que ficam escondidas no solo e são detonadas caso alguém ou algo às toque. Caminhar por um campo minado é necessariamente uma tarefa tensa, que demanda grande cuidado. Ademais, é uma

[8] No campo das ciências sociais brasileiras, em especial no âmbito das pesquisas urbanas do Rio de Janeiro, a metáfora do campo minado é geralmente associada ao trabalho de Palloma Menezes (2015), se tratando das favelas pacificadas. Por mais que o trabalho de Menezes seja influente para esta tese, a metáfora que utilizo aqui não tem qualquer ligação com a metáfora feita pela autora, nem se pretende ter o peso aqui que ela possui em estudos urbanos voltados a favelas.

tarefa feita basicamente às cegas, já que, sem saber onde estão as minas, cada passo pode ser perigoso, mesmo que em uma área onde possam não haver minas por perto. A metáfora que aciono aqui não diz respeito ao caráter bélico do campo minado, mas sim à sua constante tensão e risco de detonamento, que pode significar um fim. Na entrevista com Fábio, talvez tenha me descuidado e pisado em uma mina, dando fim aquele possível caminho de entrada. Ao adentrar meu campo, assim como qualquer pesquisador em seus campos de pesquisa, dada as devidas proporções, percebo que preciso criar estratégias para evitar essas minas, um cuidado sobre como pisar em cada espaço, em cada situação. No meu campo específico, o círculo de sociabilidade fechado que o compõe faz isso ainda mais necessário, como se as minas estivessem interligadas e o acionar de uma pode causar a detonação de muitas outras. Por outro lado, se conseguir criar uma estratégia capaz de evitar uma mina, isso pode me ajudar a evitar tantas outras.[9]

A ilustração de um campo minado, contudo, nos serve apenas parcialmente. Ela ajuda a descrever as dificuldades de identificar os passos que poderiam me fechar portas e aqueles que as abririam, já que, de antemão, as estratégias que eu poderia empregar não estavam ainda aparentes para mim. A metáfora não serve para pensar um outro elemento chave desse campo, que seria a conexão entre essas "minas", entre os pontos cruciais do campo que poderiam me ajudar ou me atrapalhar. Mais do que perigos isolados, cada passo que eu dava, cada interlocutor que eu entrava em contato, se mostravam interligados, em uma rede de articulações que era uma das principais sustentações dessa arena. O que de fato fazia cada interação de suma importância era elas estarem todas ligadas: uma entrevista bem sucedida abriria portas para todos os atores com os quais aquele interlocutor tinha uma relação, assim como uma entrevista ou contato ruim poderia fechar todas essas possibilidades. Ao longo da pesquisa fui percebendo a importância dessas redes de articulações, a partir do efeito bola-de-neve que fui seguindo de forma orgânica.

O campo é elemento central para uma etnografia. Seja ele nas ilhas Trobriand da Nova Guiné, no centro de São Paulo, em condomínios da Barra da Tijuca ou no Twitter, o campo é o principal local e momento da coleta de dados, mas é também reflexo das orientações do pesquisador, de suas posturas e desafios. O meu campo se dá nas câmaras comunitárias, assembleias de condomínios e conselhos de segurança, que ocupam diversos espaços físicos.

[9] A especificidade da relação entre meus interlocutores e as redes existentes no meu campo são alvo de análise no Capítulo 2.

Nesse campo, minha pesquisa foi se moldando e se transformando, tomando caminhos diferentes daqueles originalmente pensados. Com moradores e entrevistados que vão de “moradores comuns" a políticos, policiais e delegados, as estratégias para evitar os riscos de ser exposto, de perder interlocutores, entradas e até a própria possibilidade da pesquisa estavam sempre presentes. Dentre os grupos fechados de moradores importantes e seus policiais e políticos íntimos, a noção do "efeito clube" (Charmes, 2009) parece ser compartilhada, de que sendo conhecido ou de confiança de algum deles, será também de outros. A cada reunião as pessoas fazem questão de mostrar a intimidade que tem com certas "peças-chave" daquele jogo político, abraçando, chamando por apelidos ou apresentando outros. Em todas as reuniões em que estive presente, frases parecidas ou idênticas à "nos falamos diariamente pelo Whatsapp" são ditas repetidamente, numa disputa entre quem é mais próximo do delegado, do presidente da câmara ou do conselho. Sempre que o evento é de maior magnitude e conta com a presença de pessoas que não são pertencentes àquela comunidade, fica claro o esforço de diferenciação.

Três situações específicas de campo me mostraram o quão "fechados” esses espaços são, por mais que costumam ser abertos a todos. A primeira delas foi em uma reunião sobre a poluição do sistema lagunar da região, em abril de 2022. Um grupo de pescadores da região do entorno do sistema lagunar, que se locomoveram naquela noite de quarta-feira para a Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, ficaram ao fundo, alheios aos abraços e brincadeiras entre os velhos conhecidos que ocupam com frequência aquele local, mesmo sendo os principais afetados pelo tema daquele encontro. Durante as muitas horas de assembléia, assistiram calados às explicações e debates sobre o esgotamento sanitário e poluição das lagoas onde exerciam o seu ofício. Ao final, quando finalmente chegou a vez de um de seus representantes falar ao microfone, pouca atenção foi lhe dada. Ninguém da mesa se prestou a responder ou mesmo a reconhecer a fala, passando a vez para a próxima pessoa da fila. O segundo exemplo ocorreu no mesmo local e no mesmo ano, dessa vez em outubro. Um grupo de moradores de Vargem Grande e Vargem Pequena se locomoveram, em uma noite de um dia de semana, para a Barra da Tijuca para participar de uma reunião sobre o Plano Diretor da região, que também abarca tais bairros. Mesmo organizados e tendo seus bairros sido objetos de muito do que foi falado naquela noite, pouca importância foi dada para os seus questionamentos quando comparado às discussões relativas à Barra da Tijuca e seus condomínios. Mais uma vez, quem ocupava aquele lugar com mais frequência, quem conhecia os outros presentes e os membros da mesa eram os que tinham as demandas discutidas, que tinham relações encaminhadas. O exemplo mais explícito talvez tenha sido em uma reunião do 31º Conselho Comunitário de Segurança (CCS),

quando o presidente do órgão abriu a sessão reclamando enfaticamente da recente criação de um CCS específico para a Muzema, uma região de Jacarepaguá que estaria englobada na região de atuação do 31º, que aquele senhor presidia. Por mais que tal região, tida por muitos como uma favela, não tivesse sequer sido mencionada nas reuniões anteriores, nem tenha tido nenhum de seus moradores presentes, ela não deveria ter o seu próprio Conselho Comunitário, já que iria acabar "disputando" com o Conselho que já existia. Ou seja, a região e seus moradores não eram considerados naquele espaço, mas também não deveriam buscar o espaço deles. Tais exemplos mostram o quanto o meu campo de pesquisa era um campo bem fechado que, caso não conseguisse adentrá-lo, se fecharia para mim.

Espaços de moradia de pessoas das classes altas, como a Barra da Tijuca e seus "condomínios fechados", possuem entraves para investigações qualitativas e para o acesso aos dados de seus moradores e frequentadores (Caldeira, 2000; Khan, 2012; Low, 2001). Em especial no contexto carioca de crescente medo do crime enquanto fenômeno que molda as práticas cotidianas (Machado da Silva, 2010; Misse, 1999), a suspeição do "estranho" dificulta ainda mais o acesso a determinados grupos. Não só o fechamento em "enclaves fortificados" cria barreiras para esse encontro, como as próprias práticas de sociabilidade tendem a dificultar encontros desconhecidos, uma "sociabilidade fortaleza" (Fridman, 2008) que protege esses indivíduos dentro ou fora de seus condomínios. Nos condomínios fechados, a entrada de não-moradores é sempre dificultada, mesmo quando se tratam de logradouros públicos e espaços de um teórico livre acesso. Um caso não raro no bairro é se deparar com grades, cancelas, câmeras e interrogatórios nas tentativas de entrada, logo ao lado de uma placa com os dizeres: "Logradouro público: livre acesso e utilização por todos os cidadãos". Uma entrada etnográfica nesses espaços fisicamente e simbolicamente fechados dialoga constantemente com as diversas camadas sobrepostas do campo: o seu caráter público e as suas apropriações privadas; o cotidiano e o cerimonial; a suspeição e o comum.

Meu campo, então, é construído analiticamente enquanto essa sobreposição, que não necessariamente condiz com o que ele aparenta a olho nu. Nas cerimônias mensais ou semestrais, conduzidas a partir de regras e expectativas formais estabelecidas entre seus participantes, há também muito daquilo do cotidiano. Pessoas aposentadas que dedicam suas vidas em prol de seu papel na sua associação, no seu bairro ou condomínio, como uma profissão voluntária, levam para esses espaços das interações focalizadas muitos dos *gatherings* que compõem os seus cotidianos. Esse campo das instituições ou agentes intermediários é exatamente essa ligação entre esses dois mundos. O campo é essa configuração/figuração, no

sentido elisiano, dessas pessoas nessas determinadas interações em nome da vida comunitária, do espaço que ocupam, das regras que seguem, dos símbolos e discursos envolvidos naquele quadro interacional. Como afirma Elias, "uma das questões centrais da sociologia, talvez a questão central, seja saber de que modo e por que os indivíduos estão ligados entre si, constituindo, assim, configurações dinâmicas específicas" (2001, p. 2013). É nessa constelação de elementos que investigo o que une aquelas pessoas, de que forma a política urbana do bairro, dos condomínios e das casas está sendo feita e está ligando aqueles personagens. O campo se encontra nessas condutas, nesse compartilhamento de crenças e regras que compõem o intermédio entre o cotidiano e o extraordinário, entre o público e o privado, entre as casas e o bairro, entre os condomínios e a cidade, entre moradores e fazedores de política pública. E é nesse intermédio que as redes se formam, que o trânsito de escalas deve acompanhar um trânsito do papel do pesquisador.

1.3 **Entre iguais: um barrense em meio a outros**

> Um personagem encenado em um teatro não é algo de real, nem obedece ao mesmo tipo de consequências reais como faz o personagem completamente artificial encenado por um homem de confiança, porém a encenação bem-sucedida de ambos estes falsos personagens envolve o uso de técnicas reais – as mesmas técnicas pelas quais pessoas comuns sustentam suas situações sociais reais (Goffman, 1959, p. 255).

Da mesma forma que um campo de pesquisa deve ser criado analiticamente - baseado em ambientes, situações e pessoas concretas, mas não necessariamente sua totalidade ou idêntico a esses - o papel do pesquisador também deve passar pelo mesmo processo. Levando a sério a recusa da ingenuidade da neutralidade e assumindo as consequências que o meu papel de pesquisador nesse campo têm para a pesquisa, entender as formas com que a minha presença é pensada e construída em campo é necessária. Nesse campo, busquei constantemente transitar entre as interações cotidianas do *barrense* que posso me enquadrar como e as "interações estratégicas" de um pesquisador buscando uma posição vantajosa frente aos seus interlocutores. Para seguir nas referências à sociologia goffmaniana, transitei entre um ator na metáfora da vida social enquanto teatro, e um jogador na metáfora da vida social enquanto um jogo.

Real ou imaginado, o risco iminente de perder a entrada que possibilitaria a minha pesquisa fez com que eu assumisse diferentes papéis e abordagens, tentando me conformar às regras do jogo de cada interação (Mead, 1962)[10]. A dificuldade de identificar os limites do quanto eu poderia tensionar tais papéis, se confrontava com a minha necessidade de investigar noções que estariam fora da zona de conforto daquelas pessoas. Por mais sociologicamente relevante que seja escutar por horas uma pessoa falar sobre o que lhe convém, esses "gestos-fio" (Ribeiro, 2005) do banal do cotidiano onde os significados são compartilhados (Martins, 2008), a pesquisa demandava alguns tensionamentos. A cena narrada anteriormente, da minha entrevista com Fábio, demonstrou esse perigo. Confortável em sua casa, fiz algumas perguntas que levantaram suspeita. Aquele homem tão aberto e disponível a me ajudar em minha pesquisa nunca mais respondeu minhas mensagens. Algo que eu disse tensionou demais tais regras daquele "jogo" que havíamos concordado implicitamente, e a minha máscara não ameaçadora de um jovem morador preocupado com seu bairro começou a cair, revelando alguns dos meus interesses e questionamentos mais profundos. Ali, senti que havia pisado em uma dessas minas do meu campo, fechando uma porta e me obrigando a recomeçar por outro caminho, mas agora com um cuidado redobrado de onde eu pisava e de que face minha eu poderia demonstrar.

Morador da Barra por 25 anos, podendo facilmente cumprir com as expectativas criadas sobre como se portaria e se pareceria um *barrense*, consigo assumir em meu campo essa "face" quando me é oportuno. Em conversas informais fora do ambiente das reuniões, as interações cotidianas me aproximavam de meus interlocutores de forma bastante tranquila. Nos espaços cerimoniais, nas tentativas de dialogar com pessoas ocupando posições de destaque naqueles cenários, essas mesmas interações não eram vantajosas. Entrava nas reuniões já como um *outsider*, como compreendido por Becker, um desviante "fora do círculo dos membros normais do grupo" (1966, p. 15), tanto pela idade quanto por não corresponder às expectativas criadas para os presentes, seja por anotar tudo em um caderno, por chegar e se manter sozinho e não nas muitas conversas paralelas entre amigos. Acostumados com aqueles ambientes e aquelas pessoas, eu me destacava, por mais que tentasse me camuflar. A face de morador do bairro não me ajudava ali. Acionava, então, um outro papel, uma estratégia diferente de jogo, uma "identidade virtual" (Goffman, 1986) de um pesquisador interessado no bairro. Essa outra identidade abria muitas possibilidades, já que fazia com que meus interlocutores se sentissem importantes, querendo falar e me "ajudar". Por outro lado, essa identidade por vezes gerava

[10] A metáfora de um jogo para representar a realidade social, os papéis e regras que cada ator cumpre é comum a autores como George Mead e Erving Goffman. Ver mais sobre a discussão em Dicicco-Bloom & Gibson, 2010.

tensionamentos, especialmente se não tomasse cuidado com a forma com que revelava meus interesses de pesquisa. Como relata Cliquennois,

> "a presença do pesquisador pode constituir uma ameaça ao bom funcionamento da organização, à sua imagem e aos poderes dos indivíduos que controlam seu funcionamento (...) na medida em que ele é um elemento relativamente incontrolável" (2016, p. 3, apud Fontainha, 2015, p. 8).

O trânsito entre essas identidades sempre se fez constante, acionando as competências sociais enquanto "capacidade de mobilização de um capital (cultural, social, econômico, jurídico ou simbólico) na perseguição de um objetivo" (Fontainha, 2015, p. 1063). Esses grupos de moradores com os quais eu buscava contato, apesar de se colocarem atrás dessas camadas de proteção em seus cotidianos, não são incomunicáveis ou contrários a novos contatos e pessoas, mas apenas quando esse contato coloca em risco algum fator de suas vidas, que vão desde ameaças à vida até algo que não agrade aos olhos. Junto à alta suspeição, há a valorização de criação de comunidade, de interação entre esses iguais. Esse "círculo aconchegante" (Rosenberg, 2000) da comunidade buscada por esses grupos é difícil de ser infiltrado. Um jovem morador, branco e bem-vestido, talvez não o ameace. Um pesquisador, um sociólogo, talvez já apresente algum incômodo.

A entrada física em espaços "privativos" desses condomínios já me fez repensar estratégias de pesquisas passadas. O acesso negado ao clube, a indisponibilidade de conversa sem que a pessoa me conheça de antemão, e a negação quanto ao fornecimento de informações foram alguns dos motivos que me impossibilitaram de, para o meu mestrado, seguir com uma etnografia no interior de certos condomínios. Com o tempo, percebi que, apesar dessas camadas físicas e sociais que afastaram os meus interlocutores de mim, esses moradores poderiam se abrir para serem escutados caso eu soubesse o melhor caminho e local de abordá-los. As primeiras reuniões que consegui observar me mostraram o oposto daquela impressão inicial: esses mesmos moradores de difícil acesso tinham a propensão a falar, participar ativamente, a quererem ser ouvidos. Discussões simples tomavam horas, para que todos pudessem ser ouvidos. Muitas vezes, as mesmas coisas eram ditas diversas vezes, por pessoas diferentes. Grupos se formavam e planejavam estratégias para sabotar propostas, enfraquecer adversários e dar mais voz aos seus. Com o tempo, percebia que esses grupos de difícil acesso poderiam

ser os grupos na cidade que mais me proporcionariam material, que mais falariam e se disponibilizariam para ajudar, contanto que eu soubesse como adentrar o seu meio. O campo, então, deixou de ser nesses espaços de moradia dos condomínios para ser nos espaços de deliberação, assim como nessas redes de articulações entre moradores. Um contato bem-sucedido com a pessoa certa, e eu já me encontrava naquele meio, com outros muitos contatos e caminhos a seguir.

Sempre vigiado por câmeras e olhares, me infiltrei em meio ao núcleo dos fazedores de política pública da Barra da Tijuca. Além de moradores, esses personagens possuem ampla experiência em órgãos deliberativos, são bem conhecidos pelos seus pares e por políticos e policiais vinculados ao bairro. Apesar de pesquisador e do meu interesse sociológico ser não pelo bairro em si, mas pelas formas específicas de sociabilidade e os imaginários compartilhados acerca da cidade e dos problemas públicos - o que nunca deliberadamente escondi - o que me deu acesso àquela rede foi o meu status de jovem *barrense*. O que conquistava o interesse daquelas pessoas em "me ajudar" na pesquisa, era o entendimento de que eu representava um raro caso de um jovem interessado no "bem do bairro". Sem mentir ou fingir, fiz uso desse entendimento não totalmente verídico em meu interesse [de fato, não há inverdades nas afirmações de que sou relativamente jovem frente aos meus interlocutores e que eu desejo o bem daquele bairro, assim como de todos os outros]. Se tivessem lido o que venho escrevendo ao longo dos anos, saberiam que tenho um olhar mais crítico, que talvez não os agradaria. Como não escondi de ninguém meus escritos ou minha identidade, sigo representando aquela esperança que os faz querer me contar histórias e me trazer para dentro de seu grupo de conhecidos. Seguindo a metáfora do jogo enquanto a realidade social, busco basear a minha estratégia no "quadro de movimentos possíveis (com a sua probabilidade de sucesso) que estão abertos a mim" (Goffman, 1969, p. 100). O debate ético sobre o grau de veracidade e a forma como nos colocamos em campo não deixa de ser importante, contudo. Tento observar o funcionamento natural do meu campo, ao mesmo tempo, sei que minha presença já implica certas mudanças naquele funcionamento normal, por mais invisível que eu tente me colocar por vezes. Sem a ingenuidade de pretender ser neutro, mas com a intenção de influenciar o mínimo possível naquela realidade, nas falas e convivência, assumo que o cumprimento de certos papéis não inverídicos seja um caminho aceitável a seguir, desde que tenha plena consciência do que aquilo vai gerar como resultado em minha pesquisa. O fato de a face de pesquisador me fechar portas com chefes de empresa de vigilância é algo que muito nos diz sobre a pesquisa e meus interlocutores de pesquisa, assim como a face de jovem

ingênuo, futuro do bairro, ser facilitadora de diálogos produtivos, também muito nos informa. Como um interlocutor me disse uma vez: "É muito bom ver essa nova geração interessada pelo bairro. No que eu puder te ajudar, conte comigo!". Em seguida, a pessoa me colocou em contato com muitas outras que adorariam "me ajudar".

É por entre essas regras não ditas do que eu devo fazer nesse jogo, onde devo pisar e que personagem interpretar, que faço minha pesquisa. Diferente daquelas etnografias clássicas, não moro com meus nativos nem compartilho de seus cotidianos de forma intensa. Minha ida ao campo (enquanto o espaço físico das assembleias, câmaras e conselhos), não é tão constante, por mais que se tratando das redes de articulação política do bairro (que é também meu campo), me mantenho de forma ininterrupta. Na averiguação cotidiana das redes sociais, das mensagens de celular e nas interações cotidianas em espaços mais informais faço meu campo, assim como o faço nas interações estratégicas e no acionamento das identidades virtuais em assembleias e conselhos. Do teatro ao jogo, busco construir esse papel de pesquisador multifacetado: *barrense*, mas infiltrado; pesquisador, mas ex-morador do bairro.

Essa pesquisa, apesar de não se enquadrar enquanto uma etnografia nos moldes clássicos, possui um caráter etnográfico, principalmente por duas questões centrais: a sua perspectiva e a sua escrita. Ao invocar um caráter etnográfico em um campo tão distinto ao dos trabalhos clássicos como de Malinowski ou Evans-Pritchard, busco um “modo específico de conhecer a vida social”, uma “postura perante o conhecimento” e a abordagem de um “diálogo pra valer”, compreendendo o que Frehse chama de “perspectiva etnográfica” (Frehse, 2006, passim). Essa perspectiva específica de uma maneira de fazer pesquisa dita a forma como o encontro com o nativo, a presença em campo e a coleta de informação serão feitos. Ela pressupõe o estranhamento, fator tão primordial para a presente pesquisa. Tal perspectiva define uma maneira muito peculiar pela qual o pesquisador se apresenta e se vê em campo.

Ademais, a forma de escrita é essencial também para essa maneira particular de fazer pesquisa. Acredito estar no ato de escrever e ser lido a parte mais importante de uma pesquisa social, já que dita como aquelas informações serão passadas e compreendidas. Se apresentasse as articulações políticas dos *barrenses* em torno de seus problemas públicos na terceira pessoa, sem reflexões sobre o chegar em campo, meu lugar enquanto "barrense infiltrado" e a relação com meus interlocutores, muito da pesquisa perderia o sentido. Assim como a "descrição densa" das reuniões, em seus momentos monótonos ou acalorados, apresenta para o leitor uma pesquisa e um resultado muito diferente do que a reprodução da ata ou deliberações finais dessa mesma

reunião. Ao escolher uma escrita etnográfica, escolho também uma metodologia dessa coleta de dados e do fazer campo, assim como escolho uma forma de diálogo com meus pares, aqueles que vão dar sentido (ou não) para as análises.

1.4 **O cruzamento dos personagens**

Além de sociólogo que pesquisa a Barra da Tijuca e ex-morador da Barra da Tijuca, fui, pela maior parte da pesquisa, professor de sociologia na Barra da Tijuca. Esse último papel também me é útil, ao me trazer mais para perto do meu campo diariamente. Três papéis que coexistem, mas que podem ser acionados em diferentes momentos. Quando uma entrevistada (que aceitou a entrevista por me ver como jovem barrense) mencionou que sua mãe foi professora, comentei que também o era, o que pareceu ter estreitado um pouco mais o laço de confiança que vínhamos construindo. Mencionar que era professor de uma escola do bairro também ajudava a criar a ideia de que eu tinha um maior apego aquela região, aquelas pessoas. Porém, mencionar a disciplina que leciono já nem sempre era uma boa ideia, já que parece ser vista como algo estritamente relacionado a um posicionamento político à esquerda e crítico de muitas coisas que meus interlocutores de pesquisa defendem. Citar que a escola em questão é cristã, parece que ajudava nesse sentido. O meu emprego de professor, contudo, parecia não ter muito a ver com a minha pesquisa, pelo menos de início.

Num certo dia, estou sentado à mesa com outros professores na escola, em nosso horário de almoço. Apesar de estar no mesmo bairro onde eu vou para fazer pesquisa, naquele contexto eu não precisava me preocupar tanto com a forma com que eu estava sendo visto ou com o que eu poderia explicitar sobre mim, o que era uma constante preocupação de campo. Quando olho para a porta do refeitório, vejo dois policiais adentrando o local, acompanhados da dona da escola. Primeiro, reconheci o colete branco e verde-neon, indicando que os policiais eram da Operação Barra Presente[11]. Logo em seguida (e para a minha surpresa), reconheci o rosto de um dos policiais. Era o Capitão Silva, coordenador do Barra Presente, um dos personagens mais presentes nas reuniões que eu acompanhava enquanto pesquisador. Gelei, percebendo o risco que se configurava para a minha pesquisa e minhas interlocuções que eu cuidadosamente vinha

[11] A Operação Barra Presente faz parte do programa de governo Segurança Presente, uma espécie de polícia de proximidade que já atua em diversos bairros do Rio de Janeiro.Uma discussão mais aprofundada sobre o Barra Presente é feita no Capítulo 4.

construindo. Já havia conversado brevemente com o capitão, ele tinha o meu contato e já havia questionado quem eu era, antes de me adicionar ao grupo da operação no Whatsapp. Para ele, me apresentei como morador da Barra da Tijuca, indicado por um diretor da Câmara Comunitária com quem havia conversado. Em um momento certamente muito mais tranquilo de fato do que a forma como eu o imaginava em minha cabeça, o capitão sentou na mesa ao lado, junto a meus chefes e seu companheiro de trabalho, para almoçar. Ao me levantar para cumprimentá-lo, tanto meus colegas de trabalho, como meus chefes e meus alunos, olharam com surpresa. Uma troca rápida de palavras acabou por ter uma imensa importância: juntou, tanto para aquele policial quanto para os meus chefes, as minhas personalidades, de pesquisador, de professor e de *barrense*. Senti que ganhei um nível a mais de confiança daquele capitão, que seria confirmado meses depois quando ele aceitou me conceder uma entrevista. Para os meus chefes, também *barrenses* e evangélicos, acredito que o fato de conhecer o capitão da polícia gerou também uma certa confiança extra em um professor de sociologia recém-contratado.

No mês seguinte, me encontro na mesma mesa do mesmo refeitório, em um horário provavelmente parecido. Novamente, me encontro tranquilo, em meu momento de descanso, comendo e conversando com meus colegas. Ao olhar para a porta, vejo minha chefe entrando, novamente acompanhada. Dessa vez, de uma mulher. Demorei um pouco mais (provavelmente pela falta de um uniforme verde-neon e de uma arma na cintura), mas acabei por reconhecê-la. Era a gerente executiva da Subprefeitura da Barra da Tijuca, também personagem de extrema importância e presença nas reuniões que eu acompanhava, além das citações nas entrevistas que eu vinha conduzindo. Enquanto pesquisador, havia estado em sua presença diversas vezes, mas nunca me deixando aparente ou buscando um contato. Porém, a conhecia por muitos anos, já tendo frequentado sua casa em diversas ocasiões. Antes daquela função que ocupava, ela era para mim a mãe de uma amiga de infância. Havia evitado o contato com ela com esse receio de que o meu disfarce de jovem *barrense* se perdesse. Como mencionado acima, uma pessoa com a importância dela naquele meio, poderia fechar muitas portas caso questionasse as minhas intenções. Talvez perguntasse sobre mim para a filha, que poderia falar em quem eu votei nas últimas eleições, ou sobre o que eu defendia em minhas redes sociais. Naquele momento, não tive escapatória, e minhas diferentes faces se encontraram mais uma vez. Ela demorou alguns instantes, mas logo lembrou de mim, para a surpresa novamente dos professores e meus chefes, que questionavam porque eu abraçava a pessoa que eles haviam convidado para pedir que asfaltasse a rua da escola. Novamente, o receio dos males que aquele cruzamento poderia gerar

para a minha pesquisa caiu, quando senti que havia ganhado mais "moral", tanto com ela, quanto com meus chefes.

Alguns meses depois desses encontros, eu me dirigia a um hotel de luxo onde ocorreria mais uma reunião do 31º Conselho Comunitário de Segurança. Arrumado com minhas roupas de campo - uma calça social com uma camisa polo ou de botão - , batia aquela ansiedade e o pensamento de que todos ali deveriam estar suspeitando do homem sozinho com seu caderninho. Descendo a escada para o local do evento, esbarro com o Capitão Silva. Prontamente ele lembra de mim, me cumprimenta e pergunta como vai o meu trabalho e a minha pesquisa. No que chegamos juntos no hall de entrada, onde serviam um buffet de café da manhã, muitas pessoas vem em sua direção para cumprimentá-lo. Me vendo chegando junto dele, passo a não ser tão suspeito assim. Alguns minutos depois, enquanto como meu pão de queijo grátis com café, a mulher da subprefeitura chega no local e, passando pelas muitas pessoas que se enfileiram para cumprimentá-la como se fosse uma *popstar*, ela me cumprimenta e me abraça. Menciona que sua filha está chegando na cidade por aqueles dias e me convida para um churrasco em sua casa, saindo antes que eu tivesse tempo de respondê-la. As pessoas ao redor, todas conhecidas entre si e estranhas para mim, acabavam de me ver com ainda menos suspeição. Naquele dia, conversei com inúmeras pessoas sem a menor dificuldade, agendei diversas entrevistas e peguei novos contatos. O cruzamento das minhas personalidades havia se mostrado muito produtivo, e me mostrou muito sobre o meu campo, sobre a importância das conexões e sobre o funcionamento daquele círculo fechado. Até hoje, sempre que abro o Whatsapp para checar as atualizações diárias do capitão no grupo do Barra Presente, vejo que meu chefe curtiu as mensagens, e me lembro do quão pequeno é o mundo da Barra da Tijuca.[12]

Alí, começava a perceber qual caminho percorrer, qual estratégia tomar para abrir portas na minha pesquisa. Professor, pesquisador ou morador, o que me concedia ou não acesso àquelas pessoas passava por uma certa “economia da preocupação": uma disputa entre moradores para ver quem se importava mais com o seu condomínio, com o seu bairro, com a sua comunidade. Nesse sentido, o que importava era mostrar para meus interlocutores o quanto eu me importava, e que, mais do que um pesquisador, eu era um jovem interessado no bem do bairro.

[12] Como Rafael, um amigo meu, costuma dizer, o mundo não é pequeno, a renda que é mal distribuída. No contexto da Barra da Tijuca, essa frase faz muito sentido.

1.5 **As viradas-de-chave**

> "Para habitar uma instituição, para manter seu papel, existem certos conhecimentos sobre ela mesma, e além disso um conhecimento sobre as legitimações últimas dos gestos que realizamos, o que permite a instituição ser apresentada em certas situações como indispensável, necessária, útil ao funcionamento da sociedade" (Gaïti e Sawiki, 1997, p. 3)

A citação acima ilustra um duplo sentido da manutenção de uma instituição. Ao mesmo tempo que ela, assim como a sua presença nela, é sustentada por símbolos e conhecimentos compartilhados a seu respeito, esses permitem que ela tenha sua importância para a sociedade justificada. Em outras palavras, a crença naquilo que a sustenta, cria a crença na sua relevância própria. Esse mesmo duplo sentido foi experimentado por mim, em dois momentos determinantes para a presente pesquisa, duas importantes "viradas de chave": primeiro, quando as próprias instituições em que eu fazia campo me levaram a alterar o próprio objeto da pesquisa, se colocando em destaque; segundo, quando, em um determinado momento, percebi que as crenças que compartilhava para adentrar aquelas instituições já haviam se entranhado em mim, nas diferentes faces que acionava, quando me dei conta que o meu olhar crítico-pejorativo frente a elas deu lugar a um reconhecimento da sua importância para aqueles moradores e para mim mesmo.

No dia 13 de outubro de 2022, o decreto 48.225 é publicado pela AGENERSA (Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro), aprovado no dia seguinte pelo governador Cláudio Castro. No dia 9 de novembro, uma reunião emergencial é convocada pela Câmara Comunitária da Barra da Tijuca para discutir as consequências desse novo decreto. Reunião com cara de aula, uma exposição de um dos diretores tomou conta de quase todo o evento. Com uma apresentação preparada para a ocasião, repleta de fotos de contas de água e de trechos de leis e regulamentos, Eduardo explicou passo a passo de como o nosso regulamento de serviços de águas e esgoto foi construído ao longo das décadas, desde um decreto de 1976 até a mudança recém-publicada. "O regulamento que nós temos de serviço de água e de esgoto que temos aqui no Rio é o melhor do Brasil", argumenta o diretor, explicando que ele protege o consumidor e que é fruto de um acúmulo de muitos decretos e súmulas que o foram aperfeiçoando. Isso, contudo, acabara de ir por água abaixo, de acordo com ele.

Durante as muitas horas de explicações sobre burocracias e leis, algumas coisas ficaram claras naquela reunião: que o enfrentamento em função dos serviços de água e esgoto é antigo e recorrente naquele círculo; que aqueles moradores conseguiram, ao longo dos anos, uma posição de vantagem frente aos órgãos responsáveis pelo serviço; e que essa nova mudança alterou essa vantagem conquistada, o que os enfureceu. Essa reunião não só ilustrou a dimensão burocrática das disputas em torno de infraestruturas, mas também reiterou a presença da ambiguidade no contexto. Toda a discussão em torno da legalidade do novo decreto perpassa uma disputa em torno da ambiguidade do texto, da mesma forma que a posição da Câmara e seus moradores frente às empresas fornecedoras dos serviços de água pode ser simultaneamente como de vantagem e como de desvantagem. Dito isso, muito além das informações sobre o serviço de água e as contas, o que aquela reunião me mostrou foi da importância daquele órgão para aquelas pessoas e, a partir daquele momento, também para mim.

Toda a burocracia envolvida no processo de provimento de água, assim como as relações estreitas entre as empresas e políticos, alastram a distância entre as discussões públicas da cidade e aquelas discussões privadas dos moradores. Distância, essa, que é precisamente o que os órgãos intermediários como a Câmara Comunitária, tentam reduzir. O problema da casa, uma conta mais cara que irrita um morador, passa a não poder ser resolvida em casa ou pelo morador. Muito mais do que um lugar para ser ouvido e se sentir importante, do que um lugar para se construir enquanto figura política ou para buscar um sentimento de comunidade, aquele órgão estava de fato conectando moradores à política urbana da cidade, estava de fato elevando os problemas privados à problemas públicos - e, simultaneamente, se colocando como solução. Naquela noite, me peguei também revoltado, não com as falas controversas que costumo ouvir em campo, mas com a mesma coisa que os meus interlocutores estavam se revoltando contra. Assim como eles, sentia a impossibilidade de ação individual frente àquele problema. O nosso compartilhamento de crenças se estendia também à crença na importância daquela instituição, não apenas sociológica, mas concreta. Essa "virada de chave" reduzia a minha capacidade de controle sobre as identidades que eu acionava, me aproximando daquele campo que eu buscava um distanciamento analítico.

O papel de *barrense* ocupa um lugar incômodo em mim. Por ter nascido e crescido na região, aceitava com vergonha tal título, vindo de meus amigos e conhecidos de outras regiões da cidade. Hoje vejo o tamanho do esforço que fazia, seja na escola para os professores ou na rua para os amigos, de me distanciar daquela atribuição, de me afastar dos símbolos que construíram aquela figura no imaginário social das camadas médias cariocas. Sem nem ter ideia

do que aquilo significava - sem nem ter ideia do que era a sociologia, em si - durante a minha adolescência eu muito lutava contra tal identidade, mesmo pertencente à classe média, mesmo morando na Barra da Tijuca. Me mudar do bairro não foi o suficiente para que o título de barrense se desmatelasse: eu ainda era o estudante que veio da Barra, ainda era o pesquisador que fazia pesquisa na Barra. Durante meu campo, me vi fazendo o uso e me vestindo dessa categoria que passei grande parte da vida tentando me desvencilhar.

Similarmente, o papel de “infiltrado” ou "de fora” foi um que, agora, vejo com clareza o quanto eu tentei vestir. Dava aula para jovens *barrenses* tentando me convencer do quanto eu nunca fui aquilo. Entrava em reuniões de assembléias buscando, a todo custo, criar o estranhamento não apenas pelo olhar antropológico, mas também enquanto uma afirmação pessoal, de que eu não estava em meu ambiente, eu estava infiltrado. Na reunião mencionada acima, depois de muito meses “infiltrado” entre *barrenses*, ao me ver concordando com aquelas pessoas sobre o absurdo dos complôs entre o Estado e empresas privadas, sobre a impossibilidade de cidadãos enfrentarem grandes empresas sem que se juntem e lutem juntos, vi a máscara de infiltrado, aos poucos, caindo. Ao pensar em como comunicar meus pais, ainda moradores da Barra, sobre o que deveriam fazer para tentar evitar os aumentos da cobrança de água, me vi ainda *barrense*.

Dentre essas muitas viradas de chave que meu campo me propiciou, desde a mudança completa de objeto de pesquisa, até a minha forma de enxergar o meu objeto de pesquisa, se encontra também uma mudança sobre o enxergar a mim mesmo. Sem dúvidas, em termos analíticos e no sentido da contribuição à pesquisa, entender a necessidade daquelas instituições intermediárias e o papel que cumprem naquele meio, mesmo em meio às minhas muitas críticas e olhar tendencioso sobre o seu funcionamento, teve extrema importância para esta tese. Mas seria ingenuidade ou negligência não considerar e não explicitar, em uma pesquisa que se tende etnográfica, a virada de chave pessoal que o campo teve em mim. Talvez só durante a escrita final da tese tenha ficado totalmente clara a dimensão da política dos condomínios, da abrangência e importância desse fenômeno, e do quanto eu faço parte disso.

2 **OS PERSONAGENS DA VIDA ENTRE MUROS**

No começo da pesquisa, antes de ter voltado o meu olhar para a política dos condomínios e as relações em torno da vida comunitária do bairro, comecei a entrar nos condomínios para entender como era a vida naquele espaço. O que via dependia muito do horário e dia da semana em questão, variando de ruas bem movimentadas, com filas de carro buzinando e muitas pessoas andando pelas calçadas, durante a saída das escolas, até um ambiente quase deserto, com raras pessoas caminhando ou passeando com cachorro e uma eventual ronda da segurança privada de moto. Nessas minhas idas a campo, conversei brevemente com alguns moradores, sem conseguir tirar muito proveito das situações. Em uma dessas breves conversas, uma moradora que aparentava ter por volta de 60 anos, reclamou do barulho e bagunça das escolas. Outro morador do mesmo condomínio, aparentemente mais novo que a primeira, com quem conversei em uma outra ocasião, reclamou da falta de educação dos muitos vizinhos, sem explicar melhor o que queria dizer com isso. Um terceiro morador, esse já bem mais jovem, com quem eu tinha contato até mesmo antes da pesquisa, disse que a sua maior reclamação são os "grupinhos" que se formam entre os moradores, que estão sempre brigando entre si. Como não consegui adentrar nessas pequenas reclamações e logo mudei o meu foco de pesquisa, acabei não dando tanta importância àqueles breves encontros.

Em uma dessas visitas, conversando com o porteiro de um dos prédios do mesmo condomínio dos jovens acima, me foi sugerido entrar em contato com o síndico. Acredito que o motivo foi um questionamento sobre um dos apartamentos que estava com anúncio de aluguel, não lembro exatamente. Falar com o síndico não me ajudaria naquele momento, já que o motivo - sendo ele o apartamento para alugar ou outro - provavelmente era uma desculpa para iniciar uma conversa. Porém, a ideia de entrar em contato com o síndico em algo que o porteiro não podia me ajudar, me fez pensar sobre outras questões. Quem resolve cada um dos problemas naquele condomínio? O que se resolve com o porteiro, o que se resolve com o síndico, e o que se resolve com o condomínio? Quais daqueles problemas relatados é um problema pessoal, da casa da pessoa, e qual seria do prédio, ou ainda do condomínio como um todo? Como é feita essa distinção?

Meses depois, em uma cena narrada no capítulo anterior, me via no salão principal da maior instituição intermediária do bairro, a Câmara Comunitária da Barra da Tijuca. Nela diversos moradores, síndicos e diretores de associações se articulavam para tratar de um problema comum: o aumento dos valores das contas de água. O que parecia ser um problema

individual ou, no máximo, familiar - uma conta a se pagar - se mostrou ser um problema que extrapola não só a moradia, como também o condomínio e o próprio bairro. Era um problema que envolvia o governo do estado e empresas privadas, que envolvia questões legais e que tinha amparo em uma longa construção histórica. Era um problema que se relacionava com questões mais profundas, sobre estatização e privatização de serviços, sobre quais serviços o Estado deveria se comprometer e sobre qual deveria ser a relação do Estado com empresas privadas. Era um problema que, além dos reais a mais a serem pagos por cada morador, envolvia denúncias de corrupção e compras milionárias de concessões de serviços públicos.

Entre os contatos rápidos com moradores e um porteiro e essa reunião sobre a conta de água, muita coisa se desenvolveu relativa a esta pesquisa. Resolvi seguir, de certa forma, esses problemas, conforme eles iam transitando ou não entre escalas de problematização, assim como quem lidava com eles. O problema da falta de educação de vizinhos não tinha abrangência suficiente para envolver o condomínio, nem mesmo os prédios ao lado. O problema do barulho das escolas, sim, poderia ser visto como um problema do condomínio, por interferir no cotidiano dos moradores de forma geral, apesar de não aparentar ser uma prioridade entre eles. O problema dos "grupinhos" políticos, por outro lado, ocupava papel central na política interna daquele condomínio, e extrapolava para as disputas por liderança e poder nas instâncias mais altas da política do bairro. Já o problema da conta de água começava nas casas e progredia até um problema público.

Portanto, esta tese acaba sendo, de certa maneira, sobre os problemas, quem os resolve e como são resolvidos. Tudo isso dentro de um enquadramento muito específico, de uma vida urbana tensionada pelos muros e pela ambiguidade do que é público e do que é privado. A "política dos condomínios" é, portanto, - e talvez como qualquer política - sobre problemas. Então, antes de adentrarmos esses problemas, é necessário apresentar qual é esse contexto e quem são esses personagens, aqueles responsáveis por legitimar e trabalhar esses problemas. Esse capítulo, então, apresenta os meus principais interlocutores de pesquisa, moradores que ocupam posições de destaque na política dos condomínios e que têm poder sobre a dinâmica dos problemas na Barra da Tijuca e nos seus condomínios. Antes de adentrar as escalas e os problemas em si, aqui faço o esforço de contextualizar essas pessoas dentro de categorias mais amplas, além de sintetizar as representações que elas têm do bairro e da vida nesse espaço, além de tentar articular o que seria uma sociabilidade e um estilo de vida específico dessa "lógica de condomínio".

2.1 **A Barra e os *barrenses***

O que aqui venho chamando de uma "política dos condomínios" é um fenômeno que tem como principal contexto o bairro da Barra da Tijuca. Um verdadeiro "bairro de condomínios" a Barra da Tijuca possui especificidades que fazem dela um objeto único para pensar diversos aspectos da produção da vida urbana. Contudo, o bairro também é um reflexo de um processo de escala global de novos modelos de urbanização e de oferta de vida nas grandes cidades. A política de condomínios é uma forma de se fazer política urbana que emerge da dinâmica dos grandes condomínios, de um estilo de vida e forma de sociabilidade específica de uma vida urbana entre muros. Contudo, tanto essa política quanto o estilo de vida e sociabilidade representam uma lógica que extrapola os muros dos condomínios. Enquanto fenômeno urbano, tais condomínios moldam bairros e cidades, principalmente aqueles e aquelas baseados nessa forma urbana, como a Barra da Tijuca e muitos subúrbios ao redor do mundo. Lawrence Herzog (2013) se atentou para essa lógica, chamando a Barra da Tijuca de um "subúrbio global", refletindo dinâmicas urbanas globais. Ou, como traz Fischer (2014), a Barra e sua estrutura urbana e política tem um "duplo papel", como tanto um fenômeno global quanto uma formação social fortemente local.

Dentro da história urbana carioca, o bairro da Barra da Tijuca representou um papel importante, que está intrinsecamente atrelado ao surgimento e propagação do fenômeno dos grandes condomínios, como busquei mostrar em minha dissertação de mestrado (Agueda, 2021). Julia O'Donnell (2013) nos mostra, em seus estudos sobre Copacabana, como estilos de vida se atrelam à expansão da cidade, e como esta se molda a partir de promessas de futuro. Passo seguinte nesse processo de expansão do Rio de Janeiro pela orla, a Barra também carrega consigo promessas de futuro e tentativas de solução, tanto para anseios e projetos de moradores, quanto para o desenvolvimento do mercado imobiliário. Na busca por unir tais soluções a um novo estilo de vida e proposta de forma de viver nas cidades, os grandes condomínios aparecem como a imagem desse novo bairro. A Barra é um bairro com características próprias, muito distinto dos outros bairros da cidade. Mas ela é, também, parte integrante do processo de produção da cidade do Rio de Janeiro. Similarmente, os condomínios são, em si, modelos de moradia e expansão do mercado imobiliário, diferentes de outras formas de moradia e portadores de um estilo de vida específico e de uma sociabilidade específica. Contudo, são também produtores e reprodutores de lógicas de cotidiano e de se fazer cidade que extrapolam os seus muros e ditam diversos aspectos da política urbana da cidade. O lugar que esses grandes

condomínios ocupam na Barra da Tijuca, assim como o lugar em que esta ocupa na cidade, é importante para entender a importância e abrangência de uma "política dos condomínios".

Construído a partir de um grande plano modernista do urbanista Lúcio Costa, pouco depois dele ter desenhado o plano da capital Brasília, a Barra da Tijuca e seu grande terreno de dunas e manguezais foi a base para o mercado imobiliário definir o novo modelo de expansão urbana da cidade. Se apropriando do que Lúcio Costa imaginou e projetou, as imobiliárias transformaram o que seriam os "núcleos urbanizados" para construir espaços privados. O que o urbanista pensou serem espaços de convivência entre diferentes classes, de oferta de um cotidiano inteiro dentro de cada núcleo, acabou se tornando apenas o segundo. Como o próprio Lúcio Costa comentou, uma década depois do seu plano, "realmente, não é o que eu queria [...], mas o que a gente vai fazer? O urbanismo é assim mesmo" (Costa, 1979). A forte apropriação do mercado imobiliário, somada aos anseios das camadas médias e altas por separação da insegurança das ruas e por uma vida comunitária entre semelhantes, acabou fazendo da Barra da Tijuca um bairro de "bolhas", "verdadeiras ilhas de enclausuramento e proteção antecipada" (Davis, 2006). Essa separação com o espaço público das cidades acabou gerando um estilo de vida e um cotidiano muito específico ao bairro, mesmo fora dos condomínios. Em um bairro sem espaços públicos de encontro, de esquinas e botequins (Gomes e Del Rio, 1998) uma nova forma de viver nas cidades se desenvolve. Em especial, o bairro e seu modelo de urbanização acabam por criar ambiguidades entre o que seria o público e o privado, com sua gênese na adaptação dos "núcleos urbanizados" de Lúcio Costa - pensados enquanto espaços públicos, com serviços públicos - em condomínios fechados - mas que, no geral, ainda possuem suas ruas internas enquanto logradouros públicos.

Falar da Barra da Tijuca e de seus moradores significa tratar também da vida de um grupo bem específico de atores. Isso tanto pelas características compartilhadas por eles, principalmente em termos de poder aquisitivo e posição na pirâmide social brasileira e carioca, mas também pelo papel que os condomínios ocupam nessa definição do grupo social que fazem parte os seus moradores. Uma atenção maior foi dada ao papel simbólico que os discursos por trás da vida em condomínios teve nas expectativas de vida e na construção do que seriam os "novos ricos" que viriam a ocupar esses condomínios em trabalhos anteriores (Agueda, 2021; 2022; 2023). Aqui, contudo, cabe trazer de volta alguns aspectos para trabalhar melhor uma definição do que seria a síntese desses discursos e da vida em condomínio, assim como o lugar desse grupo na discussão em torno das classes médias no Brasil.

Para tanto, é necessário realizar três tarefas: a primeira, de tentar definir onde esse grupo se encontra dentro das categorias socioeconômicas dos grupos no Brasil; a segunda, de entender como os aspectos culturais desse grupo vão se relacionar ou se atrelar com os aspectos da vida em condomínio, buscando mapeá-los em termos de cultura, e status dentro da literatura especializada; e a terceira de, a partir dessas definições, tentar produzir uma chave conceitual para o que se pode tirar desses grupos nesse contexto específico dos grandes condomínios, ou seja, o que o estudo dessas camadas de residentes de condomínios pode contribuir para pensar as classes médias, os ricos, a cultura, estilos de vida e sociabilidades que emergem desse grande fenômeno das grandes cidades atuais.

2.1.1. Camadas médias

Estudar classes sociais tem sido um esforço antigo e extenso, não só nas ciências sociais. Desde pelo menos os livros "Economia Brasileira: Uma Introdução Crítica" (1982) do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, e "Fundamentos de Sociologia" (1983) do antropólogo Alfonso Trujillo Ferrari, autores se debruçaram na tentativa de classificar os brasileiros quanto à classes sociais. Esses dois exemplos da década de 1980 já demonstram duas vertentes que se seguiram desse esforço: uma tentando fazer uma classificação em função dos papéis desempenhados na relação de trabalho, seguindo uma inspiração marxista; e outra baseada em critérios mais objetivos de renda. Os aspectos culturais passaram também a ser considerados como chave por alguns autores para tais classificações, em especial a partir do trabalho de Darcy Ribeiro (1995) e impulsionada pela sociologia de Bourdieu. Essa multiplicidade de tentativas classificatórias deu espaço a um campo indefinido, onde as classes são definidas ora por aspectos técnicos - como o critério utilizado pelo IBGE baseado em renda familiar, ou critérios como o "Critério Brasil", que utiliza pontos para definir classes conforme acesso a serviços e bens - ora por aspectos culturais e políticos. Nessa infinitude de possibilidades, as camadas sociais que mais ficam carentes de definições são exatamente aquelas intermediárias, entre os extremos tanto de posição de trabalho quanto de capital cultural ou econômico. Por não serem tão facilmente compreendidas nem como opressor, nem como oprimido, nem como burguesia ou proletariado, nem como elite ou pobre, sua conceituação fica mais em aberto, ainda mais após as mudanças na estrutura social brasileira ocorrida nas últimas décadas. Seriam elas os

"setores intermediários" de Ribeiro (1995), as "classes batalhadoras" ou as "classes médias" de Souza (2017), ou a "nova classe média" de Neri (2008)? E quando um determinado grupo estiver entre categorias mais altas quanto ao poder aquisitivo, mas sem o nível educacional daqueles em tal categoria?

O livro "Essa tal classe média" (2025), organizado por Celi Scalon, André Botelho e João Mello, publicado recentemente como resultado de uma conferência para pensar classes médias, apresenta algumas abordagens que podem nos ser úteis. Apesar da proposta dessa tese não ser de trabalhar os barrenses dentro dessas categorias, as lentes para construir essas categorias simbólicas podem se utilizar de questionamentos levantados por alguns autores que participaram desse livro, no sentido de "capturar as particularidades históricas e sociológicas do processo de estratificação brasileiro" (Scalon et. al., 2025, p. 11).

Salata, que considera essa definição de classe média como apenas uma "camada estatisticamente intermediária [...] Ou seja, era classe média quem estivesse próximo do meio da distribuição de renda" (Idem., p. 55). O que o autor propõe, em contraposição é que:

> "para ser classe média no Brasil – compreendendo-a não somente como posição econômica, mas principalmente como formação social – é preciso estar muito próximo do topo da pirâmide, entre os 15% mais ricos ao menos. Nossa classe média está muito longe de ser intermediária [...] Do ponto de vista sociológico, a chamada nova classe média brasileira representava uma ascensão econômica de parcela das classes que vivem do trabalho no país. Mas estava longe de representar mobilidade de classe e ingresso na classe média." (Idem., P. 55-56)

Seguindo na abordagem proposta por Salata (2025), aqui também compreendo que classe média "não é somente uma posição – ou um conjunto de posições – na dimensão econômica da estratificação, mas também uma formação social" (p. 22). Outros autores também seguem nessa linha, como Antonio Brasil Jr. (2025), que diz que a classe média "é sempre relacional e, portanto, contextual" (p. 25-26), ou Antônio Sérgio Guimarães (2025), que as considera "classes desenhadas com um certo propósito analítico, sem implicar necessariamente em consciência política" (p. 28), ou ainda Elísio Estanque (2025) que nos lembra que "a "classe média" é uma categoria sociológica, e não um grupo substantivo com identidade própria." (p.32).

Na presente pesquisa, a escolha por não trabalhar com dados quantitativos ou não me prender a aspectos objetivos demográficos sobre os moradores de condomínios é uma escolha analítica. O que me interessa não é de fato quem são esses moradores, mas como se constituem enquanto moradores de condomínios. Não me interessa o indivíduo por si, mas o indivíduo enquanto ser social em um ambiente que não é privado e nem necessariamente público. O que busco é a investigação da vida social nesse espaço ambíguo que existe entre as casas e a rua. Portanto, estou falando de moradores que podem não estar inseridos na mesma categoria demográfica ou estrato social, ainda mais tendo em vista a heterogeneidade presente nesses espaços, que ficarão mais claras ao longo da tese. O que faz desses moradores um grupo social específico é tanto o cotidiano de condomínio, com todos os símbolos e práticas que vêm com ele, como o meu "propósito analítico".

Desde trabalhos passados, tenho evitado entrar a fundo nessa discussão exatamente por não querer levar para um lado da sociologia da estratificação. Então, tenho seguindo a escolha de Patriota de Moura e Januzzi (2019), de usar da noção de Gilberto Velho das "camadas médias urbanas", por entender que ela dá conta da heterogeneidade de estilos de vida e visões de mundo dentro de uma mesma classe social, podendo se referir aos moradores do condomínio de forma geral. Enquanto classes urbanas, delimito o meu interesse analítico em pensar relações sociais dentro da esfera do urbano, e com a denominação de "camadas médias", no plural, abro espaço para uma delimitação menos estanque, exatamente por se tratar de um conceito relacional e uma "formação social". "Camadas" ao invés do termo "classe" também ajuda a criar esse afastamento das discussões mais quantitativas e de uma abordagem voltada às relações de trabalho. Anteriormente, me vali da categoria de "camadas médias e altas", para dar conta não apenas dos moradores que de fato vivem nesses espaços, mas também aqueles públicos-alvo de algumas das propagandas que analisava (Agueda, 2021). A ideia era deixar clara uma distância das camadas populares, sem excluir alguns moradores que, de fato, se encontram nas ditas classes A e B. Contudo, aqui opto por trabalhar apenas com "camadas médias", exatamente pelo foco naquilo que os une enquanto grupo, os símbolos e o cotidiano de uma vida em condomínio.

Feitas tais considerações, durante este trabalho vou me referir ao grupo de moradores dos grandes condomínios da Barra da Tijuca enquanto "camadas médias", entendendo que fazem parte de um estrato social que não faz parte da restrita elite financeira brasileira, nem faz parte das camadas populares, mas, em sua totalidade, preenche diferentes lacunas desse espectro entre os dois extremos. São "camadas médias" principalmente por ocuparem esse lugar

dentro do imaginário social carioca. Tidos como "novos ricos", mas não como aqueles entre os "mais ricos", são contrapostos com os ricos tradicionais. São compreendidos como aqueles que têm uma alta renda, mas não necessariamente tantas posses ou herança; São percebidos como aqueles que ocupam médios e altos cargos em empresas, mas não são donos delas. Mesmo aqueles que são vistos como "mais ricos", são geralmente associados a uma ascensão recente, não fazendo parte de famílias ricas. Os moradores dos condomínios ocupam um lugar entre aqueles que dependem dos serviços públicos e aqueles que são totalmente alheios a eles.

2.1.2. Os *barrenses*

Entender esse grupo de moradores enquanto "camadas médias" é apenas um primeiro passo. Assim como eles, muitos outros grupos são vistos como tal e ocupam essa posição no imaginário social. O que os constrói enquanto grupo é exatamente o viver em condomínio, o que vai muito além de um local de moradia. Como venho buscando argumentar, o viver em grande condomínio condiciona não apenas a moradia, como também a relação com a cidade e reproduz uma sociabilidade específica. Portanto, mais do que "camadas médias", esses moradores são também condóminos e portadores de uma classificação nativa dotada de muitos significados: *barrense*.

Barrense, claro, se refere a moradores do bairro da Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Mas é um termo nativo que engloba outras questões que dizem respeito às relações que se dão na cidade como um todo, e o que o bairro representa no "cartografia simbólica" (O'Donnell, 2013) do Rio de Janeiro. Aparecendo nos jornais desde 1979, menos de 10 anos após a criação do plano urbanístico para a construção do bairro (Agueda, 2021), o termo barrense delimita não só um tipo de morador, atrelado a uma região, mas também um estilo de vida e sociabilidade específicos. Termo nativo com caráter por vezes pejorativo e por outras valorativo, corresponde a uma forma de morar na cidade que está em disputa. Como trazido anteriormente, ele associa pessoas às suas origens, desafiando pertencimentos e status. Ele conecta o caráter do bairro Barra da Tijuca - de largas avenidas, sem muitos espaços públicos de convivência, sem esquinas ou botequins (Gomes e Del Rio, 1998) - a um tipo de cotidiano e convivência, sem muitos contatos com outras classes, sem muito contato com o público. Apesar de não ser exclusivamente atrelado aos moradores de condomínios, esses fazem parte da

construção do termo, exatamente por ilustrarem essas características do bairro e de seus moradores. Os próprios moradores da Barra, mas não dos seus condomínios, às vezes usam o termo de forma pejorativa para se distanciar dos *barrenses*.

O barrense, então, constitui um termo nativo atrelado a um grupo que faz parte da classificação analítica das "camadas médias". Nesse sentido, tenho usado também o conceito de "camadas médias *barrenses*" enquanto categoria mais específica que diferencia esses grupos de outras camadas médias que não possuem esse vínculo ao estilo de vida tratado. Ele representa um microgrupo dentro do debate sobre as classes médias, por incluir elementos de capital cultural em sua concepção. A associação entre o *barrense* e os "emergentes" (Lima, 2007) contrapostos às classes médias e altas "tradicionais" da Zona Sul carioca é parte integrante do caráter valorativo do termo. Comumente é usado para se tratar de um grupo com capital cultural - o que os separaria das classes mais baixas - mas que não se compararia a outros grupos detentores de capital cultural. Para os *barrenses*, o capital econômico seria o principal aspecto valorativo. O termo também emana uma carga valorativa quanto à relação com o restante da cidade, tanto pela separação física que o bairro possui com regiões mais centrais, quanto pela ideia de enclausuramento associada aos condomínios e ao modo de vida de seus moradores.

Dessas definições, o que importa para esse trabalho não são necessariamente o quão precisos são os conceitos escolhidos para tratar dos grupos em questão. O foco é entender o que é gerado a partir desses grupos, o que se cria desse contexto específico de uma vida em condomínio. Ao invés de me preocupar em que grupo classificatório esses atores estariam inseridos em uma lógica mais geral das ciências sociais, a preocupação é com a vida desses atores e o que eles produzem de sociabilidade quando inseridos nesse fenômeno dos grandes condomínios residenciais. Entendendo-os como seres com capacidade crítica, a tentativa de inseri-los em um grupo classificatório não pode se sobressair sobre uma análise das suas ações e dos "regimes de justificação" (Boltanski e Thévenot, 1991) que as acompanham. Portanto, antes de adentrar nos problemas que emanam da vida nos grandes condomínios residenciais e como tais problemas circulam nas tramas de hierarquização da política da vida comunitária condominial, cabe brevemente desenhar quadros analíticos que comportem aquilo que seria a síntese das ações cotidianas desses atores específicos: um estilo de vida e uma sociabilidade de condomínio/barrense.

Antes de adentrar no que se configura enquanto um estilo de vida barrense e uma sociabilidade de condomínio, é importante apresentar quem são os personagens desta tese.

Dentre os interlocutores que fiz ao longo do meu campo, alguns foram estrategicamente selecionados para a realização de entrevistas. Como apresentei brevemente na introdução, alguns critérios para a seleção desses personagens incluíram suas posições na hierarquia das instâncias intermediárias, sua presença na vida comunitária, o seu reconhecimento entre pares e a representatividade de diferentes grupos e instituições, além de seguir também indicações - modelo bola-de-neve - e depender da disponibilidade para um contato mais profundo. Foram nove os selecionados para as entrevistas, todas semi-estruturadas, de forma a adentrar tópicos de interesse da pesquisa, mas deixando a possibilidade de que levassem a conversa para os assuntos que mais os interessavam. Compreender quem são, suas trajetórias e principais bandeiras/problemas, nos ajuda a ilustrar melhor o que é o *barrense* e a política dos condomínios, além de familiarizar o leitor com os personagens da tese.

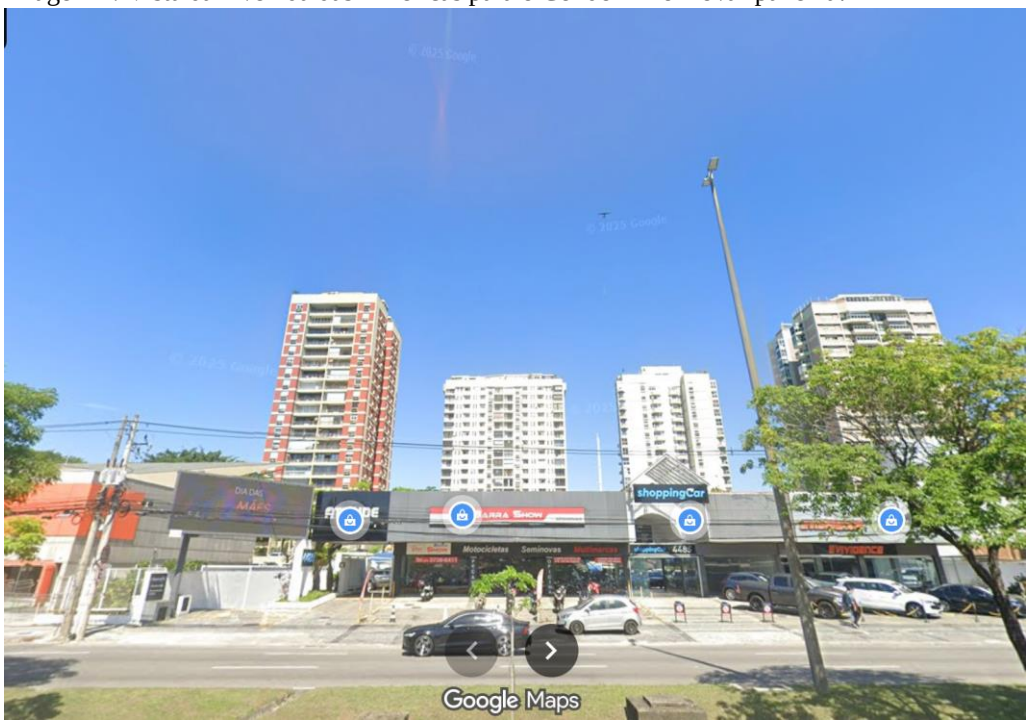
2.2. **Os lugares da vida política**

Quem não conhece a Barra da Tijuca pessoalmente talvez tenha certa dificuldade em imaginar algumas de suas características próprias. Apesar de um modelo de urbanização que está cada vez mais comum nas cidades brasileiras, a ideia de grandes espaços abertos, largas avenidas de muitos quilômetros de retas ininterruptas, poucas lojas de rua, praças e pessoas nas calçadas não é a imagem geralmente associada às grandes cidades. Se tratando do Rio de Janeiro, nem o subúrbio carioca e nem a Zona Sul se assemelham a essa paisagem urbana, uma vista de uma olhar para o alto que vê grandes torres com espaços enormes entre elas, sejam elas isoladas ou em pequenos agrupamentos. Principalmente na Zona Sul, de onde partiu a expansão urbana que chegou na Barra, os prédios costumam se enfileirar lado a lado, parede colada com parede, com ocasionais espaços de circulação de ar que não sejam as ruas. Do coração do bairro, seu eixo central conforme pensado pelo plano de Lúcio Costa, onde a Avenida das Américas cruza com a Avenida Ayrton Senna, ou mesmo seguindo por quilômetros em qualquer direção de uma dessas avenidas, o céu está sempre aberto, com torres e grandes estruturas cortando eventualmente o horizonte. A imagem de dezenas de pessoas correndo juntas ao ver o sinal verde, para conseguir cruzar as quatorze ou até dezesseis faixas de automóveis durante o tempo disponível, em uma via no meio de um bairro, pode ser algo chocante para quem não convive por ali.

Imagem 1: Vista da Avenida das Américas para o condomínio Riviera Del Fiori

Fonte: Google Maps, 2025.

Imagem 2: Vista da Avenida das Américas para o Condomínio Nova Ipanema.

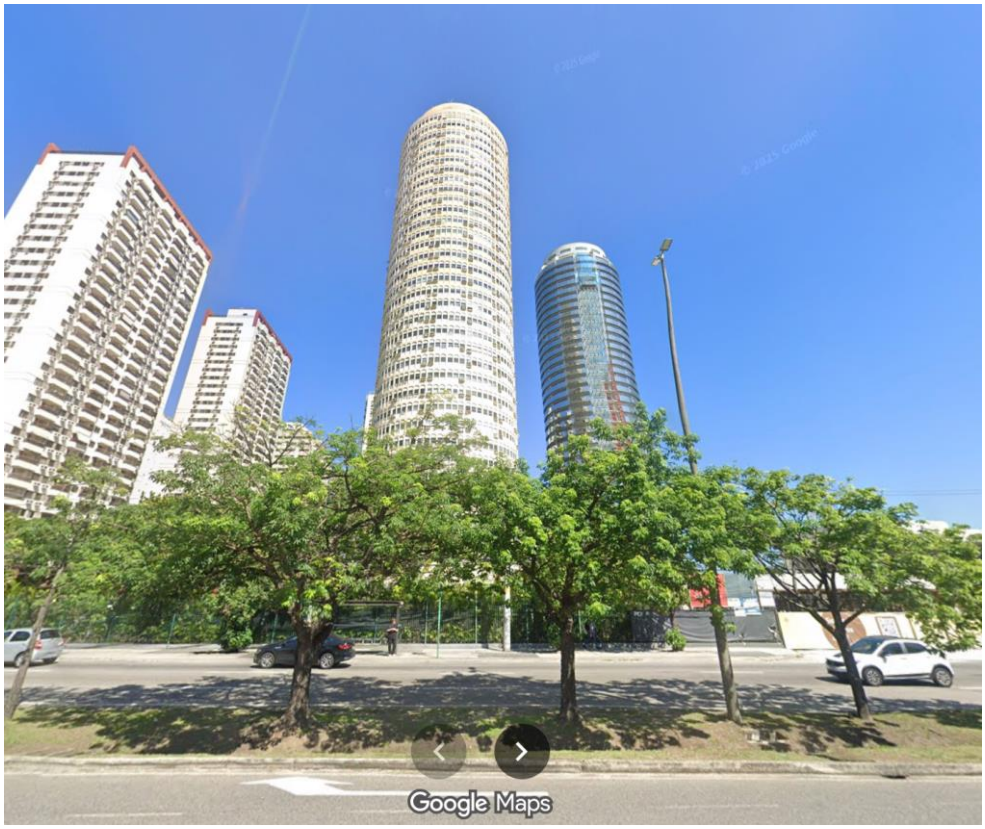


Fonte: Google Maps, 2025

Imagem 3: Vista da Avenida das Américas para o Condomínio Novo Leblon.

Fonte: Google Maps, 2025

Imagem 4: Vista da Avenida das Américas para a Torre H.



Fonte: Google Maps, 2025

Da mesma forma que a Barra possui as suas singularidades em termos de paisagem, em termos de imagens do seu dia-a-dia, seus espaços de política comunitária também têm suas características próprias. Pensar em uma reunião de condomínio que não são algumas poucas pessoas conhecidas sentadas em de *hall* de prédio, em uns poucos sofás que são usados quase que exclusivamente nesses momentos, pode ser uma tarefa não tão simples, dependendo do repertório de cada um. Eu mesmo tive esse choque, ao perceber que, alí, reunião de condomínio não era o que eu tinha em mente. Portanto, antes de adentrar os personagens desta tese, cabe aqui apresentar os lugares onde eles atuam, os espaços onde se dá a política dos condomínios da Barra da Tijuca. No intuito de trazer o leitor para os lugares onde fiz campo, para que as dinâmicas dessa vida política possam ser melhor visualizadas, aqui descrevo brevemente os principais lugares físicos desta pesquisa: o Country Club Novo Leblon e seu espaço de assembléias; a Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, seus arredores e seu interior; e algum dos locais onde ocorrem as reuniões do 31º Conselho Comunitário de Segurança.

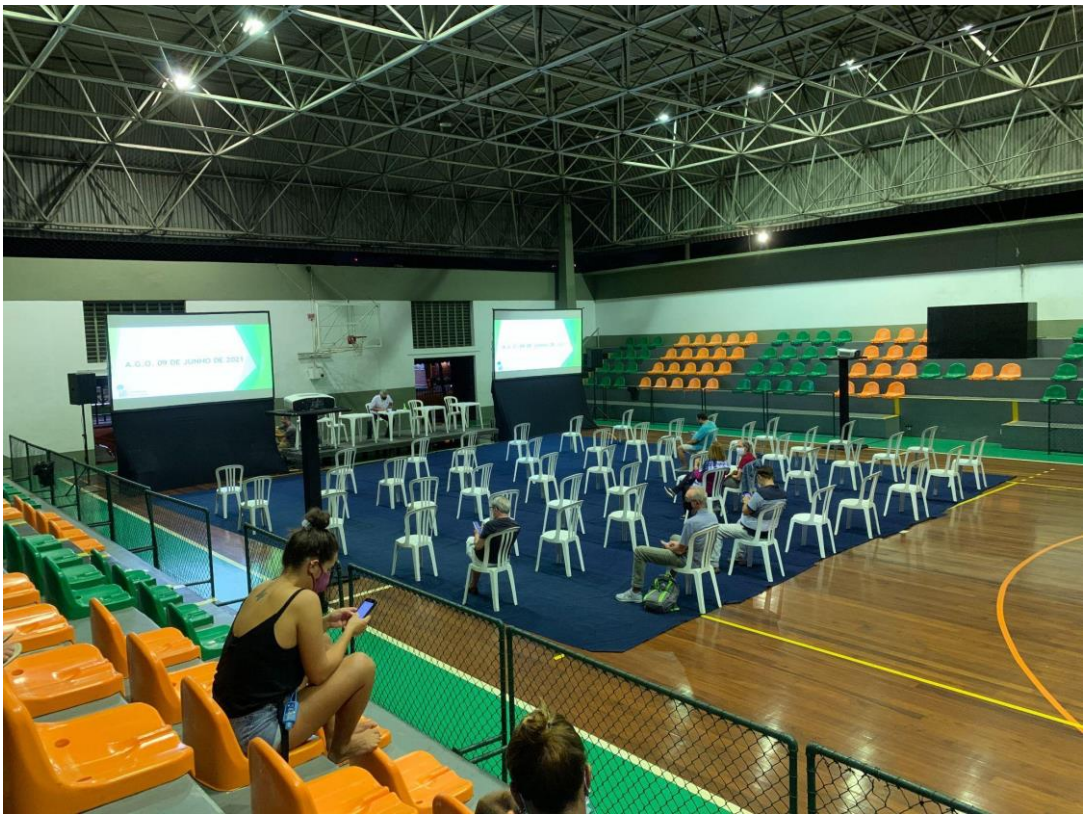
O Novo Leblon, objeto já muito explorado outrora (Agueda, 2021; 2022), não só é um dos principais e maiores condomínios da Barra da Tijuca como também possui uma das mais antigas e ativas associações de condomínio. Lá, tive um primeiro contato com a dimensão do que são as assembléias desses espaços. Dentro do condomínio existe um complexo esportivo e social, chamado Country Clube Novo Leblon que, além de abrigar diversas quadras poliesportivas, piscinas, restaurantes e áreas de lazer diversas (ver imagem X), abriga também as assembléias da Associação dos Condôminos do Novo Leblon (ACNL).

Imagem 5: Vista aérea do Country Clube Novo Leblon.

Fonte: novoleblon.com.br/infraetsrutura, 2025

Dentro da parte coberta do clube, a quadra poliesportiva é o palco dessas grandes assembléias ordinárias. A foto abaixo (Imagem 6) foi tirada por mim horas antes da primeira chamada para a assembléia daquele dia. No momento de seu início, outras cadeiras já haviam sido trazidas para o centro da quadra, assim como as arquibancadas laterais estavam quase lotadas. A tentativa de distanciamento, em função da pandemia do Covid-19, acabou não sendo muito efetiva, e as pessoas acabaram por se aglomerar não só na área coberta pelo tapete azul, como também ao seu redor.

Imagem 6: Interior da quadra poliesportiva do Country Clube Novo Leblon.



Fonte: O autor, 2021.

O local aparentemente simples muito se difere das reuniões de menores escalas, de prédios e condomínios menores. Toda a preparação para a reunião, incluindo a montagem de palco, aparelhos de som e telões, é também um importante elemento que exalta não apenas a grandeza daquela assembléia, mas também um certo decoro e determinadas práticas cerimoniais comuns àquele espaço.

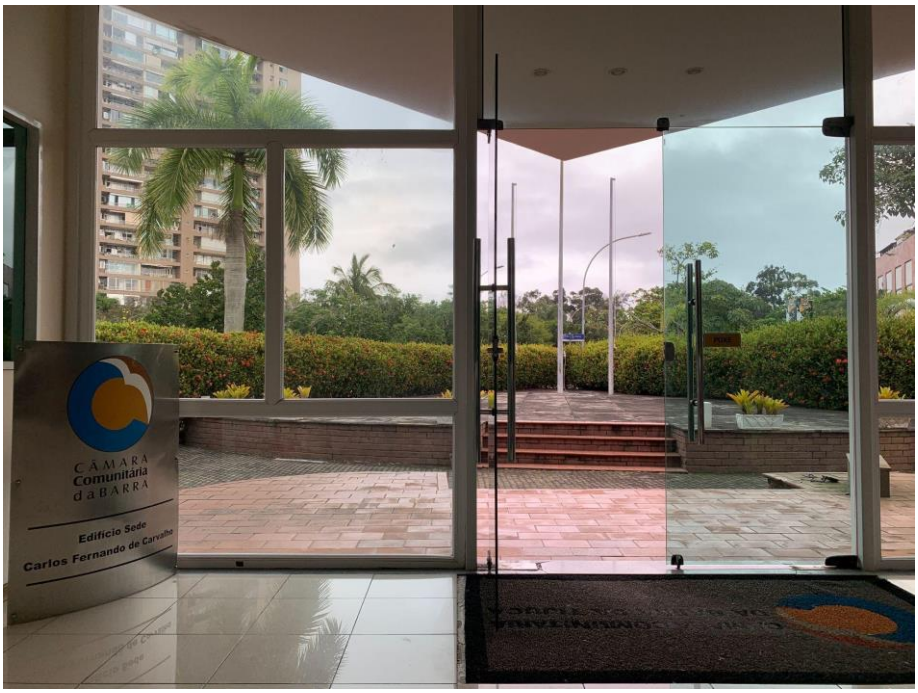
Outra paisagem bastante comum a qualquer pessoa que participa da vida comunitária da Barra da Tijuca é a sede da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca (CCBT). Localizada entre a Avenida das Américas e o Parque das Rosas, também importante e antigo condomínio do bairro, a sede é um prédio de tijolos que fica de frente a uma praça. Bem próximo desse eixo central do bairro e rodeado por shopping centers, o pequeno imóvel de aparência simples tem como endereço uma avenida que homenageia o marechal Henrique Teixeira Lott, importante nome do chamado Golpe Preventivo de 1955, movimento que garantiu a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek e seu vice João Goulart na própria cidade do Rio de Janeiro. Entre outras coisas, Juscelino ficou conhecido por desenvolver a indústria automobilística no Brasil, assim como cidades voltadas para o uso do automóvel, como Brasília, construída durante seu

governo e uma clara inspiração para o projeto da Barra da Tijuca, ambas projetadas por Lúcio Costa. Dentro do pedrinho de tijolos, em frente à placa de homenagem ao marechal, moradores se encontram diariamente para pensar, discutir e propor intervenções nesse bairro modernista de largas avenidas e voltados ao uso de automóveis. “Aqui tudo que a gente quer fazer tem que fazer de carro”, ouvi certa vez, naquele prédio, de uma moradora durante uma discussão sobre a linha de metrô que havia sido inaugurada no bairro.

Imagem 7: Sede da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca

Fonte: O autor, 2023.

Imagem 8: Parte interna da sede da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca.



Fonte: O autor, 2023.

O interior do prédio segue a mesma estética minimalista, com ares que um prédio de repartição pública bem cuidado, com carteiras escolares e fileiras de cadeiras como àquelas de salas de espera. Nas paredes, muitas fotos e mapas, quase todos desbotados do tempo, sempre mostrando o bairro. Na entrada, um grande totem de metal traz o símbolo da Câmara, representando um sol, o mar e uma gaivota, indicando o nome dado ao edifício sede: Carlos Fernando de Carvalho, o fundador da construtora Carvalho Hosken, empresa que cedeu o espaço para a Câmara utilizar, livre de custos. Rodeada por espaços externos, o hall de entrada é conectado com a sala administrativa, onde dois funcionários trabalham durante o horário comercial. Bastante ampla e com poucas mesas e cadeiras, foi lá que conduzi uma de minhas principais entrevistas. Além dela, outras salas menores compõem o andar térreo, salas de reuniões, também ambas utilizadas por mim para outras duas entrevistas. Nelas também ocorrem as reuniões da diretoria, que são fechadas ao público geral. Além de um banheiro e uma pequena copa, um amplo estacionamento externo completa o andar inicial da sede.

Imagem 9: Parte interna da sede da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca.

Fonte: O autor, 2023.

Subindo as escadas nos deparamos com um grande salão com um palco à frente. É lá que ocorrem os principais eventos e assembléias. Cadeiras costumam estar dispostas em fileiras, de frente para o palco, com um corredor aberto ao meio. Em volta, várias fotos remetem à natureza do bairro, como as lagoas e a flora local. Uma sala de equipamentos, uma pequena sacada e um banheiro são os outros componentes do andar, que conta ainda com amplas janelas de vidro que dão vista para o entorno do prédio. Cadeiras empilhadas, um sistema de som e um telão fazem parte dos equipamentos presentes, assim como nas reuniões do Novo Leblon. Aqui, contudo, o espaço não foi adaptado para as assembléias, mas foi construído e pensado para esse intuito. Afinal, o segundo andar é praticamente inutilizado na ausência de eventos e grandes reuniões, ao contrário da quadra poliesportiva descrita anteriormente.

Foi nesse prédio de tijolos que conduzi a maior parte do meu campo. Seja nas cadeiras do hall de entrada, na sala administrativa tomando café com Adriana - a secretária que parece conhecer tanto a Barra quando os diretores do local -, nas salas de reuniões ou no salão de assembleias, lá ouvi muitas discussões e pratiquei uma escuta atenta por diversas vezes ao longo dos últimas anos. Tanto nas entrevistas conduzidas quando nas presenças de eventos de maior porte, a sede da CCBT foi o espaço onde investiguei de fato o dia-a-dia e as práticas da política

dos condomínios, a parte cerimonial - mas, de certa forma, também cotidiana - da vida comunitária da Barra da Tijuca.

Imagem 10: Assembléia realizada na sede da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca.

Fonte: O autor, 2023.

Imagem 11: Assembleia realizada na sede da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca.

Fonte: O autor, 2023.

O terceiro local é, na verdade, muitos locais. O 31º Conselho Comunitário de Segurança, uma das principais instituições de política comunitária que acompanhei e onde fiz campo, realiza suas reuniões de forma rotativa, alternando os locais a cada mês. Essa é uma maneira, de acordo com meus interlocutores, de garantir acesso e abrangência a todos os moradores da região. Contudo, apesar da rotação de lugar, a estética e a organização do espaço se mantêm muito parecidas. Por um lado, adaptam os espaços para receber as reuniões, assim como o clube do Novo Leblon, já que o 31º CCS não possui uma sede física para esses eventos. Isso não indica uma falta de organização, muito pelo contrário: mensalmente, toda uma infraestrutura tem que ser montada para receber a reunião, incluindo toda a articulação prévia para o evento ocorrer. Por outro lado, assim como o caso da CCBT, aqui todos os espaços são próprios para esse tipo de evento, sejam eles auditórios, salão de eventos ou sala de conferências. Os locais são escolhidos não apenas de modo a incluir diversos santos da região abarcada pelo Conselho, mas também com base nas relações estabelecidas entre o conselho e órgãos e instituições parceiras. Durante o período em que acompanhei as reuniões, todas elas foram realizadas de forma gratuita, tendo o espaço cedido pelo dono, seja ele um hotel, um clube ou uma universidade. Essa rotatividade, então, muito nos diz sobre as articulações políticas do CCS, tanto pelo esforço de ampla participação, quanto pelas parcerias estabelecidas com diversos setores da sociedade.

As reuniões do CCS, entre os locais de campo, são as que possuem uma organização física e estética mais complexa. Não só os locais têm que oferecer os itens comuns da reunião, como palco, cadeiras, sistema de som e imagem, como também devem oferecer um espaço adjacente para o que chama de "café comunitário". Ritual obrigatório nesses eventos, um amplo buffet de café da manhã é servido, durante os 45 ou 60 minutos que precedem o início da reunião, de forma gratuita para todos que se fazem presentes. Café, chás, sucos, pães, salgadinhos, frutas e doces estão entre os itens geralmente presentes na grande mesa central, ao redor da qual as pessoas conversam e, já ali, iniciam as suas articulações políticas. No espaço da reunião em si, bandeiras estão sempre ao lado da mesa central, sendo a do Brasil e as do Estado e Município do Rio de Janeiro sempre presentes. Na mesa onde sentam os líderes, que incluem representantes de associações de moradores, da diretoria do Conselho, do poder público e de vários segmentos das polícias, o símbolo do 31º CCS fica centralizado.

Imagem 12: Reunião do 31º Conselho Comunitário de Segurança.

Fonte: O autor, 2023.

Imagem 13: Reunião do 31º Conselho Comunitário de Segurança

Fonte: O autor, 2023.

2.3 **Os personagens da vida política**

Minha pesquisa se iniciou com um interesse na vida cotidiana dos moradores dos grandes condomínios da Barra da Tijuca. O que eu buscava era entender melhor como se dava o dia-a-dia urbano de moradores de espaços fechados em meio à cidade: como eram as rotinas, como se davam as relações sociais, como a cidade e os muros eram pensados e equacionados no fazer diário, como a vida entre-muros se diferenciava da vida para além dos muros, e como uma condicionava a outra. A ideia inicial era fazer uma etnografia dentro do campo da sociologia urbana, sobre pessoas que, a princípio, buscavam se distanciar da vida na cidade. Contudo, aquela vida pouco tinha de alheia à cidade. Foram as primeiras idas a campo para descobrir que o que é único para a Barra não é o seu distanciamento de uma vida urbana ou da cidade, mas pelo contrário, é exatamente uma forma específica e muito ativa de participar da vida urbana e da cidade.

Essa mudança de objeto, que me fez focar mais nas associações e na política da vida comunitária da Barra e seus condomínios, começou com uma assembléia em 2021, já narrada anteriormente nesta tese. O que antecedeu a assembleia em si já me apontou para a sua importância, quando um dos meus interlocutores me mostrou o grupo de Whatsapp do condomínio e me explicou como haviam se criado dois "grupos políticos" antagônicos no condomínio, a fim de disputar pautas da assembléia. Seriam como a situação e a oposição do Conselho, ele me explicou. A partir daí, e de todo o espetáculo e grandeza que foi a assembleia de um único condomínio, percebi que o que me interessava de fato - e que me dizia ainda mais sobre os condomínios - era como era feita essa política urbana de um bairro peculiar como a Barra da Tijuca.

Esta tese, então, ao invés de seguir moradores e seus cotidianos, como anteriormente buscava, segue pessoas que ocupam lugares de destaque no que venho chamando de política da vida comunitária, termo que entrarei com mais detalhes adiante. Fui atrás de interlocutores que ocupavam cargos importantes das assembléias, conselhos e câmaras do bairro, principalmente a partir do que eu observara em reuniões. As principais dessas "instituições intermediárias" do bairro se mostraram ser a Câmara Comunitária da Barra da Tijuca (CCBT), o Conselho Comunitário de Segurança (CCS), e as Associações de Condomínio. Nesta seção, apresento brevemente meus principais interlocutores, a partir de suas próprias falas das entrevistas que realizei com eles.

2.3.1 Eduardo

Eduardo foi o meu primeiro grande entrevistado nesse sentido. Antes dele havia realizado apenas uma entrevista, mas ainda sem o foco que passei a ter na tese e com um interlocutor que tinha uma outra relação com o bairro. Conheci Eduardo em uma Audiência Pública realizada na Câmara Comunitária da Barra da Tijuca para tratar do novo plano diretor da cidade. Em meio a vereadores, representantes da prefeitura e especialistas, ele ocupava um lugar na mesa enquanto diretor da CCBT, ouvindo as explanações, dúvidas e reclamações acerca das mudanças propostas para o plano. Em um determinado momento, pediu a fala e indagou sobre questões envolvendo as APAs (Áreas de Proteção Ambiental), já que, de acordo com ele, era uma discussão necessária "para que não se institucionalize o caos urbano no Rio de Janeiro". Após o fim da audiência, fui até ele, me apresentei e combinamos uma entrevista.

Eduardo me recebeu em uma terça-feira à tarde na própria sede da Câmara, um pequeno prédio de tijolos, de dois andares, em frente a uma praça. Enquanto o esperava, os funcionários da Câmara me receberam e me ofereceram água e café, antes dele chegar e me encaminhar para uma sala de reuniões. Muito à vontade e muito feliz em conceder a entrevista - o que ele fez questão de mencionar - Eduardo me contou sobre sua trajetória, participação e perspectivas sobre a vida comunitária do bairro.

Engenheiro, Eduardo fez a carreira em grandes empresas, tanto estatais quanto privadas. Ficou claro, pelas suas falas, que ele ocupava posições de destaque nessas empresas. Sua trajetória se encontrou com a Barra da Tijuca depois de aposentado, o que é bastante comum. A sua participação ativa na vida comunitária começou quase que concomitante com a sua mudança para o bairro:

> “Depois de aposentado eu resolvi dar um pouco de tempo, né, em trabalho voluntário para essas instituições mais perto de mim, né? Comecei lá pelo meu condomínio, o Nova Ipanema, que é um grande condomínio da Barra, o primeiro grande condomínio da Barra. E lá no Nova Ipanema existe uma administração colegiada que é eleita a cada dois anos e são 50 pessoas que administram o condomínio de forma geral sendo 35 titulares e 15 suplentes. [...] “
>
> “Essa associação desse grupo representa a Associação dos Moradores de Nova Ipanema, que é uma entidade dentro do condomínio que de fato é a síndica do condomínio. Então essa Associação tem as suas assembleias e tal, diretoria e tudo…

> [...] e dentre os colegiados a gente nomeia um para ser o chamado presidente executivo do condomínio, que seria a figura do síndico do prédio, mas como aquilo é uma pequena cidade, né?"

Falando sobre sua trajetória, Eduardo já explica o funcionamento de uma dessas instâncias da vida comunitária, mesmo sem ser perguntado sobre. Explicar tal complexidade aqui dá uma certa legitimidade e seriedade para um trabalho que é voluntário e que foi feito depois de sua aposentadoria. É como se, mesmo antes de falar sobre sua participação na Câmara, ele já estivesse legitimando o seu papel participativo, já que é igualmente importante para ele reforçar que não recebe nada para tal.

> "Tudo é trabalho voluntário. Para administração do condomínio e através dessa participação nesse colegiado eu vim aqui para a diretoria da Câmara Comunitária, né? Representando o Condomínio Nova Ipanema aqui dentro. Aqui eu me interessei muito por aspectos de meio ambiente, que é sempre um assunto que me interessou, desde sempre na vida profissional."

Durante essa sua primeira fala, sua trajetória se mistura com sua atuação nas instâncias deliberativas do bairro, e a Barra da Tijuca aparece como personagem central. Inclusive, a escolha por vir morar no bairro tem muito a ver com os seus condomínios.

> "Porque quando eu 'tava' no exterior eu já acompanhava, mas nunca tinha morado na Barra… a gente sempre morou na Zona Sul. Eu não sou do Rio, né? Me casei, rodei um pouco de Brasil. Morei em Curitiba, São Paulo e tal, depois a gente veio para o Rio e a gente morava em Botafogo. Aí foi para o exterior pela Vale. E aí, na volta, enquanto a gente 'tava' lá eu soube dessa oferta da criação do [condomínio] Barra Deck. Aí a gente foi olhar e tal, achando conveniente e eu comecei a investir no apartamento ainda na planta, né? Comprei esse apartamento, olhamos em volta e descobri esse apartamento onde eu moro hoje lá em Nova Ipanema. Ficamos encantados com o esquema do condomínio, né? Temos um bosque, temos clube, uma série de coisas boas lá para oferecer. Acho que o Nova Ipanema hoje é um dos melhores lugares do Rio para se morar ainda, né? E realmente estamos lá há 26 anos satisfeitos com o que temos lá. [...] Com o Nova Ipanema foi um amor à primeira

> vista… A gente viu, gostou e tal, mas já tinha essa experiência positiva também do Barra Deck."

Eduardo representa diversos aspectos comuns a muitos moradores da Barra da Tijuca. Ter vindo após aposentado e ter se encantado com as possibilidades dentro do condomínio - que ele constantemente compara com uma cidade pequena ou cidade antiga - é também a história por trás de outros dos meus interlocutores. Com uma atuação ativa na Câmara, em especial voltada ao meio ambiente, ele passou a ser um contato importante para a pesquisa, e foi quem me colocou em contato muitos dos meus outros interlocutores. Ter conversado com ele, inclusive, foi um importante legitimador da minha posição como pesquisador, já que ter entrevistado ele parece ter tido um efeito positivo em pessoas que o conheciam do meio.

2.3.2 Cláudio

Cláudio foi um interlocutor muito importante, mas que demandou um certo convencimento. No geral, as pessoas com quem conversava ficavam animadas em saber da minha pesquisa e do meu interesse pelo bairro e pela vida comunitária. Cláudio, contudo, não me concedeu a entrevista de cara, e precisou ver mais sobre a minha participação para concordar em conversar comigo. Tive alguns contatos com ele em eventos da Câmara, mas ele sempre deixava para marcarmos no futuro, como que tentasse enrolar até que eu desistisse. Foi quando entrevistava Delair, o presidente da Câmara, que, chegando à Câmara no final da entrevista, Cláudio se sentou à mesa conosco, entrou um pouco na conversa e resolveu marcar sua entrevista comigo. O respeito que tinha pelo Delair - o que ficou muito claro em sua entrevista - foi o que fez aquele encontro me legitimar. Se Delair, o principal nome da vida comunitária da Barra, conversou comigo, era porque eu era legítimo, e ele também deveria fazer.

Sua trajetória também lembra um pouco a de Eduardo, no sentido que Cláudio também viveu grande parte da sua vida em outros lugares e se mudou para a Barra já com a vida mais estabilizada em termos profissionais e familiares - o que é de se esperar, já que a Barra da Tijuca é um bairro "novo". Ele lembra do começo do bairro com uma certa nostalgia:

> "Eu sou gaúcho de nascimento e cheguei no Rio em 1974. Morava ali no Flamengo e em 1981 eu mudei lá para o Recreio. Casei, mudei lá para o Recreio, e em 1983, eu

> mudei aqui para o Parque das Rosas. Então, com isso posso dizer o seguinte: eu conheço toda a evolução do Parque das Rosas. Quando eu mudei para cá, só tinha uma um edifício, aí o meu foi o segundo[...] e dali para cá, eu vim acompanhando toda a evolução da Barra. Não tinha nada, praticamente, não tinha nada mesmo. Era um negócio bem, bem roça mesmo."

Diferente de Eduardo, Cláudio não entrou na vida comunitária do bairro logo de cara. Foram cerca de 17 anos morando em um dos seus condomínios até resolver participar da Câmara e ocupar lugar na hierarquia administrativa de seu prédio.

> "Eu sempre 'tive' meio alheio à questão comunitária, quando foi logo depois dos anos 2000, 2003 por aí, eu comecei a me inteirar mais, que foi quando fui subsíndico do meu prédio. E aí comecei a participar da Câmara Comunitária, enfim, dessa questão de mais uma vida comunitária. Aí eu entrei aqui para a diretoria, e também fiz parte do trigésimo primeiro Conselho Comunitário de Segurança, sendo que mais de 10 anos como diretor e quatro anos com o presidente do conselho."

Além de sua participação nos dois principais órgãos da vida comunitária do bairro, Cláudio teve um papel importante na criação de uma das maiores associações de condomínio do bairro. Associação que hoje ocupa a presidência, foi onde Cláudio conseguiu se lançar dentro das posições de destaque dos órgãos deliberativos.

> "Aí foi em 2010, 2011[...] Nessa época a AMAROSAS só tinha uma estatuto, ela não tinha sede, não tinha CNPJ, não tinha nada, era só boa vontade realmente. E o que que eu fiz? Eu juntei um grupo de moradores e fomos chamar uma nova eleição. Formamos uma comissão eleitoral para poder realizar a eleição para presidente da AMAROSAS, mas a gente percebeu na época que não era viável, porque era uma associação de moradores e dependia de todos os moradores. A gente chamou para eleição, soltamos edital, não apareceu ninguém e aí a gente resolveu então mudar o estatuto […] Com o estatuto novo, a gente só fazia resolver direto com o síndico, então o síndico representava os seus moradores e o síndico participava da AMAROSAS. Então defini, de 15 mil moradores, a gente diminuiu para 13 síndicos para resolver, e o síndico que resolve com seus moradores. Então ficou mais fácil e assim a gente vem tocando aí"

Além de falar muito sobre a dinâmica das instituições em que participa e participou, Cláudio sempre retornava para a Barra da Tijuca como elo central disso tudo. Claro, ele sabia que o bairro era de meu interesse para a pesquisa. Mas mesmo quando já havia passado do tópico sobre a sua chegada na Barra e relação com o bairro, ele acabava lembrando de algum acontecimento que o fazia voltar para essa sua chegada. A cada etapa que narrava, seja de sua trajetória, da Câmara ou da associação de condomínio, ele sempre voltava para narrar as transformações que acompanhava do bairro.

> "A gente pretendia ter mais filhos. Hoje, eu tenho três filhas já crescidas e uma neta, então quer dizer, sequência da vida, né? E ninguém imaginava que a Barra ia crescer como cresceu… Na época aqui só tinha o Carrefour, né? Na época a gente 'tava' morando aqui… Barra Shopping surgiu depois, tudo praticamente, tudo surgiu bem depois né? Então a gente viu, realmente, a Barra crescer, né? O Parque das Rosas aqui eu olhava da minha janela… ali era um lago, né? Era um negócio assim, um pântano, né? Então cresceu bastante, a praça não existia…

2.3.3 Delair

Delair[13] é o principal nome da vida comunitária da Barra da Tijuca. Conhecido por todos que participam de algum órgão deliberativo, instituição ou grupo organizado que atua no bairro, ele é a imagem da participação comunitária. Citado por todos os meus entrevistados, mesmo sem serem perguntados sobre, Delair aparece na maioria das histórias e exemplos, sempre de forma positiva, quando não heróica. Presidente da Câmara Comunitária da Barra desde sua

[13] Delair é o único personagem dessa pesquisa a quem eu me refiro por seu nome verdadeiro. Tomei essa decisão por se tratar de uma figura muito conhecida, não só pela sua participação ativa de muitos anos no bairro, mas também por outros cargos que ocupou em instituições conhecidas, como o próprio Clube de Regatas do Flamengo. Além disso, tendo sido o primeiro e único presidente da CCBT, não teria como mencionar sua trajetória e papel na vida comunitária do bairro sem que desse pistas suficientes para que seu verdadeiro nome pudesse ser facilmente descoberto em qualquer pesquisa rápida na internet. Delair é aqui considerado uma figura pública - até mais que o vereador entrevistado, a quem eu atribuí um pseudônimo - e concedeu total permissão para a utilização de seu nome verdadeiro na presente tese.

criação, ele é o principal elo entre os moradores e os representantes do Estado, assim como também é o principal elo entre os vários condomínios e organizações. Foram muitos os exemplos dados por ele e por outros das sua façanhas, assim como do respeito que tem e do seu caráter.

Delair também se mudou para a Barra no começo do bairro, mas antes ainda do que Eduardo e Cláudio. Outra diferença, que é também o motivo de ter vindo na época que veio, é que ele veio por questões profissionais, e não como um pós vida profissional - seja aposentado, no caso de Eduardo, ou quando a família tomou o lugar da carreira enquanto prioridade, como no caso de Cláudio. A Barra atraiu Delair primeiro por uma questão profissional e, logo em seguida, o conquistou enquanto possibilidade de estilo de vida.

> "Eu cheguei na Barra em 78. Eu dirigi a uma empresa a Arthur Kelson Empreendimentos Imobiliários e nós estávamos construindo, incorporando o Riviera Dei Fiori, um pouquinho antes. Aí quando eu fui ver, 'tava' pronto e eu acabei vindo morar na Barra, em função da empresa também ter vindo para cá. E aí me envolvi muito na questão da ordenação urbana da Barra, né? Foi isso, história da década de 70, né? 78 e na barra não tinha nada, só canteiro de obra, né?"

Em 1978 haviam se passado apenas nove anos da criação do plano urbanístico para o bairro. Realmente, muito pouco havia sido construído nessa época, e Delair havia participado de parte disso através de sua empresa imobiliária. Em certo sentido, além de representar o arco narrativo da crescente participação comunitária da Barra, ele também ilustra o movimento imobiliário na cidade que ocorreu com a expansão em direção ao bairro. Assim como Cláudio, ele lembra de momentos desse passado com bastante nostalgia.

> "Eu acho que o primeiro grande mercado foi aqui na Barra, né? Foi o Carrefour. Então eles vinham para cá só para fazer compras, nessa época. Vinha ônibus de Petrópolis, Teresópolis, de Angra dos Reis, um monte de gente para fazer mercado, porque era um programa aqui."

E também lembra como isso tudo mudou muito rápido:

> "Foi o período que as pessoas vieram para cá. Tinha seu médico, seu dentista, tudo lá na Zona Sul, precisando da cidade. Porque aqui não tinha nada. Quer dizer, hoje inverteu isso, né? Hoje as pessoas saem de lá para vir a médico aqui, é dentista aqui, hospital… quer dizer, inverteu tudo, né? A Barra virou um grande centro urbano."

Assim como lembra desse começo e mudança do bairro, Delair conta com detalhes como começou a sua participação na vida comunitária e política do bairro. Parte da minha pesquisa em acervos de jornais (Agueda, 2021) também narrou certos acontecimentos envolvendo Delair, desde uma organização para mudar fazer alterações na atual Avenida das Américas - que antes era parte da Rodovia Rio-Santos - até a briga em torno do plebiscito de 1988 pela emancipação do bairro. Contudo, Delair conta que o que de fato fez com que seu envolvimento com a participação comunitária da Barra começasse foi a questão do saneamento.

> "Bom, os condomínios tinham estação de tratamento de esgoto… o problema do sistema lagunar não são os condomínios, né? Você tem cinco rios e canais que chegam no sistema lagunar, que vem de um monte de área carente onde tem favela, que não tem 0,0% de tratamento. O esgoto é *in natura*. E aí nós resolvemos pegar e criar a Câmara Comunitária, juntamos os grandes condomínios. Eram treze e formamos a Câmara Comunitária. E aí partimos para discussão em juízo para continuar o emissário que largaram para lá, e a Câmara tem dois objetivos: o primeiro é congregar a sociedade, né? Fazer eventos para a sociedade, criar uma sociedade sadia; e o segundo objetivo é discutir com o poder público as deficiências no bairro. Mas o motivo inicial foi mais o meio ambiente, o esgoto principalmente. Inclusive, acho que foi no ano passado uma reunião sobre esgoto, sobre o emissário que não se sabe, a UTR[14] que fecharam… Estamos há 50 anos discutindo isso e a gente continua hoje aqui discutindo isso, né?"

Essa última frase representa um pouco da trajetória de Delair. História de bastante sucesso, pelo menos pelos olhos dos outros entrevistados, mas que segue um trabalho recorrente e bastante cansativo. Ele próprio está há anos discutindo essas mesmas questões, sendo a questão do esgoto o estopim para a criação da CCBT, e também o motivo de reuniões que

[14] Unidade de Tratamento do Rio Arroio Fundo, em Jacarepaguá, responsável pelo tratamento de esgoto de um dos córregos que deságua no sistema lagunar da Barra da Tijuca. A UTR em questão foi desativada pela Concessionária Iguá, responsável pelos serviços de água na região, após a concessão de parte dos serviços da CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro.

ocorreram em 2022 e 2023. E, apesar de mencionar diversas vezes sua vontade de se afastar, de tentar "passar a bola adiante", Delair segue à frente da Câmara e segue sendo a maior referência do bairro.

> “A associação do lado comercial [ACIBARRA] eu fui vice-presidente, e saí porque achei que ela devia estar mais junto da sociedade, ser menos político, a tratar dos assuntos com mais independência.”
>
> “A Câmara, ela foi formada como? Nós resolvemos, os treze condomínios que vieram, nós resolvemos criar. E aí começou logo a discussão: quem vai ser presidente, né? Eu falei: “não, ninguém vai ser presidente durante 90 dias. Vamos cuidar dos estatutos. Vamos formar um grupo para discutir com a CEDAE programa do esgoto, outro grupo para buscar mais condomínios e daqui a 90 dias a gente aprova o estatuto. E aí sim, a gente promove uma eleição para presidente. Pode não tá aqui entre nós, pode ser uma outra liderança que apareça.” Não foi criado para ter dono, né?”

“Não foi criada pra ter dono", diz ele, se referindo à essência da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca. Mas, desde sua fundação em 1992, a Câmara tem Delair como seu presidente.

2.3.4 Solange

Foi na conversa com Eduardo que o nome de Solange apareceu pela primeira vez. Dentre as pessoas citadas por ele como importantes nas dinâmicas do bairro, Solange se destacou por fazer parte de duas grandes instituições da região: O Conselho Comunitário de Segurança e a Associação de Moradores do Recreio. A princípio, uma associação de um bairro que não fosse a Barra não me interessava tanto. O Recreio, apesar de adjacente e com estrutura urbana parecida, não possui a mesma dependência em grandes condomínios nem o mesmo status atrelado ao morar no bairro. Contudo, Solange era presença constante nas reuniões em que eu participava, e Eduardo foi enfático ao falar sobre sua atuação enquanto presidente da associação.

Solange foi uma das que se animou em participar da minha pesquisa. O interesse de um jovem pela vida comunitária da região - por mais que ela não tenha necessariamente feito uma

distinção entre interesse pessoal e interesse sociológico - significava para ela uma validação da sua atuação, assim como para muitos daquele que conversei ao longo da pesquisa. Não só ela topou fazer a entrevista como me manteve informado - e mantém até hoje - sobre as atualizações da CCS e novidades da associação.

Como muitos moradores da Barra e Recreio, Solange e sua família vieram da Zona Sul do Rio de Janeiro. Fazendo o trajeto que a própria urbanização da cidade fez, de Copacabana para a Barra, a mudança se deu por motivos diferentes dos outros personagens apresentados. Devido à doença de seu irmão, a família precisava de um espaço maior, o que na Zona Sul já era difícil de encontrar.

> "Então na verdade eu sou originária de Copacabana, fui nascida e criada em Copacabana, com um *pit stop* em Laranjeiras, né? Depois que voltei pra Copacabana e em 1984, por conta da doença do meu irmão, meus pais compraram um terreno no Recreio para depois construir uma casa e nós viemos para cá, né?"

> "Era 84, meu pai já era aposentado, na época que eles tinham uma diferença de idade, e a minha mãe era professora do Colégio Pedro II, né? E aí a gente ficou nessa… e o Recreio era um bairro bem, bem diferente do que ele se apresenta hoje em dia, né? Era quase uma cidade de praia, né? Você ia, se encontrava no supermercado de canga com as pessoas. Você andava de biquíni. Enfim, era uma vibe bem praia. E com o passar dos anos eu casei, tive um filho e eu sempre fui uma pessoa muito crítica, né? Reclamava de tudo e de todos…"

O "ser muito crítica" e "reclamar de tudo e de todos" é o que Solange associa com o seu início na participação da vida pública do bairro. Com uma mãe professora e também participativa, ela tinha o caminho traçado para entrar de fato nas instâncias deliberativas.

> "E por outro lado meu pai também era crítico como eu, mas a minha mãe era daquela assim, bem professora. "Vamos nos unir, vamos batalhar juntos, conseguir as coisas!" Então quando ela se aposenta, ela começa a fazer parte da associação de moradores, ajuda a criar o grupo de costura que ajuda as pessoas carentes... E aí um dia, nessas minhas reclamações, ela falou assim "você, que reclama tanto, por que você não vai para a associação de moradores em vez de ficar reclamando?" Eu olhei para a cara dela e falei assim: "olha eu não vou, não adianta nada, isso é um blá blá blá inútil, e não vou fazer nada disso!"

Apesar do ceticismo inicial, uma outra questão de saúde na família aproximou Solange da associação. Sua mãe estava saindo de um supermercado quando um carro deu ré e passou por cima de sua perna. Com isso, Solange tinha que ir para as reuniões como motorista da mãe.

> "As pessoas do conselho deliberativo se reuniam toda hora e ela, mesmo com a perna machucada, queria ir lá para poder opinar, para votar, não sei o que… E eu fui de motorista. Então eu levava, ficava esperando a reunião acabar e ficava batendo papo com a secretária e conhecendo verdadeiramente a associação, a história e o trabalho da associação. E eu era associada, mas eu não participava, entendeu? E aí um dia, nessas conversas, iam montar uma chapa e, não sei porque, vieram: "Vem cá, você não quer ser presidente? Falei: "Meu Jesus, eu não quero isso para minha vida!" E foi, acabei aceitando, fui eleita, e tô na presidência da AMOR até hoje."

Diferente de Eduardo e Delair, que tiveram a questão ambiental como estopim para entrarem de fato na vida política do bairro, Solange teve a segurança como seu principal motivador. Sua relação com o CCS vem desde o começo da sua participação, e até hoje ocupa um lugar de destaque na sua vida. Fazendo uma retrospectiva, ela lembra de forma muito positiva o seu impacto na associação e no CCS:

> "Posso dizer que eu mudei muitas coisas, que eu consegui trazer a associação para o século 21, né? Porque ela foi fundada em 1979, ainda tava no século 20 ainda. E aí eu conheci o Conselho Comunitário de Segurança, que quando começou era apenas um café comunitário com o batalhão. E eu conheci por ser presidente da AMOR. Eu tinha que participar, né? Até abrindo um parêntese, a associação de moradores foi quem criou o 31º Batalhão da PM, porque ela que construiu um prédio para abrigar a Sétima Companhia destacada do 18º que depois virou o 31º BPM. Também com a ajuda da AMOR, junto dos órgãos públicos e outras associações, para conseguir aquele terreno onde o 31 BPM está hoje em dia."

Assim como os outros personagens, todos ou próximos ou já na terceira idade, Solange também alterna suas falas sobre os conselhos e assembléias com memórias do bairro de antigamente.

No seu caso, fala do Recreio, mas que fazia parte de uma região em comum com a Barra com o mesmo senso de espaço vazio e tranquilidade.

> "A gente aprendeu um outro jeito de viver, mais espaço, um lugar mais tranquilo… Pra ter uma ideia, a gente vinha aqui e não tinha barulho de nada, a gente às vezes corria no autódromo, lá longe. A gente ganhou um céu de estrelas, que hoje em dia não existe mais, e quando a gente voltava pra Zona Sul, a gente ficava até meio tonto, porque se acostuma com silêncio, né? Aí quando você chegava lá e começava com barulho de carro, buzina, você ficava até meio aérea, atravessar a rua era uma experiência sensorial. Mudou muito né? Nós tínhamos uma rede de vôlei na rua, ali em casa. Aí quando passava o carro a gente levantava a rede, o carro passava e a gente continuava jogando vôlei… "

2.3.5 Roberto

Depois de algum tempo tentando ajudá-lo a se conectar com a chamada por vídeo, Roberto aparece na tela do meu computador. Sem camisa, segurando seu celular com as mãos e andando pra lá e pra cá em sua cozinha, ele começa a falar sobre sua trajetória e sobre as bandeiras que defende. O mais entusiasmado pela ideia de uma comunidade e do bem comum entre todos os meus entrevistados, ele alterna seu otimismo com fortes críticas e reclamações. Cheio de histórias e muito animado em contá-las, Roberto deixava sempre claro que a sua trajetória de participação comunitária sempre foi visando o interesse geral. Inclusive, assim que começamos a entrevista e eu pedi seu consentimento para a gravação do áudio, sua resposta foi a seguinte:

> "Se é de interesse da comunidade da Barra da Tijuca, eu não tenho nenhum constrangimento e nem me sinto nem um pouco violentado. Se for para ser usado para o bem, entendeu? Para mim não tem problema tá? É a minha bandeira, é essa."

Falando um pouco de sua trajetória e conexão com a Barra da Tijuca, Roberto demonstra um grande contentamento com o bairro. Apesar de ter se mudado para lá há menos tempo que os outros entrevistados, ele pôde acompanhar o seu desenvolvimento.

> "Barra da Tijuca para mim sempre foi um bairro em que eu vinha ao fim de semana, né? Visitar cinemas, me divertir. São coisas novas, né? Porque eu morava na Lagoa Rodrigo de Freitas, ali em frente ao [clube] Botafogo de Regatas [...] E nesse mesmo prédio morava Cazuza, morou o desembargador Gerson Arrais, a filha do Roberto Campos, Sandra Campos, só tinha rapaz gente boa…
>
> Então, em 2005 nós compramos um apartamento aqui na área da ABM [Associação Bosque Marapendi] e foi o atrativo também que nos trouxe, porque tinha uma associação e a gente via as associações como uma maneira de o morador, da pessoa, ter uma proteção jurídica, né? Porque você ligar isoladamente, você tem uma força x, se você tem uma associação, isso tá multiplicado por 10, por 20."

Como deixou claro desde o início da conversa, a associação de moradores foi um dos grandes fatores para a sua mudança para a Barra da Tijuca, o que explica a sua intensa participação desde que chegou no bairro. Apesar de passar a maior parte da vida na Zona Sul e nunca ter participado de instância nenhuma deliberativa de seu bairro ou região, na Barra, Roberto foi presidente da associação de moradores da Associação Bosque Marapendi, um dos maiores complexos de condomínios do bairro, além de ter ocupado posições de destaque no Conselho Comunitário de Segurança, onde é o atual presidente. Sobre essa mudança de participação entre sua vida na Zona Sul e na Barra, Roberto é bem enfático:

> "A Barra tem diferença com relação a zona sul do Rio de Janeiro. Acho que há uma integração maior, há uma participação maior da comunidade nesse sentido e eu comecei talvez pelo estilo de querer me envolver com as coisas. Comecei a me aproximar da ABM, né? E comecei reivindicando. A reivindicação foi aquilo que me trouxe para dentro da associação e eu vou falar uma situação que existia: fizeram uma pista de skate atrás do meu condomínio, e não tinha mais ordem ali. Desordem porque o pessoal quer brincar de skate, que eu acho que é um esporte muito legal, temos aí uma campeã mundial, que essa menina, acho que a Raíssa né? E a menina dá sopa nos rapazes também [...] só que a tropa que vinha fazer, era 3 horas da madrugada, 2 horas da madrugada, eu não conseguia dormir. Aquele barulho de skate batendo para quem tá querendo dormir, tem sono leve… mas enfim, então ajudei a associação, "vamos botar a ordem nisso! Vamos botar um portão para poder ter acesso aqui" e começamos nesse sentido a nos aproximar da associação e fui ser assessor da ABM, eu fui presidente da ABM, por um, dois, três, quatro anos. E aí a gente fez um trabalho bom,

> a minha esposa também foi presidente, a gente incrementou lá dentro o brinquedo para as crianças, cercando e fizemos um parcão pros cachorros, entendeu?"

Muito envolvido com a segurança, principalmente pelo seu papel enquanto ex-diretor e atual presidente do 31º Conselho Comunitário de Segurança, Roberto tem um relacionamento próximo com os principais nomes da polícia e forças de segurança da cidade, no geral. Com um jeito sempre despojado, ele não deixa de ser enfático nas reclamações, tanto nas reuniões quanto em nossa entrevista. Nos conhecemos em uma dessas reuniões do CCS, onde Solange nos apresentou. Talvez por ter sido apresentado como alguém que já havia feito entrevistas e já era conhecido de pessoas importantes no meio, Roberto ficou feliz em trocar contato e marcar uma entrevista. Essas relações, inclusive, estão entre os principais fatores que impulsionam o sucesso da participação comunitária. Ele citou diversas vezes os contatos que tem, a facilidade de acesso à pessoas importantes, inclusive citando Delair como "um grande batalhador, flamenguista como eu".

Roberto me ajudou a entender as relações com o poder público no quesito segurança e o funcionamento do CCS. Suas falas foram muito importantes também para um entendimento sobre o que os moradores e articuladores da vida comunitária da Barra pensam enquanto "comunidade" e bem comum. Ele foi um dos principais exemplos de resposta para uma das minhas perguntas iniciais de pesquisa, do porquê pessoas resolvem "trabalhar" de forma voluntária para algo comum, em um bairro de muros e bolhas. Nesse sentido, Roberto é muito otimista, o que deixou claro em vários momentos de nossa conversa.

2.3.6 Marlene

Marlene talvez seja um caso à parte dentre os meus entrevistados. Nos conhecíamos muito antes de começar a minha pesquisa, até antes de ter entrado na faculdade. Contudo, nosso caminho se cruzou, já que ela era uma personagem central na vida comunitária da Barra. Aproveitando da nossa relação pessoal para conseguir uma aproximação, mas também tentando criar filtros para enxergá-la enquanto interlocutora de pesquisa, Marlene foi muito importante na construção da minha legitimidade enquanto pesquisador naquele meio. Chegar nos eventos

e ser cumprimentado por ela já furava certas barreiras, me colocava entre moradores como alguém de dentro.

Mãe de uma amiga minha de infância, Marlene nunca teve muito contato direto comigo, apesar de eu já ter frequentado sua casa algumas vezes. Eu sabia quem ela era, havia trocado muitos "Oi, tudo bem?", mas não sabia muito mais sobre sua vida. Ela, eu acredito que também sabia quem eu era, apesar de também não saber mais do que meu nome. Só muitos anos depois, após um grande período sem ter contato nenhum, nos encontramos em um evento e eu descobri que ela era gerente executiva da Subprefeitura da Barra da Tijuca. Daí em diante, passei a acompanhar sua rotina de trabalho, através de suas redes sociais e dos eventos em que participava. Sempre muito ativa, respondendo a chamados de moradores, desde os mais simples até alguns mais complexos, Marlene era muito conhecida no meio, sendo talvez a principal articuladora entre as associações e o poder público. Muito apaixonada pela Barra, sua relação com o bairro é diferente da dos outros entrevistados, até por participar por uma questão profissional, e não voluntária. No seu discurso, contudo, o que faz pela Barra é principalmente movido pelo seu carinho pelo bairro.

> "A minha ligação com a Barra é uma ligação forte. Até mesmo porque eu sou moradora da região. Eu trabalhei muito tempo também dentro da Barra da Tijuca representando o vereador Carlos Caiado, que hoje é o presidente da Câmara Municipal, e através dele que eu tive essa indicação para que eu pudesse assumir como gestora executiva da Barra da Tijuca e do Recreio. Então é muito gratificante quando você consegue trabalhar dentro da área que você mora, que você conhece. É como se você tivesse cuidando, assim, do quintal da sua casa. Então até mesmo fora do horário de trabalho, você transitando, você começa a ver situações que você possa trazer melhoria do local. Independente se é dia e horário de trabalho. Então acho que é gratificante não só para mim, poder cuidar do local onde eu moro, como eu acho que para todos os moradores da região."

Assim como os outros, Marlene veio de outro bairro da cidade, no seu caso, da Tijuca. Mas, mesmo antes de morar aqui, já frequentava o bairro e pôde acompanhar o seu crescimento. Sua admiração pelo bairro tem dois principais motivos: a característica participativa e a combinação de cidade grande com características de cidade pequena. Ela explica melhor esses dois aspectos durante nossa conversa, que também ocorreu no interior da sede da Câmara Comunitária:

> "Aqui na Barra tem uma coisa diferente da participação, né? É muito diferente, a gente tem uma associação de moradores que é bem atuante, não só atuante no sentido de ver a necessidade, mais atuante no sentido de cobrar também. A gente tem a facilidade da integração, não só entre sociedade civil e poder público, mas o próprio poder público, não só município, mas como a gente tem uma integração forte.
>
> Ah, em outro lugar não tem uma participação como aqui [...] ao meu ver talvez por ter sido um bairro novo, né? Que várias pessoas vieram de diversos bairros, então não tem aquela acomodação de quem já morava naquele mesmo bairro, que já tá ali acostumado com o seu dia a dia. Eu acho que vieram todos querendo buscar algo novo, e a Barra é um local privilegiado. É um privilégio, eu acho que a Barra da Tijuca já é um privilégio, né? A gente poder ter um bairro onde a gente tem uma associação atuante."

E, relembrando da sua juventude vindo para o bairro, Marlene demonstra a mesma nostalgia que Delair e Cláudio, por exemplo. Lembrando da Barra de antigamente, ela acaba conectando com a forma com que vê o bairro hoje em dia.

> "Eu vinha para cá para o final de semana, para a praia. A gente saía da Tijuca, juntava ali um grupinho e todo mundo participava, rachava a gasolina, pegava o Alto da Boa Vista e vinha pra Barra, vinha pra praia e voltava para casa. E aí a Barra começou a crescer de uma maneira bem rápida até, né. Eu acho que as pessoas começaram a buscar o local que você possa ter praia, possa ter o espaço maior. Porque eu quando saio, hoje da Barra da Tijuca, tem aquelas ruas mais estreitas, aquela 'buzinação', aquela coisa toda. Você já fala: "Nossa que diferença". Então acho que é um bairro que já nasceu trazendo para a gente esse benefício, esse bem-estar de você ter vias mais largas, de você ter a caminhada na praia próximo da onde você mora… Ao mesmo tempo que é um bairro novo, tem também aquela característica do bairro antigo, de vila, que você passa ali no Jardim Oceano que as pessoas se conhecem, as pessoas se cumprimentam, você vai para a Praça do do Ó, para a Praça do Pomar… Então acho que conseguiu unir a cidade grande com as características da cidade pequena na Barra da Tijuca."

Marlene foi peça fundamental para a minha entrada em campo, além de me proporcionar um olhar sobre a vida comunitária e participação por uma outra lente. Ela ocupa uma posição muito particular, de moradora e admiradora do bairro, mas que também representa o Estado e cuja

participação nas instâncias deliberativas é o seu trabalho. Ela é a personificação da relação entre moradores e poder público, entre cidadãos e Estado, entre o privado e o público:

> "Eu acho que todo e qualquer morador, são os nossos olhos porque são eles que trazem para mim as necessidades, que trazem para mim o olhar que muitas vezes passa despercebido. Então essa integração entre a sociedade civil e o poder público é essencial, para que a gente possa ter sucesso em qualquer trabalho relativo ao local onde você atua."

2.3.7 Paulo

Assim como Marlene, Paulo foi um dos meus interlocutores que representa uma outra perspectiva sobre a vida comunitária da Barra da Tijuca. Ex-morador do bairro, ele hoje é um vereador cuja base eleitoral ainda é a Barra da Tijuca. Nascido em Duque de Caxias, ele passou grande parte da sua infância e adolescência na Barra, fazendo o movimento inverso dos outros entrevistados e indo morar na Zona Sul já adulto.

Conheci Paulo em uma audiência pública realizada dentro da Câmara, onde se discutia o plano diretor para a região. Ele mostrou amplo conhecimento sobre o bairro e a sua história, citando inúmeras características do plano urbanístico original do bairro, desenhado por Lucio Costa. Após o encerramento da audiência, trocamos palavras e contatos. Ele e seu assessor demonstraram interesse na minha pesquisa e me convidaram para o seu gabinete. Algumas semanas depois, lá eu estava, onde conversamos por algumas horas sobre diversos assuntos do bairro. Ao contrário das minhas expectativas, Paulo não buscou se vender enquanto vereador ou levou a entrevista para focar em seu papel político. Também entusiasta do bairro e do urbanismo de forma geral, nossa conversa foi dos seus jogos de futebol com amigos nos vários condomínios da Barra à discussões sobre Jane Jacobs e o que faz das cidades lugares seguros ou inseguros.

> "Eu não nasci e nem moro na Barra atualmente, mas eu me considero "barrense", até porque pouquíssimos barrenses nasceram na Barra, né? Na verdade, quem deve ser mais barrense, o barrense típico é aquele que tem uma uma trajetória de emergente, que veio da Ilha, da Tijuca, alguns da Zona Sul. [...] Eu estudei meu ensino médio

> todo na Barra, depois uma boa parte da faculdade. É que você tem ali muitas pessoas que vêm da Zona Norte, que vem de diferentes bairros da cidade e acabam morando na Barra. E foi o meu caso também, né? Nascido em Caxias, morei na Ilha do Governador até os 15 anos e depois eu me mudei para a Barra, onde eu vivi até os 27, 28. Depois eu mudei pra Zona Sul, que era mais perto do meu trabalho, onde uma parte dos meus amigos moravam também, e acabei fazendo a mudança [...] mas a minha relação com a Barra é muito essa, né? De família que decidiu sair da Ilha do Governador, sair da Zona Norte e foi para Barra. E eu realmente me identifico assim."

Paulo, até por ter tido amigos da Zona Sul e hoje morar lá, constantemente compara o bairro com a região. Lembrando do seu cotidiano na Barra, ele acaba adentrando características específicas do bairro, inclusive as associando ao seu planejamento e desenho urbano. Por ter um entendimento sobre urbanismo, Paulo conectava essas características também com um certo estilo de vida, que ele ilustra com as "peladas" que jogava com os amigos:

> "Eu jogo mais futebol do que meus amigos da Zona Sul, porque isso faz muito mais parte da vida do barrense, pela quantidade de campo, pela quantidade de quadra, por essa dinâmica de condomínio, do que na Zona Sul. Quando eu fui fazer Direito na PUC, eu percebi que a galera da Zona Sul era menos do futebol. "Mas onde a gente vai conseguir jogar?" [...] é um pouco mais difícil… então boa parte da minha da minha relação com o bairro é essa, de momento de vida, toda a minha faculdade também. Peguei a duplicação do Joá, não tinha metrô, eu trabalhava no Centro e ia de ônibus até o Centro, voltava de ônibus."

> "Eu eu convivi muito nessa dinâmica de condomínio, mas pelos meus amigos, porque o meu era um prédio de cinco unidades, não tinha nenhuma piscininha, não tinha nada, era só né, aquele estacionamento. Então a relação com a Barra vai muito por aí. Eu fui virar vereador e fui eleito em 2020, um dos mais votados da Barra. Eu não fui o mais votado na Zona Sul, não fui o mais votado na Zona Norte, dentro do meu partido. Eu fui o mais votado na Barra, né? E é por esse tempo de vida, por essa dinâmica, essa relação que eu tenho lá, e para mim é muito natural lá, mano… as coisas que eu percebi antes de ser vereador, eu achava que simplesmente os bairros eram diferentes. [...] Quando virei vereador e passei a ler mais legislação, para você ver que nada ali foi ao acaso. Na verdade, a Barra, a grande diferença dela é exatamente esse grande bairro planejado, enquanto se a gente for pensar na Zona Sul, na Zona Norte…"

A conversa com Paulo foi muito útil para entender melhor a relação do poder público com as associações e com os moradores. Discutimos bastante a questão da relação entre as esferas público e privada, e como elas se misturam na Barra da Tijuca. Foi nessa entrevista que começamos a pensar mais a fundo na questão dos problemas, e como as escalas que existem na Barra da Tijuca servem para hierarquizar os problemas, afetando a forma de participação e de relação com o poder público. Apesar dos muitos tópicos que discutimos e da pertinência deles para essa pesquisa, o contato com Paulo cessou depois dessa entrevista. Até por não vê-lo em mais nenhum evento do bairro, entendi que ele não era parte do cotidiano da política urbana da Barra - pelo menos não fora do "tempo da política"[15] (Palmeira e Herédia, 2010).

2.3.8 Capitão Silva e Fábio

De todas as entrevistas que realizei, duas acabaram sendo mais curtas e tendo um outro viés. Capitão Silva, coordenador da operação Barra Presente - parte de um programa maior de governo chamado Segurança Presente, algo que busca se aproximar de uma polícia comunitária - conversou comigo por telefone, mas respondeu a maior parte das minhas perguntas de forma rasa e com um discurso quase que oficial. A impressão que tive era de que ele tinha receio do uso daquela entrevista, mesmo tendo concordado com ela e tendo me dado consentimento sobre a gravação e posterior utilização dela para esta tese. Já havíamos nos encontrado diversas vezes em eventos - e, inclusive, na escola em que eu dava aula - e já havíamos sido oficialmente apresentados um para o outro, o que acho que foi o que o levou a concordar com a entrevista.

Por não ter ligação pessoal nenhuma com a Barra da Tijuca, sem nunca ter morado no local, grande parte das perguntas e dos tópicos que surgiram nas outras entrevistas não fizeram parte da nossa conversa. Sua relação com o bairro era estritamente profissional e, por ter sido o único bairro em que atuou como parte deste programa de governo, também não tinha como fazer comparação com outras localidades. O fato das entrevistas que realizei terem sido todas

[15] Uma discussão sobre o contraponto entre o que seria a "política dos condomínios" e a "política do tempo da política" (Palmeira e Herédia, 2010, p. 9) é feita nos capítulos 3 e 4. Aqui, cabe ressaltar que o cotidiano da política urbana da Barra se encontra em uma relação complexa com o que seria o "tempo da política", ou a prática de uma "política institucional", por mais que ambos estejam diretamente relacionados. Tanto a fala dos interlocutores quanto a própria atuação daqueles que seriam os "políticos" reforça uma separação entre a atuação comunitária e voluntária de uma atuação governamental e profissional, estabelecendo ambientes, práticas e tempos específicos para cada.

semi-estruturadas também contribuiu para que esta não se desenvolvesse, já que elas dependiam fortemente do interesse do entrevistado em aprofundar temas e até propor tópicos. Apesar de ter sido importante e acabar resultando em importante material para o Capítulo 5, penso que pude tirar menos proveito da conversa com Silva, e ele acabou tendo uma relação de interlocução bastante diferente dos meus outros interlocutores.

Fábio foi um interlocutor que também não pude desenvolver uma maior afinidade. Conversamos algumas vezes por mensagens antes de ir até sua casa para entrevistá-lo. Apesar de já ter morado na Barra, sua relação com o bairro era mais como prestador de serviços, já que ele era o dono de uma empresa privada de vigilância que prestava serviços a vários condomínios do bairro. Apesar de também ter me dado alguns *inights* importantes, a conversa com Fábio não se aprofundou, por motivos similares aos do Capitão Silva. Adicionalmente, esta foi a única entrevista cujo áudio não foi gravado. Por suspeita de ligação da empresa ou do próprio Fábio com grupos armados paramilitares que atuam na região, não me senti confortável em pedir para gravar o áudio. Acabou que, apesar de me ajudar a entender a demanda dos condomínios em relação à segurança e de me fornecer a sua visão pessoal sobre os condomínios, boa parte da entrevista foi uma tentativa de se vender, tanto pessoalmente quanto profissionalmente. Por muitos minutos, ele me mostrou sua plataforma de day-trading, inclusive me mostrando os seus ganhos e falando sobre a assessoria que presta. Temo que esse tenha sido o principal motivo de ter aceitado a entrevista e de ter me convidado para a sua casa. Inclusive, Fábio fez questão de que eu não fosse embora antes de falar com um dos seus alunos que estava prestes a chegar em sua casa para uma sessão particular de mentoria. Como ele não participava da vida comunitária ou das instâncias deliberativas do bairro, não segui com o contato e, portanto, não acredito que ele possa ser considerado um interlocutor importante para essa pesquisa.

Fábio e, principalmente, Capitão Silva, têm uma importância para esta tese, inclusive sendo aqui citados. Não me parece analiticamente interessante os colocar em pé de igualdade com meus outros interlocutores, cuja relação com o tema da minha pesquisa é mais direta e cuja relação de interlocução foi mais profunda. Contudo, é importante mencioná-los, até porque o fato de não terem me dado a liberdade ou sentimento de segurança de buscar um aprofundamento já é, por si só, um indicativo do papel que as forças policiais e empresas de vigilância podem ter nas relações da vida política da Barra da Tijuca.

♦

2.4 **Do canteiro de obra à modernidade: representações sobre a urbanização da Barra**

> "Toda paisagem é memória porque é contra a matéria terrestre ou dentro dela que a imaginação vai habitar na tentativa de superar a matéria perecível do tempo. Toda paisagem é tempo, porque a imaginação criadora, confrontada à extensão da matéria terrestre, resulta do seu triunfo sobre ela. Neste sentido, pertencendo ao domínio do tempo, toda paisagem, como arranjo estético de uma experiência no mundo, pertence ao domínio do imaginário." (Eckert e Rocha, 2013, p. 222)

Um bairro não surge do nada, não se constrói como uma coisa fechada, de uma vez só. Independente da sua idade ou de quem lá mora, todos os bairros são construídos através de um processo, que se dá em diversas frentes. Além do processo de chegada de prédios, asfalto e moradores, os bairros se constroem enquanto comparação com outros, enquanto o lugar que ocupam dentro da cidade, enquanto símbolos que representam e emanam. Mesmo que esse processo de construção nunca termine, já que tanto os aspectos materiais quanto simbólicos deles estão em constante transformação, o processo de urbanização de um determinado território é a parte central para definir determinados aspectos daquele bairro ou lugar, é o que vai definir as principais características sob as quais ele vai se desenvolver. A Barra da Tijuca, por ser um bairro mais recente - tendo sido oficialmente urbanizado apenas na década de 1970 - oferece elementos interessantes para pensar sua construção.

Como trabalhei anteriormente (Agueda, 2023), discutir o que significa a Barra da Tijuca é um trabalho complexo, já que ele não possui tanta história propriamente dita, e a sua condição de bairro recente ainda deixa abertas muitas das interpretações sobre ela, que ainda não são tão consolidadas. Por outro lado, a proximidade histórica com o começo de sua urbanização nos permite adentrar as múltiplas esferas que constituem essa sua caracterização. Tentar entender o papel do bairro demanda um

> "desafio de pensar o conceito de memória de um bairro que não possui vínculo com a ideia de tradição. Como se articulam as ideias de passado e presente em um bairro projetado enquanto futuro? Como situar na história simbólica da cidade um bairro muito recente, que se constrói a partir de muitas desvinculações com o

> seu restante e com o pretérito? Quais as políticas de memórias que constituem esse imaginário jovem da Barra da Tijuca? (Agueda, 2023, p. 33)

Uma saída para esse desafio é pensar a urbanização e constituição do bairro sob as múltiplas vertentes que as formam: tanto a sua forma visível, material, quanto sua forma prometida e imaginada, e sua forma refletida, em termos de memória. De forma mais específica, talvez seja possível pensar essa forma material, visível como o presente do bairro, a forma prometida como o futuro, e a forma refletida como passado. Esse presente, do bairro de condomínios, de largas avenidas e já total integração com a cidade, um "grande centro urbano" nas palavras de Delair, não é o objetivo aqui traçado. Esse futuro, das promessas, foi o objetivo da minha pesquisa de dissertação, onde investiguei essas promessas de futuro do bairro ao longo de sua construção, principalmente a partir dos anúncios e jornais (Agueda, 2021). As falas de meus interlocutores, moradores antigos e lideranças na política urbana do bairro, adentra um pouco disso que seria o "passado" do bairro, ou seja, as memórias e os símbolos trazidos por seus moradores para se referir ao processo de acompanharam nas últimas décadas, de um lugar privilegiado. Aqui, então, faço uma síntese das suas concepções sobre a construção da Barra da Tijuca, um dos principais aspectos constitutivos de uma narrativa sobre o bairro.

Trabalhos anteriores nos ajudam a circunscrever essas narrativas. Desde a descrição do processo de urbanização de Copacabana até o seu "resultado" caótico (O'Donnell, 2013), até as análises dos imaginários que emergem da urbanização da Barra em comparação com os bairros da Zona Sul (Balthazar, 2020; Teixeira Alves, 2020), muitas das representações sobre o bairro são reproduzidas pelos meus interlocutores. As narrativas em torno do bairro, tanto por meio das propagandas das imobiliárias quanto pela "campanha de salvação urbanística da Barra" promovida pelo próprio jornal (Teixeira Alves, 2020), reforçam tanto a fuga do caos e o planejamento, quanto promessas de modernização e de futuro. Balthazar (2020) reforça que isso é um mecanismo da expansão urbana, que utiliza de uma "ordem temporal de sucessivas repetições", utilizando símbolos de uma volta a aspectos do passado ao mesmo tempo que produz imagens de futuro. Tal mecanismo é reforçado por vários dos meus interlocutores que, mesmo sem ter feito essas leituras e sem terem sido questionados sobre, acabam por demonstrar como essas narrativas são incorporadas aos imaginários urbanos dos moradores.

Cláudio, por exemplo, diz que acompanhou toda a evolução da Barra, que "não tinha nada mesmo. Era um negócio bem, bem roça mesmo", comparando o bairro também a um

"pântano". Contudo, ele próprio vê o atual momento do bairro como de destaque e de centralidade da cidade, com diversos serviços e qualidades comparado a outros bairros. Delair também reconstrói essa trajetória, de um "canteiro de obras" a um "grande centro urbano". Como retratado acima, ele conta como muitas pessoas "vinham de longe" quando o bairro começou a oferecer serviços modernos, como o primeiro supermercado e grande shopping center, e que hoje inverteu a relação do bairro com a cidade, concentrando aqui serviços que antes só se tinha acesso em outros locais. As falas de Solange parecem quase repetir os slogans dos condomínios nos jornais dos anos 1970, como quando ela fala que aqui "aprendeu um novo jeito de viver". Imagens como a de levantar a rede de vôlei para o carro passar, ou de ir de condomínio em condomínio para jogar "peladas" apelam para um imaginário específico sobre o viver no bairro.

Outro ponto que se destaca a partir da fala dos entrevistados é a comparação com os bairros da Zona Sul carioca, comparação esta que também era feita pelos jornais e propagandas. Para Marlene, quem via a Barra de antigamente como um lugar de praia, de final de semana, hoje valoriza a diferença frente aos bairros da Zona Sul, onde há muita "buzinação" e ruas estreitas. Aqui, ela acredita, conseguiu-se criar "uma cidade grande com características de cidade pequena". Cláudio diz que "na Zona Sul é um prédio colado com outro, parede com parede, isso não existe na Barra". Roberto também valoriza a Barra em relação aos outros bairros praianos cariocas, já que aqui "sempre foi diferente" da Zona Sul, mas que hoje tem uma "integração maior". Essas comparações acontecem não apenas pelo mecanismo de repetições descrito por Balthazar, mas também porque a Barra é um bairro que, por ser recente, não tem uma memória própria. As memórias do bairro se constroem sobre o que não era antes - como pântano, roça ou sertão - ou em comparação ao que já existia e que ele se contrapunha - a Zona Sul em geral, ou Copacabana. Isso também fortalece a utilização de temporalidades que não são concretas, como ideias de modernidade e futuro, ou imagens genéricas de um passado a-histórico. Solange utiliza inclusive da imagem da Idade Média para tratar dos condomínios do bairro: "a gente volta para a era Medieval, dos feudos, dos seus castelos e muralhas".

É importante aqui ressaltar que não é qualquer narrativa que estamos analisando. São narrativas daqueles que defendem o bairro, que fazem de seus cotidianos lutas por aquele espaço, por aquela comunidade. Não à toa, suas falas exaltam o que há de bom, tanto quanto os problemas que se ocupam em resolver. Nesse espaço também ambíguo - como a maioria dos aspectos da política dos condomínios - esses moradores ativos defendem o bairro para legitimar

aquilo que lutam por, e criticam seus problemas para legitimar a luta em si. Por isso, acabam comprando a ideia das propagandas de uma imagem contraditório sob a qual o bairro se construiu simbolicamente, de junção entre a modernidade com a tranquilidade (Agueda, 2021). Reiteram o papel de centralidade da Barra, ao mesmo tempo que ilustram o "sonho da aldeia" (Patriota de Moura, 2003). Narrar as transformações, deixando claro que participaram ou as acompanharam, reforça as suas ligações com a região, legitimam seu lugar enquanto *barrenses*. Nem mesmo Paulo, que nem nasceu nem atualmente mora no bairro, se distancia dele, se dizendo, ainda sim, *barrense*, tendo vivido o bairro e acompanhado suas transformações, como a duplicação do Joá. Cláudio é outro que, o tempo todo, enfatiza que acompanhou essas transformações: "Na época, a gente tava morando aqui, o Barra Shopping surgiu depois, tudo praticamente surgiu bem depois né? Então a gente viu realmente a Barra crescer".

Compreender essas narrativas é essencial para pensar o lugar que a Barra e os *barrenses* ocupam nessa "cartografia simbólica" da cidade. Enquanto "imaginários urbanos", elas "não são apenas questões da mente, mas também se manifestam e se expressam no espaço urbano vivido" (Linder e Meissner, 2019, p. 01). O porquê da "política de condomínios" ter suas características próprias está atrelado ao que se constitui enquanto esse bairro de condomínios e essa lógica própria que emerge dentro desse bairro que, não tendo sua história própria, se constrói também a partir das narrativas sobre ele.

2.5 **Sociabilidade de condomínio e o estilo de vida barrense**

Estilo de vida e sociabilidade são tópicos caros às ciências sociais. São também caros para entender o que surge do fenômeno dos "condomínios-cidade" da Barra da Tijuca. Para além da investigação sobre as práticas dos moradores de condomínio e como este molda as relações sociais e com diferentes aspectos da cidade, interessa aqui pensar no que é produzido para além desses muros. Nesse sentido, mais do que estudar o microcosmos dos grandes condomínio residenciais de um bairro no Rio de Janeiro, por mais relevante que tal tarefa seja para a sociologia e os estudos urbanos de forma geral, pretendo aqui oferecer chaves para pensar as relações com o viver urbano de forma geral, contribuindo para o entendimento de como esse recente fenômeno molda as sociedades em que ele surge, tanto em seu interior quanto para o seu exterior, tanto na forma mais prática e objetiva quanto na forma simbólica e relativa. Nesse intuito, é necessário me localizar dentro dos moldes teóricos mais gerais sobre os temas, sem

pretender, contudo, fazer uma revisão das amplas e duradouras discussões acerca de sociabilidades e estilo de vida.

Se tratando da sociabilidade, aqui me valho da abordagem simmeliana e suas concepções em torno das sociações. Como nos lembra Frúgoli Jr. (2007), Simmel compreende a sociedade como "um complexo de indivíduos socializados, uma rede empírica de relações humanas operativa num dado tempo e espaço" ou seja, "o processo geral e os processos particulares de associação (*Vergesellschaftung*)"(p. 9). Dentro do "relacionismo ontológico" simmeliano, as formas de sociabilidade seriam a "forma lúdica arquetípica de toda a socialização humana" (idem), remetendo então a ações recíprocas, caras à sociologia interacionista. No seu sentido mais empírico, desenvolvido depois pelos autores da Escola de Chicago, a ideia de sociabilidade seria "entendida como uma consideração dos modos, padrões e formas de relacionamento social concreto em contextos ou círculos de interação e convívio social". Enquanto um "tipo ideal" de relação de interações entre atores, a sociabilidade em suas muitas formas é uma chave para pensarmos os tipos de interação que são gerados em cada contexto.

Os diferentes tipos de sociabilidade vão sendo delineados a partir de contextos e fenômenos específicos, que moldam os padrões de interação social. Talvez o exemplo mais conhecido nos estudos urbanos brasileiros seja o de Machado da Silva (2004), que pensa uma "sociabilidade violenta" enquanto enquadramento das interações e relações a partir do contexto do crime.[16] A partir do contraste com essa sociabilidade, Fridman (2008) propõe a ideia de uma "sociabilidade fortaleza", dada pelo achatamento das relações sociais em uma espécie de fuga da violência urbana. Apesar da segurança ser sim um dos principais fatores da busca pela vida em condomínios, em especial no Rio de Janeiro, inferir uma sociabilidade para o interior desses espaços a partir do que vem de fora dos seus muros pode ser equívoca. Como mencionei anteriormente, apesar da busca por condomínios como uma fuga de certos problemas, isso não gera necessariamente uma vida nesses espaços em que os problemas não existam, pelo contrário, venho mostrando como eles acabam tendo um papel central, assim como a busca por produzi-los diariamente. Da mesma forma, a fuga da violência em "fortalezas" não gera uma

[16] Exemplo já clássico sobre tal chave analítica é o conceito de "sociabilidade violenta" cunhado por Machado da Silva, para denominar um tipo ideal de interações baseadas em "uma radical transformação de qualidade das relações sociais a partir das práticas de criminosos comuns" (Machado da Silva, 2004, p. 53). Assim como nas favelas ocupadas pelo tráfico de drogas, o contexto dos condomínios residenciais também gera uma nova forma de sociabilidade, baseada naquele convívio e nos discursos e ações associadas aquela vida comunitária dos condomínios. Também no dia-a-dia dos condomínios e nas reuniões e assembléias é estabelecida uma "forma de vida singular" (Machado da Silva, 2010, p. 286), deixando "suspensos" determinados aspectos da vida urbana geral e se baseando em regras e moralidades próprias.

sociabilidade de menos contatos e relações, pelo contrário: encarando-a a partir de uma positividade sociológica, a sociabilidade nesses espaços é de contatos próximos e relações fortes de vizinhança e pertencimento. Olhar para os condomínios de fora e inferir uma sociabilidade em contraposição à cidade, é como ver os muros e considerar os condomínios enquanto "anticidades".

Guy Vincent (2004), pensa a socialização como um processo incessante de se fazer, de se desfazer e se refazer a partir das relações sociais; uma certa maneira de ser e estar no mundo. Nesse sentido, a vida nos condomínios e a política que é gerada a partir dela é construída diariamente, de dentro para fora, extrapolando os muros mas não sendo imposta pelo seu exterior. Uma "sociabilidade de condomínio", então, se constitui e se reproduz com influência dos imaginários sociais criados sobre o que seriam os condomínios e seus moradores, claro, mas principalmente a partir das dinâmicas que ocorrem em seu interior e nas relações que produzem os cotidianos daqueles espaços.

Bottino e Rabello (2020), trazem a tentativa de compreender o que seria uma sociabilidade de condomínio, a partir de um caso um pouco diferente do aqui estudado. Em um condomínio de estratos sociais mais baixos, as autoras identificam a criação de "formas de sociabilidade que não é a urbana, nem a rural, mas a condominial" (p. 183). Apontam, ainda, como a questão política é de extrema importância para a sociabilidade desses espaços, se traduzindo em disputas internas, o que também encontra respaldo no material empírico que aqui analiso. A fofoca, enquanto "forma cotidiana de comunicação e controle social difuso e eficaz" (Palmeira, 2010, p. 171), é elemento central dessa sociabilidade, já que essa busca por aldeia (Patriota de Moura, 2003) acaba estreitando laços mais próximos, em detrimento de laços mais distantes, contribuindo também para uma sociabilidade do "vigiar e narrar" (Comerford, 2003; 2014).

De forma semelhante, um olhar atento deve ser empregado para buscar entender o que seria um "estilo de vida" que é gerado a partir dessa lógica de condomínios. Assim como o *barrense* está ligado ao morador de condomínio, mesmo sem todos os moradores da Barra serem moradores de condomínio, um "estilo de vida *barrense*" também está relacionado com uma lógica de condomínio, que afeta o bairro de forma geral. Os estilos de vida de classes médias e altas são alvo de estudos há muitas décadas, tendo o estudo de Wynne como um importante marco já que o autor investiga a vida dentro de um condomínio fechado. Ainda em 1990, buscando compreender o "espaço social dos estilos de vida" em condomínios de classe média (Wynne, 1998), o autor já identifica alguns elementos que encontram respaldo no observado nos condomínios da Barra da Tijuca. Ciclos de amizades voltados para o interior dos

muros, como já mencionado, se atrela à um estilo de vida mais ativo, em diferentes atividades dependendo de cada tipo de morador, que são heterogêneos em muitos aspectos. De acordo com o autor, nesses espaços, o estilo de vida e a identidade social estão mais relacionados com lazer e consumo cultural do que experiências de atividade produtiva. Isso indica que o estilo de vida desses espaços reflete a vida dentro deles, não o que os moradores realizam fora. Isso é visível em qualquer grande condomínio da Barra da Tijuca, onde moradores geralmente têm um envolvimento grande com as atividades e grupos do condomínio. A oferta de diversas atividades em seu interior contribui para um estilo de vida ativo, mas interiorizado nos muros.

O “estilo de vida *barrense*", então, compreende muito daquilo que é vendido desses condomínios: a possibilidade de um cotidiano completo em seu interior, a vida entre semelhantes, uma vida ativa e uma comunidade forte, como expus anteriormente (Agueda, 2021). O que acrescento, a partir da atual pesquisa, é o quanto a participação comunitária faz parte desse estilo de vida, o que vai contra algumas inferências feitas de fora. Até pela autossegregação prometida por esses espaços, e até pelo afastamento simbólico da Barra da Tijuca do restante da cidade - incluíndo nisso as duas tentativas de emancipação do bairro - a ideia é de que esses espaços produzem um estilo de vida alheio à vida comum. Como me disse Fábio em sua entrevista, a possibilidade de se separar da cidade cria, na verdade, a possibilidade de uma vida mais completa. Por isso, talvez, que tantos moradores, como Roberto, Cláudio, Delair e Solange, tenham se envolvido com a vida comunitária apenas depois de se mudarem para o bairro.

Parte integrante da "política de condomínio", o “estilo de vida barrense” acaba sendo o meio de socialização que cria os símbolos e anseios comuns entre os moradores de um bairro que segue a lógica dos condomínios. Ao estimular uma vida focada na comunidade, ao mesmo tempo que valoriza os contatos e a participação voluntária para a construção do cotidiano, o estilo de vida e a sociabilidade específica da lógica do entre-muros produz uma nova forma de se fazer cidade, desde as interações cotidianas de vizinhança até as disputas políticas mais amplas em torno da cidade.

3 **ENTRE A CASA E O CONDOMÍNIO**

3.1 **A casa que não dá para a rua**

Na fenomenologia brasileira, trabalhada por Da Matta, a casa é tida como um espaço de abrigo, da individualidade, em contraposição à coletividade do espaço público e da cidade. Na casa, é onde o particular se contrasta com o público das ruas, da cidade, onde o familiar se contrasta com o estranho e o desconhecido do lado de fora. A casa não é, necessariamente, o mesmo que um abrigo, mas é o lugar da regularidade, de uma organização do espaço-tempo das nossas vidas (Douglas, 1991). A porta da casa, assim como o portão de um prédio, separam e, ao mesmo tempo, criam uma ligação entre o dentro e o fora, "criando, por assim dizer, uma junção entre o espaço do homem e tudo que se encontra fora dele", nas palavras de Simmel (1996, p. 12). Entre a casa e a rua está a separação da identidade e da alteridade, o pórtico por onde o indivíduo sai do conforto conhecido ao inquieto desconhecido da cidade. É nessa separação banal em que o indivíduo moderno se joga ao ambiente múltiplo da cidade, a esse palco de encontros e conflitos, onde ele se prepara para o personagem que vai ser visto pelos transeuntes. O simples ato de ir à padaria ou sair para ir trabalhar já envolve, em maior ou menor escala, um ritual de preparo, de construção visual do ser social que vai à rua. O banho, a troca de roupa, o pegar as chaves, bolsa e carteira, são todos pequenos ajustes de um ritual para uma passagem banal porém drástica, do ambiente da casa para o ambiente da cidade.

Essa imagem, simples mas comum a residentes das mais diversas cidades ao redor do mundo, é tida como parte integrante da vida nas cidades modernas. Mais que isso, ela constitui uma relação dada como padrão nas pesquisas que têm a cidade como objeto ou local de análise. Desde os primórdios dos estudos urbanos, a casa aparece como reduto dentro do espaço das múltiplas possibilidades, conflitos e interações das ruas das cidades, uma clara ilustração da separação entre o espaço público e o espaço privado. Contudo, considerando a configuração das cidades atuais, cabe a pergunta: E quando a casa não dá para a rua? E quando o sair de casa não significa, necessariamente, encarar o imprevisível da cidade, a incerteza do outro estranho? E quando, mesmo fora de casa, diversas escalas de familiaridade e fechamento separam o morador das ruas da cidade?

Os condomínios fechados nos abrem diversas possibilidades analíticas para pensar as relações sociais nas cidades e a própria produção da cidade. Mais que isso, questionam também a validade e a atualidade de pensar grandes cidades sem colocá-los como importantes fatores da equação. Contudo, o erro mais comum não é o de ignorá-los, mas sim tratá-los enquanto objetos homogêneos, planos e, ainda pior, como uma antítese à cidade. Como venho buscando fazer ao longo deste trabalho, aqui levar o objeto dos condomínios a sério nos faz perceber que uma das grandes diferenças que eles vão causar na relação entre indivíduo e cidade é a obliteração da certeza da separação simples entre casa e rua e, mais afundo, entre o público e o privado. As camadas que se colocam entre essas duas esferas abrem inúmeras possibilidades e problematizações sobre o papel dos condomínios e sobre a vida urbana nesses espaços. A cena de sair de casa para ir à padaria ou ao trabalho, já não é a mesma da narrada anteriormente, já que muitas vezes a padaria ou até o trabalho estão dentro do condomínio. A relação de vizinhança, as preocupações diárias, as relações que se estabelecem no cotidiano, todas se tornam mais complexas quando adicionadas essas esferas de fechamento. Neste capítulo, então, o foco é nessa primeira escala: entre a casa e o condomínio. Como se dão as relações e como se constroem os cotidianos quando a casa não dá para a rua?

Focada no material empírico coletado em entrevistas e trabalho de campo no interior dos condomínios - o entre a casa e a rua - busco aqui pensar como o cotidiano nesse entre-espaço constitui uma característica específica da vida em condomínio, e como a relação entre casa e condomínio é constituinte também da relação entre condomínio e cidade. Afinal, podemos tratar um cotidiano em ruas fechadas por cancelas e muros em um mesmo patamar analítico dos cotidianos nas ruas públicas e abertas da cidade? Seria a diferença das relações que se dão nesses espaços daquelas que se dão fora deles constitutiva de novos modelos de associação e participação comunitária? E o que isso nos diz sobre a produção da cidade na era dos grandes condomínios?

Era uma noite de quarta-feira, em maio de 2022, quando cheguei na Praça das Rosas, localizada no que seria o Condomínio Parque das Rosas, em frente à Câmara Comunitária da Barra da Tijuca. Apesar de pública e rodeada por ruas também públicas, a praça é comumente associada à área daquele "condomínio-cidade", que comporta 16 edifícios e mais de 14.000 moradores, tanto que seu nome orginal - Praça General Santander - foi oficialmente alterada em um decreto de 2018, de forma a ser associada ao nome do condomínio. Naquela noite, tal associação se mostrou verídica, já que dezenas de moradores a ocupavam, rodeados por alguns alto-falantes, à espera do então subprefeito da região, do presidente da Câmara dos vereadores,

e da Secretária de Assistência Social. Uma praça geralmente vazia, usada mais como travessia de uma rua a outra, concentrava cerca de 40 ou 50 pessoas, em pé, com um certo clima de tensão.

Cláudio, presidente da Associação de Moradores daquele condomínio (AMAROSAS), foi um dos principais a falar naquele evento, que demandava do poder público um projeto de "recuperação" da praça. Contudo, o que parecia estar mais em jogo alí não era a relação com o poder público, e sim as relações internas do condomínio. Enquanto falava, Cláudio recebia olhares suspeitos, quando não furiosos. Um grupo grande desses moradores, que usavam uma camisa em comum, rosa, com as letras "PDR", distribuía um "jornal manifesto" aos presentes, onde se lia, ao lado das notícias do condomínio, as principais críticas e denúncias daquele grupo à associação de moradores e ao seu presidente. Conversando com alguns integrantes desse grupo, descobri que havia uma rixa interna ao Parque das Rosas, o que fez com que moradores se organizassem contra a atual gestão, formando uma "associação não oficial" do condomínio. A disputa interna do condomínio não só passava pelas reuniões, pelo síndico e por disputas na associação, mas se estendia a ponto de uma oposição se organizar com jornais impressos e camisas, além de participação em massa nos eventos oficiais. Alí, naquele dia qualquer de semana, em um parque mal iluminado no meio da Barra da Tijuca, percebia o tamanho da complexidade da vida comunitária desses "condomínios-cidade", e que muito do que eu entendia como o "viver em condomínio" de fato não condizia com o que eu observava. Ao contrário do isolamento, do afastamento dos encontros e da busca por tranquilidade, o que eu observava era uma intensificação da participação e um certo aprofundamento dos encontros, porém, encontros seletivos.

A vida em condomínio representa uma hipertrofia das relações de vizinhança. Isso porque o cotidiano fechado e o "efeito clube" (Charmes, 2009) criam relações de vizinhança mais próximas, seja por aproximações por grupos específicos, seja pelo conflito gerado pela convivência. Mais que isso, adicionada a essa hipertrofia há também uma complexidade de tais relações. Por mais que em diversos lugares das mais diversas cidades haja grandes aproximações em função de pertencimento a um bairro ou até a uma rua, o que existe é uma ligação direta entre a casa (ou o prédio) e a rua que, independente do bairro, é parte integrante e conectada ao resto da cidade. Em um "condomínio-cidade", a casa dá para o bloco; este, dá para o prédio (às vezes equivalente ao bloco, mas muitas vezes representado por mais de uma torre); e o prédio dá para o condomínio. Em cada uma dessas instâncias formas distintas de

relações de vizinhança e de associação se desenvolvem. Por isso, cabe focar em cada uma delas por vez.

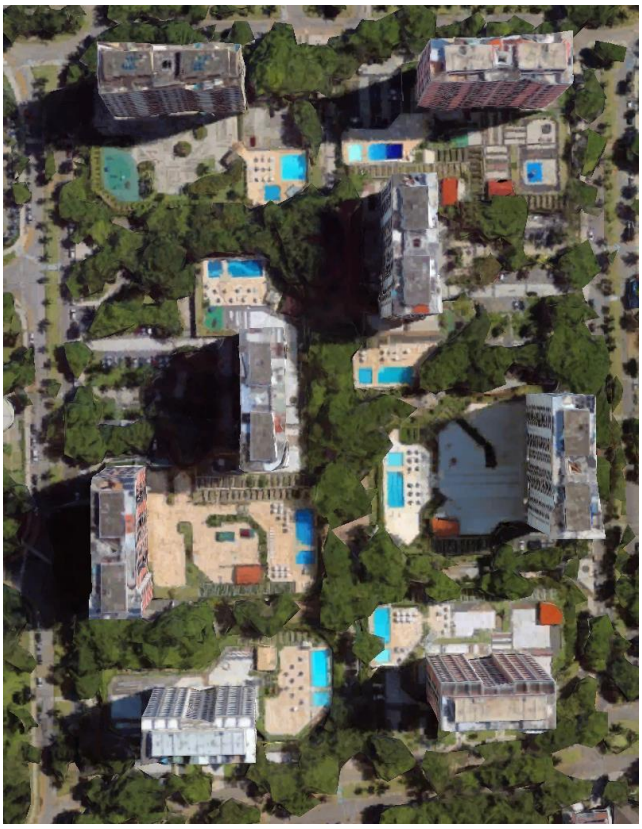
A "política dos condomínios" as articulações políticas da vida comunitária baseada na lógica desses espaços fechados acontece por meio dessas muitas escalas. Escalas, estas, que não são estáticas, mas fluidas e construídas socialmente. Por entre as escalas, se movem problemas, pessoas, relações. Essas transposições, contudo, são sempre mediadas, seja por moradores, síndicos, normas ou instituições. Os papéis que são desempenhados em cada escala também não são fixos, assumidos por diferentes pessoas em cada escala e situação. O papel do morador pode dar lugar ao papel do amigo, ou ao papel do eleitor, assim como a máscara do confronto pode dar lugar a uma máscara do contato próximo, conforme as articulações vão se estabelecendo. O problema da casa por vezes se reverbera nos problemas do condomínio e nos problemas do bairro, assim como os problemas desses últimos não se localizam apenas no exterior das moradias. É por entre essas escalas e suas constantes delimitações que a política urbana dos condomínios é feita, por onde os agentes se constroem enquanto personagens da vida comunitária e por onde as instituições intermediárias constroem as suas legitimidades.

3.2 **Primeira escala: Da casa ao bloco**

Imagem 14 - Imagem do Condomínio Novo Leblon

Fonte: Google Maps, 2025.

Imagem 15 - Imagem aérea dos blocos do Condomínio Novo Leblon

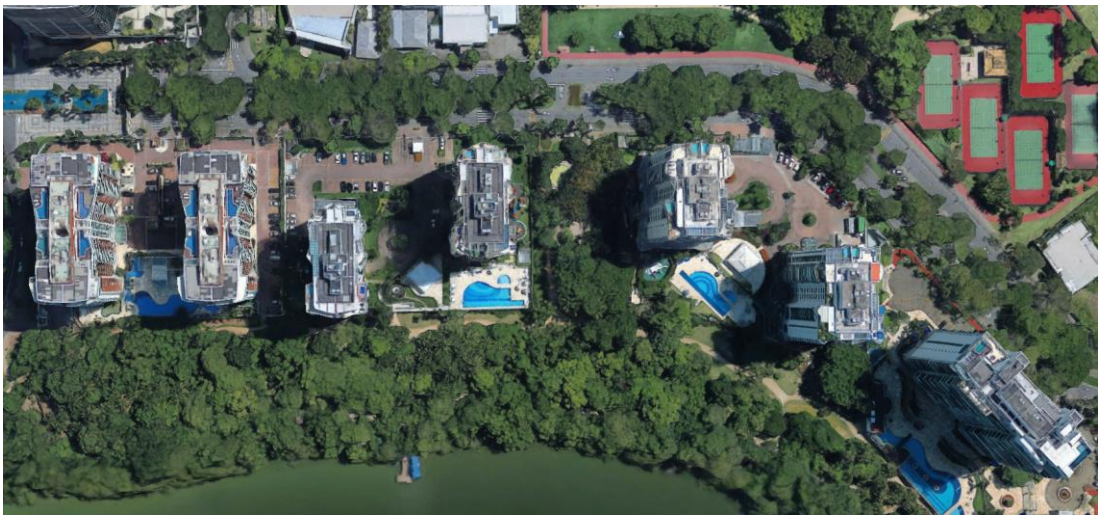


Fonte: Google Maps, 2025.

Imagem 16 - Imagem aérea condomínio Península

Fonte: Google Maps, 2025.

Imagem 17 - Imagem aérea dos blocos do condomínio Península



Fonte: Google Maps, 2025.

Se você mora em um prédio, dentro ou fora de um condomínio, pouco ou nada diferente vai ser a sua visão ao sair pela porta de casa. Um hall ou um corredor te levam, geralmente, a um elevador ou uma escada, cercada por outras portas de outros apartamentos. Pequenos ou grandes, os prédios de apartamentos geram dinâmicas de vizinhança de variáveis graus, que dependem de muitos fatores: local, tamanho, idade média, cultura do prédio, áreas comuns, atuação do síndico e problemas enfrentados. Os prédios de grandes condomínios já possibilitam um grau maior de relações de vizinhança por terem, quase a via de regra, muitas áreas e serviços comuns. Piscinas, churrasqueiras, salão de festas, estacionamento, portarias 24h são comuns nesses espaços. Além disso, o fato de não darem para a rua, e sim para um espaço fechado do condomínio, cria uma relação ainda mais forte, já que é enquanto prédio ou bloco que esses moradores se colocam frente aos problemas do condomínio.

Em várias das entrevistas que fiz e nas conversas em campo, uma das primeiras coisas que um morador de um "condomínio-cidade" menciona, mesmo sem ser questionado sobre, é o seu prédio/bloco. O nome, geralmente seguindo uma lógica compartilhada entre os blocos ou prédios do condomínio, é quase como parte da identidade do morador. No condomínio Novo Leblon, cada bloco leva o nome de um artista italiano, assim como no condomínio Nova Ipanema. No Alfa Barra, a maior parte dos blocos tem nomes de rainhas. No Barramares, levam nomes com a palavra "mar", como Riomar, Mar de Java e Mar de Coral. Em outros casos, como o Península, os nomes já servem para tratar de certos indicadores, associados, por exemplo, aos preços dos blocos. Enquanto os blocos mais baratos levam nomes como Península Smart ou Península Green, os mais caros têm nomes como Saint Barth, Saint Martin ou Mondrian. Os

blocos, nesses grandes condomínios, servem como uma primeira instância de vizinhança, um nível mais indiferente de relacionamento com os vizinhos, mas que identifica um perfil dentro de uma instância maior. Quem mora no condomínio, sabe quais blocos têm apartamentos menores e quais têm apartamentos maiores. O endereço moral dos moradores, além de também o principal localizador, é como cada bloco se apresenta frente ao todo. Os blocos têm uma função para fora de si, apesar de oferecerem oportunidades de um condomínio em menor escala dentro de si. É no bloco que fazem eventos sociais que não são grandes o suficiente para serem feitos nas áreas comuns do condomínio. São neles onde se praticam esportes e lazer, quando estes não têm tanta importância ou demandam tanto tempo ou preparo. Se for para pegar um sol rapidinho, se faz na piscina do prédio. Para socializar com amigos e passar a tarde, se vai para a piscina do condomínio. Assim também é para uma pelada com poucos amigos versus o futebol de domingo. Ou para um lanchinho rápido ou um almoço. Eles funcionam como "bairros" dentro desses condomínios-cidade.

No bloco é onde também se concentram as problemáticas de menor escala. Os problemas que extrapolam a sua casa, mas que não são necessariamente "problema do condomínio" são resolvidos dentro do bloco. Isso inclui problemas entre vizinhos, de infraestrutura do bloco, de regras específicas, e tantos outros. São resolvidos internamente, geralmente com a mediação de um síndico, como em qualquer prédio normal, de condomínio ou não. A grande diferença, contudo, se dá no fato de que a escala de problematização do bloco é apenas uma primeira instância na hierarquia dos problemas, nos casos dos condomínios. Quando um problema é tido como maior do que aquela escala, ele passa a ser enquadrado enquanto um problema do condomínio. Nisso, diversas relações se desenrolam no sentido de fazer essa passagem: articulações entre moradores, pequenas campanhas de whatsapp, pedidos frente ao conselho do condomínio e cobrança frente ao síndico de levar adiante o problema. Isso tudo depende do crivo da coletividade do bloco, que se choca com a coletividade do condomínio ou de seu conselho para se estabelecer enquanto um problema do condomínio ou não. A escala do bloco, então, cumpre a importante função de uma primeira instância da participação da vida comunitária do condomínio, diferentemente de prédios que não fazem parte desses grandes empreendimentos. A reunião dos blocos, então, servem não apenas como um medidor da escala dos problemas como também um medidor da participação comunitária dos condôminos. Alguns fazem questão de estar presentes para tratar dos assuntos do prédio ou bloco, mas não necessariamente nas assembléias do condomínio. Dentro da hierarquia moral

da vida condominial, se propor a participar da vida além do seu bloco já te coloca em uma outra escala de relações e dinâmicas de poder.

Cláudio, presidente da associação de um dos principais condomínios da Barra da Tijuca, reflete sobre a dinâmica que existe nos blocos e nos condomínios:

> "A Barra, ela permite que você faça uma convivência com seu vizinho, é muito mais chegado [...] Na Zona Sul, você não tem esses condomínios, né? Se for prédio, o morador não fala nem com vizinho, mas por exemplo lá as pessoas fazem muito mais coisa no resto do Rio de Janeiro". [...] "[Nos condomínios] os moradores se encontram ali, acaba fazendo uma amizade… é diferente de uma zona sul aonde você sai, você não conhece o seu vizinho do lado e nem tem meios para poder se comunicar com ele, né?"

Contando a sua trajetória até se tornar presidente da associação do condomínio e diretor da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, Cláudio mencionou diversas vezes o seu bloco e o papel que desempenhou dentro do próprio prédio até se lançar candidato à presidência. Assim como a participação se dá em escalas, a subida na hierarquia da vida comunitária na Barra da Tijuca também assim se dá. Contando sobre seu papel na associação de seu condomínio, a AMAROSAS, antes de chegar à cargos mais importantes na CCBT e no Conselho de Segurança da região, Cláudio percorreu - e, de certa maneira, ajudou a criar - um longo caminho. Em uma fala trazida anteriormente, ele lembra o passo-a-passo para a criação, desde a união de um pequeno grupo de moradores, até uma convocação de votação e criação de estatuto. Contudo, ele mostra como a associação só pôde ser criada quando perceberam que a participação dos moradores deveria ser intermediada pelos síndicos. Assim, chegou a um modelo que, de fato, funcionava: "de 15 mil moradores a gente diminuiu para 13 síndicos, para resolver, e o síndico que resolve com seus moradores. Então ficou mais fácil…".

A fala de Cláudio, uma das principais lideranças comunitárias na Barra da Tijuca, ilustra as escalas que são criadas dentro desses condomínios-cidade. Indo mais afundo, o exemplo que ele deu se desenrolaria da seguinte maneira: Quando um morador tiver um problema que ultrapasse a sua moradia, isso vira um problema do prédio ou bloco, onde a escala de resolução inclui os vizinhos diretos, a reunião de condomínio do bloco, e o síndico; Caso o problema seja importante o suficiente ou abrangente o suficiente para ultrapassar a escala do prédio/bloco, ele

vira um problema do condomínio, sendo levado pelo síndico para a associação. Caso a associação julgue a questão importante ou abrangente o suficiente para ultrapassar a escala do condomínio, aí sim ela seria levada, pelo presidente da associação, a algum órgão mais amplo, como a Câmara Comunitária ou o Conselho de Segurança. E a participação comunitária segue a mesma lógica, partindo do apartamento ao prédio, ao condomínio e ao bairro. Cláudio é um grande exemplo dessa trajetória, começando a vida de participação comunitária como subsíndico de seu prédio (mais uma entre-escala) e vindo a ocupar cargos de abrangência do bairro. Como disse anteriormente, sua participação começou enquanto subsíndico de prédio, passando para síndico, participante na Câmara que deu lugar a uma posição em sua diretoria e mais de dez anos em cargos de liderança no Conselho Comunitário de Segurança.

A função que o prédio ou bloco ocupa na construção de um problema dentro desse meio ilustra o caminho entre o privado e o público, a passagem de etapas que um problema privado tem que passar até ser considerado público. Ao mesmo tempo em que os grandes condomínios diluem a clara definição entre essas duas esferas, criando áreas cinzentas e espaços ambíguos entre o que é público e o que é privado, as suas escalas de problematização geram etapas hierárquicas para que um problema atravesse da primeira para a segunda. Ou seja, quando a casa não dá para a rua, um problema deixa de ser privado antes de ser público. Um problema da casa não vira imediatamente um problema do bairro ou da cidade, sem antes passar pelo crivo de relações de vizinhança internas do condomínio, onde a definição da ordem de um problema é um capital político importante da vida comunitária. Em uma entrevista com um vereador cuja base se dá na Barra da Tijuca e que estava bastante envolvido em problemas do bairro, essas escalas de problematização ficaram ainda mais claras:

> Eu sou bem votado na Barra, é um dos lugares onde eu mais tenho voto, mais tenho eleitor, mais tem gente conhecida… onde eu talvez mais poderia receber demanda e é um dos lugares onde eu menos recebo demanda… seria pelo menos a questão de conservação, poda, calçada, iluminação… boa parte disso aí é resolvido pelo condomínio, não vou receber o e-mail do Península e de alguém falando que a poda tá ruim dentro do Península, naturalmente. Eu vou até ser sincero, eu não sei nem se é a Comlurb que faz lá dentro ou se o próprio condomínio, mas não chega e-mail [...] eu chutaria que tem condomínio que deve botar seus profissionais para cobrir a Prefeitura em áreas públicas falando que não são bem cuidadas. Eles devem repor porque, assim, não chega e-mail, não lembro de chegar demanda "já tá faltando poda",

> “a calçada tá aquilo", “tem que pintar o desenho da da ciclofaixa que tá apagada"... Não acontece, simplesmente.”

O que o bloco faz é também criar uma dinâmica de bairro em um ambiente mais amplo do condomínio. Como já mostrei anteriormente, dentro dos grandes condomínios da Barra da Tijuca, por mais que haja um importante fechamento ao restante da cidade, com uma alta vigilância e controle de acesso e tanto uma própria ordem interna como cotidiano, ainda há uma heterogeneidade e um grau de conflitos de grau equivalente a de muitas cidades. Em mesmos condomínios se encontram mansões de mais de 18 ou até 20 milhões de reais e cerca de 2.000 metros quadrados ao mesmo tempo que se encontram apartamentos de menos de 1 milhão e com menos de 90 metros quadrados, como é o caso do Novo Leblon. Outros condomínios, como o Península, tem uma grande heterogeneidade mesmo entre apartamentos, tendo blocos com apartamentos de até 800 mil na mesma rua de blocos com apartamentos de mais de 17 milhões de reais. Contudo, tal heterogeneidade é consideravelmente reduzida se considerarmos apenas o bloco. Assim como um bairro, a variedade de classes sociais e valor de imóveis existe, mas nada comparado ao contraste entre um bairro de classe baixa e um bairro de classes altas. A desigualdade entre imóveis dentro do Leblon ou Ipanema, assim como dentro do Méier e de Realengo, apesar de por vezes parecer gritante, não se compara quando colocamos imóveis desses bairros em comparação com a cidade do Rio de Janeiro como um todo.

Além da relativa homogeneidade, o bloco reduz as possibilidades de conflitos. As brigas entre vizinhos existe e, por vezes, é bem acirrada. Contudo, pelo espaço demarcado e pela situação similar entre moradores, os tópicos e a proporção dos conflitos é reduzida. Afinal, caso algo tome proporções maiores ou envolva ambientes além do bloco, vira problema do condomínio. É comum ouvir moradores tratando das reuniões de bloco com um certo desprezo, como algo corriqueiro e sem importância, diferente das assembleias de condomínio, que gera bastante antecipação e preparo. Em muitos casos, a reunião de bloco serve também como uma reunião de preparação para as assembleias, onde os moradores combinam pautas e posicionamentos para serem levados frente ao condomínio. A relativa homogeneidade dos blocos faz com que os moradores tenham pautas em comum, ou que pelo menos se posicionem de forma similar por serem afetados por questões similares. Qualquer pauta condominial que possa ser prejudicial ou benéfica ao bloco gera um engajamento e consenso entre tais moradores. O bloco, então, como escala intermediária entre a casa e o condomínio, cria relações

de vizinhança e de vida comunitária não apenas hierarquicamente menores que as do condomínio, mas também com papéis bem diferentes.

É nessa escala que vemos também algumas características da política de condomínio e das articulações que existem em torno dos problemas. O primeiro ponto que cabe destacar é o papel que um determinado problema tem enquanto propulsor de participação política. Um dos aspectos que define quais problemas irão passar para uma nova escala é o quanto ele "dá caldo" para a discussão, o quanto ele abre de possibilidades para se lançar no meio da participação comunitária. Muitas vezes, essa característica se mostra até mais importante do que a abrangência ou urgência do problema em si. Se o problema tem o potencial de inflamar as assembléias, se ele é polêmico e se ele abre espaço para que um morador ou grupo de morador tenha voz frente ao condomínios, ele tem grandes chances de ser elevado a outra escala.

Uma segunda característica dessa política de condomínio que pode ser observada já nessa escala é a dos "atalhos". Apesar de se tratarem de assuntos de baixa abrangência, influenciando apenas o prédio ou bloco, alguns problemas podem ganhar destaque ou serem levados a instâncias maiores caso a pessoa ou grupo afetado tenha contatos importantes na vida comunitária. Ouvi diversas vezes que conhecer o síndico ou alguém da associação é um dos principais fatores para ter as demandas ouvidas pelo condomínio, mesmo que essas não sejam de interesse desse coletivo maior. Como vemos nas falas dos agentes intermediários de instâncias maiores, como a Câmara Comunitária e o Conselho Comunitário, os contatos pessoais são parte integrante do respeito que alguém tem naquele meio. Ter o Whatsapp do coronel, ser recebido sempre que quiser pelo prefeito, ser amigo pessoal do diretor, são exemplos que conferem legitimidade ao fazer político de um ator específico. Essa mesma característica, talvez em menor proporção, pode ser vista mesmo dentro dos prédios.

3.3 **Segunda escala: do bloco ao condomínio**

A cena antes narrada do sair de um apartamento e dar em um hall ou corredor com um elevador, escadas e outros apartamentos, pode ser levada adiante. Em um grande condomínio, ao sair do elevador no térreo e passar pelo portão do prédio, não se chega à rua. Ainda nas áreas comuns do bloco, é necessário geralmente passar por mais uma cancela ou portão para, aí sim, chegar à rua. Contudo, essa rua não é a cidade, ainda não é a rua onde o imprevisível e o outro

desconhecido estão. Apesar de geralmente pública, nessa rua não passa qualquer pessoa, nem tem a prefeitura como principal mantenedora. Essa rua também é fechada por mais uma camada de cancelas, muros ou portões que separam esse espaço do restante da cidade

Era um sábado de manhã quando dirigi até um "condomínio-cidade" da Barra para fazer campo. Um dia ensolarado, mas não muito quente. Imaginava passar o dia sentado nas praças do condomínio, anotando sobre cada morador que passasse caminhando ou passeando com o cachorro, ou conversando com alguma senhora sobre a vida dela naquele lugar. As imagens eram das propagandas daquele condomínio, que eu havia passado meses olhando durante minha pesquisa de mestrado, mostrando pessoas alegres, calmas, passando pelas ruas e se divertindo. Lembrava também dos anúncios analisados por Caldeira dos condomínios de São Paulo, aqueles que prometiam ali todo dia ser como um domingo. Ao chegar na entrada do condomínio, uma cancela me fez parar o carro em frente a um alto-falante com câmera. Enquanto era filmado, a voz do segurança perguntou para onde eu iria. Apesar de ser um condomínio de logradouros públicos, disse o endereço de minha avó, que até então morava no local. Na verdade, eu não disse a rua, nem o número do prédio. Disse apenas o nome do bloco e o apartamento. Foi o suficiente para abrirem a cancela.

Já dentro, nas ruas calmas, vazias, cheias de quebra-molas e cercadas de grama e plantas bem cuidadas, dei uma volta de carro. Passei por algumas ruas apenas de casas, outras beirando prédios, um clube, shoppings e até escolas. Já estivera ali muitas vezes, mas nunca com aquele intuito. Algumas eram as opções para estacionar o carro: Nas ruas de casas, algumas delas fechadas por ainda outra cancela; no estacionamento "externo" de cada bloco, mas que também tinham cancelas controlando a entrada; nas garagens internas de cada bloco, que demandavam não apenas passar pela cancela mas a abertura, a mando do porteiro, de um portão; ou nas ruas dos blocos, escolas e clube onde, tirando a área reservada para os ônibus exclusivos do condomínio, o estacionar não exigia mais nenhum tipo de identificação ou crivo. Parei o carro onde havia uma sobra, em frente ao prédio onde minha avó morava, e fui andar pelo condomínio. Mal imaginava que, naquela mesma rua - e talvez na mesma vaga? - aquele mesmo carro seria roubado meses depois, quando meu irmão foi visitar a nossa avó.

Assim que saí do carro e atravessei a rua me deparei com uma escola pública. Por ser final de semana, não havia nenhum movimento no seu entorno. O outro colégio, particular logo ao lado, já mostrava algum movimento, já que ele é conhecido por ter aulas de segunda a sábado para os alunos do ensino médio. Segui para a rua que separava as escolas e, passando por uma

cabine de segurança, comecei a passar pelas casas. Estava com uma câmera digital, para colher fotos do meu campo. Como já havia me identificado e passado por duas cabines de segurança, estranhei algumas casas terem muros muito altos, arames farpados e câmaras de segurança, tudo junto. Outras casas apenas tinham um muro pequeno, que não obstruía nem a visão do seu jardim e da sua entrada. Algumas nem muro tinham, apenas a parede da frente e a porta principal dando de cara com a calçada. Achei interessante e comecei a tirar algumas fotos dos muros, até que fui abordado por um segurança que veio em minha direção em uma moto. Em um tom que não se enquadrava naquelas imagens das propagandas que eu tinha em mente, perguntou o que eu estava fazendo. Disse que estava tirando fotos dos muros. Ele replicou dizendo que eu não poderia, pois se tratam de casas particulares. Respondi dizendo que eu estava em uma rua pública, e não estava tirando fotos do interior das casas. A resposta foi: "Não pode". Por alguns segundos nos olhamos, eu sem saber se insistia ou desistia. Apenas disse, "Tá bom", coloquei a tampa da lente da câmera e a coloquei para baixo. Ao me virar para seguir andando, o segurança ainda falou "Tem que apagar as fotos", o que respondi com um "Beleza", e segui voltando na direção que havia vindo. Até chegar de volta ao carro, o segurança me acompanhou, de longe, em sua moto. Entrei no carro e resolvi ir para um outro canto do condomínio, onde talvez o segurança não viesse atrás. De fato, quando sai com o carro ele lá ficou. Porém, assim que parei o carro em um canto, passou por mim um carro da mesma empresa de segurança, bem devagar, até estacionar no final da rua. Resolvi dirigir para outra rua, apenas para ter certeza que estavam me seguindo, o que se confirmou quando, novamente, aquele carro passou por mim, bem devagar. Puto, peguei o meu caderno de campo, anotei tudo, e fui embora para casa. Até hoje não sei bem porquê, já que ainda tinha a manhã toda para fazer campo.

Estando ciente dos privilégios que carrego por ser um homem branco, de classe média, dirigindo um carro, aquela situação foi uma grande surpresa, o que talvez seja menos surpreendente para outros. Mas aquela situação me fez pensar diversas questões sobre aquele espaço, tanto em relação ao que se entende como segurança e medo, sobre uma certa heterogeneidade de moradores e opções de moradia, sobre público e privado, e sobre o que de fato significa e acontece naquelas ruas, que são públicas, mas são de condomínio.

O bloco concentra várias opções, em diferentes escalas dependendo de cada condomínio. Alguns, além das áreas de lazer, ainda oferecem escritórios e salas de reunião, onde pessoas até chegam a gerir a própria empresa. Eu mesmo tive aulas de francês em uma dessas salas, em um condomínio-cidade da Barra. Contudo, os blocos não oferecem o suficiente para que você passe muitos dias inteiros em seus interiores. Sim, alguns também oferecem mini-

mercados e lavanderias, mas não acho que seja comum a permanência contínua em um bloco por muitos dias. Os blocos também oferecem oportunidades de comunidade, de uma convivência ativa com vizinhos e espaços para a resolução - e criação - de problemas. Mas nem toda a convivência de uma família se concentra ali dentro, nem todos os problemas.

Nisso entra o condomínio em si, o “entre-blocos". Aquele espaço ambíguo entre o que é claramente privado e a cidade. O condomínio é onde os blocos se encontram, onde a vida comum dos condôminos de fato se dá. É nesse espaço, uma escala entre o bloco e a cidade, que se fazem as principais atividades do dia, como esportes, compras, mercado, refeições, passeios e até a escola. É nesse espaço que se dá de fato a coletividade do condomínio, a vida comunitária que é exercida no extremo tanto das relações de aproximação quanto de problematização. Por isso que não faz sentido, na abordagem analítica que proponho, enxergar esse espaço como uma antítese da cidade, ou “anti-cidade" (Sánchez, 2009). Olhar para esse espaço enquanto uma bolha nos impede de investigar de fato os encontros que se dão no seu interior. É só ir em um desses “condomínios-cidade” para ver que eles têm muito mais encontros do que separações; que eles são o palco de uma comunidade muito mais ativa do que reclusa. E, diferente de estarem alheios às dinâmicas da cidade, eles lá as reproduzem, geralmente em um grau ainda mais intenso.

Esse paralelo analítico com o espaço da cidade nos ajuda também a entender as dinâmicas internas desses condomínios. Se tratando dos condomínios-cidade, eles apresentam um grau de heterogeneidade importante para a criação de diversos grupos. Não só a diferença daqueles que moram em casas dos que moram em apartamentos, ou entre aqueles que moram em apartamentos maiores ou menores, mas também diferenças de posicionamento político, de prioridades, de faixa etária e de trajetória de vida. Isso faz com que os moradores desse tipo de condomínio representam uma gama enorme de grupos, mascarados quando olhamos para os condomínios enquanto um grupo se isolando. Por mais que ideias como a de “busca por semelhantes” (Low, 2001) e de uma "clubização” (Charmes, 2009) nos ajudem a compreender os condomínios enquanto fenômeno urbano, elas não explicam as dinâmicas internas desses espaços. Para além da já citada identificação pelo bloco, nos condomínios existem muitas outras formas de pertencimento que são estabelecidas. E cada formação de grupo se liga, necessariamente, à definição de um oposto. Os semelhantes precisam de um diferente para se estabelecerem como tal. E esses diferentes se constroem também dentro desse espaço que muitos analisam enquanto apenas de semelhantes.

Uma primeira e talvez mais óbvia distinção de grupos ocorre entre moradores de casas e de apartamentos. Além das diferenças simbólicas e financeiras, diversas questões práticas também opõem tais grupos. A começar que, na maioria dos grandes condomínios, casas e prédios não ocupam os mesmos espaços, mas são colocados em ruas diferentes, em cantos diferentes do condomínio. Em si, isso já cria uma separação. Além disso, as casas não possuem os blocos que, além de não permitir essa escala de relações de vizinhança, também não oferecem espaço para uma escala de problematização. Enquanto condôminos, moradores de casas demandam serviços e atenções diferentes dos moradores dos apartamentos frente ao condomínio. Isso ficou muito claro quando, em uma assembleia geral que eu acompanhava, um morador de casa do condomínio pediu a palavra. Ele estava sentado junto com um outro grupo de moradores, afastado do resto, mas fez questão de se colocar frente à discussão sobre segurança que se desenrolava: "Tem algum projeto para a parte de lá? O condomínio não é só o lado de cá! O condomínio também são as casas", gritou ao microfone o morador, dando início a uma confusão generalizada. A resposta dos moradores dos apartamentos foi apontar para os índices de inadimplência frente ao condomínio que, segundo o colegiado, era 71% relativo às casas e apenas 29% relativo aos prédios. “As casas pedem segurança e não pagam o condomínio” gritou um outro morador ao microfone.

O condomínio "da parte de lá” e o "do lado de cá” representam conflitos de interesses importantes para a dinâmica interna daquele espaço. A fala se referindo “as casas” personificadas enquanto agente daquela disputa, retrata também tais grupamentos e a desigualdade ocupacional do espaço, quase como uma associação de bairro acusando o bairro vizinho de algo, frente à prefeitura. “As casas”, claramente representam uma participação menos ativa na vida comunitária dos grandes condomínios, tanto pelo número de moradores ser menor, quanto pela inexistência de uma instância anterior de organização, como “os prédios” possuem.

Wynne (1998) já apontava para características da vida de camadas em condomínios que aparecem nos grandes condomínios dos dias de hoje. O autor aponta para a heterogeneidade presente nesses espaços, por mais que sejam ocupados por o que seria uma mesma classe, além de mostrar como os grupos internos acabam se formando por características em comum, seja de idade ou de atividades de lazer, por exemplo. Os grupos das casas e dos blocos mencionados acima, seguem tal lógica. Esses grupos, de acordo com o autor, se formam baseados menos em seus trabalhos e mais na vida comunitária dentro dos espaços dos condomínios. Aqui, o que se acrescenta à essa equação é o quanto a participação na vida do condomínio também vai interferir

nessa formação de grupos, tanto pelo grau de envolvimento, quanto por uma posição política, refletida na polarização da política nacional, como no exemplo estudado por Bottino e Rabelo (2020).

Principais fatores da escolha por morar nesses espaços (Wynne, 1998), os espaços compartilhados - porém, privados - de convivência e de práticas de atividades é outra face da vida nessa segunda escala dos condomínios. Aqui, quando se sai da casa e não vai à rua, esses espaços são onde as interações acontecem, onde os relacionamentos se dão e outros problemas surgem. No caso dos condomínios-cidade da Barra, a complexidade desses espaços é enorme: desde condomínios com diversos shopping centers e clubes esportivos complexos, até diferentes escolas, igrejas e até mini-fazendas, cada condomínio vai oferecer as suas atividades e fazer delas o seu principal chamariz. No caso do Condomínio Novo Leblon, onde eu realizei algumas idas a campo, o conjunto de shoppings e o clube são os principais espaços onde a vida comunitária se dá. Nos shoppings, as práticas de consumo se estabelecem; no clube, as práticas de sociabilidade se reproduzem. Nesses espaços, contudo, problemas também emergem, da disputa em torno do orçamento de renovação de quadras até o fechamento de portões que ligam os shoppings às ruas do condomínio, onde a vida comunitária de condomínios privados ocorre com mais intensidade, também os problemas surgem em igual proporção.

Esses espaços de convivência carregam em si a ambiguidade que representa toda a lógica dos condomínios da Barra da Tijuca, e até do bairro em si. A indefinição entre o que é público e privado é constitutiva da sociabilidade de condomínio. Nesse sentido, os espaços se dividem em dois grandes tipos: os espaços públicos dentro dos condomínios privados, como as praças, ruas e bosques; e os espaços privados dentro do espaço público do condomínio, como o clube, quadras, igrejas e escolas. Em meio a blocos privados e cercados da cidade por muros e cancelas, as praças internas do condomínio não aparentam públicas, mesmo assim sendo oficialmente. Por isso, o tipo de encontro e de sociabilidade é um meio termo entre a tranquilidade total dos espaços privados e a suspeição das ruas. Alí, se passeia com o celular na mão, mas dependendo da hora do dia e do movimento, as pessoas mantêm cautela. Alí, encontram não só com outros condóminos, mas também com pessoas de fora, visitantes não acompanhados, funcionários de outras empresas, entre outros. Por outro lado, cercado por logradouros públicos, os clubes são espaços privados. Lá, a sociabilidade se dá no intermédio entre a casa e a rua, também, mas com a tranquilidade de estar entre iguais. Os funcionários que se pode encontrar alí são apenas os do condomínio. Os visitantes, apenas se estiverem

acompanhados dos moradores. Ali, sim, o espaço de convívio é quase que uma extensão da casa, por mais que existam ruas públicas os separando.

3.4 **As assembleias e a os problemas compartilhados**

Dentro dessa segunda escala, entre o bloco e o condomínio, é onde surgem e atuam as associações, que se exercem na prática através de suas assembleias. É aqui que os problemas atingem seu maior grau de problematização dentro dos muros dos condomínios. Nas assembléias é onde o que é discutido atinge a todos e onde se decide se será preciso levar o determinado problema para além dos muros.

As assembléias de condomínio se constituem como importantes instâncias intermediárias. Elas fazem a mediação entre moradores e a comunidade daquele espaço, assim como fazer a mediação entre o condomínio e o bairro, ou outros condomínios. Elas ocupam também um lugar intermediário entre as reuniões de prédio/bloco, que são fechadas aos moradores, e reuniões públicas, já que elas possuem uma certa abertura, por mais que sejam voltadas aos condôminos. Ali, se discute a vida comunitária, que não é nem a privada, dos moradores, nem a pública, dos cidadãos. É ali também que moradores se lançam na vida política do bairro, ganhando papel de destaque dentro do condomínio para representá-lo para além dele.

Durante esta pesquisa pude acompanhar mais de perto duas associações de grandes condomínios da Barra da Tijuca: a Associação dos Condôminos do Novo Leblon (ACNL) e a Associação dos Moradores do Parque das Rosas (AMAROSAS). Enquanto a primeira foi onde eu realizei mais campo, incluindo a cena já narrada sobre a assembléia que me fez mudar de objeto de pesquisa, a segunda foi a que eu tive mais contato em termos de interlocutores, sendo seu presidente um dos meus entrevistados, além de participar de alguns eventos públicos. Ambas ilustram o papel que as associações fazem na política dos condomínios, sendo espaços de deliberação e de conflitos da vida desses espaços.

A ACNL é gerida por um colegiado, sendo a própria associação a síndica do condomínio, mesmo tendo uma síndica geral profissional. “O colegiado existe para não roubarem o Novo Leblon”, esbravejava um de seus membros na assembléia que presenciei. Apesar de servir como uma maneira de representar todos os moradores, tanto a associação quanto seus encontros acabam servindo mais como campo de batalha deles. "Somos todos

vizinhos… temos um patrimônio comum, o Novo Leblon, moderno, melhor, urbanizado" foi a frase que abriu aquela mesma reunião, como se buscasse preparar as pessoas para o que poderia vir. Nessa fala inicial, a síndica geral já previa brigas, assim como os advogados que acompanhavam o evento. E não deu outra: foram horas e horas de gritaria e acusações, além de um pouco de deliberação.

Nesse dia, um dos pontos da pauta que conseguiu emergir na discussão foi exatamente sobre as áreas comuns do condomínio. A demanda era que o condomínio parasse de pagar o IPTU sobre cinco das suas áreas comuns, que incluíam praças e o próprio clube, onde a reunião acontecia. Os advogados foram chamados exatamente para explicar a situação, e falaram algo que me chocou: até aquele momento, todo o valor de IPTU dessas áreas era cobrado de um só morador, escolhido por sorteio, quase como uma "roleta-russa". Na falta de um entendimento jurídico mais aguçado, não entendi ao certo porque o condomínio ou a ACNL não poderiam ser os responsáveis por aquela cobrança. O fato é que, até aquele momento, cada vez um morador era selecionado ao acaso para arcar com os custos. Um morador chegou até a dizer que a última escolhida já havia até falecido, o que contribui para a inadimplência referente aqueles pagamentos. O desejo do condomínio e dos advogados era que, das cinco áreas, eles conseguissem isenção de IPTU de quatro. Com exceção do clube, fechado por catracas liberadas apenas para moradores, o argumento é que as outras áreas seriam de bens arquitetônicos e paisagísticos para a sociedade - por mais que o acesso à elas fosse controlado. Tal ambiguidade entre o que é público e o que é privado, já trazida aqui diversas vezes, aqui talvez encontre o seu maior exemplo concreto.

O "um por todos" do pagamento do IPTU se choca com o "todos por um" de uma demanda em comum: a segurança no condomínio. De todas as pautas daquela reunião, apenas uma gerou consenso. Por mais que a vigilância já fosse responsável por 71% do orçamento do condomínio, uma proposta de mais de 300 mil reais para a instalação de 110 câmaras e uma central de inteligência foi aprovada por unanimidade. Não só isso, como ainda propuseram aumentar o valor.

Na AMAROSAS o clima era parecido. Tanto pelas falas de seu presidente, Cláudio, como pelos dois eventos públicos dela que acompanhei, a disputa por legitimidade era intensa. Em um desses eventos, inclusive, um grupo usava camisas rosas, iguais, com o slogan "Parque das Rosas - em evolução", marcaram presença para fazer oposição à associação oficial do condomínio. Conversando com algumas pessoas desse grupo, que inclusive distribuíram um jornal de produção própria com acusações contra Cláudio e sua associação, entendi que eles não se sentiam representados pela AMAROSAS, mas tinham o interesse em participar da vida

do condomínio e de terem suas vozes ouvidas. por outro lado, Cláudio também reclama dos moradores, dizendo que a maior parte deles não contribui financeiramente para a associação e nem se voluntaria para participar pelo bem comum. “A prefeitura precisa entender que não é só área pobre que precisa de benfeitoria”, disse Laura, ao microfone, com sua camisa rosa. A demanda da vez era pela reforma de uma das praças do conjunto do condomínio, que era pública, mas que “servia” ao condomínio, assim como a construção de um ParCão naquele espaço. Em uma reunião puxada pela prefeitura para entender melhor as demandas do condomínio, o papel dupla da associação ficou claro: ele fazia o intermédio com o poder público, mas era também palco para intensas disputas internas.

3.5 **Os problemas e a vida que segue**

Os personagens apresentados no capítulo anterior estão todos ligados à escala mais elevada da política dos condomínios, mesmo que também tenham presença em outras instâncias. Cláudio, por exemplo, além de ser diretor da CCBT e ex-diretor do CCS, é também presidente da associação do seu condomínio, assim como foi subsíndico de seu prédio. Além de tudo, ele é também um morador. Marlene também, além de participar de reuniões desses órgãos, participa de eventos de associações menores e está sempre presente nos condomínios e sub-regiões da Barra da Tijuca, além, claro, de ser moradora de um prédio no bairro, que também possui síndico. O que estou querendo dizer é que, por mais que esses personagens falem e representem os problemas que chegam nas escalas mais altas da hierarquia da política de condomínio, eles também estão inseridos e participam do escalonamento desses problemas, desde os domésticos, até os do prédio, do condomínio, e do bairro. Um exemplo claro é o Roberto que, incomodado com o barulho que ouvia de sua janela do quarto, acabou tornando o problema da pista de skate um problema do condomínio, o que o fez ocupar posições de importância desde o seu prédio até o bairro.

Portanto, apresentados os *barrenses*, a Barra, e os condomínios, é importante definir o que estamos aqui encarando enquanto problemas. Foco da política de condomínios, os problemas são o fio condutor da participação comunitária e, portanto, também dessa tese. Portadores de um papel de destaque nas ciências sociais e, especialmente, na sociologia e antropologia carioca, os problemas aqui nos ajudam a fazer a transição entre escalas: da casa

ao bloco; do bloco ao condomínio; do condomínio ao bairro; e do bairro à cidade. Em especial, vamos focar em dois problemas específicos, que além de serem os principais dentre os meus interlocutores, são também muito ilustrativos desse processo de transição entre escalas que os problemas vão atravessando: a segurança e a água.

Condomínios foram pensados enquanto soluções para diversos problemas. Por um lado, seriam soluções para o mercado imobiliário, oferecendo uma alternativa de desenvolvimento e expansão de suas opções de ativos, que veio a se mostrar um dos principais motores de sua expansão. Por outro, seriam soluções para moradores, atendendo aos crescentes anseios de classes em função de prestígio, segurança, ascensão, entre outras coisas.[17] Em exemplos mais práticos, os condomínios seriam a solução para realizar serviços e atividades em um espaço fechado e controlado; solução para administração de áreas externas à moradia; solução para problemas de convívio e ciclos sociais cuja homogeneidade e manutenção eram ameaçados no espaço público da cidade. Contudo, esta pesquisa tem como entrada analítica exatamente os problemas desses espaços, o que nos coloca uma questão importante: Por que pensar os problemas de espaços pensados para serem soluções?

Desde quando comecei a investigar os grandes condomínios, a curiosidade sobre o que os constitui e o que faz com que as pessoas os busquem enquanto opção de moradia, sempre esteve tangenciando os meus objetivos de pesquisa. Pesquisando os surgimentos desses empreendimentos e os anúncios deles em jornais, um dos discursos que estava mais presente era o da ideia de "tranquilidade". Tal conceito é multifacetado e denota aspectos bem diferentes em cada cenário, seja enquanto um sinônimo de segurança, ou um indicativo à homogeneidade e falta de problemas. Contudo, é possível afirmar que, no caso das promessas atreladas a esses espaços, ele se coloca em oposição à ideia de problemas e, mais especificamente, a uma ideia de um cotidiano com problemas. "Vida tranquila" era uma frase constantemente estampando os jornais, ao lado dos desenhos e fotos de pessoas sorrindo.

Na tentativa de entender os motivos dos moradores desses espaços estarem sempre voltados para o interno, e concluído que o principal discurso sobre a emergência dos condomínios é a promessa de tranquilidade, acabo por me encontrar realizando uma tese sobre, em certa medida, o oposto dessas duas perspectivas. Aqui, o que me interessa não é necessariamente a vida interna dos condomínios, mas como a vivência nele gera fenômenos

[17] Uma descrição mais exaustiva das demandas que estariam atreladas ao surgimento dos grandes condomínios foi feita em minha dissertação de mestrado. Ver Agueda, 2021.

que o extrapolam. Ao mesmo tempo, ao invés de me basear na ideia de tranquilidade, aqui tenho como entrada analítica exatamente as problematizações desses espaços. Portanto, antes de entrar nos capítulos que de fato se debruçam sobre os problemas e como, em volta deles se desenvolvem determinados fenômenos, cabe destacar o papel dos problemas e como eles influenciam esta pesquisa.

A abordagem em torno de "problemas" se dá por dois aspectos: um empírico e um analítico. O primeiro diz respeito ao que surgiu em campo que me levou a buscar os conflitos e a resolução dos problemas como objeto de pesquisa. O segundo se dá em função de influências intelectuais e aproximação de vertentes de pesquisa. Não atrelados e em grande parte não concomitantes, esses dois aspectos da escolha por "seguir os problemas" não denotam apenas uma nota metodológica ou uma preferência autoral, mas sim algo que constitui o próprio objeto de estudo e molda fortemente as conclusões que dele advém.

Como busco mostrar ao longo da tese, a participação comunitária e a forma de lidar com os problemas coletivos - mas não exatamente públicos - constitui parte integrante do que seria uma "vida de condomínio". A sociabilidade entre moradores desses grandes condomínios, suas escolhas por estes espaços enquanto moradia e, inclusive a relação entre esses empreendimentos e o resto da cidade, todos esses fatores perpassam o tratamento dado aos problemas, sejam eles "problemas domésticos" (Araujo, 2017), problemas do condomínio, problemas do bairro, ou problemas da cidade. A imagem dos condomínios enquanto espaços para uma "vida tranquila", que apareceram tanto na minha pesquisa (Agueda, 2021) quanto na de Caldeira (2000) e outras, se confronta com um espaço de muita discussão, participação e conflitos. Já nas primeiras idas à campo e no contato com interlocutores isso ficou claro: em uma das primeiras conversas com um morador, as brigas dos grupos do condomínio do Whatsapp foram um tema chave, assim como a primeira ida a campo foi uma grande assembléia em que as discussões se estenderam madrugada adentro. Portanto, o campo me indicou que o caminho a seguir, aquele que de fato me levaria a adentrar as dinâmicas daquele espaço, era seguir os problemas.

Em termos de escolha analítica, me baseio aqui em vertentes da sociologia que indicam esse como um caminho que foca na agência dos indivíduos e na ação, em especial vertentes da sociologia pragmática. Aqui a escolha por uma "sociologia da capacidade crítica" boltanskiana em contraposição à uma "sociologia crítica" bourdieusiana (Campos, 2016), tem grande importância pela forma com que o segundo trata as classes médias e as possíveis críticas à tal abordagem (Lamont, 1992). Influenciado pelas autoras que orientaram minha trajetória

acadêmica, tomei como exemplo suas escolhas teóricas para pensar um tema diferente daqueles que elas estudaram. Menezes (2023), por exemplo, se utilizou da ideia de Dewey para pensar as UPPs como "situação indeterminada", ou seja, uma situação "incômoda, problemática, ambígua, confusa, cheia de tendências conflitivas, obscura" (Dewey, 1938, p. 171 apud Menezes, 2023, p. 28). Apesar de em nada se assemelhar com as Unidades de Polícia Pacificadora instaladas nas favelas cariocas, os momentos de resolução e produção de conflito nas instâncias mediadoras dos condomínios da Barra também apresentam as ambiguidades e as problemáticas que abrem caminho para adentrar os fenômenos e relações que se desenvolvem naquele meio. São também exemplos de "momento crítico" (Boltanski e Thévenot, 1991) por onde se pode destrinchar dinâmicas que se escondem sob os discursos de tranquilidade. Apesar de não levar a cabo o mesmo processo de investigação da autora, a ideia de construção ou definição do problema é importante aqui já que, no meu caso, como os atores constroem e hierarquizam os problemas é elemento central nas dinâmicas da vida comunitária de condomínio.

Nessa mesma linha, tomo inspiração também do trabalho de Araujo (2017) e como a autora trabalha os "problemas domésticos". Novamente, aqui o objeto de pesquisa e o contexto social são muito diferentes daqueles trabalhados pela autora, assim como de muitas de suas referências. Contudo, a posição analítica por ela desenvolvida e o desenho de como trabalhar problemas se mostra muito útil. Mais que isso, como discutirei a seguir, a própria distância entre as duas pesquisas, ao invés de ser um empecilho, acabou por abrir novas proposições teóricas que tento desenvolver ao longo da tese. Antes disso, contudo, tomo de empréstimo a justificativa da autora quanto às vantagens de se realizar uma etnografia de problemas domésticos. De acordo com Araujo, seriam três: uma vantagem analítica; uma vantagem metodológica e uma vantagem política (Araujo , 2017, p. 113-114). Apesar de não ser uma tese sobre problemas domésticos ou necessariamente da casa, também me beneficio dessas vantagens ao analisar problemas que vão da casa em diante, até chegar a ser um problema público. Não entro nas casas, mas elas são uma das escalas por onde meus problemas tramitam.

A autora também foca em entender "o que conta?" no ambiente doméstico como forma de adentrar o seu objeto. Tal ênfase aqui também é necessária, já que tento entender o que de fato é um "problema importante" no meio dos condomínios. Quem faz essas definições e hierarquizações, contudo, não é um núcleo familiar ou aqueles que constituem a casa, mas um agente oculto, por mais que muitas vezes nomeado, que perpassa aquilo que seria a "vida comunitária" desses espaços. São os moradores das casas e apartamentos, sim, que participam

dessas decisões; mas são também, e principalmente, os agentes intermediários, os "trabalhadores voluntários" da vida do condomínio e do bairro, em seu caráter não necessariamente particular, mas também não necessariamente público. "O que conta" não é dentro das portas da casa, nem uma opinião pública, mas um entendimento - cercado por desentendimentos - daquilo que seria o bem comum daqueles espaços. E é nessa disputa pelo que seria o entendimento que se desenvolvem as dinâmicas sociais e políticas, não da vida individual de cada morador, mas de uma vida coletiva entre muros.

3.5.1 **Da favela aos condomínios: transpondo os problemas domésticos**

Tendo como referências sociólogas(os) e antropólogas(os) urbanos que se dedicam a investigar as camadas populares e favelas, a ideia de transpor conceitos ou me dedicar a mesma literatura que tais autores e autoras se dedicam não fazia, a princípio, tanto sentido. Apesar de tais referências terem uma enorme importância no meu amadurecimento enquanto pesquisador e por mais que os diálogos incitavam importantes questões para pensar o meu tema, os campos de pesquisa ainda pareciam muito distantes para qualquer correlação de conceitos mais específicos ou desenhos de pesquisa. Pensar a vida dentro de grandes condomínios é muito diferente de pensar a vida na favela, assim como pensar a sociabilidade das camadas médias é diferente de pensar a sociabilidade entre as camadas populares, diferenças que ajudam a construir a relevância do meu tema de pesquisa. Contudo, é exatamente usando os mesmos conceitos que se torna possível traçar paralelos que nos ajudam a entender as especificidades dos condomínios.

Principalmente em função do contato com as pesquisas de Eugênia Motta e Marcella Araujo sobre casas que tal literatura aparece como importante. Tratá-las no contexto do meu objeto pode parecer um exagero ou um esforço ilógico de encaixe. Porém, creio que esse esforço analítico pode abrir chaves importantes para se pensar a partir do material empírico e dos problemas supracitados nos capítulos que seguem. Esse esforço aqui cumpre o papel de esboçar um pouco dos caminhos mentais que percorri ao longo da escrita e análise dos dados, uma forma de aproximar o leitor do pensamento por trás dessas formulações. Acredito que ele fornece novas bases analíticas para pensar casas e o doméstico em uma arena ainda não explorada.

Um dos principais conceitos que atravessa essa literatura é o de “configuração de casas” (Marcelin, 1999; Motta, 2014), que surge da impossibilidade de pensar a casa restringida ao seu espaço individual e não enquanto redes domésticas. De acordo com Marcelin, “os agentes não se pensam e não pensam a vida a não ser no contexto das redes dentro das quais eles interagem" (1999, p. 36 apud Araujo, 2017, p. 72), tendo as casas enquanto unidades socioculturais cuja produção concreta e simbólica se dá em uma relação entre as casas que, portanto, "só existe no contexto de uma rede de unidades domésticas". Como analisa Araujo (2017, p. 108), Motta requalifica o conceito enquanto uma "perspectiva analítica que permite enxergar através de arranjos que são inteligíveis somente pelas relações entre os elementos que os compõem” (2014, p. 127-128), sendo relativas às posições que as casas ocupam em relação às outras. A ideia é pensar a casa para além das quatro paredes, enquanto um processo social que não está isolado de outras casas e pessoas que produzem aquela domesticidade. Isso faz muito sentido em especial no contexto das favelas brasileiras, marcadas pela autoconstrução e relações específicas de cuidado e trocas que compõem os cotidianos das casas, assim como pelo papel que elas têm enquanto marcadores sociais, das expectativas e possibilidades de vida. Contudo, trazendo para uma dimensão mais concreta, quais outros contextos tem a relação entre as casas como um elemento mais central da vida social do que no contexto dos grandes condomínios? Não seriam esses condomínios exatamente uma escala externa às casas, mas que as conecta e as põe em redes, constituindo uma unidade maior do que a de cada unidade familiar, mas não exatamente pública? Não é nesses espaços que o morar se dá não só dentro das quatro paredes de casa mas também nesse espaço coletivo que não é o público, que cria arranjos de morar e convivência que só faz sentido pensando nessas relações entre as unidades? Não seria no estabelecimento de uma comunidade do condomínio que os agentes passariam a se pensar e pensar as suas vidas e cotidianos também enquanto essas relações para além da casa mas não na rua? Não seria a vida em condomínio exatamente aquilo que nasce exatamente das posições que as casas ocupam umas em relação às outras?

Obviamente que o conceito de "configuração de casas” dá conta de contextos que não os que trabalho aqui e não é a minha intenção tentar utilizá-lo no meu objeto. Tratar condomínios enquanto "configuração de casas” seria, no mínimo, ingênuo, e tiraria do conceito algo central para a sua concepção. O objetivo aqui, contudo, é usar o conceito como chave para pensar outra dinâmica e, com suas definições, pensar exatamente as diferenças dos contextos e o que cria essas relações de casas em cada um. A "vida de condomínio” aparece no discurso nativo enquanto construída e mantida coletivamente, se confrontando muitas vezes com o

individualismo que eles suscitam. Como os problemas internos são resolvidos e pensados, como o cotidiano no interior desses espaços é mantido, faz um contraponto com a forma com que as casas populares são erguidas, mantidas, anexadas. O que conta, para os moradores do condomínio, geralmente é diferente do que o que conta para os moradores de favelas, por mais que dinheiro e conta também apareçam como questão central (ver capítulo 4). Mas é exatamente essas diferenças de cotidiano e do que conta que constitui elementos centrais do que aqui procuro construir como um estilo de vida específico e uma sociabilidade específica das camadas médias condominiais.

Em relação ao que Araujo (2017) trabalha como "problemas domésticos", o mesmo tipo de paralelo pode ser feito aqui. De acordo com a autora, "uma etnografia de problemas domésticos coloca o desafio de reconstruir com os atores, caso a caso, o que é público e o que é privado" (p. 114). No caso, a autora está focada em investigar tanto o que estaria por trás do *ganhar a vida* quanto de *manter a casa*, o que não faz parte dos meus interesses de investigação acerca dos condomínios. Contudo, a ideia de reconstruir o que é público e privado me parece interessante, já que os condomínios se colocam exatamente entre essas escalas. Aqui, não faço o mesmo esforço da autora de entrar na casa para entender caso a caso os problemas domésticos, mas busco pensar exatamente essa transição entre um problema doméstico e um problema público - o que se mostra não ser uma passagem direta. É exatamente nessa escala intermediária, entre a casa e o público, que busco adentrar. Os "problemas domésticos", portanto, não são o meu interesse, mas sim as escalas de problematização nesse meio dos grandes condomínios, onde a hierarquização dos problemas se mostra central para construir uma agenda da vida comunitária. Entre os problemas da casa, do condomínio, do bairro e da cidade, ou entre os problemas domésticos, os problemas comunitários/condominiais e os problemas públicos, as relações que vão se construindo nos ajudam a investigar de fato o que constitui a vida de condomínio. Aqui, também percorro as "justificações específicas" que são sustentadas "por determinadas relações sociais" assim como o "justificar a publicização ou não de determinadas questões de suas vidas", mas busco fazer isso não de dentro da casa, mas das ruas dos condomínios e dos bancos do fundo das câmaras e assembléias, onde os "problemas domésticos" podem chegar - caso a comunidade os entenda como de tal importância.

3.5.2 **Construindo problemas "públicos" para agentes privados**

Na vida política dos moradores da Barra da Tijuca, problemas privados e problemas públicos regularmente se confundem. O que é um problema pessoal, um problema de vizinhança, do prédio ou do condomínio, pode rapidamente passar a ser um problema da "comunidade", do bairro, da cidade e do poder público. Ou não. O que garante a passagem de escala de um problema não é, necessariamente, o seu tamanho, gravidade, ou a quantidade de pessoas que atinge. Muitas vezes é uma questão relacional, um jogo de poderes, uma expertise convencida ou uma amizade com a pessoa certa. Em meio a muitas indefinições do que é público e do que é privado na Barra da Tijuca, os "problemas" se mostram peças relevantes nas dinâmicas sociais e políticas do bairro e de seus condomínios e associações. O que faz, então, algo se tornar um problema público para agentes privados, em espaços privados? Quando que um problema público atinge um público de maior poder aquisitivo?

Seguindo essas questões, é importante discutir como se constrói um problema público, tanto nas práticas cotidianas quanto enquanto um objeto analítico. Tal empreitada começa por diferenciar "problemas pessoais" de "questões públicas", como propôs Mills (1959). De acordo com o autor, os primeiros seriam aqueles que afetam indivíduos e que são atribuídos às falhas pessoais dos próprios indivíduos. Já as "questões públicas" seriam aquelas derivadas das estruturas sociais e culturais de cada sociedade. Nesse sentido, assim como o autor, escolho aqui pensar os problemas pessoais a partir de uma perspectiva mais ampla, mas me atentando para o que define, para os atores envolvidos, a escala de cada problema. De certa maneira invertendo a perspectiva de Mills, o objetivo é entender quando que, para os moradores e articuladores políticos da Barra, um problema individual passa a se tornar um problema estrutural, uma questão pública.

Nessa linha, Gusfield (1981) vai apontar que um problema vai ganhar essa dimensão pública quando ele atinge uma dimensão "societal", passando a ser alvo de discussões, debates e conflitos no espaço público, e demandando ação coletiva de instituições e do poder público. Tal definição parece ilustrar bem o processo pelos quais as demandas individuais se tornam problemas públicos na Barra: quando um morador se incomoda com algo, e esse incômodo consegue atingir o espaço deliberativo das "instituições mediadoras", seja do bairro ou do condomínio, por mais que nem toda as áreas dos condomínios sejam públicas. Assim como proposto por Gusfield, os aspectos que devemos olhar nessa construção dos problemas públicos

na Barra não são apenas as causas do problema, mas principalmente quem detém o poder sobre a definição e resolução daquele problema.

Considerar algo enquanto um problema é relativo. É necessário definir uma abordagem sobre o que entendemos enquanto um problema, e a partir de que perspectiva entendemos a sua construção. Me parece menos produtivo pensá-los sob um viés funcionalista, como uma falha da estabilidade social, já que o "problema" aqui é produtivo das relações e fenômenos que movem a vida política do bairro. A abordagem interacionista simbólica, por outro lado, permite investigá-los pelas relações que os estabelecem, que são exatamente o fator determinante na construção de um problema enquanto social ou público. A partir dessa perspectiva, os problemas aparecem nas relações sociais e nas funções desempenhadas por cada agente, seja como morador, como eleitor, mediador, político ou audiência - ou até pesquisador, me incluindo nessa gama de relações que criam e estabelecem o status de um problema. Os problemas são analisados, então, a partir das "interações focalizadas", os *encounters* (Goffman, 1961) que os estabelecem, que se dão em rodas de conversas nos clubes, em grupos de WhatsApp, ou nas reuniões ordinárias e extraordinárias das "instituições mediadoras" que venho me debruçando sobre. As expectativas e normas sociais que se dão nesses momentos onde se discutem os problemas, são o que caracteriza o jogo de poderes que se dá nesse "cotidiano da vida comunitária" - o dia-a-dia da política do cotidiano do bairro e dos condomínios. Como discutido no capítulo 1, a ideia Goffmaniana de "interações focalizadas" é o que permite entender essa dimensão intermediária entre o cotidiano e o extraordinário, exatamente onde a política urbana da vizinhança se dá. O "cotidiano da vida comunitária", então, não é o dia-a-dia comum das pessoas, mas sim as atividades rotineiras e normalizadas desses agentes mediadores, do fazer política comunitária, ou, nas palavras de um desses agentes, de "cuidar do quintal da nossa casa"[18].

David Mosse, em seu livro "Cultivating Development" (2005) nos atenta para a necessidade de uma análise mais focada nas práticas e eventos que produzem e legitimam a criação e implementação de políticas públicas. Estudando políticas de desenvolvimento e com o objetivo de "reiterar a agência complexa dos atores de desenvolvimento em todos os níveis" (Mosse, 2005, p. 6), o autor questiona: "What if, instead of policy producing practice, practices produce policy, in the sense that actors in development devote their energies to maintaining coherent representations regardless of events?" (Idem, p. 2). Apesar de o objeto entendido aqui

[18] Trecho retirado da entrevista com Márcia (nome fictício).

ser diferente daquele analisado pelo autor, o mesmo enfoque se faz necessário. Olhar as práticas cotidianas que demandam, legitimam e justificam políticas públicas é o que de fato nos interessa, independente do que tais práticas de fato produzem. Aludindo à bruxaria analisada por Evans-Pritchard (1978), aqui também pouco importa se essas práticas de fato funcionam; o que importa é que há uma crença compartilhada nesse funcionamento, e que há nelas um poder constitutivo de uma gama de relações. Mosse apresenta também duas vertentes de análise de construção de política pública: uma visão instrumental, que vê política pública enquanto uma "solução racional de problemas"; e uma visão crítica, que vê "a política como um discurso técnico racionalizador que esconde propósitos ocultos de poder ou domínio burocrático" (Mosse, 2005, p.2). Tal visão crítica nos permite investigar essas práticas enquanto produtoras de regulação social e reprodutoras de hierarquias sociais. Ainda de acordo com Mosse, essa práticas de política participativa, ou "bottom-up", não invertem a lógica de poder de políticas públicas, mas

> "fornece instrumentos mais eficazes para alargar o controle tecnocrático ou promover interesses e agendas externas, ao mesmo tempo que oculta ainda mais a ação de estranhos, ou as manipulações de elites mais locais, por detrás da retórica sedutora do 'controle popular'" (Idem, p. 5).

Enquanto um poder que atua sobre e através da agência e da subjetividade desses indivíduos (Shore e Wright, 1997), as práticas desse "cotidiano da vida comunitária" constituem aspirações políticas e pessoais de moradores, que se debruçam sobre "carreiras voluntárias" dentro dos espaços deliberativos da vizinhança. É nessa gama de relações de poder que se estabelece quem é legítimo enquanto representante do bairro ou do interesse das associações, quem tem influência sobre agentes políticos, quem tem os contatos importantes e, não menos importante, quem quer o melhor para o bairro.

Mosse ainda traz outros atores para explicitar a importância dessas práticas ordinárias nos âmbitos mais micro das políticas de bairro. Enquanto James Scott (1990) nos alerta sobre os "hidden transcripts" da prática da política pública, Michel de Certeau (1984) aponta para a sutil, mas subversiva maneira com que os consumidores (ou o público) se utiliza dos mecanismos ou dos produtos da ordem dominante, lançando luz para o que ocorre entre tal ordem dominante e as "práticas dispersas" do público (p. 48). Nessa mesma linha, Li (1999)

argumenta que a hegemonia nessa arena de construção de problemas públicos é um "terreno de luta", dado que "o sucesso é frágil e o fracasso um problema político" (p. 316). A partir desses autores, Mosse argumenta que o sucesso dessas articulações depende da participação ativa do público, e que a pergunta não é *se* a construção de uma política pública é feita e bem sucedida, mas *como* esse sucesso é produzido (2005, p. 8). Traduzindo para o objeto aqui em questão, a ideia não é olhar para o sucesso ou falha da participação dos moradores nas disputas políticas, assim como não é olhar para o que de fato conseguem ou não fazer; a ideia é se atentar para como é socialmente sustentado o caráter de cada problema e o status de cada agente mediador desses problemas.

A importância de seguir a construção de problemas públicos como fio condutor dessa vida comunitária está no fato de que é a partir dessa construção que as relações entre cidadão e Estado, entre morador e cidade, vão se estabelecer - e assim, sustentando o poder político e a hierarquia social desses agentes e instâncias mediadoras. Como aponta Roe (1994 apud Mosse, 2005), o poder reside nas narrativas que mantêm a definição do problema da própria organização, e o sucesso dessas organizações depende da estabilização de uma interpretação particular de um contexto e dos problemas.

> Como nos lembra Bruno Latour, o sucesso das ideias políticas ou dos desenhos de projetos não é inerente (não é dado no início), mas surge da sua "capacidade de continuar a recrutar apoio e assim impor… [sua] crescente coerência àqueles que discutem sobre eles ou opor-se a eles" (1996: 78). Por outras palavras, os projetos de desenvolvimento necessitam de comunidades interpretativas; têm de recrutar uma série de atores de apoio com razões para "participar na ordem estabelecida como se as suas representações fossem realidade" (Sayer 1994: 374, apud Li 1999: 298-9).

A partir dessas abordagens, o entendimento sobre o que se torna um problema público para moradores privilegiados, o que ganha legitimidade para passar de um problema privado para um problema público - ou de um problema da casa para um problema do condomínio e do bairro - e as relações que se estabelecem para criar tais definições, nos ajudam a investigar a vida desse cotidiano da vida comunitária - a política dos condomínios - , essa micro mas complexa rede de articulações, narrativas e hierarquias que perpassa a ascensão política de pessoas e problemas dentro dos trabalho voluntários "em prol da vida comunitária". Nesta tese, portanto, sigo o fio condutor dos dois principais problemas que ocuparam as instâncias

mediadoras da vida pública da Barra da Tijuca, os problemas que deixaram de ser pessoais e passaram a ser públicos, trazendo os exemplos mais específicos da segurança/vigilância, e a água. Enquanto o primeiro é um problema público desde que o bairro começou a ser construído, mas que se tornou alvo de disputas sobre as suas dimensões privadas e públicas, o segundo abrange uma série de problemas que vão desde poluição a contas de água. A partir de entrevistas com agente mediadores e de relatos etnográficos das instâncias que gerem tais problemas, vou seguir casos específicos de cada um para adentrar as relações por trás da construção e legitimação de tais "problemas públicos".

3.6 **O problema perene da segurança**

A primeira assembleia em que fiz campo ocorreu em junho de 2021. Em um dos primeiros e maiores condomínio da Barra da Tijuca, exemplo do fenômeno dos "condomínios-cidade", aquela Assembleia Geral Ordinária me espantou logo de cara: ainda sem tanta noção da grandiosidade e complexidade dessas instâncias, fui achando que seria como uma reunião de prédio em escala um pouco maior. Chegando lá, me deparei com um ginásio cheio, um palco montado, microfones e sistema de som, telão, cadeiras meticulosamente arrumadas e uma grande quantidade de funcionários trabalhando para aquilo ocorrer. Nesse grande evento, cheio de brigas, articulações e acusações pessoais, muitas horas se passaram sem nenhum indicativo de concordância, em nenhum dos pontos da pauta. Os dois grupos opostos não deixavam que nada "passasse". Contudo, quando parecia que nada de concreto seria acordado ali, uma pauta foi capaz de gerar unanimidade: um grande projeto de instalação de um novo sistema de vigilância, de mais de 300 mil reais. Não só ninguém presente se opôs ao projeto (nem mesmo a oposição ao atual conselho), como foi acordado que a proposta mudasse para que ocupasse ainda mais do novo orçamento. Em setembro do mesmo ano, em um evento online (em função de um novo aumento de casos de Covid e volta de medidas mais restritivas), um dos diretores da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca (CCBT) e também presidente de uma importante associação de condomínio do bairro e o presidente da subseção da Barra da Tijuca da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) discutiam o "principal problema atual do bairro": segurança pública. Munidos de relatos pessoais e falas melancólicas, os dois expressavam como o bairro havia mudado desde que se mudaram para lá. Expressando uma ambiguidade essencial para a

construção de um problema público (Anand et. al., 2018), discutiram por uma hora o "grande sentimento de insegurança" sentido atualmente no bairro, ao mesmo tempo que afirmavam ter ali "uma espécie de bolha de segurança [...] uma 'Suíça carioca'".

Desde o início da pesquisa, a segurança se mostrou um dos principais problemas para os meus interlocutores. Se tratando de uma grande cidade brasileira, isso não necessariamente é uma novidade. Contudo, o fato de tratarmos de um bairro construído a partir de modelos de moradia que trariam segurança e tranquilidade nos fornece elementos para pensar como é feita essa construção do problema da segurança. Aqui, adentrar um pouco nesse caso específico é importante não só para fazer jus às prioridades dos meus interlocutores, quanto também para servir de conexão entre as escalas. A segurança, como pretendo mostrar, é um dos principais elos entre o condomínio e o bairro, surgindo de demandas individuais - mas não da casa -, recebendo apoio do bloco, e se tornando um problema público do condomínio. Nas associações, esse problema segue para além dos muros, se tornando uma das principais pautas das instâncias intermediárias que representam esses condomínios e associações frente à cidade e ao poder público. A segurança, então, principal problema que surge no modelo de moradia construído, em grande medida, enquanto solução para ela, é o principal conector entre as diferentes instâncias e escalas da vida comunitária barrense, sendo um dos fios-condutores da política dos condomínios.

Esses eventos acima narrados, ocorridos enquanto meu interesse de pesquisa ainda não era tais instâncias e o que consideravam enquanto "problemas públicos", me instigaram a seguir o fio condutor do "problema de segurança" como um dos eixos de investigação da pesquisa. Com isso, fiz do Conselho Comunitário de Segurança da região (31º CCS) um dos meus locais de campo, e de seus agentes e moradores frequentes, meus interlocutores. Passei também a prestar atenção quando o assunto surgia em entrevistas e outros eventos, mesmo aqueles que não tratavam especificamente do tema. A segurança, "problema" que já rondava o bairro desde os princípios de sua ocupação com uma série de sequestros na década de 1980, se mostrou um dos eixos pelos quais a articulação política se dá no bairro, nos condomínios, e em suas instâncias mediadoras. Assim como a questão da água, que tratarei em seguida, a segurança/vigilância é objeto de produção de ambiguidades, no sentido trazido por Anand, enquanto práticas burocráticas produtivas de governo (Anand et. al, 2018; Anand, 2021). Tais demandas aparecem não simplesmente como um problema, mas como uma dualidade entre problema e sucesso, fornecendo espaço político para a construção de alianças, de poder e para a produção de um cotidiano da política pública do bairro. Nessa seção, então, parto da demanda

por vigilância em um condomínio fechado, cujo orçamento já era majoritariamente para tal área, para adentrar as discussões e problemáticas em torno da segurança no principal órgão deliberativo sobre o tema no bairro, o Conselho Comunitário de Segurança. Aqui, me valho de relatos de campo, entrevista com diretores e presidentes de associações, assim como entrevistas com empresários do ramo de vigilância, para adentrar o "problema da segurança" enquanto constitutivo do "cotidiano da vida comunitária" barrense.

A extensa bibliografia sobre condomínios fechados já aponta a relevância que as discussões sobre crime, violência urbana e medo têm para a compreensão desses espaços (Low, 2001), bem como o papel que os condomínios têm desempenhado nas recentes transformações urbanas nas cidades. Exemplo disso é a relação identificada por Freire (2014) entre os condomínios e o estabelecimento de repertórios específicos sobre violência, crime e cidadania, bem como moralidades específicas e “sensos de justiça” que são construídos em conexão com esses espaços. Nesse sentido, tratar dos condomínios residenciais na Barra da Tijuca envolve também uma discussão sobre securitização e vigilância, especialmente no que diz respeito à “gestão privada dos espaços públicos” (Firmino, 2017) e às novas práticas de “controle fixo e de fluxo” por parte de infraestruturas tecnológicas (Hirata e Cardoso, 2016).

Daniel Hirata e Bruno Cardoso (2016) discutem ordem urbana e segurança a partir da "coordenação". Os autores definem coordenação como uma técnica de governo que envolve a integração de informações e ações de diversos atores e instituições, visando gerir os espaços urbanos, os conflitos sociais e a segurança pública de forma eficaz. A coordenação é essencial para a articulação de políticas e práticas que impactam diretamente a vida cotidiana das populações, atuando na "interface e ambiguidade entre segurança pública e ordem urbana, com critérios de eficácia administrativa" (Hirata e Cardoso, 2016, p. 28). Sua importância reside na sua capacidade de integrar informações e ações de diferentes órgãos e instituições, visando responder de forma eficaz às necessidades cotidianas e eventos críticos. A coordenação é vista como uma técnica de governo essencial para a gestão dos espaços urbanos, dos conflitos sociais e da segurança pública, atuando na articulação de políticas e práticas que impactam diretamente a vida cotidiana das populações. Fenômeno similar parece ocorrer em torno do "problema da segurança" na Barra da Tijuca.

Em entrevista com o presidente da CCBT, em outubro de 2023, a questão da segurança apareceu de forma contundente. Tanto ele quanto outro diretor, entrevistado na semana seguinte, enfatizaram o projeto de criação de uma Central Integrada de Informação, onde a

CCBT reunia todas as empresas de segurança presentes nos condomínios e regiões da Barra da Tijuca. Em suas palavras:

> "Segurança hoje é um problema nosso… a gente já tentou ter um mapa aqui. Sabe quantos vigilantes tem na Barra da Tijuca? Há três anos atrás nós fizemos um levantamento. 4.500, por dia, de empresa privada…. Hoje deve ter muito mais… O batalhão da polícia militar, sabe quantos homens tinha? 400… que deve dar mais ou menos 100 por dia. É mole? Aí você vê, batalhão, DP, guarda municipal, tudo isso aqui, não se fala. A PM prende o cara ali e não avisa pra polícia civil… a polícia civil prende o cara e também não avisa a PM. E essa galera aqui, que na época eram 30 empresas, também não se fala. Um cara lá do Novo Leblon pegava um cara lá, e não avisava o Nova Ipanema [...] Aí nós chamamos todo mundo aqui e propusemos o seguinte: nós precisamos repensar o serviço de vocês. Desse grupo ficaram 15…. um olhou pro outro e falou 'esse filha da puta aí vai querer roubar o meu contrato' […] Aí nós fundamos aqui um Centro de Informação Integrada. Um condomínio que tivesse uma ocorrência qualquer, que merecesse ser informada, mandava pra cá, pra um centro, e esse aqui mandava pra todo mundo."

Tanto o projeto desse centro integrado - objeto de estudo de alunos de Oxford, de reportagens e entrevistas internacionais, de acordo com o entrevistado - quanto o seu próprio discurso ilustram esse movimento de "coordenação" enquanto produtor de força política, força comunitária. Ilustram, também, como o problema da segurança acaba servindo como importante condutor entre as escalas da política comunitária, aliando - ou buscando aliar - condomínios e associações em uma esfera representativa do bairro. Exemplos como esse que legitimam o poder que a CCBT e seus agentes possuem no bairro e frente ao poder público. Sem o "problema da segurança" parte dessa legitimidade, desse poder da Câmara seria perdido. É nessa coordenação, que se mistura com o que eu venho trazendo enquanto "mediação", que a articulação é feita e hierarquias de poder e sociais são criadas. É nela também que a interseção - muitas vezes se tornando uma indefinição - entre as esferas pública e privada ocorre, gerando mais uma ambiguidade por onde o poder político se constrói. São agentes privados, organizados em instâncias deliberativas comunitárias, que dialogam ou se confrontam com empresas privadas para a construção ou reparação de um "problema público", geralmente recorrendo ao poder público para resolução.

A questão da segurança põe em xeque o problema, trazido por Rodrigo Firmino (2017), da "gestão privada dos espaços públicos". Ela desempenha um papel significativo na confecção dos territórios urbanos, influenciando a forma como esses espaços são utilizados, percebidos e controlados. A privatização de áreas públicas cria uma sobreposição de camadas territoriais que moldam a configuração dos territórios urbanos, exemplificados nos casos dos condomínios da Barra da Tijuca. A primeira reunião mencionada nesta seção, da assembleia de um condomínio, resultou na aprovação de instalação de um grande projeto de infraestrutura de vigilância privada. Contando com mais de 110 câmeras, além de centrais de controle, o projeto aumentaria ainda mais a porcentagem que a vigilância ocupa no orçamento do condomínio que, antes do projeto, já era de 71%. Contudo, esse grande condomínio, assim como outros do bairro que se enquadram nessa categoria de "condomínio-cidade", têm suas ruas enquanto logradouros públicos, e suas praças como de acesso teoricamente público. A vigilância pública, de responsabilidade do poder público, é sobreposta por uma vigilância privada. A "vida comunitária" desses espaços, então passa a ser gerida na interseção entre o público e o privado, mas apenas enquanto for de benefício do privado. Quando, na mesma reunião, foi discutido o pagamento de IPTU sobre os bosques e clube daquele condomínio, o argumento levantado é que eles seriam "bens públicos, bens arquitetônicos" da sociedade como um todo.

No dia 30 de novembro de 2022 fui, pela primeira vez, a uma reunião do 31º Conselho Comunitário de Segurança. Realizada em um auditório de um shopping na Barra da Tijuca, a reunião foi precedida de um farto café da manhã, oferecido a todos os presentes. Um grande público preencheu o auditório, onde um palco estava montado com banners do CCS, bandeiras do Brasil e a frase "O CCS é o elo entre o cidadão e o poder público". Uma ampla mesa estava posta no centro, onde se sentaram figuras importantes do poder público, das diversas polícias, e de entidades de moradores. Em meio aos muitos fardados, um público majoritariamente idoso seguia ocupando as cadeiras quando o atual presidente do Conselho testava o microfone no palco. "Não estou ouvindo!", gritou uma senhora da plateia, sendo respondida pelo presidente que falou "Você está surda", dando início ao clima intercalante entre descontraído e extremamente formal que se seguiria. Após o hino do Brasil ser tocado, com imagens de bandeiras brasileiras e soldados passando nos telões, o que se seguiu foram horas de elogios, demandas, prestações de conta, piadas e acusações, se intercalando como se fosse a ordem natural daquele espaço, o que pude, depois confirmar. "Eu não posso mais aceitar que o cobertor esteja curto [...] nossa voz tem que ser ouvida!", disse o presidente em tom de cobrança em sua fala inicial, logo após brincar com e ir com o delegado da polícia civil.

As tantas figuras "importantes presentes", os dados apresentados e os muitos elogios trocados, se chocam com a intensa participação e demanda por melhora na segurança do bairro, mostrando, mais uma vez, aspectos dessa ambiguidade em relação ao "problema" da segurança. O então capital da operação Barra Presente, amplamente aplaudido quando chamado ao palco, reiterou o objetivo de, em suas palavras, "trazer cada vez mais uma sensação de segurança para essa população de bem". Ao falar da comunicação com a PM, polícia civil e guarda municipal, disse que "estamos sempre trocando figurinhas, trocando foto de criminoso", apontando depois também para alguns membros da plateia, indicando uma relação próxima. Após as falas, aqueles mesmos que aplaudiram e que trocaram risos com os presentes na mesa, começaram com enfáticas acusações e cobranças, sempre que possível deixando explícito a proximidade que tem com algumas das figuras importantes presentes. Ao final da reunião, nada havia sido decidido, votado, prometido ou encaminhado. Aos meus olhos, estranhos ali, me parecia ter sido um grande fracasso, sob um ponto de vista prático de quem foi estudar o poder de articulação e atuação política daqueles moradores. Uma reunião de horas, com uma grande infraestrutura, que não resultava em nada. Porém, percebi depois o quanto aquela, assim como as outras reuniões que se seguiram, foram extremamente bem-sucedidas. Para quem estava presente, tudo ocorreu como esperavam, como queriam. Todos ali cumpriram o seu papel, de membro de uma comunidade, de morador participativo e do bem, de ator ativo na vida comunitária. O problema não foi solucionado, nem sequer diminuiu, importante para não tirar a importância daquele conselho e daquelas pessoas, assim como não aumentou, o que indicaria uma falha ou ineficiência dos mesmos. As articulações foram feitas, pessoas foram vistas, vozes ouvidas, e a sustentação de tudo aquilo se manteve.

Enquanto problema importante nessa lógica de condomínios, a segurança acaba tendo uma função simbólica essencial. Ao tentar adentrar o projeto discutido na reunião da ACNL de mais de 300 mil reais para a instalação de um amplo e moderno sistema de vigilância, me deparei com Fábio, presidente da empresa que seria responsável pelo serviço, brevemente apresentado no capítulo anterior. Além de ir à campo algumas vezes acompanhar a instalação desse sistema, pude ir até a sua casa para entender um pouco melhor sobre o projeto. O que acabei entendendo melhor, na verdade, foi a visão de Fábio sobre segurança e o papel que ela tem na vida comunitária, já que, alías, ele não vende segurança, mas sim a “indústria do conforto", em suas palavras.

Dono de uma empresa ganhadora de prêmios e que conta com sistemas de inteligência israelenses, Fábio é enfático ao responder o sobre o motivo dessa busca incessante por

segurança nos condomínios, desde suas construções. Para ele, se trata da “necessidade do homem de buscar um lugar em que ele pudesse ter tudo. E em um local praiano, perto da Zona Sul ainda...", e seria sobre o "ser humano tentando botar a família protegida em uma cidade violenta". Apesar de admitir que “há um folclore por trás disso” já que ele “mora no Rio há mais de 40 anos e só foi assaltado uma vez”, a questão da segurança é importante principalmente pelo seu caráter subjetivo e moral. Apesar de ser sobre

> "detectar pontos vulneráveis e agir sobre eles [...] a ideia não é multar, punir, é colocar as pessoas de bem no conforto. O sistema de segurança permite à sociedade viver bem em sua maioria … a minoria má é forçada a ir para outro lugar ou mudar a intenção … Inibir o mau é você facilitar o bem! [...] as pessoas não se enclausuram no condomínio, elas se libertam no condomínio"

Em um discurso quase que ensaiado, Fábio associa a busca por segurança a uma busca moral, já que a vigilância "não é inibidor social, inibe só o mau-intencionado. É estimulador social", sendo um sistema que “ajuda a sociabilizar as pessoas” - o que conecta com a idéia de uma sociabilidade de condomínio, apresentada no capítulo 2. Sua empresa, durante o contrato de seis meses, estalaria 106 câmaras, além de mais de 6 quilômetros de fibra óptica e softwares de segurança, no intuito de estimular essa sociabilidade. Aqui, novamente, o olhar sociologicamente positivo para a vida nos condomínios se contrasta com imagens externas sobre esses espaços que são muitas vezes pensados como “um isolamento, uma volta para a individualidade e para um “espaço-abrigo” (Mello e Vogel, 2017, p. 137). Esse serviço era uma das respostas às inquietações individuais que encontram, desde a construção daquele condomínio na década de 1970, respaldo na maioria dos moradores, chegando a ponto de virar um problema público de um condomínio privado.

4 **ENTRE O BAIRRO E A CIDADE**

> o pessoal criou essa ideia da pequena cidade, né? Então administra como se fosse realmente quase que um núcleo independente do resto. A gente depende da prefeitura, claro, para você investir, limpeza urbana, esse tipo de coisa, a segurança em geral… mas a gente têm a nossa própria segurança, têm a nossa própria limpeza também, né? Que custa dinheiro para o condomínio, mas é dividido por um número grande e bondoso, aí não sai tão pesado. Mas é uma administração, assim, bem cuidada, né? Como se fosse uma empresa privada…
>
> (*Eduardo, diretor da CCBT)*

Enquanto entrevistava Delair, principal nome da política comunitária da Barra, algo ficava muito claro para mim: aquele homem, de voz grossa e bigode branco imponente, não me parecia representar um condomínio. Apesar de todos os indícios que vinham aparecendo em minha pesquisa de que os moradores da Barra, em especial aqueles ativos na sua vida comunitária, tinham uma relação de pertencimento muito forte com os seus condomínios, realmente "vestiam a camisa" dos locais em que moravam. Jogavam futebol e faziam churrasco com os grupos do condomínio, se identificavam enquanto moradores de um determinado condomínio, se vangloriavam e exaltavam os diferentes serviços e estruturas que tinham acesso naqueles espaços. Como nos lembrou o vereador Paulo, "é só na Barra que a gente dá o endereço pelo nome das coisas", que a gente fala o nome do condomínio ou o bloco, mas não o nome da rua. Contudo, por mais antigo que fosse Delair no bairro, apesar das décadas e décadas vivendo em condomínio e lutando por aquela forma de se viver, ele não falava sobre o seu condomínio, não aparentava representar um condomínio em específico. Para ele, a distinção entre um condomínio e outro não era importante. Ele estava em um nível acima daquilo.

Personificação da Câmara Comunitária, a vida de Delair na Barra tinha um propósito: de unir os condomínios em nome de uma causa única. Ele não se interessava pelas dinâmicas internas, pelas disputas entre blocos ou pelo sentimento de pertencimento de condomínio A ou B; ele não lidava com os problemas que surgiam na assembléia desse ou daquele condomínio. Delair se ocupava de outra escala, estava em um patamar da hierarquia da política dos

condomínios que extrapola os seus muros. Afinal, o que acontece com os problemas que passam a afetar não apenas mais de um bloco, mas mais de um condomínio? Quem lida com os problemas que passam a ser problemas do bairro? Quem lida com a dinâmica entre condomínios e entre os condomínios e o poder público? A política dos condomínios da Barra possui uma escala de intermédio que está além dos muros, mas que, ainda sim, representa a vida entre muros. Uma escala que faz o intermédio entre esses muros e a cidade que os cerca.

O problema da segurança, trazido anteriormente, é um bom exemplo para pensar essa mudança de escalas. Se tornando problema central de um condomínio, servindo como intermédio entre os moradores de diversos blocos, ele acaba extrapolando também o próprio condomínio. É um dos problemas que atinge outros, e que passa a exigir uma atenção maior. Não só a Câmara Comunitária, instituição intermediária que, de acordo com Eduardo "são 200 condomínios que estão representados pela Câmara, um bocado de gente", mas a segurança possui também uma instituição intermediária própria para o seu problema, o Conselho Comunitário de Segurança. Ela é um problema interno dos condomínios, mas que, por ser problema interno de vários condomínios, passa a ser um problema do bairro. Não à toa, um dos feito de que Delair mais se orgulha é de ter montado uma Central Integrada de Informação, um espaço para condomínios e empresas de vigilância pensarem, juntos, o problema. Mas a segurança não é o único desses problemas que atravessa escalas e chega à ser um problema do bairro.

Esse capítulo busca adentrar essa outra escala, aquela que existe para além dos condomínios, sem deixar de representar a sua lógica. É a escala que faz o intermédio entre os condomínios, mas que também representa o bairro frente à cidade, que liga o morador ao poder público. Para ilustrar essa escala, começamos com outro problema que chegou a esse mais alto nível da hierarquia da política dos condomínios da Barra: a água.

4.1 **Contas e poluição: quando a água vira problema de rico**

> A Câmara Comunitária da Barra, digamos assim, é um pessoal de classe média para média alta, né? Então você talvez não tenha alguns problemas que outros territórios pudessem ter, mas você tem problemas estruturais do país, né?
>
> (*Eduardo, diretor da CCBT*)

Sentado no fundo do auditório lotado da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, acompanho a reunião pública para tratar da situação do esgotamento sanitário na Baixada de Jacarepaguá. Na mesa, membros do Ministério Público estadual e federal, da diretoria da CCBT e da empresa Iguá, concessionária responsável pelo esgotamento sanitário da região. Um vídeo com música de fundo dramática abre a reunião, com imagens de helicóptero mostrando o sistema lagunar da Baixada de Jacarepaguá, e entrevistas com moradores e biólogos, feito especialmente para aquela ocasião. "A Câmara Comunitária não se calará!" encerra a produção audiovisual, possível graças ao helicóptero cedido por um deputado. Atrás de mim, um pequeno grupo de pescadores da região assistem as muitas horas de acusações e enfrentamentos direcionados à empresa, por parte dos moradores dos muitos condomínios do bairro. Seis meses depois, me encontro no mesmo local para acompanhar uma reunião desses mesmos moradores sobre problemas com a conta de água. "Eu sei que todo mundo tem problema com água… ou a gente acorda e fica reunido para resolver isso, ou vai ser ruim para todo mundo!", diz o presidente da Câmara para começar a reunião. As horas que seguem detalham as mudanças feitas nas regulações dos serviços de água pelas empresas concessionárias, repletas de detalhes técnicos que, segundo os dirigentes da Câmara, isenta as concessionárias de responsabilidades e encarece a conta de água. A reunião acaba em meio a revolta dos moradores presentes e clamor por engajamento na causa: "A gente tem que se mobilizar agora, se não vamos viver assim para sempre", diz em tom enfurecido o presidente da Câmara.

As duas reuniões mencionadas acima, assim como as movimentações que se deram em torno delas, ilustram a forma como esse determinado grupo social se articula por meio de instâncias intermediárias para exercer suas demandas em prol de uma "vida comunitária". A água, em específico, é um dos elementos centrais pelo qual muitas dessas mobilizações são feitas, seja na questão de seu tratamento quanto na questão do seu provimento. Esta seção parte de um olhar sobre a infraestrutura de água e as movimentações ao redor dela para pensar o processo de definição da água enquanto problema público para classes altas e como esse processo expressa a luta por uma determinada "vida comunitária". Seguindo esse esforço, o objeto específico da conta de água ocupará um papel importante para refletir sobre a articulação política desses grupos frente ao Estado e a empresas privadas, lançando luz sobre o papel da ambiguidade enquanto prática de Estado e sobre a problemática da distinção entre as esferas público e privada.

Dentro desse esforço maior de investigações sobre a articulação política dos moradores da Barra da Tijuca, e a forma como se utilizam das associações e agentes intermediários para

produzir cidade, o olhar para as demandas em torno da água se mostrou necessário de imediato. Tanto na agenda desses moradores e associações, quanto em suas falas, a água recentemente teve um protagonismo por duas principais dimensões: sua relação com a pauta ambiental e a sua relação com as contas e burocracias associadas ao seu provimento. Apesar de a primeira reunião mencionada ter começado com a frase "30 anos se passaram e o problema não foi solucionado", os problemas recorrentes em torno da água voltaram mais fortes para a agenda desse grupo em função das recentes concessões da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) e os resultados dessa mudança. As disputas em torno da água, tanto em seu tratamento quanto em sua provisão, foram objetos pelos quais investiguei a forma de fazer política e construir cidade entre moradores e agentes intermediários de um bairro de condomínios privados.

Pensar a água enquanto um problema público não é nada novo ou surpreendente. Assim como a Ballestero (2019) demonstra, muitos cientistas sociais se preocupam com o problema da água em diversos contextos. Contudo, quando a água é um problema para quem não tem problema com água, alguma explicação é necessária. Pensando a ideia "falha" ou "problema" aqui no sentido trazido por Mosse (2014), como algo relativo, que não é uma falha por si só, mas que falha apenas em relação às redes de suporte e validação às quais são postos determinados projetos ou infraestruturas. Isso permite que a mesma infraestrutura de água de um bairro como a Barra da Tijuca - novo, fruto de um projeto urbanístico complexo, de classes altas e com alto interesse do Estado e do capital imobiliário - seja vista pelo senso comum como uma das melhores ou uma das poucas que "funciona", ao mesmo tempo que é alvo de uma intensa mobilização de demandas e reclamações de seus moradores. Como afirma Mosse, o sucesso de um projeto [ou infraestrutura] não é uma questão de medição quanto à sua performance, mas sim uma questão de como uma interpretação sobre ele é feita e sustentada socialmente (2014, p.158). A luta ao redor da água, para os moradores da Barra, vai muito além dessa infraestrutura, que, ao que aparenta, é o que menos importa. A luta é para manter certos privilégios, para manter um poder frente ao poder público, para manter ativa uma comunidade que se organiza e luta pelo bairro.

Nessa direção, aqui busco trazer relatos etnográficos de reuniões da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca (CCBT) e de eventos públicos no bairro, assim como trechos de entrevistas com moradores e pessoas que ocupam posições de "agentes mediadores" para adentrar o "problema da água" enquanto catalisador dos agenciamentos políticos de moradores da Barra.

Água enquanto problema público

"Eu sei que todo mundo tem problema com água…" é como começa a fala do presidente da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca em uma reunião emergencial para tratar do novo regulamento de concessão de serviços de água e esgoto. A água aparece como objeto central nas lutas das associações de moradores da Barra da Tijuca, seja enquanto esgotamento sanitário ou enquanto provimento de água. A luta de longa data perpassa todo o período de formação do bairro, desde os anos 1970, passando por todo o período de atuação da CEDAE e pelo recente período de concessão dos serviços de água no município. Essa luta em torno da água (não necessariamente pela sua obtenção, mas pelas múltiplas esferas de demandas que a envolvem) envolve o poder público, empresas privadas, órgãos ambientais, contas, decretos e burocracia. Ela ilustra as facetas da mobilização e articulação dos moradores da Barra da Tijuca e o seu esforço em prol da vida comunitária. Nesta seção, portanto, parto da luta dos moradores da Barra em torno da água para demonstrar a centralidade dessa infraestrutura no cotidiano também das camadas altas, ilustrando a participação ativa de moradores e instituições intermediárias na busca por uma melhor "vida comunitária". Refletir sobre o processo em que a água se torna um assunto público para as camadas altas abre também a possibilidade de pensar nas contas e burocratizações dos serviços, assim como nas distintas e interseccionais esferas público e privada e como isso reflete as "práticas burocráticas de ambiguação" (Anand et al., 2018), tensionadas nas disputas entre poder público e associações de moradores.

A água vem sendo objeto de estudo importante para diversas áreas. Seja enquanto chave analítica para pensar infraestruturas, seja em seus excessos ou escassezes, em sua forma de esgotamento ou em sua forma potável, esse objeto vital vem lançando luz sobre diversos fenômenos sociais e debates teóricos. Em relação às cidades e suas dinâmicas, a água tem um papel ainda mais fundamental, como assinala Swyngedouw:

> Water is indispensable ‘stuff’ for maintaining the metabolism, not only of our human bodies, but also of the wider social fabric. The very sustainability of cities and the practices of everyday life that constitute ‘the urban’ are predicated upon and conditioned by the supply, circulation, and elimination of water. (Swyngedouw, 2004, p.1)

Assim como para o autor, a água aqui nos ajuda a compreender processos políticos, econômicos, ecológicos e sociais mais amplos. Nesse caso específico, por se tratar de grupos de pessoas de alto poder aquisitivo e político, as lutas em torno da água não são para possuí-la, ou para criar estratégias de fazê-la circular. São para conseguir outros ganhos ou diminuir perdas atreladas a essa infraestrutura, seja na luta por diminuição da conta, seja na luta por saneamento para proteger outros bens, como a vista, o cheiro, a valorização de imóveis. Os processos por trás dessa elevação da água a um patamar de problema público para camadas que não possuem problemas de escassez ou de excesso de água nos revela as dinâmicas políticas de associações de moradores de alto poder aquisitivo. Tanto quanto em cenários muito diferentes, aqui a água é parte integral da "economia política de poder que dá estrutura e coerência para o tecido urbano" (idem, p. 2). O que coloco em centralidade aqui não é a água em si, mas os processos burocráticos em torno da infraestrutura de água e saneamento, seus efeitos a longo e curto prazo na vida cotidiana e financeira de moradores de um bairro de classes altas.

Duas das diversas reuniões que participei nos últimos meses são centrais para compreender a luta barrense em torno da água. A primeira, ocorrida em abril de 2022 na sede da CCBT, contou com a empresa concessionária dos serviços de água e esgoto na região da Barra da Tijuca, a Iguá, assim como membros dos Ministérios Públicos federal e estadual, membros da Secretaria de Meio Ambiente e da Câmara Comunitária. A pauta em questão era o esgotamento sanitário da Baixada de Jacarepaguá, a situação das lagoas da região e a recente suspensão do funcionamento de uma das UTR (Unidade de Tratamento do Rio) administradas pela Iguá. Já a segunda reunião, essa de caráter mais urgente e sem a presença de outros órgãos, ocorreu em novembro do mesmo ano, e tinha como pauta as consequências do novo regulamento da concessão de serviços de água e esgoto que havia sido aprovado recentemente. Em suma, ambas as reuniões se tratavam de assembleias de cobrança. Enquanto a primeira convocou autoridades e a empresa em questão para cobrar respostas quanto ao saneamento, a segunda teve um caráter mais informativo e de planejamento, uma forma de organizar os moradores para realizar a cobrança - dessa vez, em relação à conta de água. Em um período de 7 meses, duas importantes reuniões ocorreram em torno das duas principais dimensões de cobrança em relação à infraestrutura de água para esses moradores - saneamento e contas - mostrando diferentes formas de atuação desses agentes.

"30 anos se passaram e o problema não foi solucionado… mas a Câmara Comunitária não se calará". O vídeo em que essa frase é dita é o que inicia formalmente a primeira dessas reuniões. Com imagens feitas de helicóptero sobrevoando as lagoas da região, o audiovisual

conta com entrevistas com biólogos e moradores, além de uma edição de ponta e música de fundo. Muito diferente dos protestos e revoltas na África do Sul relatadas por Von Schnitzler (2016), com pneus queimados, escritórios de governo destruídos e ruas bloqueadas, - lembrando a fala de Cláudio, que usa o "não queimar pneu como uma maneira de validar a sua forma de atuação política - esse vídeo, feito com o único intuito de começar uma reunião de cobrança de uma empresa privada responsável pelo esgotamento sanitário da região, expressa também a articulação política de moradores em prol de demandas sobre água. Demandas diferentes, estratégias diferentes, necessidades diferentes e moradores diferentes. O pequeno grupo de pescadores sentados ao fundo da primeira reunião de cobrança sobre o tratamento da água, apesar de ter uma dependência muito maior sobre aquela cobrança do que os muitos moradores que tomaram o microfone naquela noite, não teve e não tem a mesma voz, o mesmo poder de cobrança, o mesmo helicóptero. Para diferentes grupos, a água vira um problema público, algo a trazer uma demanda, seja pela necessidade de acesso a esse bem, seja pela desvalorização de outros bens. O foco aqui é pensar nas maneiras e nos motivos com que a água se torna uma demanda para os grupos que não costumam ter os mesmos problemas de água do que àqueles que as disputas pela água são um "verdadeiro campo de batalha" (Appadurai, 2013).

Balestero (2019) demonstra como a água já tem sido um objeto importante para antropologia e outras ciências humanas para pensar diversos fenômenos sociais. Como infraestrutura que não pode ser dada como garantida e que nos permite suspender a separação entre as esferas natureza e cultura (idem, p. 406), os seus fluxos e trâmites abrem possibilidades para pensar desde grandes projetos de desenvolvimento e da atuação do Estado a práticas cotidianas de circulação e obtenção entre moradores. Enchentes e secas, privatizações e disputas por propriedade, formas de reproduzir poder estatal e controle social, são todas dimensões já muito exploradas da água. Tanto enquanto um problema quanto como ferramenta de poder - enquanto uma solução - a importância da água já é vista pela academia hoje como um consenso. Contudo, e quando a água se encontra entre essas esferas? E quando a água é trazida enquanto problema para grupos que não tem problema com água? Em um bairro que desde a sua concepção a oferta de água foi uma prioridade do Estado (Agueda, 2021), a Barra da Tijuca conta com uma infraestrutura consideravelmente superior à média da cidade. Os moradores que participam dessas reuniões, não tem em seu cotidiano o acesso ou a utilização desse bem como algo problemático.

A proposta aqui é pensar as possibilidades de investigação de um cenário muito específico e talvez ainda não tão refletido sobre. A ambiguidade do "problema" da água pode

ser uma entrada para pensar a interseção entre o exercício de poder por meio dessa infraestrutura e a luta em torno dela. O documento da conta de água e as disputas em torno de sua burocracia, que analiso na próxima seção, nos ajudam a perceber essa interseção, onde um mesmo objeto demonstra tanto a fraqueza quanto a força política desses grupos de moradores e desses agentes intermediários frente ao Estado e às empresas privadas envolvidas. A ambiguidade se faz presente quando, sobre um mesmo documento, se produz o exercício de poder do Estado sobre indivíduos, e se produz o poder de barganha desses indivíduos frente ao Estado.

Anand (2022) demonstra como a ambiguidade em torno da água e seu tratamento funcionam como modos de regulação e indicação de poder por meio das agências estatais. Para o autor, a ambiguidade em regulamentações e decisões não é simplesmente uma ineficiência ou falta de precisão, mas, pelo contrário, é uma construção de uma possível área de atuação, seja de exercício de poder ou de evitação de certas responsabilidades. Antes de tentar ilustrar isso a partir do caso da Barra da Tijuca, argumento aqui que o processo de ambiguidade da relação entre moradores privilegiados e os problemas de água é também, mais do que uma contradição, uma condição necessária para a forma de atuação desses moradores. Como ambiguidade entendo a possibilidade de mais de uma interpretação sobre algo, a falta de clareza ou precisão no sentido de algo. Em relação à Barra da Tijuca e seus moradores "tipo ideal", uma interpretação é que lá a água funciona, baseado em dados ou em comparativos com outros bairros. Outra interpretação diria que a água lá é um problema, baseado na militância política e na participação ativa de seus moradores sobre essa demanda. Não fosse a ambiguidade, nada de muito relevante ou inovador apareceria dessa forma de participação e articulações dos moradores: ou porque, caso fosse um problema de fato, a luta seria justificável; ou porque, caso fosse absolutamente tido como um não problema, não havia a mobilização e as disputas em torno dessa infraestrutura. É exatamente essa condição ambígua do problema da água para essas classes que se faz presente o lugar onde ocupam frente ao poder público. É essencialmente por essa condição que existe a luta contínua desses agentes, essa busca infindável constituinte da "vida comunitária" do bairro, sustentando o poder político desses agentes intermediários sem que a luta deixe de ser necessária. A busca pela "vida comunitária" depende de que os problemas não sejam absolutos (tanto em relação à água quanto em relação à segurança, por exemplo), mas que permaneçam sempre enquanto uma agenda de mobilização.

Nesse contexto específico, o "problema da água" está relacionado, de forma geral, a uma valorização de bens. Diferentemente do problema para grupos marginalizados, o problema para moradores de classe alta de um bairro onde as infraestruturas "funcionam", acontece quando os

afeta financeiramente, mais do que vitalmente ou em seus cotidianos. Quando a demanda é por tratamento de água e saneamento, discursos comumente giram em torno do odor e da vista, citando a desvalorização do imóvel. A propriedade de trazer essa demanda se passa pela citação do valor pago pelo imóvel ou por morar no bairro, enquanto estes são desvalorizados pela falta de tratamento das águas. Quando a demanda é em torno da conta de água, a questão financeira é ainda mais evidente, contudo, acrescida fortemente do fator orgulho. Deixar de tratar da forma com que esses grupos consideram a água um problema é, na realidade, deixar de lidar com uma importante demonstração da desigualdade infraestrutural urbana. Ao considerar os problemas de água não só aqueles mais concretos como também aqueles ambíguos, é possível abarcar mais amplamente as disputas - e a desigualdade dessas disputas - em torno dessa infraestrutura que é vital para nossos corpos, para alguns bolsos, e para a produção cotidiana de nossas cidades.

Burocracias e ambiguidade nas disputas políticas em torno da água

No dia 13 de outubro de 2022, o decreto 48.225 é publicado pela AGENERSA (Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro), aprovado no dia seguinte pelo governador Cláudio Castro. No dia 9 de novembro, uma reunião emergencial é convocada pela Câmara Comunitária da Barra da Tijuca para discutir as consequências desse novo decreto. Reunião com cara de aula, uma exposição de um dos diretores tomou conta de quase todo o evento. Com uma apresentação preparada para a ocasião, repleta de fotos de contas de água e de trechos de leis e regulamentos, Eduardo explicou passo a passo de como o nosso regulamento de serviços de águas e esgoto foi construído ao longo das décadas, desde um decreto de 1976 até a mudança recém-publicada. "O regulamento que nós temos de serviço de água e de esgoto que temos aqui no Rio é o melhor do Brasil", argumenta o diretor, explicando que ele protege o consumidor e que é fruto de um acúmulo de muitos decretos e súmulas que o foram aperfeiçoando. Isso, contudo, acabara de ir por água abaixo, de acordo com ele.

Durante as muitas horas de explicações sobre burocracias e leis, algumas coisas ficaram claras naquela reunião: que o enfrentamento em função dos serviços de água e esgoto é antigo e recorrente naquele círculo; que aqueles moradores conseguiram, ao longo dos anos, uma posição de vantagem frente aos órgãos responsáveis pelo serviço; e que essa nova mudança alterou essa vantagem conquistada, o que os enfureceu. Essa reunião não só ilustrou a dimensão

burocrática das disputas em torno de infraestruturas, mas também reiterou a presença da ambiguidade no contexto. Toda a discussão em torno da legalidade do novo decreto perpassa uma disputa em torno da ambiguidade do texto, da mesma forma que a posição da Câmara e seus moradores frente às empresas fornecedoras dos serviços de água pode ser simultaneamente como de vantagem e como de desvantagem.

Utilizar o documento da conta de algum serviço para entender a dinâmica de uma infraestrutura ou de um fenômeno social não é novidade. Pilo (2020) demonstra, ao estudar etnograficamente a conta de luz, como esse documento pode não só cumprir um papel de exercício de poder do Estado como serve de base para uma demanda por cidadania pelos moradores. Segundo a autora, "os significados da conta mudam contextualmente por meio de práticas e discursos oficiais e não oficiais, reformas estatais e processos de diferenciação urbana (p. 21), ilustrando o duplo papel cumprido na disputa em torno da eletricidade em favelas. Outros dispositivos infraestruturais, como o hidrômetro - também muito citados pelos presentes na reunião da Câmara - é o objeto central sob o qual Von Schnitzler analisa como "moradores entram em contato e são interpelados pelo estado" (2016, p. 3). Através desses dispositivos controladores do acesso à água, a autora reflete não só sobre sua centralidade como objeto e meio de fazer reivindicações frente ao Estado, mas também sobre o modo de vida que é gerado moldado por eles - o "viver pré-pago". Ambos exemplos, além de tantos outros que vêm sendo produzidos nas últimas décadas, colocam em destaque elementos banais das infraestruturas, como contas e medidores, para expandir a complexidade de relações que os atravessam. Acredito que as contas de água dos moradores da Barra podem ter uma relevância semelhante.

Apesar de não ter nada de muito inovador, os documentos de conta de água dos moradores da Barra da Tijuca podem se revelar interessantes para pensar dinâmicas novas. Eles possuem o mesmo duplo papel dos documentos de conta de luz, mas por outro motivo. A reunião mostrou como, através deles, a força do Estado - e das empresas concessionárias do Estado - se impõem sobre esses moradores, exemplificando também a importância da parceria entre os poderes público e privado observada por Pilo (2020). A indignação geral, o sentimento de impotência frente à medida aprovada e suas consequências, expõe o caráter de dominação imposto por essas contas, mesmo se tratando de grupos sociais privilegiados. Por outro lado, é através desses mesmos documentos que o poder político desses moradores é reafirmado. A indignação, ao contrário do que ocorre em outras circunstâncias, não é por uma situação contínua de subjugação. Ela ocorre exatamente porque, de repente, o poder que tinham frente ao Estado e essas empresas foi suspenso.

Aqui cabe explicar brevemente as mudanças trazidas pelo novo decreto. Baseio-me aqui nas explicações de Eduardo, que tem ampla experiência e que conduziu toda a reunião citada. A perspectiva de Eduardo sobre o decreto, assim como suas explicações sobre, são o que me interessa, mais do que o escrito no projeto da AGENERSA. É essa perspectiva que conduziu aquele encontro, que moldou a forma com que os moradores encararam a mudança, e que organizou as mobilizações em torno dela. O que me interessa, aqui, não é a mudança legislativa em si, mas sim como essa mudança é encarada e o que ela vai gerar. Portanto, vamos aos "fatos" (de Eduardo). Toda a legislação do Estado do Rio de Janeiro em torno dos serviços de água e esgoto, era muito boa. Fruto de décadas de luta frente ao Estado e à CEDAE, responsável pelos serviços até pouco tempo, o regulamento acumulou normas que foram protegendo o consumidor e responsabilizando cada vez mais o prestador. Contudo, o que toda essa regulação tinha em comum? O nome CEDAE. O decreto originário que determinou como seria feito o serviço, elaborado em 1976, citava as regras do que seria feito "à cargo da CEDAE". Os muitos aperfeiçoamentos feitos, mantiveram o direcionamento para a CEDAE. O que o novo decreto da AGENERSA de 2022 faz (sempre segundo o Eduardo) é dizer que tudo que foi feito para regular o serviço da CEDAE não serve para as concessões. O que serviria, então, seria o contrato de concessão do serviço (que não é uma lei), já que logo no primeiro artigo, o decreto estipula a inversão da hierarquia da legislação, colocando o contrato de concessão antes do regulamento. Se isso não é um exemplo perfeito das "práticas burocráticas de ambiguação" dos órgãos estatais descritas por Anand (2022), então eu não sei o que é.

O novo decreto, passado "no calar da noite" - nas palavras de Eduardo - teve muitos impactos: alternou a culpabilidade por falhas ou ausência do hidrômetro, retirou a proibição da cobrança multiplicada por economia, mudou a categoria de imóveis, que eram residenciais e passaram a pagar tarifas de comerciais, entre outros. A empresa Águas do Rio - assim como a Iguá, concessionária de parte dos serviços que eram da CEDAE - chegou a enviar uma carta a moradores de alguns bairros dizendo que o aumento das tarifas seria para "pagar as receitas de forma democrática" para que fosse possível ampliar a cobertura dos serviços. Um dos exemplos dados que mais gerou revolta foi que, de acordo com o novo decreto, as empresas seriam isentas de responsabilidade por quaisquer obras que venham a ser feitas em função dos seus serviços. Ou seja, se precisarem quebrar uma calçada para trocar um cano, eles não têm a responsabilidade de recolocar a calçada. Contudo, essas mudanças não são o que quero chamar a atenção aqui. A mudança mais relevante para a discussão que tento propor é uma relacional: mudou-se a relação de poder entre esses moradores e suas instituições intermediárias com o

Estado e as empresas concessionárias de seus serviços. A conta de água vir mais cara tem uma maior importância exatamente porque era o fato dela vir mais barata do que para outros moradores que sustentava um poder desses atores, um sucesso socialmente construído de suas articulações e instituições. Essa posição, material, mas talvez principalmente simbólica, arruinou-se, assim como a justificativa para a luta cotidiana pela melhor "vida comunitária".

Durante as muitas décadas de atuação da CEDAE enquanto prestadora dos serviços de água e esgoto, os moradores da Barra da Tijuca conseguiam impor o seu poder político através das articulações com o poder público, através de seus órgãos intermediários. A Câmara Comunitária e as associações de moradores parecem ter tido uma contínua atuação frente à empresa pública, cobrando os serviços não prestados, como falta de tratamento de esgoto e estações inativas. Contudo, o que ficou visível nessas reuniões era um sentimento de que, por mais que o problema não estivesse sendo resolvido, os moradores não estavam pagando por ele. Muitos condomínios e moradores haviam conseguido na justiça o direito de não pagamento ou redução do pagamento das taxas relativas ao tratamento de esgoto, já que o serviço, de acordo com eles, não estava sendo prestado. Diferente da maioria dos moradores da cidade, aqueles que se reuniam até altas horas da noite em plenárias e assembleias, conseguiam se colocar em uma posição de vantagem. A cobrança era contínua, mas o fato de terem suas contas reduzidas os colocava em uma posição de privilégio. A CEDAE nunca foi bem vista entre eles, sempre foi alvo de críticas e ataques. Porém, essa cobrança não diminuía sua posição de poder, pelo contrário, a sustentava. E, como a cobrança não era necessariamente algo que diferenciava esses moradores de outros que reclamam da empresa, o sustentáculo desse poder era a sua conta de água. Mesmo pagando por um dos metros quadrados mais caros da cidade, suas contas eram relativamente menores do que de outros moradores. Naquelas contas, encontrava-se o fruto da luta daquela comunidade, que não era pontual, mas contínua, cotidiana. Por conta disso que as contas de água se tornaram objeto de contestação após o processo de privatização da CEDAE. Com o novo regulamento, que elevou as contas, o comprovante da luta comunitária bem sucedida não existia mais. Então, a cobrança deixou de ser algo rotineiro, que os unia e mantinha aceso o sentimento de "vida comunitária", se tornando uma cobrança mais enfática. As mudanças em relação à qualidade do serviço de tratamento de esgoto ou de provisão de água não era o que estava em questão. Ouso argumentar que, apesar de toda a demanda se encontrar ao redor da conta de água, a diferença de preço também não era o que realmente estava em questão. Mas a ideia de que àquelas pessoas haviam perdido sua posição de superioridade, isso, sim, quebrou com a forma rotineira das demandas.

Em um dos slides da apresentação de Eduardo, duas contas são colocadas lado a lado: uma relativa à CEDAE, e outra relativa à Iguá. Muito parecidas, diferenciando-se apenas nos valores. Contudo, uma representava o sucesso da luta comunitária, o poder político da Câmara e o mérito da mobilização e associação entre aqueles moradores, enquanto a outra representava o oposto. A conta de água aqui é mais um reflexo dos processos de ambiguidade das disputas com o Estado. A conta antiga, com valores menores, pode ser vista como representativa da falta de um dos serviços, uma derrota para os moradores que cobravam por melhor tratamento de seus esgotos. Mas a mesma conta pode ser vista como reflexo de vitória, da condição de superioridade e possibilidade de enfrentamento ao Estado, possibilitada pela mobilização. É exatamente essa ambiguidade do documento, essa abertura para duas interpretações distintas, que torna possível a continuidade da luta comunitária dos moradores e assembleias da Barra da Tijuca. De forma semelhante, a ambiguidade da lei, que permitiu que o novo decreto alterasse as décadas de conquistas e acumulações, é o que abre espaço para a atuação do Estado e das empresas concessionárias de impor a sua autoridade. É essa possibilidade de uma mesma regulamentação ser "a melhor do Brasil" e, simultaneamente, basicamente anulada, que equilibra a balança dessa disputa. A ambiguidade do que significa ter a lei referindo-se a uma empresa pública, mas não às empresas concessionárias desse serviço, que deixa incerta a separação entre as esferas pública e privada, que faz com que a luta não tenha um alvo concreto. A lei se refere à CEDAE; o serviço é oferecido pela Iguá; a regulamentação é feita pela AGENERSA; o decreto é assinado pelo governador.

4.2 **Entre o bairro e a cidade, as associações**

Era fevereiro de 2023, quase carnaval quando, após algum tempo tentando se conectar, Roberto entra na chamada de vídeo que agendamos para realizar uma entrevista, já que ele assim preferiu já que tem muitos compromissos. Homem branco de terceira idade, magro, Roberto aparece sem camisa na câmera de seu celular, em pé na cozinha de seu apartamento. Atual presidente do 31º Conselho Comunitário de Segurança, Roberto havia me encontrado poucos dias antes, em uma reunião do Conselho. Lá, de terno, ele ocupava a cadeira central de uma mesa com figuras de alto escalão das forças de segurança municipal como delegados e investigadores, além de representantes da prefeitura e da subprefeitura. Roberto conhecia todo mundo, dos ocupantes da mesa aos sentados à platéia. O evento, realizado dentro do campus de uma universidade na Barra da Tijuca, contou com um vasto café da manhã, como de costume

nas reuniões do CCS, antes da entrada em um grande auditório. Lá, vi um Roberto em ação, atuando em sua função de presidente daquela instituição que faz o intermédio entre a população e o poder público e seus órgãos de segurança. Dias depois, na entrevista, vi o Roberto aposentado, avô, morador de um condomínio da Barra da Tijuca. Como outros personagens que fazem parte desta tese, Roberto representa moradores que, em uma escala de hierarquia da vida comunitária da Barra da Tijuca, ocupam posição de destaque. Assim como os outros, sua posição de destaque não se deu por sua formação ou por sua trajetória profissional, mas sim por sua participação em instâncias deliberativas, pelos contatos que estabeleceu ao longo dos anos e, segundo ele mesmo, pelo olhar comunitário e vontade de participar:

> "[Nós] gostamos da Barra, a gente acha que a Barra tem diferença com relação à Zona Sul do Rio de Janeiro. Acho que há uma integração maior, há uma participação maior da comunidade nesse sentido e eu comecei talvez pelo estilo de querer me envolver com as coisas."

Assim como os problemas que emergem nos apartamentos e casas do condomínio, a participação na vida comunitária pode ser vista dentro de uma escala. Tem moradores de condomínios, ou da Barra da Tijuca como um todo, que não participam nem das reuniões de prédio. Outros, são ativos em tais reuniões, mas se mantêm nessa escala de discussão com os vizinhos diretos, lidando com problemas do prédio. A participação em questões do condomínio - aqui, tido não em seu sentido jurídico e sim no sentido do senso comum[19] - já requer uma participação mais complexa, seja ela pelos grupos de Whatsapp ou pelas reuniões da associação de condomínio. Os problemas, nessa escala, já passam por novos crivos e envolvem outros mecanismos de solução, como vimos no capítulo anterior. Contudo, existe uma escala posterior a essa, por onde tanto problemas quanto pessoas tramitam: a escala do bairro.

Desde a primeira reunião de condomínio em que fiz campo, ainda em 2021, ficou clara a necessidade de buscar o próximo passo para aqueles problemas e discussões. Ou seja, o que acontece com as questões que chegam em uma grande assembleia de um grande condomínio e, ainda sim, não tem condições de ser resolvida, ou ainda, diz respeito a um grupo de atores que vai além dos muros daquele condomínio? E ainda, se centenas de pessoas saem de suas casas

[19] Uma discussão sobre os sentidos da terminologia "condomínio" é feita na Introdução..

em plena quinta-feira para ficar madrugada adentro discutindo questões importantes para elas, quem seriam as pessoas que se dedicam ainda mais a resolver problemas de suas comunidades?

A partir dessas indagações, busquei investigar a "política dos condomínios" para além dos condomínios. A participação comunitária que vai além dos muros, mas que mantém certas características de sua lógica; que estabelece conexões entre condomínios e que engloba todo um bairro criado e gerido a partir dessa lógica de condomínio. Portanto, quando falo da política urbana da Barra da Tijuca não é enquanto um bairro genérico ou representante de outros bairros. Ela aparece aqui como um reflexo da própria política de condomínio e das especificidades da vida urbana de um "bairro de condomínios".

Esse capítulo, então, percorre as reuniões e entrevistas realizadas no âmbito do meu doutorado com foco na escala para além dos muros. Através das minhas observações de campo e falas de meus interlocutores, investigo o que significa a participação comunitária na escala de bairro da Barra da Tijuca e como ela faz parte de um jogo de escalas que envolvem os próprios condomínios. A partir de ideias sobre o que seria essa tal "vida comunitária" e as "instituições intermediárias" da política urbana da Barra da Tijuca, busco entender as motivações por trás da participação ativa desses personagens-chave e a relação que estas instituições mantêm com o poder público.

4.3 **A Câmara Comunitária da Barra da Tijuca**

Fundada em 1992, a Câmara Comunitária da Barra da Tijuca (CCBT) é uma Organização da Sociedade Civil e conta com Título de Utilidade Pública, de acordo com a lei nº 5.242. De acordo com o seu estatuto, ela tem por objetivo "exercer a sua representatividade junto às autoridades públicas, nas questões relativas à qualidade de vida da Barra da Tijuca", com foco em saneamento básico, segurança pública, transporte, saúde, educação, ocupação do solo e outros. A ordem de tais aspectos talvez não seja aleatória, já que os dois primeiros mencionados são exatamente aqueles que aparecem na pesquisa como principais problemas relatados, e que são utilizados como pontos de entrada para a discussão. De acordo com o seu site oficial, a CCBT é composta por "Condomínios, Associações de Moradores, Escolas, Igrejas e Clubes, através de seus representantes (Síndicos, Presidentes, Diretores, etc)" e, até a última contagem oficial, representava "mais de 45.000 unidades e 180.000 moradores", representados

por mais de 400 filiados. A Câmara Comunitária da Barra da Tijuca é peça chave na política urbana do bairro desde seu início. Presença constante nos jornais e sempre tomando a frente das principais pautas que aparecem, ela se coloca enquanto uma instituição de convergência da vida comunitária do bairro. Com sua diretoria de 28 membros, representando os principais condomínios do bairro, a Câmara mantém importantes relações com o poder público e instituições menores, como associações de moradores e grupos profissionais.

O primeiro contato que tive com a Câmara foi em abril de 2022, quando fui a sua sede para uma reunião aberta com o poder público para tratar do esgotamento sanitário na região e o trabalho da concessionária Iguá, responsável por este serviço depois do processo de desestatização da Cedae. Antes de entrar no salão principal, onde a reunião iria ocorrer, tive que preencher uma lista de presença onde apenas pediam duas informações: nome e condomínio/associação. No salão, atrás da mesa principal com representantes dos Ministérios Públicos federal e estadual, o presidente da CCBT e representantes da Iguá e do INEA, uma frase de Bertold Brecht estampava a parede: “Não basta ter sido bom quando deixar o mundo. É preciso deixar um mundo melhor". Naquela noite de uma quarta feira, enquanto via o vídeo com imagens aéreas feitas por um helicóptero emprestado por um deputado federal, com edição profissional e falas de especialistas, feito apenas com o intuito de introduzir aquela reunião, comecei a ter noção da importância daquela instituição para a política urbana do bairro, assim como da importância que a participação comunitária tem para certas pessoas. Ali também foi onde estabeleci os primeiros contatos com meus interlocutores de pesquisa e pessoas que entrevistei ao longo dos últimos anos.

Dos nove entrevistados que participam dessa tese, seis têm forte ligação com a Câmara, incluindo o atual presidente e dois diretores. Dos outros três, apenas um não tem ligação com a Câmara, com os outros dois não tendo ligação direta mas sendo presenças constantes em reuniões. Todos os oito entrevistados que têm alguma ligação com a Câmara demonstraram visões bastante positivas em relação a mesma e o papel que desempenha, apesar de tecerem críticas à certos aspectos da política comunitária do bairro. Seus relatos, portanto, representam não necessariamente uma forma de fazer política, ou não apenas isso. Eles representam um discurso e uma defesa de se fazer tal política, assim como um ataque a outras formas.

Delair, personagem mais importante da vida comunitária da Barra da Tijuca e já apresentado brevemente no capítulo 2, é a melhor pessoa para se conversar sobre a Câmara, tendo em vista que foi seu primeiro e único presidente até hoje. Com 77 anos de idade, Delair

possui uma história que, em muitos sentidos, se mistura com a própria história do bairro, como ele mesmo comenta em uma entrevista em comemoração aos 31 anos da instituição: “Não é qualquer instituição que consegue ficar 31 anos ativamente fazendo reuniões quinzenais, discutindo diversos problema. E a Câmara, nesses 25 anos, se misturou com o desenvolvimento da Barra.”[20]. E o desenvolvimento da Barra se misturou com a sua história, como ele mesmo me contou. Chegou à Barra em 1978, por conta da imobiliária que era diretor. Em função da construção e incorporação de condomínios no bairro, acabou se mudando junto com sua empresa para lá, onde, segundo ele, "não tinha nada, era aterro de obra". Diretor de uma imobiliária, Delair, sua empresa, a Barra da Tijuca e os condomínios cresceram juntos e interdependentes. Com a mudança para o bairro, Delair passou a ter uma conexão tripla com a Barra: além de empresário interessado em seu desenvolvimento, passou a ser um morador e, praticamente ao mesmo tempo, um “ativista” da vida comunitária do bairro. Com o tempo, a conexão empresarial foi dando espaço para que a conexão enquanto morador e líder crescesse.

O condomínio citado, Riviera del Fiori, é ainda um dos maiores do bairro, além de um dos primeiros da região. Ao lado da empresa de Delair, o condomínio foi construído por um dos principais nomes envolvidos na construção da Barra, Sérgio Dourado. O site oficial do Riviera conta um pouco dessa história em outras palavras:

> “Em 1500 eram os Tamoios que ocupavam a grande baixada de Jacarepaguá, hoje Barra da Tijuca e Recreio. Quase cinco séculos depois a cidade do Rio de Janeiro precisava crescer. Coube ao urbanista de Brasília, Lucio Costa fazer o desenho inicial para ocupação da Barra da Tijuca. Seu traço genial transformou o espaço entre a praia e as montanhas de Jacarepaguá na área mais valorizada do Rio.
>
> A partir de 1970 a grande via, entre o canal e as lagoas, que cortava toda a região começou a ser ocupada por caminhões de obras de cuja boléia os caminhoneiros da época apreciavam as dunas brancas, a vegetação rasteira, a praia, os pássaros e a montanha. **Começaram a surgir os grandes condomínios da Barra da Tijuca. Mudava o conceito de moradia no Rio de Janeiro**.
>
> Iniciando sua construção na metade da década de 70, o Condomínio Riviera Dei Fiori, entre o Canal de Marapendi e Avenida das Américas, foi um dos **pioneiros desta nova forma de morar no Rio de Janeiro e talvez no Brasil.**
>
> [...]

[20] http://www.ccbt.org.br/delair-dumbrosck-faz-balanco-dos-31-anos-da-camara-comunitaria-da-barra/

> Outra característica do Riviera é que as famílias que vieram há 20, 30 anos atrás criaram seus filhos e esses já adultos constituíram famílias e continuam morando no Riviera em apartamentos próprios. É comum duas, três unidades ocupadas por duas gerações. Como parte dessa história estava presente Sergio Dourado, um dos maiores empreendedores imobiliários da década de 70, que t**rouxe para o Riviera uma inédita estrutura condominial assemelhada a de uma pequena cidade, antevendo a atividade do Síndico como o de um "prefeito" operando com um Conselho Consultivo e alguns diretores."**[21] **(Grifo meu)**

Assim como o Riviera e a vida de Delair, a Câmara também surgiu como parte de um bairro específico e uma forma urbana específica - ou um novo conceito de moradia. Portanto, ela não se desenvolveu como outra instituição de outro bairro da cidade, mas sob um contexto singular, que acabou por produzir dinâmicas muito específicas nas relações de política urbana do bairro. Não à toa, a necessidade de atrelar os nomes de condomínios aos nomes de participantes é prática comum não só em listas de presença como em atas oficiais e na própria listagem oficial da diretoria. A política urbana da Barra da Tijuca, centrada em sua Câmara Comunitária, representa e reproduz a lógica dos condomínios . O próprio Delair comentou um pouco sobre isso:

> "Porque na Barra da Tijuca as pessoas têm toda essa organização, né? Porque, teoricamente, se a gente pensar é um bairro de condomínio e as pessoas vão para lá para ficar no condomínio, né? Acho que o objetivo nosso aqui da Câmara é primeiro que aquele condomínio ali ou aquela Associação de Moradores seja forte porque eles sendo fortes, todos sendo fortes, a Câmara é forte, entendeu?"

Outro diretor da Câmara tem também uma trajetória ligada à Barra que traduz no seu envolvimento com a Câmara. Eduardo, conversando comigo sobre o começo do seu envolvimento com a vida comunitária do bairro, me disse que o foco nas instâncias "mais perto dele" começou depois que ele se aposentou e se mudou para o bairro, começando pelo seu condomínio - que, em suas palavras, "é uma pequena cidade" - até se envolver mais intensamente na Câmara Comunitária. Ele, como todos os outros membros da Câmara

[21] https://www.condominiorivieradeifiori.com.br/riviera/

entrevistados, valorizam a parte voluntária de suas atuações, e como esse impulso inicial em prol de sua comunidade, de seu condomínio, acabam os lançando para a Câmara, para pensar também no bairro.

> Aí a gente denomina o presidente executivo, que até é um dos diretores comigo aqui na Câmara Comunitária [...]. E então eu participo desse grupo, né de colegiado que a gente chama já tem lá, talvez uns 10, 12 anos que eu estou como voluntário [...] e através dessa participação nesse colegiado eu vim aqui para a diretoria da Câmara Comunitária, né? Representando o Condomínio Nova Ipanema aqui dentro."

Assim como Delair, Eduardo também começou a se envolver na vida comunitária do bairro depois de uma carreira profissional bem sucedida. A Barra da Tijuca também virou o seu destino e, diferente do sossego, achou lá bastante trabalho que, como ele mesmo disse, já dura por volta de 12 anos. Morador e defensor da Barra e da sua forma particular de participação comunitária, Eduardo valorizou bastante o trabalho feito na Câmara, citando as várias especialidades dentro da diretoria e a participação constante dos membros.

> "A gente tem uma diretoria que é grande com a pasta de vários membros e tal como suplentes e a gente têm uma reunião interna nossa, nunca tem menos de 15 em 20 pessoas, né? Mesmo que seja só da diretoria, numa reunião interna, não estilo audiência pública com essa que você viu, mas a gente tem reuniões regulares de diretoria. Deve ter uma a cada dois meses mais ou menos e mesmo assim, ele já é um grupo grande de pessoas e todo mundo dá seus palpites e tem palavra livre, né?"

Membro da diretoria e participante ativo da Câmara por todos esses anos, Eduardo conhece bem Delair, e atribui a ele muito do que a Câmara veio a se tornar e fez até hoje. Em sua entrevista menciona diversas vezes o colega, sua importância na construção do "clima comunitário na Barra" e o fato de conhecer e ter fácil acesso aos políticos. A característica de delair mais valorizada por Eduardo, contudo, é exatamente o seu desprovimento de "pretensões políticas", como ele mesmo diz, mesmo com tanta força e relevância no meio.

O discurso contrário à “política partidária” ou "politicagem” é comum aos quatro entrevistados que ocupam posição de destaque em instituições intermediárias da vida comunitária da Barra. Sem serem questionados sobre, o tema aparece diversas vezes em suas falas, como um contraponto para explicar o que fazem nas suas atuações comunitárias. Delair é um dos que mais enfatiza esse ponto:

> “O Rio chegou a ter 41 câmaras comunitárias que eu lembro, hoje, não sei se tem outras porque um queria fazer trampolim político, o outro queria fazer negócio, entendeu? O outro queria ser o dono do negócio, aí não funciona aí não dá”
>
> “e é briga de cachorro grande, entendeu? Então a imprensa… ninguém noticiou isso assim porque não é o nosso caso de pegar e ir para a imprensa não, porque nós, ninguém aqui quer ser, quer aparecer ou quer ter notoriedade para depois sair candidato de alguma coisa, entendeu? Ao contrário, aqui a gente usa o político, o cara que tá com poder a gente usa.”

Depois de tanto tempo à frente de uma instituição com tantos contatos, Delair realmente nunca saiu candidato por nenhum partido político. De acordo com ele, nem presidente da Câmara ele seria, se deixassem: “Então toda vez que tem eleição, várias vezes, eu já tentei fazer um novo presidente, mas o pessoal ‘não, não, não, você pode prosseguir…” ele mencionou. Em outro ponto da conversa, enquanto criticava pessoas que tentavam tirar proveito financeiro da Câmara, chegou a se comparar com o líder cubano: "Só que eu tô aqui, Fidel Castro, tô aqui é 31 anos e nunca saí por candidato a porra nenhuma!”

Apesar disso, sua relação com certos personagens políticos parece ser bastante próxima. Em um evento sobre obras na orla da praia da Barra, em julho de 2022, o atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, mostrou grande intimidade com Delair, o abraçando e o colocando como principal agente político do bairro. Inclusive, o prefeito teceu grandes elogios à Câmara Comunitária, dizendo que “esse capital social, esse ativismo social da Barra é muito legal". Aqui vale trazer Kuschnir (1993), que mostra como “a troca de homenagens é uma das formas de celebrar e sedimentar as relações de acesso” (p. 263).

Claudio, outro diretor da Câmara, também fez questão de mencionar o desprezo pela "politicagem". Usando Delair como um bom exemplo a se seguir, ele fala sobre a dificuldade de "passar a bola” para outras pessoas na Câmara:

> "Quando deixar a bola para alguém, para uma pessoa certa… porque existem vários aproveitadores que querem realmente assumir, mas é a pessoa que quer alguma coisa em benefício próprio, a carreira política, né? Era político, alguma coisa assim. Inclusive tem - eu não vou nomear, mas tem - um síndico aí que nas últimas eleições, ele tentou e foi candidato. E aí pediu o apoio lá na roda. A gente não apoia eleição nenhuma, de ninguém. A gente cobra o político, mas apoiar, a gente não entra em política nenhuma. Teve um diretor há um tempo atrás que ele resolveu se candidatar, ele pediu licença enquanto estava em campanha, aí não foi eleito. E acabou a eleição ele retornou, mas no período eleitoral, ele não podia nem usar a nossa sala, tá? Então a gente não se envolve mesmo em questão eleitoral, porque político, ele foi feito o quê? Pra gente chegar lá e cobrar, porque ele faz o que ele tem que fazer, mas nem todo mundo entende isso né? Então a gente sabe separar muito isso e isso aí acontece com a Câmara Comunitária também, então a gente aprendeu isso, a lidar com a Câmara Comunitária, e a Câmera Comunitária é respeitada exatamente por isso, porque não não tem apoio político."

Em toda a defesa que fazem de suas atuações e da Câmara Comunitária, os entrevistados mencionam o respeito que têm, sempre atrelado à essa oposição à política partidária ou a misturar o bem do bairro com o bem próprio. Tanto Cláudio quanto Eduardo mencionam Delair diversas vezes nesse sentido, se colocando como seguidores de seu exemplo. Em outro momento de nossa conversa, Cláudio volta a falar sobre essa questão:

> "Agora, é tudo uma questão de respeito também, né? Você tem que se fazer respeitar. Eu nunca vou, por exemplo, pedir alguma coisa para um poder público em benefício próprio, tá? Jamais eu vou, eu cheguei em algum lugar pedindo 'porra, arruma um emprego aqui para ciclano', nunca fiz isso, então eu tenho costume de dizer o seguinte: 'que quando eu tiver que reclamar e falar mal de vereador A, de vereador B, prefeito A, prefeito B, ou sub-prefeito, eu sento na frente e reclamo! Por quê? Porque não tem rabo preso, nunca ninguém fez nada pessoal para mim."

4.4 **O 31º Conselho Comunitário de Segurança**

Era por volta das 10:30 da manhã de uma quarta-feira de fevereiro. Eu estava sentado ao fundo, ao lado de um guarda municipal, tomando notas em letras pequenas e de péssima caligrafia para evitar que pudessem ser lidas por algum outro membro da platéia. Após um vasto café da manhã oferecido aos participantes, e mais de uma hora e meia de assembléia com nomes importantes do poder público e do alto escalão da polícia, uma senhora na platéia pede a palavra. Ao receber o microfone e, com ele, a atenção de delegados, inspetores, advogados e subprefeitos, a senhora de cabelos brancos, sentada ao lado das amigas, propõe a sua sugestão para o problema da segurança na região da Barra da Tijuca: distribuir apitos, para que os moradores possam apitar caso avistem algum crime. Sem precisar entrar no mérito da qualidade da sugestão da "senhora do Península", esta foi apenas uma das muitas falas de uma reunião de um dos órgãos da vida comunitária da região, tido como dos mais importantes.

Os Conselhos Comunitários de Segurança são grupos formados por moradores de uma determinada região ou bairro com o intuito de discutir problemas locais de segurança com o poder público e as forças policiais. Em muitos estados conhecidos como CONSEGs, no Rio de Janeiro eles costumam ser referidos enquanto CCS. Mais especificamente no caso do Rio, os CCSs são “canais de comunicação entre a sociedade civil e as Secretarias de Estado de Polícia Civil e de Polícia Militar, atuando como colaboradores voluntários, não remunerados e compromissados com a redução da violência, da criminalidade e com a paz social", de acordo com o site oficial do Governo do Estado[22], e são ligados ao Instituto de Segurança Pública. Hoje, são 18 CCSs em atividade no estado e que, desde 2004 passaram a ser coordenados por uma Coordenadoria do ISP. Dentre esses 18, um que se destaca é o 31º CCS, que abrange as regiões da Barra da Tijuca, Itanhangá, Recreio dos Bandeirantes e Vargens. Ele mantém reuniões mensais, que alternam quanto ao seu local para poder contemplar moradores de diferentes pontos da região abrangida. Durante a presente pesquisa, participei de duas dessas reuniões, além de ter estabelecido diálogos e ter entrevistado três pessoas com forte ligação a essa instituição.

A princípio não sendo um dos focos do meu campo e da minha pesquisa como um todo, o CCS rapidamente apareceu como aspecto relevante. Por um lado, a questão da segurança se

[22] https://www.rj.gov.br/servico/conselhos-comunitarios-de-seguranca-ccs1281

destacou como um dos principais problemas trazidos pelos meus interlocutores. Por outro, o espaço do CCS se mostrou como mais um local importante para a participação comunitária e, principalmente, como símbolo de alto status da vida comunitária da Barra da Tijuca. Assim como a Câmara, o CCS não só é um palco de alta visibilidade para a participação comunitária, como também representa uma meta em termos de reconhecimento na vida do bairro. Assim como na Câmara, ocupar uma posição de destaque aqui também te coloca em contato com pessoas de alto escalão do poder público e, nesse caso, das forças policiais.

Nas reuniões que estive presente, o nível de organização saltou aos olhos. Uma ocorrendo em um hotel de luxo no Recreio dos Bandeirantes e a outra em um campus de uma universidade privada dentro de um shopping center da Barra da Tijuca, ambas contaram com um vasto café da manhã de recepção, aberto ao público. Hino nacional com bandeiras, banners do CCS e telões com vídeos de introdução começavam os eventos, sempre contando com presenças do alto escalão das forças policiais, como inspetores, delegados e comandantes de batalhões. Representantes da diretoria do CCS, membros do ISP, representantes da prefeitura e subprefeitura e advogados também compuseram as mesas. Sempre durante horário comercial, em dias de semana, as reuniões congregavam plateias de muitos policiais e guardas municipais, mas, em sua maioria, moradores da região da terceira idade. Sempre ao fundo, os topos de cabeças com cabelo branco eram dominantes em minha visão. Apesar de ter mais mulheres em relação às reuniões da CCBT, ali também contava com uma maioria masculina. Isso se refletia também na composição da mesa: na primeira reunião, os oito à mesa eram homens; na segunda, sete homens e apenas uma mulher.

Roberto, presidente do 31º CCS, presidiu a mesa de ambos os eventos. Com uma presença descontraída, ele falava com todo mundo que o cruzava antes e depois da reunião. Durante, alternativa piadas e um tom de cobrança. Em uma delas, começou a falar ao microfone e foi logo interrompido por uma senhora na platéia que gritou “Não estou ouvindo", e ele logo respondeu "Você é que está surda", gerando alguns risos e outras caras de espanto. Poucos segundos após essa piada inicial, Roberto iniciou um discurso firme de cobrança: “Eu não posso aceitar que o cobertor esteja curto", se referindo à capacidade de policiamento na região, “o cobertor não tá curto não, acabou o cobertor! Nossa voz tem que ser ouvida! Não há mais como tolerar!” concluiu Roberto, recebendo aplausos antes de passar a palavra para um capitão da polícia.

Grande defensor do papel do CCS, Roberto me explicou o porque esse espaço é tão importante, sendo o elo entre o cidadão e o poder público. Em suas palavras:

> "Você quer falar com quem, PM? É 16ª DP. [...] E a pessoa consegue já quando vai fazer uma dessas perguntas, 'deixa eu entrego para o delegado, eu entrego para o prefeito'. Ah e outra coisa, a gente também chama a prefeitura por conta da segurança primária, então vários sub-prefeitos… a segurança primária pode ser árvores, as lombadas que são construídas, porque dependendo da lombada, o cara diminui a velocidade do carro num determinado ponto, que facilita o marginal, entendeu? Iluminação pública, porque se tem pouca iluminação ou se não tem nenhuma facilita também…[...] E com isso daí o marginal tem de assaltar, entendeu?"

Por mais que a questão da segurança envolva diversos assuntos de grande abrangência, tanto as falas de Roberto quanto às questões discutidas nas reuniões não parecem querer dar conta de questões mais amplas ou mais estruturais - com exceção do constante clamor pela mudança de legislação relativa a menores infratores. Geralmente, giram em torno de questões mais locais e, muitas vezes, simples. As reclamações, claro, partem muitas vezes de um ponto de partida mais genérico, de pedir mais segurança, mas geralmente retornam para aspectos bem pontuais. Furtos e pedintes foram as maiores reclamações nas reuniões que presenciei. Fora isso, uma certa "prestação de contas" e problemas burocráticos da própria CCS ocupam boa parte das reuniões. Na fala de Roberto, acima, o exemplo de como coisas pontuais como poda de árvores e iluminação se relacionam com a questão de segurança reflete a dinâmica da participação de moradores junto ao CCS.

Como tratado no capítulo anterior, a segurança aparece na vida comunitária como uma das principais pautas, mas nem sempre de forma propositiva ou objetiva. Ela é um aspecto de senso-comum, um ponto de encontro que serve como ponto de partida para uma participação, mesmo que tal participação não tenha efetividade - e nem tente ter. Roberto também comenta sobre esse ponto, ilustrando como o tema geralmente não é tratado de forma propositiva, ou nem mesmo realista.

> "A realidade quando você fala em segurança, e aí eu posso falar é que o que eu percebo é que o cidadão às vezes quer debater uma polícia para cada condomínio, para cada

> rua, para cada cidadão. Isso é humanamente impossível em qualquer lugar do mundo, entendeu? Mas eles sempre buscam com isso, que é tanto quanto sujeito, todo mundo quer andar com a sua segurança e tranquilidade que as cidades grandes acabam se perdendo por conta disso, né?"

Essa fala, trazida anteriormente, pode parecer um pouco contraditória. O presidente do conselho responsável por discutir soluções de segurança dizer que a busca incessante por segurança acaba sendo um dos males das grandes cidades, não parece condizer com a sua ativa participação junto ao tema. Contudo, a participação na vida comunitária da Barra da Tijuca - seja em uma Associação de Condomínio, na Câmara Comunitária ou no Conselho Comunitário de Segurança - aparenta não ter uma relação direta com a resolução de problemas, e talvez nem com a busca por resolução de problemas. Nas palavras de uma das diretoras do CCS, Solange, uma de minhas interlocutoras, o principal não é resolver nada, mas sim ouvir e ser ouvido.

> "A gente faz mensalmente, tenta fazer mensalmente uma reunião na qual a gente dá voz à população, né? A gente vai lá ouvir e ser ouvido então. Acho que o mais importante é essa troca… Tem que ouvir o que eles têm para falar com a gente, as explicações que são dadas, porque aí, explica o patrulhamento, os índices, o que que fez isso? Por que fez aquilo?"

Independente da resolução ou não de problemas e, por mais que nada tivesse sido resolvido em termos de segurança da região nas reuniões que presenciei, o CCS se mantém enquanto um importante intermediário entre a população e o poder público, entre o bairro e a cidade. Ele funciona como uma instância para a participação comunitária se fazer presente, produz, assim como as assembléias e a Câmara, uma outra escala para se levar os problemas ou, principalmente, a voz.

4.5 **Vida comunitária e a participação barrense**

> Eu tenho uma ideia de comunidade em que você deve participar para o grupo, para todos, né? Eu penso muito, irmão, em Mahatma Gandhi,

> quando ele disse na ocasião que ‘o que não puder ser de todos, eu não quero para mim’, entendeu? Então o meu lema é esse.
> (*Roberto, em entrevista feita no dia 10 de fevereiro de 2023*)

> Então assim você tem que ter, como é que é ? ‘Com grandes poderes vem grandes responsabilidades’, né? O homem-aranha já sabia disso. [...] A nossa região é linda maravilhosa. As pessoas vêm para cá por causa disso, mas a gente tem que ter uma contrapartida do Estado
> (*Solange, em entrevista feita no dia 31 de janeiro de 2023*)

O que leva uma pessoa a dedicar horas de sua vida ao "bem comum"? O que significa de fato, o bem de uma comunidade e, antes disso, o que seria essa dita comunidade, no caso da Barra da Tijuca? Entender a dinâmica das relações que constituem o cotidiano da política dos condomínios - e da política de um bairro de condomínios - requer um entendimento sobre o que seria, de fato, e vida relativa a essa política. A vida compartilhada entre membros de algum ciclo cotidiano regida por uma política específica e a vida comunitária desses mesmos membros não é necessariamente a mesma coisa. O que ficou claro, desde o início da pesquisa, é que a segunda - a vida comunitária - vai muito além da vida cotidiana em uma determinada comunidade. Ela inclui elementos que vão além da materialidade cotidiana e do compartilhamento de experiências; ela vai além da criação e resolução de problemas comuns. Na tentativa de tentar entender os elementos que compõem essa tal "vida comunitária” em uma lógica de condomínios, aqui tento traçar alguns pontos: a diferença entre a participação comunitária na Barra da Tijuca e na Zona Sul; a relação existente entre as instâncias intermediárias (câmaras, assembléias e associações) e o poder público; e o que de fato está por trás dessas relações de participação comunitária.

Os dois trechos que iniciam esta seção representam dois aspectos essenciais para pensarmos a idéia de uma vida comunitária na Barra da Tijuca. O primeiro, mais explícito na fala de Roberto, diz respeito a uma certa idealização da participação comunitária e das posições ocupadas por certos membros. A segunda, presente na fala de Solange - citando o Homem-Aranha - faz referência a um certo status conferido à participação comunitária e um certo "dever cidadão". Juntos, esses aspectos criam uma camada símbolo da participação comunitária barrense que pode ser chave para entender aspectos de sua dinâmica.

Roberto traz em sua fala aquilo que, para ele, seria a comunidade: algo para além de si, em prol de um grupo. A referência ao líder pacifista Mahatma Gandhi retrata um pouco dessa idealização do que seria esse "fazer para o grupo". Assim como para os outros interlocutores que ocupam posições de destaque nessas instâncias elevadas da vida comunitária, ele vê o trabalho que faz como um altruísmo, já que, afinal, todos eles trabalham em suas funções de forma voluntária. “Eu trabalho até sete, oito horas, não precisa ganhar dinheiro, né?”, me disse Roberto, em tom sarcástico. Solange é outra que enfatizou bastante o caráter voluntário de seu trabalho durante a nossa entrevista.

> “Nós estamos ligados a um instituto de segurança pública, né? Nós somos voluntários, não recebemos nada, nenhum apoio, nem para me contar o café da manhã, tá? É uma coisa que a gente faz porque a gente acha que é necessário, porque é um local onde a gente pode trocar, falar direto com os gestores de segurança pública [...] Na verdade a gente mantém nós mesmos da comunidade, né? Que mantemos ele em pé, né? Porque se a gente não quiser, não tiver mais uma diretoria, o conselho acaba, entendeu?

Eduardo também mencionou o caráter voluntário de seu trabalho inúmeras vezes, como quando disse ter “talvez uns 10, 12 anos que eu estou como voluntário. Tudo é trabalho voluntário". Ele e outros usam da questão do voluntariado também como forma de crítica a outros moradores, que não têm a mesma participação na vida comunitária que eles. O voluntariado, então, passa a ser um marcador de diferenças, um capital político que reforça as hierarquias da vida comunitária da Barra da Tijuca.

> “Cultivar no jovem esse sentimento, né, de um dever comunitário, justamente por estarmos até nas classes socioeconômicas mais favorecidas. Você tem uma contrapartida a oferecer na sociedade, né? Acho que isso é fundamental, um certo trabalho voluntário. Você fala: ‘Ah, trabalho voluntário, vou dar aula de inglês grátis, eu vou doar sangue, eu vou não sei o quê’. Assim fica muito pessoal o negócio em cada, não tem uma dimensão institucional do voluntariado, né?”

Crítica parecida é feita por Cláudio, fazendo referência à vontade dos moradores de participar e, principalmente, de serem ouvidos, mas sem se colocarem à disposição para trabalhar pela vida comunitária.

> "Ele [o morador] reclama muito, mas na hora de participar, ele não participa. A gente trabalha totalmente de forma voluntária, ninguém recebe nada por isso. A única pessoa que recebe é quem cuida da nossa rede social, a secretária que fica lá, e a gente contrata freelancer também um rapaz para fazer limpeza aqui, para manter a praça limpa, para não depender só de poder público."

O que parece comum a todos os entrevistados que ocupam posição de destaque na vida política da Barra é um certo discurso de defesa do que fazem e da importância desse trabalho. Ao mesmo tempo, há um movimento duplo de enfatizar uma separação entre eles e os moradores "comuns", e de falar que o que fazem e as instituições que representam são, na verdade, desses moradores comuns. Cláudio é talvez o que mais enfatiza esse movimento duplo, repetindo críticas tanto aos que não participam quanto aos que não pagam taxas para manutenção dessas instituições, mas também sempre relembrando que esses mesmos moradores criticados, são o que as instituições representam.

> "É, eu sinto até um pouco inibido de falar porque são ridículos 2 reais por apartamento que não dá para fazer nada e nem todos pagam. Foi o que eu falei, de 13 só nove condomínios aqui pagam… uma não paga porque não gosta do presidente, o outro não paga porque é contrário a um diretor, o outro não paga porque sei lá, por vários motivos, mas são quatro condomínios aí que deveriam pagar, entendeu? Deveriam participar, mas não participam… não tem problema, a gente vai tocando o barco do jeito que tá. Eu sempre falo o seguinte, o dia que não tiver dinheiro para pagar a secretária, pagar a luz, pagar a internet, eu pego a chave da sede da associação, levo para o proprietário e fecho as portas! Simples assim, entendeu? Então eu não tenho esse tipo. Ah, vai faltar dinheiro, não sei o que… o dia que tiver que fechar a gente fecha."

> "Porque eu vejo que uma associação de moradores, ela não é minha, ela não é de nenhum diretor nosso, ela é do morador! O morador é que tem que participar."

> “Que eu já falei ‘a associação não é do [Cláudio], tá? Ela é do morador, e eu gostaria muito, eu ficaria muito realizado, se houvesse uma participação maior, produtiva de moradores, entendeu? Porque há algumas manifestações, é evidente que é mínimo, mas tem que só falar, apontar, pô. Isso tá errado. [...] Participar não é morador contra Associação. Acho que os dois têm que estar no mesmo objetivo e seguir em frente com certeza, mas não são todos, a maioria dos moradores são gente boa e eu sou amigo de muitos moradores.”

Roberto também comenta bastante sobre o assunto:

> “Tu tem o interesse do grupo? Eu acho não, que mas a gente está evoluindo, eu acho que essa mentalidade, aos poucos a gente vai conseguindo transmitir para as pessoas que esse é o objetivo de uma associação, entendeu? Associação Comunitária por quê? Porque o interesse tem que ser o interesse comum, será que todos vão entender isso? Não sei se vai demorar mais algum tempo, mas entendeu? Mas normalmente as pessoas vão à associação para buscar um pedido para o pessoal”

> “Eu volto a dizer que as pessoas devem pensar naquilo que o Mahatma falou, ‘o que não pode ser de todos eu não quero para mim’ e eu acho que esse deveria ser o problema principal da gente, de não ter o egoísmo e tal… vamos trabalhar em conjunto! A gente tem mais força, se as pessoas soubessem a força que tem, força política que tem uma associação.”

Apesar de também ter tido um tom bem crítico em toda a sua fala, Delair não expôs tanto sua indignação frente aos moradores "comuns". Suas críticas se voltavam mais para aqueles que também tem posição de destaque na vida comunitária, mas que, ao contrário dele, usam essa posição para ganho pessoal ou “ganho político”. Contudo, ele faz questão de mencionar o papel da Câmara para os moradores, inclusive indicando o que outros também expuseram implicitamente em suas falas: um dos importantes papeis dessas instituições é de criar comunidade. Elas então, são geradas e mantidas pelo sentimento de comunidade, mas também reproduzem e criam esse sentimento, em um movimento de retroalimentação. Delair cita alguns exemplos, enquanto aponta para quadros de fotos espalhados pelas paredes da sede da CCBT:

> “Tem que fazer atividade aqui. A gente tem na Câmara, se você ver, olha aí, a gente tem viagem com moradores, tá vendo? Isso aqui é morador de tudo quanto é condomínio que estava, que a gente faz viagem para ter uma integração. Ali é um concurso de pintura com os colegas lá… lá, jogos inter-condomínios, então morador do Riviera vai jogar com Novo Leblon, e todo mundo convive, entendeu? Para seguir o objetivo da Câmara que é trazer a comunidade, informação, e um bom relacionamento.”

A dupla menção ao pacifista Mahatma Gandhi não indica, contudo, um movimento pacífico de participação comunitária, necessariamente. Tanto pelas falas de seus diretores e presidente, quanto pelo observado em reuniões, o modus operandi tanto da Câmara quanto do CCS é de cobrança enfática. Apesar de tanto Cláudio quanto Delair terem citado o fato de "não queimarem pneus”, em entrevistas separadas, para legitimar a forma de cobrança feita por eles, ambos exaltam a disposição de cobrar de políticos de forma não amistosa. Delair por exemplo disse:

> “Então essa é a razão do do da câmara ser ouvidas, a gente não queima pneu a gente não para o trânsito a gente reivindica as coisas corretamente”

> “e é briga de cachorro grande, entendeu? Então a imprensa ninguém noticiou isso assim porque não é o nosso caso de pegar e ir para a imprensa não porque nós estamos porque ninguém aqui que é que quer ser quer aparecer ou quer ter notoriedade para depois sair candidato alguma coisa, entendeu? Ao contrário aqui a gente usa o político o cara que tá com poder a gente usa.”

E Cláudio disse:

> “A gente nunca foi de queimar pneu, entendeu, de briga, a gente sempre busca o entendimento, mas se não tem entendimento… Aí a gente parte para briga, né? [...] Já falei duas, três vezes aqui, poder público não é eficiente para poder atender essas questões, então eu acho que tem que ter alguém lá para perturbar realmente, né?”

Em relação à diferença entre a participação comunitária da Barra com outros bairros, em especial aos bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro, todos os entrevistados apontaram para uma participação maior na Barra. Talvez por ser uma região de moradores de classes sociais semelhantes àquelas da Barra da Tijuca, talvez por serem originários de lá, ou pela comparação ser a mais comum de se ver na mídia e no senso comum, a Zona Sul sempre aparece como contraponto. Tal comparação foi muito usada para justificar a urbanização da Barra, durante os anos 1970 e 1980 (Agueda, 2021; Texeira Alves, 2020), assim como para definir parâmetros culturais (Lima, 2007), e volta a aparecer enquanto aspecto de valorização da cultura participativa barrense.

"Então lá na Zona Sul não tem tanta associação ou tanta participação quanto aqui, né? Ter tem, mas eu não participava e não tem assim o grande movimento, que eu vejo aqui uma participação maior, entendeu?", disse Roberto. "Virou uma cultura. Ou seja, é diferente, a cultura reivindicatória da Barra da Tijuca é diferente da cultura da reivindicação no resto da cidade", mencionou Delair, antes de dar exemplos das duas formas de participação.

> "Vou dar um exemplo da Zona Sul, Copacabana, né? Ele pega e faltou água. Tem problema de segurança, ele chama imprensa e se liberta, né? Aqui a rua tá suja. Ele vai e grita também, né? A luz está queimada, ele chama o RJ [programa de jornalismo]. Aqui, a gente aprendeu o seguinte, primeiro nós temos que chamar o responsável. Então, a luz está queimada na praça, nós ligamos para Rio Luz. 'Vem cá, você vai solucionar o problema?' [...] Hoje mesmo de manhã, eu liguei para o presidente aqui do Parque das Rosas e perguntei se podaram as árvores. Quer dizer, antes da gente pegar e ir para a imprensa discutir e brigar, né?

4.6 **Entre o público e o privado, a ambiguidade**

> A Barra desvirtuou um pouco, cresceu mais do que devia e isso gera pressões em cima do equipamento público, né? […] E o mundo privado é feito de dinheiro, né?
>
> (*Eduardo, diretor da CCBT*)

“Se eu for citar o nome de todos os amigos na platéia, vou me alongar…” comenta o Capitão Silva, coordenador operacional do programa Barra Presente, parte do programa Segurança Presente, antes de começar a sua fala. Representante do Estado, Capitão Silva ali cumpria um papel de comunicação: ouvir demandas e repassar dados e informações do programa do governo que liderava. Contudo, com exceção do momento de sua fala, munida de dados e gráficos de apreensões e ações comunitárias, toda a sua participação no evento pouco demonstrou a burocracia estatal. Abraçou, riu, fez piadas, tudo enquanto chamava por primeiro nome e apelidos a maioria das pessoas que cumprimentava. Até subir no palco e pegar o microfone, parecia parte integrante daquele grupo. Por alguns minutos, foi a voz de uma das forças de segurança do governo. Depois, voltou à informalidade em meio aos “amigos” na platéia.

Alguns meses depois, em entrevista comigo, Capitão Silva mais uma vez demonstrou essa flutuação por papéis. Seu tom amigável e informação que antecedeu as perguntas logo deu lugar para uma fala institucional, quase ensaiada, acerca do programa que coordenava. Assim como ele, outras pessoas, principalmente representantes do estado, também alternavam papéis e tom, como se representassem, ao mesmo tempo, dois personagens distintos: um próximo, comum; e um distante, formal. Nesses espaços de intermédio, às vezes se mostravam mais próximos dos moradores, e às vezes mais próximos do Estado, mas nunca sendo apenas um dos dois. O que a princípio seria espaço para o encontro entre os interesses privados e o interesse público era, na verdade, um espaço onde esses interesses se mesclavam e se confundiam tanto quanto entravam em embate. Assim como as ruas internas dos grandes condomínios, fechadas mas abertas ao público, ficam em um limbo entre o público e o privado, também as pessoas ocupam essa ambiguidade. Na Barra da Tijuca, entre o público e o privado existe muita coisa.

A reflexão sobre a ambiguidade entre público e privado está longe de ser algo novo, especialmente se tratando do campo da sociologia no Brasil. Pensar essa ambiguidade está no cerne das discussões sobre o pensamento social brasileiro, e o que constitui a nossa sociabilidade. Obras clássicas como *Raízes do Brasil (1936)* e *Populações Meridionais do Brasil (1938)* criaram as bases para se pensar tal relação na construção política, cultural e social do país e, em especial, do brasileiro. Enquanto Oliveira Viana (1938) enfatizava o peso do localismo, do personalismo e das redes de dependência na formação do Estado brasileiro, que frequentemente subordinam o interesse público a vínculos privados, Sérgio Buarque de Holanda (1936) usava a figura do "homem cordial” para sintetizar como a predominância de relações pessoais e afetivas favoreceu a transposição de lógicas privadas para o interior das instituições públicas. Tais noções se desenvolveram em formas de pensar essa ambiguidade não

só em termos analíticos, como também extrapolou para o senso comum. Essas interpretações ajudam a compreender que a indefinição entre público e privado não é apenas uma característica circunstancial dos contextos observados, mas remete a um padrão mais amplo da formação social brasileira, no qual relações de proximidade, mediação e personalização produzem continuamente zonas intermediárias entre essas esferas.

Karina Kuschnir, ao estudar a atuação de vereadores do Rio de Janeiro, diz que "manter e alimentar a relação com o Poder Executivo é o que garante ao seu papel [...] o prestígio, junto aos eleitores, de agente da mediação" (Kuschnir, 1993, p. 116). Tal análise reflete muito nas falas de um dos meus entrevistados, o vereador Paulo. Mas também reflete nas falas e atuações de outros agentes, tanto representantes do Estado e de suas organizações - como o Capitão Silva - como representantes dos moradores, mas que ocupam uma posição na vida comunitária que também os enquadra como “agentes da mediação". O que acontece nessas instâncias de mediação entre as esferas públicas e privadas, contudo, é não apenas uma comunicação, uma troca, mas, constantemente, há também a criação de um espaço de ambiguidade, um limbo entre essas esferas que, ao contrário de uma ausência de definição, é produtivo de muitas relações e definições importantes para esse meio. Após as idas a campo e as entrevistas, posso dizer inclusive que essa ambiguidade é, ao contrário de uma falha ou ineficiência da mediação, uma parte constitutiva da relação de mediação da vida comunitária da Barra da Tijuca.

A reflexão sobre os meus papéis desempenhados em campo, discutidos no Capítulo 1, também me levou a refletir sobre os diversos papéis desempenhados pelos meus interlocutores. Afinal, a performance acima descrita do Capitão que alterna entre amigo e representante do Estado - que, nessas instâncias geralmente é tido como o papel antagonista das associações de moradores - aparenta ser uma performance de dois papéis diferentes. Contudo, um olhar mais atento para a forma como essa mediação entre população e Estado é feita na Barra da Tijuca me coloca uma questão: seriam esses papéis diferentes ou um mesmo papel ambíguo?

Uma cena etnográfica que nos ajuda a entender essa questão foi a de uma das reuniões do Conselho Comunitário de Segurança que estive presente. Ao chegar, sozinho, em um hotel de luxo em frente a praia do Recreio dos Bandeirantes, vestindo roupas formais para tentar interpretar um personagem que em minha preconcepção se misturaria mais facilmente entre aquele público, esperava a formalidade de um encontro oficial de um Conselho de Segurança com presenças importantes. A própria recepção, com uma hora de café da manhã liberado aos convidados com diversas opções de pães, bolos, sucos e café, com funcionários servindo e mantendo o ambiente limpo e organizado, fortalecia essa minha expectativa. A sala do evento em si, com cadeiras meticulosamente arrumadas em frente à um palco, com uma grande mesa

central, telão audiovisual, microfones e bandeiras - incluindo a do Brasil e do Rio de Janeiro - era outro indicativo do ambiente formal de mediação entre população e Estado sobre um tema de alta relevância e seriedade. A minha visão pessoal - e provavelmente do senso-comum- sobre o papel da polícia e a sua forma de apresentação, não deixava muita margem para informalidade naquele evento, ainda mais sabendo que contaria com presenças de delegados e inspetores.

Tendo sido convidado por Solange, pretendia apenas cumprimentá-la antes de tentar me tornar uma presença invisível no espaço. Contudo, assim que cheguei no local me deparei com Capitão Silva, que lembrou de mim de outras ocasiões e veio me cumprimentar, mesmo sem saber o meu nome. Logo depois, descendo a escada para o local do café da manhã, já me encontrei com Solange, que eu já havia entrevistado, e Marlene, com quem eu já tinha uma relação pessoal anterior à pesquisa. Enquanto falava com elas, o que em um determinado momento foi em concomitância, percebia que as pessoas olhavam para nós. As duas peças muito importantes na vida comunitária da Barra, sendo uma diretora do CCS e outra a gerente executiva da Subprefeitura do bairro, elevavam o meu status naquele espaço. O parecer amigo de alguém importante é um dos principais mecanismos utilizados pelos participantes para ganhar notoriedade e respeito, além de mostrar a sua importância participativa. Com isso, mesmo sem querer, eu ganhava certa notoriedade naquele meio e a minha tentativa de invisibilidade foi por água abaixo. Não à toa, naquele dia consegui contato de alguns dos meus principais interlocutores e agendei duas importantes entrevistas. Esse foi mais um indicativo de que a ambiguidade de papéis, entre o próximo aos moradores ou representante do Estado, representava também o ser amigo dos dois lados. Solange, uma das principais vozes representante dos moradores da região por ser diretora do CCS e presidente de uma associação de moradores, Marlene enquanto representante do Estado para com aquela região, representavam interesses a princípio opostos. Mas alí, conversando comigo, mostraram proximidade e informalidade. Para a primeira, ser vista como próxima da segunda a dava notoriedade entre moradores, indicava o seu poder enquanto representante. Para a segunda, o contato com a primeira mostrava o sucesso de sua atuação enquanto Estado, além de passar uma imagem de eficiente e aberta ao diálogo. Eu, ali no meio, me vi bem na mediação, que parecia ocorrer mais nas conversas amigáveis do que nas falas dos microfones do palco e, sem querer, acabei por conquistar o que a maioria das pessoas pareciam estar buscando naquele espaço: a aparência de proximidade com pessoas importantes da vida comunitária do bairro.

Nesse mesmo evento, diversos contatos reafirmaram a importância dessa comunicação entre o público e o privado, entre as esferas dos moradores e do Estado. Um comandante de batalhão da Polícia Militar, por exemplo, disse: “Eu e o Manoel [subprefeito] temos uma

parceria, nos falamos todo dia… Marlene também". O próprio Manoel, que teve a fala logo depois, começou com “Vejo aqui muitos amigos, muitos lutadores pelos bairros do Recreio e da Barra". Essa aproximação, a corrosão da divisão estrita e antagônica entre o Estado e os moradores, contudo, aponta não apenas para uma efetividade da mediação, mas também para uma certa obscuridade da separação entre o que seria o público e o privado, característica intrínseca dos condomínios da Barra. O que seriam os problemas públicos, a serem debatidos, muitas vezes se confundem com problemas privados; os agentes públicos, muitas vezes se alternam com sua figura/persona privada, e vice-e-versa. Os próprios agentes mediadores, representantes e pessoas de destaque das associações intermediárias, acabam por flutuar entre representantes de causas públicas ou privadas. Afinal, quando que o problema de um condomínio deixa de ser um problema privado e passa a ser um problema público?

Isso que por vezes chamo de ambiguidade é um elemento central na produção da vida comunitária da Barra da Tijuca. Voltando à ideia de "práticas burocráticas de ambiguação" (Anand, 2022), a ambiguidade aqui não é por acaso, mas é constitutiva de práticas da vida comunitária da Barra da Tijuca, das relações com o governo e com o espaço. A falta de clareza de definições e limites entre esferas e agentes é parte importante da criação dessa vida. Um dos exemplos daquilo que é produto e produtor dessa ambiguidade é o programa Barra Presente. Ele é parte do programa de governo do Rio de Janeiro "Operação Segurança Presente", que, de acordo com seu website oficial:

> “é um modelo de abordagem de proximidade que suplementa a atuação da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Com o objetivo de promover ações de segurança pública, cidadania e atendimento social, as operações visam um ambiente mais seguro e acolhedor aos moradores, comerciantes e turistas das regiões onde atua”[23]

Assim como em outros bairros onde o programa está presente, o programa na Barra busca uma diminuição da distância entre o Estado - representado pela sua polícia - e o cidadão. Nas palavras do próprio coordenador do Barra Presente na época, Capitão Silva, em uma entrevista que me concedeu:

> A gente tenta ir além, né, cara? Tenta tá ainda mais presente, ainda mais multidisciplinarmente presente, né, na rotina do bairro, do cidadão. É a busca mesmo diária, incessante, [de] estabelecer essa essa amizade, essa identificação”

[23] Retirado da página: https://www.segurancapresente.rj.gov.br/sobre.

A ideia de uma "política de proximidade" ou "polícia comunitária" - ambos termos usados por Silva na entrevista - reflete a tentativa de aproximação entre essas duas esferas. Mas, também aqui, o que seria uma aproximação também é um certo desfoque acerca dos limites entre as esferas. Foram várias as menções, tanto nas entrevistas quanto nos eventos, das ajudas particulares do Barra Presente. Resolver o problema de um morador específico, ajudar uma senhora a atravessar a rua, ligações e trocas de mensagens diretas entre os moradores e os policiais, são algumas das menções que se entrelaçavam com os reportes diários de apreensões e ações do programa. Capitão Silva respondia sobre orçamento e efetivos de agentes durante os encontros do CCS, ao mesmo tempo em que falava sobre o programa de ação social, como o de exercício com idosos na praça de um condomínio. Um dos grandes problemas mencionados no encontro narrado acima foi o dos furtos dentro dos condomínios, por exemplo, o que recoloca a questão sobre quais problemas seriam aqueles públicos e quais seriam aqueles privados. "O CCS é o elo entre o cidadão e os órgãos de segurança" é o slogan do vídeo que abre as sessões do Conselho, e o Barra Presente parece ser peça importante desse elo. Ao fim desse evento em um hotel no Recreio, um agente da Guarda Municipal, percebendo que eu estava tomando notas e que eu conhecia algumas pessoas importantes dalí, veio até mim reclamar exatamente do papel do Barra Presente, e como o programa faz com que todos se esqueçam do papel da Guarda Municipal.

Capitão Silva menciona como o Barra Presente faria esse tal elo entre os cidadãos e o Estado, mas também como ele representa essa ambiguidade de papéis. De acordo com ele, a ideia do programa é de

> mudar paradigmas de como policial enxerga quem tá recebendo o serviço e vice-versa, de mudar a visão de quem recebe o serviço, do cidadão [...] todo mundo se enxerga como cidadão, no fim das contas. Uma hora tá do lado de cá, e outra tá do lado lá.… a gente é codependente.
>
> Em algum momento para resolver demandas públicas, mas também nós somos consumidores de segurança pública, [...] quanto mais gente a gente tiver por perto, ouvindo, interagindo é melhor, né? Isso tem que ser uma máxima.

E dá muito enfoque ao tratamento mais pessoalizado:

> Não podemos ignorar essa questão do ponto de vista humano, social… você fica na região tanto tempo, você acaba conhecendo, a cada dia que passa, mais e mais pessoas e conquistando carinho, respeito, auxiliando em casos práticos de ocorrências cada uma dessas pessoas.
>
> Essa afinidade, esses laços de confiabilidade que o morador vai depositando na gente, nos conhecendo mais de perto, né? Além da farda, do crachá, do número, né? O amor, ser humano, te conhecendo além do agente. Isso já é acredito que até o forte das ciências aí que você estuda, isso gera uma humanidade, afinidade, respeito, empatia.

Não apenas o Capitão Silva usou o Barra Presente como exemplo desse elo e desse intermédio entre o cidadão e o Estado. Na maioria das entrevistas realizadas, o programa aparecia como exemplo, mesmo sem os entrevistados serem questionados sobre. Parece que, como forma de mostrar o sucesso do processo de intermédio desses agentes da vida comunitária, exemplos que demonstrassem a quebra de barreiras ou a diminuição da separação entre as esferas eram essenciais. Roberto foi um que mencionou algumas vezes o programa:

> Olha eu acho o programa segurança presente muito bem bolado, porque ele veio trazer para a polícia militar, apesar de não estar ligado ao batalhão [...] permitiu que a polícia militar tivesse uma visão da população.
>
> se não me engano [...] o Atlântico Sul lavava os coletes deles, porque ele já sabe que o policial chegar em casa com o uniforme de PM corre o risco de vida. [...] Os hotéis faziam um rodízio pra lavar, aí veio a pandemia, muitos hotéis fecharam a comunidade aqui da ABM se reuniu. Compramos uma máquina de lavar e foi instalada para eles, perto da cidade das Artes, aquele posto que eles têm ali avançado.

Solange também mencionou o programa como exemplo de sucesso, e reiterou a ajuda das associações para a sua instalação e manutenção. Ela foi além, e mostrou como a própria delegacia de polícia da região se beneficiou da ajuda das associações:

> A gente acabou de ceder, ano passado, ao 31 DP da polícia do Estado do Rio de Janeiro uma área que é para ser construída a companhia do Recreio. Existe a companhia, mas ela sai de dentro do 31. E hoje, e se Deus quiser, esse ano a gente vai conseguir que

> ela tenha um prédio próprio dentro do bairro, para agilizar o patrulhamento dentro do Recreio e nas bases, entendeu?

Mais especificamente sobre a Operação Segurança Presente, fazendo menção tanto ao Barra Presente quanto ao Recreio Presente, ela compara com uma segurança de antigamente, ao mesmo tempo que compara com os *neighborhood watch* dos Estados Unidos, em que os próprios moradores se encarregam do patrulhamento noturno dos bairros:

> Essa operação, ela tem um perfil diferente do batalhão como um todo, né? O batalhão, ele faz a segurança, né? Esse patrulhamento especial, a operação, ela faz aquela polícia de proximidade, aquela polícia, que eu acho que você nem pegou, que é a polícia do guardinha que te ajuda atravessar a rua, que ajuda a velhinha com as compras e que te dá aquele a mais entendeu, né? Ajuda a trocar um pneu, mas sem abrir mão de patrulhar.
>
> Eu morei um tempo nos Estados Unidos, né? E lá tem esses neighborhood watch, né? Que os próprios moradores tomam conta, né? Eu acho que esse bairro aqui, a gente ficou meio termo, né? Fica uma coisa mais comunitária mesmo, né? Enfim são institucionalizados, né são agentes de segurança realmente né…

Eduardo foi mais um que não poupou elogios ao Barra Presente, exatamente pela sua característica de quebra de barreiras entre o cidadão e o Estado.

> Mas é uma coisa que tá funcionando a meu ver muito bem é o bairro presente, né? [...] eles têm um um WhatsApp diário e que eles relatam todas as ocorrências do que aconteceu na véspera primeira coisa de manhã que eu recebi do meu celular um relato do vale presente dando conta não só dos dos crimes, né e criminosos que eles pegaram e resolveram como também assim das assistências sociais ou assistência a acidente de trânsito. Eh gente que passa mal na rua, eles dão ajuda. [...] eles são sensacionais e super atenciosos. Qualquer um que tá aí com o colete de barra presente você chega para o cara, conversar com ele na rua, ele vai te atender com toda polidez e tal é uma é um corpo armado que eu diria que é excelente realmente os caras aquela polícia de vizinhança, né? O cara, talvez te conheça pessoalmente, mas ele age como se fosse realmente assim um cidadão ali do bairro e tal, é muito legal.”

Para além do Barra Presente, o esvaziamento dos limites entre a esfera pública e privada se mostra em outros exemplos. O principal deles é a própria estrutura dos condomínios do bairro, onde nem sempre é claro o que é público e o que é privado. Muitos deles, em especial os grandes, tem ruas internas que são logradouros públicos, mas que são muradas e vigiadas por agentes privados, o que Firmino (2017) chama de uma "gestão privada dos espaços públicos". O vereador Paulo, um dos meus entrevistados, reforçou o quanto os condomínios criam essa ambiguidade entre o público e o privado. "Eu vejo que na Barra tem uma confusão entre público e privado, muito diferente do resto da cidade", disse ele. Focando nos condomínios como produtores dessa "confusão", ele explicou:

> Mas é que tem muita rua que passa por dentro de condomínio, né? E aí um condomínio libera e o outro não libera. É uma mesma rua públic,a um logradouro público, que passa por dentro dos dois e aí os dois entram em guerra porque um vira e fala 'você não deveria estar liberando, porque tá entrando muita gente aqui no condomínio' e o outro falando 'cara, tem pessoas do meu condomínio que querem passar pelo seu para chegar em tal lugar e essas pessoas têm o direito de chegar em tal lugar que você tá bloqueando'. Eu já recebi [reclamação] em mais de um caso aqui, de brigas de condomínios com relação a ao que é público e privado, que se mistura um pouco na Barra, né? O que deveria ser público, muitas vezes é visto como privado, né? Rua que deveria ser público e não, essa rua é minha, então dentro do meu condomínio aqui é minha, né? Eu já tive relato de condomínio que queria fazer menos ou mais vaga reservada para idoso do que o outro ou tipo… assim, não tem guarda da CET-Rio, Guarda Municipal entrando aqui… não pode, é um logradouro público!

Por outro lado, Cláudio via com bons olhos essa indefinição. Para ele, essa ambiguidade criada pelos condomínios em relação ao espaço público pode gerar benefícios, como compensações monetárias ou ajuda de manutenção dos espaços. Ele dá um exemplo:

> Às vezes tem alguns espaços da prefeitura que são incorporados dentro de um espaço de um condomínio. E aí essa concessão normalmente tem um um valor monetário. E aí esse condomínio paga mensalmente a prefeitura para que possa se utilizar daquele espaço público, entendeu? Acontece em vários condomínios aqui na Barra é bem comum isso aí. Tem quadra de tênis, tem quadra de futebol, não é espaço do

> condomínio, mas é uma concessão da prefeitura porque, por outro lado, além de você pagar o valor para utilização, você acaba também cuidando daquele local, que para a gente também é um benefício, né? Deixa de ter um custo para prefeitura para manter aquele lugar cuidado. E aí você tem contrapartida também, o pagamento para uma utilização do espaço.

Por mais que a manutenção ou gerenciamento privado de um local público seja uma prática já bem comum no Rio de Janeiro e em outras cidades do mundo, onde empresas "adotam" praças ou parques, geralmente perto de seus endereços, aqui a situação é um pouco diferente. No caso dos condomínios, esses espaços públicos "adotados" não são abertos a todos. Eles se encontram dentro de lugares fechados, e beneficiam apenas os moradores, os agentes privados daqueles condomínios.

A relação entre público e privado na Barra da Tijuca não é simples. Entre esses dois pólos, existe uma margem enorme, que nem sempre é bem definida. Nesse espaço entre as esferas, muita coisa acontece, muito se cria e é reproduzido. Enquanto "práticas burocráticas de ambiguação" (Anand, 2022), a criação de um ambiente para a inserção das instituições intermediárias e seus agentes mediadores é essencial em um bairro onde os limites entre o público e o privado nem sempre são claros. É nessa ambiguidade que se dá lugar ao status e à proeminência dos agentes da vida comunitária. É nessa ambiguidade que a proximidade se determina como um elemento de status e poder, onde o poder público e o Estado podem furar a barreira entre as esferas, legitimando esses agentes intermediários e sua participação. Voltando a citação trazida anteriormente de Kuschnir (1993), é importante lembrar o quanto a relação próxima entre o poder público e o seu público - eleitores para os vereadores, mas moradores para os personagens das associações - é o que garante o prestígio e a legitimidade de suas atuações. Muito mais do que a definição legal do espaço, o público e o privado aqui dizem respeito à categorias e enquadramentos de atuação. Dizem respeito aos níveis de participação e da medição de seu sucesso. Portanto, a ambiguidade entre público e privado na Barra da Tijuca é uma prática e uma reprodução que cumpre duas principais funções: ela mantém a estrutura dos grandes condomínios enquanto espaços com escalas de fechamento que incluem locais públicos; e ela mantém uma rede de atuação participativa da vida comunitária que gera alocação de legitimidade e status que se diferem de outras localidades.

5 **A POLÍTICA DOS CONDOMÍNIOS**

Roberto Kant de Lima, no prefácio do livro de Luciane Patrício sobre os Conselhos Comunitários de Segurança, aponta para o fato de que espaços de deliberação como aquele, voltados para a participação da comunidade frente ao poder público, possuem uma dinâmica muito própria. Principalmente pela característica de colocar frente à frente “autoridades” e membros "comuns” da população, essas reuniões possuem dinâmicas que se diferem de outros espaços de se fazer política, ou outros modelos de participação política. O que mais lhe surpreendia, contudo, era o fato de que a resposta ou resolução aos pedidos e reclamações dos cidadãos não tinha uma relação direta com a participação ou o sucesso daquele encontro, já que os demandantes "se contentavam em exprimir seus desconfortos diante das autoridades, obtendo delas atenção e respostas, mesmo que essas não resultassem em soluções objetivas dos problemas apresentados.” (Patrício, 2016, p.14). Tal particularidade, presente não só nos Conselhos Comunitários de Segurança mas também em outros eventos de participação comunitária, é apenas uma das características de uma forma muito peculiar de se fazer política, que encontra respaldo e toma novas proporções quando aliada a um estilo de vida onde o público e o privado têm uma relação também singular.

Esse capítulo dá conta de refletir e caracterizar aquilo que proponho chamar de "política dos condomínios": uma forma específica de participação na vida comunitária atrelada ao estilo de vida do entre-muros. Enquanto modelo participativo e de sociabilidade que se encontra entre a dimensão do cotidiano e do cerimonial, em contraponto ao "tempo da política” e a política institucional, ao mesmo tempo em que é um reflexo desses, a "política dos condomínios” é uma chave analítica para pensar a vida dos condomínios, ao mesmo tempo que é um objeto em si da investigação dessa vida. Ela explicita as práticas deliberativas, associativas e institucionais, em diferentes escalas (dos moradores aos síndicos, câmaras, conselhos, associações, e poder público) como um modo de fazer cidade. Baseada em uma lógica de intermédio, ambiguidade, e redes subjetivas, que operam tanto na esfera comunitária quanto na relação com o Estado, essa forma política condensa a sociabilidade e a cultura da vida que emerge em um espaço pensado na lógica da autossegregação e autossuficiência, como os grandes condomínios fechados.

Portanto, aqui me valho principalmente de uma abordagem pragmática para pensar a cultura política barrense, os rituais e a eficácia simbólica das reuniões, os papéis e escalas dos

atores envolvidos nos diversos níveis dessa política, assim como a relação ambígua entre a política comunitária e a política institucional/estatal. A partir disso, construo o conceito de "política dos condomínios", trazido como lente analítica para pensar tanto as dimensões da vida urbana nos moldes dos grandes enclaves urbanos, quanto as diferentes formas de se fazer política para além da institucional e de uma cultura política generalizada.

5.1 **Cultura política do entre muros**

> Da porta de fora do condomínio para dentro, problema do síndico, a gente não se envolve. Tanto é que às vezes surge um morador reclamando do síndico dele. A gente não tem nada com isso, ou seja, eu lamento, mas você vai ter que resolver com seu síndico. 'Ah, tem um problema, um buraco na rua'. Perfeito é com a gente. Vamos passar pra Subprefeitura para ver então…
>
> (Cláudio, diretor da CCBT)

> É briga de cachorro grande, entendeu? [...] Ninguém aqui quer ser, quer aparecer ou quer ter notoriedade para depois sair candidato de alguma coisa, entendeu? Ao contrário, aqui a gente usa o político, o cara que tá com poder, a gente usa.
>
> Virou uma cultura. Ou seja, é diferente, a cultura reivindicatória da Barra da Tijuca é diferente da cultura da reivindicação no resto da cidade
>
> (Delair, presidente da CCBT)

Pensar em uma cultura *barrense* geralmente vem associado à uma perspectiva mais bourdieusiana, relativa ao capital cultural e ao habitus atribuídos a tais moradores, muito em função do lugar simbólico que o bairro e seus moradores ocupam no imaginário social da cidade do Rio de Janeiro. Enquanto bairro dos "emergentes", "novos ricos", dos shopping centers e mansões, a Barra da Tijuca geralmente é associada aos bens materiais. Quando não, a associação é feita com uma cultura relativa ao cotidiano, enquanto práticas e entendimentos de uma vida de pouco contato social, de ciclos fechados e isolamento. De fato, tudo indica que esse imaginário encontra concretude no dia-a-dia do *barrense* médio. Os significados entre eles compartilhados também apontam para essa cultura compartilhada que reflete diversos aspectos

que o senso comum atribui a eles, a um ethos barrense (Lima, 2007). Contudo, essa pesquisa mostra como tal perspectiva sobre a cultura *barrense* não leva em consideração um fator de extrema relevância para uma compreensão do que é a Barra da Tijuca e seus moradores: a sua cultura política.

Cultura política é um conceito estudado por muitos autores das ciências sociais, há quase um século. Desde pelo menos o trabalho de Tocqueville em *A Democracia na América* (1835), a tentativa de analisar como as pessoas fazem política e compartilham determinadas práticas e entendimentos sobre o tema é objeto de trabalhos em diversos campos, que nem sempre tratam do mesmo fenômeno. A ideia de cultura política que me valho é advinda do conceito de mesmo nome criado por Almond e Verda (1963), e melhor compreendido sob a perspectiva desenvolvida por Kuschnir e Carneiro. No entender dos autores:

> "A noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores" (Kuschnir e Carneiro, 1999, p. 227)

A partir dessa ideia podemos buscar compreender como os *barrenses* atuam e significam o processo político da vida comunitária do bairro, assim como diferenciam tal processo de outras formas de fazer política. Como fica claro em poucos minutos de uma reunião da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca ou em uma conversa com seus membros, há uma crença compartilhada que a política da vida comunitária é bastante diferente da política institucional. Tal aspecto é tão importante para esses atores que muitas vezes a política institucional é tida como o oposto da política que fazem, como um mal que eles são contra e fazem de tudo para evitar.

Outra distinção importante é entre a vida comunitária e a vida urbana de forma geral. Na política da vida comunitária *barrense,* a cidade não aparece em mesmo plano ou na mesma direção da comunidade, sendo também muitas vezes colocada em oposição a essa. O foco da política da vida comunitária é o bairro e seus condomínios, pelos e para os moradores, sempre o mais afastado possível da política institucional - pelos menos nos discursos. O importante aqui é entender que existe uma cultura política específica da vida comunitária da Barra da Tijuca, com suas próprias normas, práticas, símbolos e entendimentos, que argumento ser

aspecto integrante da vida barrense e até do bairro como um todo. O esforço desta tese, em certo sentido, é adentrar esse universo para buscar certas definições sobre como funciona essa "política dos condomínios", que extrapola os muros desses condomínios e caracteriza todo o bairro.

Kuschnir e Carneiro ressaltam que “cultura política, portanto, remete a uma orientação subjetiva em relação a um determinado sistema político” (1999, p. 230). Se tratando da política da Barra da Tijuca, acredito que a cultura política remete, simultaneamente, a dois sistemas políticos: o sistema político da vida comunitária da Barra; e o sistema político institucional partidário. Como mencionado acima, é praticamente um consenso entre os participantes da política comunitária da Barra da Tijuca a sua aversão a políticos e partidos, de forma geral. Por mais que o meio seja majoritariamente de direita, e por mais que o meu campo tenha sido realizado em um contexto político específico de aversão à política institucional, tanto o meu campo como as entrevistas apontaram fortemente para essa tentativa de diferenciar o que esses moradores fazem e aquilo que é feito pelo estado de forma geral, independente de posicionamento partidário.

“O poder público se colocava, assim, num patamar muito elevado, entendeu? E tinha dificuldade em aceitar um diálogo direto com o povo", me conta Roberto, antes de acrescentar: “Deputado a gente usa assim, linha na pipa. De vez em quando a gente puxa para passar o cerol se for preciso, entendeu?". Assim como ele, muitos outros colocam o Estado enquanto rival, ao mesmo tempo que um mal necessário para fazer as coisas acontecerem. Delair reclama da tentativa de fazer uso das instituições como a Câmara Comunitária para ter ganhos políticos, o que retira o respeito daquela instituição: “Um queria fazer trampolim político, o outro queria fazer negócio, entendeu? O outro queria ser o dono do negócio… aí não funciona, aí não dá…” desabafa, contando porque outros bairros não conseguem manter uma cultura política como a da Barra da Tijuca. O próprio Delair é uma pessoa muito respeitada no meio exatamente por nunca ter feito o uso do seu papel de destaque na política comunitária da Barra para ingressar na política institucional, como menciona Eduardo:

> “É um cara que dedicou a vida à construção desse clima comunitário na Barra, muito conhecido, né? Conhece todos os políticos que tiveram alguma importância nesses anos todos aqui na cidade, sempre para conversar com prefeito, com vereadores, tem acesso muito fácil, muito rápido a todos eles, independentemente de partido político e tal. E ele tem a força do líder comunitário, o que ele fala tem a Câmera Comunitária

> por trás dele, são 200 condomínios que estão representados pela Câmara um bocado de gente… e um cara que não tem pretensões políticas [...] cargo nenhum, aparentemente, nunca foi candidato. Mas é um cara que tem uma força danada."

A cultura política barrense perpassa pela imagem de Delair. Não só por ele ter basicamente criado a política comunitária no bairro, sendo o primeiro presidente da Câmara Comunitária, como por ter se mantido à sua frente por todos esses anos. Respeitado por todos que conversei, sua imagem reflete as principais características do que seria essa cultura política para os meus interlocutores: objetivo sempre em prol da comunidade, assim como uma postura de enfrentamento frente ao Estado, mas sempre mantendo boas relações. O que parece contraditório é na verdade a chave para o aparente sucesso dessa política. Se manter nesse intermédio, nesse espaço ambíguo e nem sempre claro entre duas posições, duas esferas. Assim como a Barra da Tijuca se constrói num entremeio do público e do privado, também as instâncias intermediárias se constroem nesse intermeio entre os moradores e o Estado, por vezes representando os interesses do bairro por meio do enfrentamento, por outras tentando encurtar as distâncias para conseguir perseguir esse interesse. Nesse intermédio ficam também os discursos, que por vezes vangloriam o ataque e a diferença com a política institucional, quando por outras destacam o poder de aproximação e a capacidade de articulação com o Estado.

> "A gente cobra o político, mas apoiar, a gente apoia, não entra em política nenhuma. Teve um diretor há um tempo atrás que resolveu se candidatar, ele pediu licença enquanto estava em campanha, aí não foi eleito. Acabou a eleição e ele retornou, mas no período eleitoral, ele não podia nem usar a nossa sala, tá? Então a gente não se envolve mesmo em questão eleitoral, porque político ele foi feito o quê, pra gente chegar lá e cobrar, porque ele faz o que ele tem que fazer, mas nem todo mundo entende isso né? Então a gente sabe separar muito isso, e acontece com a Câmara Comunitária também, então a gente aprendeu isso e a Câmera Comunitária é respeitada exatamente por isso, porque não tem apoio político, sabe?"

Essa fala de Cláudio expressa o seu desdém pela política institucional, ainda mais por ele mesmo trabalhar totalmente voluntário pelo bem do bairro. "A gente trabalha totalmente de forma voluntária, ninguém recebe nada por isso. A única pessoa que recebe é quem cuida da nossa rede social e a secretária", Cláudio faz questão de lembrar. Ao mesmo tempo, tendo

participado dessas instâncias por tanto tempo, ele também demonstra que já conquistou uma boa relação com o poder público, o que faz da sua participação mais eficiente. "Pelo menos aqui funciona, né? Ainda nesse sentido de que a gente tem voz. Agora é tudo uma questão de respeito também, né? Você tem que se fazer respeitar."

Os exemplos desse papel ambíguo que as instituições intermediárias têm com o Estado são muitos. Seja Delair xingando deputados em reuniões da Câmara e, no evento seguinte, abraçando e rindo com o atual prefeito da cidade, seja Roberto falando no CCS que os deputados "têm que respeitar quem paga imposto", em forma de gritos ao microfone, e depois me contando que "poder público é fácil, o prefeito, subprefeito, é só marcar com ele. Ele não deixa de me receber… tem essa comunicação". Essa é, no fundo, a chave ambígua da política condominial: uma política que precisa negar-se enquanto política para se manter legítima.

O mesmo acontece nas instâncias "menores", dentro dos condomínios. Como a cena narrada anteriormente, de um grupo de moradores se articulando para uma reunião e uma inesperada piada feita ao "presidente" da associação, demonstra como há essa ambivalência entre um papel de enfrentamento e uma demonstração de aproximação. Dentro do condomínio, mostrar que é próximo de alguma liderança lhe dá status frente aos outros, assim como mostrar que participa da política do condomínio o confere um certo respeito. Ao mesmo tempo, a política do condomínio é feita em constante enfrentamento, sendo neste onde de fato se constroem as participações. Em agosto de 2025, por exemplo, mês em que escrevo este capítulo, moradores do condomínio Península tomaram as ruas para protestar contra seu síndico. O mesmo condomínio possui uma das maiores presenças nas reuniões do CCS que acompanhei, sempre mostrando bastante intimidade com autoridades. "Deixa eu ver as meninas do Península" foi a primeira frase dita na reunião de fevereiro de 2023 do CCS, pelo então presidente do Conselho.

A fala que inicia esta seção também representa uma característica importante da cultura política dos condomínios. "Da porta de fora do condomínio para dentro, problema do síndico, a gente não se envolve", disse Cláudio, me explicando o funcionamento da política da Barra da Tijuca. A hierarquização de problemas em escalas é essencial para o seu funcionamento, se atrelando a uma hierarquização também de papéis. Essas escalas são o que constroem e limitam o poder dos síndicos, das associações de condomínio e das instituições de bairro. Como muitos dos meus entrevistados contaram, eles começaram em cargos no prédio ou no condomínio antes de ocupar cargos de liderança em instituições do bairro. São essas escalas também que fazem

da política dos condomínios mais eficiente, como nos afirmou Paulo, um vereador da cidade. A política dos condomínios e a sua cultura política são, então, escalonadas, produzindo diversas relações pelas escalas que são constituídas. Essas escalas, importante frisar, não são fixas, mas representam delimitações do trânsito entre ordens hierárquicas, sejam elas de problemas ou de influência política.

Outra característica da cultura política dos condomínios é a sua formação de redes. Por mais que seja aspecto presente em qualquer cultura política, aqui elas cumprem um papel muito importante. Ao contrário daquilo observado por Baumgartner (1988) nos subúrbios norte-americanos, nos condomínios e instâncias deliberativas da Barra se constitui uma ordem moral baseada em relações estreitas entre moradores. Até como uma forma de fechar para convívios de fora de seus núcleos, os moradores da Barra tendem a manter relações muito próximas com grupos próximos, o que dá certo poder às conexões pessoais de cada um. Aqui, como tentei deixar claro anteriormente, com quem você é visto e com quem você pode mostrar proximidade tem grande impacto em como você é visto e respeitado dentro do mundo da política dos condomínios. Não à toa, com exceção do meu primeiro entrevistado, todos os outros me foram apresentados por alguém de confiança deles, ou só concordaram com a entrevista depois de ver ou saber da minha relação com alguém que eles respeitassem. O nível de respeito parece também estar atrelado com a hierarquia nesse meio, sendo Delair, por exemplo, um personagem citado por praticamente todos com quem conversei em campo como alguém de respeito. Quem mais tem conexões, mais respeitado é e mais poder político tem. Contudo, possuem também uma hierarquia qualitativa: o nível de quem você conhece importa muito. Conhecer muitas pessoas da política comunitária e da política institucional, principalmente pessoas de cargos importantes, faz com que você detenha um capital político importante, mas não só. Esse capital político passa a definir o quanto você gera de capital político para quem te conhece em uma retroalimentação de respeito nesse meio. Ser citado por muitas pessoas como alguém importante, lhe assegura capital político, assim como acaba gerando capital político também para quem te cita, por ter alguma relação com quem é citado e conhecido por muitos. Delair é o caso mais extremo dessa rede de influência, sendo citado e conhecido por todos. É o mais citado exatamente por ter muitas e importantes conexões em ambos os lados da política que participa. E, ao ser citado por outros, acaba conferindo certa legitimidade a quem lhe cita, por ter Delair como conexão. Quanto mais é citado, mais legitimado o seu poder político é, conferindo mais força política também a quem o cita.

Isso também se traduz nas conexões com pessoas do poder público, onde o contato com alguém do governo confere um importante status de hierarquia na política dos condomínios. Se referindo a vereadores, Karina Kuschnir salienta que "manter e alimentar a relação com o Poder Executivo é o que garante ao seu papel [...] o prestígio, junto aos eleitores, de agente da mediação" (Kuschnir, 1993, p. 116). Mesmo não se tratando de vereadores ou políticos de carreira, os participantes dessas instituições intermediárias também fazem esse papel de mediação entre cidadãos e o Estado, necessitando da legitimação dos dois lados. Na mesma reunião que começou com imagens feitas de um helicóptero emprestado de um deputado para filmar as lagoas do bairro, Delair e outros diretores da CCBT ficaram, por horas, cobrando e atacando o poder público, incluindo deputados e vereadores.

5.2 **O ritual das assembléias**

As reuniões em que a política dos condomínios ocorre ocupam aqui um lugar central. Em suas mais variadas formas, desde a reunião com síndicos, até os eventos abertos com delegados e policiais e as audiências públicas com o Ministério Público e deputados, esses eventos se posicionam em um espectro que dificulta a identificação de características comuns. Como colocar em um mesmo plano um encontro de dez moradores, num hall de um prédio, com um evento com gravação ao vivo, seguranças, deputados federais e advogados? A escalonação própria dessa política cria tal dificuldade, ao mesmo tempo deixa claro determinadas questões que se mostram mais relevantes, que se repetem independente do tamanho e da importância dessas reuniões.

Para captar esse fio-condutor, as práticas e construções que são centrais a essa gama de eventos, é preciso entendê-los enquanto rituais. Dessa maneira, o espaço e a dimensão deles não deixam de ser importantes, mas as práticas comuns, as dinâmicas próprias e os valores compartilhados passam a se destacar. Ritual aqui é entendido enquanto esse "sistema cultural de comunicação simbólica" (Peirano, 2003), onde os atores políticos constrõem, entre si, acordos e práticas comuns àquela cultura política. Como se portar nessas reuniões, com quem conversar, de que forma e em que momento se manifestar, todas essas regras não ditas e não escritas fazem parte desses rituais, adaptando-se dependendo da dimensão da reunião, sem que ninguém tenha que expressamente mencionar ou solicitar tais mudanças. Tão importante quanto o que fazer e o que falar talvez sejam os seus opostos, sempre encontrando resistência e

demarcando claramente o não pertencimento àquele espaço. Essa resistência pode ser ignorar um determinado grupo ou fala, diminuir certo gesto ou demanda, ou questionar legitimidade. Em campo, presenciei algumas instâncias dessas resistências, como risos direcionados à algum questionamento que não se enquadrava às normas, ou a total desconsideração de perguntas de um determinado grupo, pela mesa dos participantes.

Luciane Patrício, acompanhando um dos exemplos de reuniões que também acompanhei, as reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança, os identificou enquanto rituais por serem “especiais, únicos e críticos” (2017, p. 20). Nele, ela aponta, podemos identificar toda a dramatização e performance dos atores envolvidos, construindo uma eficácia simbólica de sua forma de fazer política. Nesses rituais, temos acesso ao que é central para aquela determinada sociedade, sua ideologia e seus sistemas de valores (Da Matta, 1997). Nessas reuniões, vemos as "identidades virtuais" (Goffman, 1986) que cada ator performa, em cada interação, e o quão bem sucedida é tão performance, o que fica bem claro a todo o momento. Como também percebido por Patrício e por Kant de Lima, nesses espaços o sucesso da participação não está na demanda ser atendida ou não, mas sim na forma como a sua participação é feita e recebida. Nos valendo de Mosse (2005), o importante é nos atentar para como o sucesso de participação é percebido e construído, e isso se mostra visível nas articulações criadas por cada agente. Uma pessoa pode fazer uma colocação repleta de embasamento, e ser ignorada, enquanto outra pode fazer apenas uma piada e receber respostas, abraços ao final da sessão, menções ao longo do evento.

Tratando-as como rituais, as assembléias são colocadas em uma posição que também não as representa em sua totalidade. Enquanto cerimônias, elas ocupam uma categoria de excepcionalidade da vida comum, algo fora do ordinário do cotidiano. De fato, todo o arranjo desses eventos cumpre essa categorização. Contudo, a "política dos condomínios” tem como característica uma cotidianização dessas cerimônias, assim como uma certa cerimonialização do cotidiano. Para meus interlocutores, um dos principais pontos a serem enfatizados é como suas participações comunitárias são algo diário, parte integrante dos seus cotidianos. Tratar de assuntos do bairro todos os dias serve como legitimação da importância desse ator e da valorização de sua preocupação com o seu coletivo. Além disso, fazer política fora dos espaços e eventos oficiais confere ao ator uma familiaridade com aqueles procedimentos e com outros atores importantes no meio. Por isso que tantos usam seu tempo de fala para mostrar intimidade com pessoas importantes, por isso que, não importando quão oficial ou sério é uma assembléia, quanto mais pessoal é a fala da pessoa, mais ela demonstra capital político. Nada confere a um

morador mais status nesse meio do que, em meio à uma discussão séria sobre políticas de segurança pública, fazer uma piada imprópria direcionada à uma figura importante e ser recebida de forma carinhosa. Quanto mais a cerimônia parece cotidiana para aquela pessoa, e quanto mais o seu cotidiano é atrelado às cerimônias, mais integrado aquele ator está na "política dos condomínios".

Moacir Pereira e Beatriz Herédia (2010) trabalham com a noção de "tempo da política" enquanto um enquadramento temporal da política institucional em contraposição ao tempo do cotidiano. Esse "tempo da política" seria construído ao redor do período eleitoral, como um momento de política não permanente e de interrupção ou subversão do cotidiano. O conceito cumpre o propósito de dar ênfase em um momento específico do fluxo da vida social, ao mesmo tempo que circunscreve a abrangência da política na população (Teixeira e Chaves, 2004, p. 7). A política, então, aqui tida mais no seu sentido institucional - "a política do tempo da política" (Palmeira e Herédia, 2010, p. 9) - é uma esfera temporalizável, com seu recorte temporal passível de medição. Contudo, como trabalhar esse conceito quando uma determinada cultura política dissipa esse recorte temporal para o cotidiano? Como considerar um "tempo da política" de uma política cuja centralidade está nos movimentos e articulações do dia-a-dia?

A "política dos condomínios" se insere em uma temporalidade que tenciona esse recorte. Ela se constrói exatamente nessa tensão contínua entre o cotidiano e o extraordinário, entre o tempo da política e o tempo da vida comum. Afinal, a política comunitária é voltada exatamente para a vida comum, e quando não, a participação política acaba sendo um fim em si mesma. Essa prática é sempre uma operação sobre o pertencimento, um jogo de adesões e articulações de redes e de um "capital de preocupação": quanto mais eu mostro que me preocupo, mais capital político me é assegurado. Mas essas adesões e essa disputa por preocupação se dá - no âmbito dos condomínios - na convivência, na vizinhança. É nelas que as redes são formadas e legitimadas. Ao contrário do "tempo da política", a "política dos condomínios" se constrói especialmente fora dos espaços e do âmbito da política institucional, apesar das cerimônias serem importantes momentos de validação dessa política. A figura do eleitor ou do cidadão aqui cede lugar à figura do condômino, um sujeito moral cuja prática política é centrada na comunidade e na vida cotidiana. Enquanto o "tempo da política" tem como palco a cidade e a esfera pública, aqui o palco é reconfigurado para o espaço fechado, seja dos muros dos condomínios, ou de um bairro voltado para si e seus próprios muros. A "política dos condomínios é aquela que é feita nos cotidianos, entre os tempos da política mas também durante esse tempo. É uma forma da política que se encontra entranhada na rotina, mas num

entreposto do banal do cotidiano e das relações cerimoniais. Reflete o próprio movimento de seus atores, da troca constante de papéis, que nem sempre é tão bem sucedida e eles acabam se fundindo ou se confundindo.

5.3 **A arena (não tão) pública da Barra da Tijuca**

> Tais atenções contribuíam para o envolvimento dos representantes das associações de moradores nas interações das reuniões em um regime de familiaridade;26 para que se sentissem "membros da casa" naquela zona da sede e, por vezes, na sala da diretoria. Ao se entrar na sala de reunião, no entanto, os objetos que povoavam o lugar já indicavam outro ambiente. Faziam com que os participantes transitassem para outro mundo, o da política, ainda que sempre houvesse uma possibilidade de se deixar coabitar esses dois mundos domésticos e políticos (Freire, 2011, p. 145).

Como pensar uma arena pública voltada para interesses e uma lógica de vida privada? Como pensar o fazer político baseado em uma política de familiaridade e redes pessoais? O âmbito da "política dos condomínios" da Barra da Tijuca nos coloca para pensar situações comuns a partir de outras lentes. O exemplo de Jussara Freire trazido acima, mostra como a ambiguidade entre o pessoal e o político, entre o familiar e o institucional, não é algo único dos condomínios, mas recorrente em espaços de política comunitária. Daniel Cefai (2017) enfatiza que os problemas públicos e a formação das arenas públicas se dão conforme problemas particulares se tornam questões que mobilizem ação coletiva. Mas, se as questões continuam sendo problemas de ordem privada, voltados a uma lógica de espaços fechados, é difícil enquadrá-los enquanto públicos.

Que os problemas são chave para a formação de uma arena pública já é claro. Mas aquilo que seria a "arena pública" da vida comunitária barrense não têm seus problemas transcendendo os interesses particulares, não têm suas questões voltadas para uma lógica do público. Nesse sentido, a arena pública vinculada à "política dos condomínios" é uma com características peculiares, já que ela existe nessa constante tensão entre não ser particular, mas nem ser voltada para o público. Isso, em si, não impede que se forme uma arena pública, já que as "estruturas de proximidade do mundo vivido" que as constituem não precisam ser, necessariamente, vinculadas à algo privado ou público, nem à uma proximidade espacial, contanto que tenham

importância na vida dos atores (Cefai, 2011). No caso dos Conselhos Comunitários de Segurança, o funcionamento não depende de questões serem necessariamente do interesse público, mas sim de uma ligação entre sociedade e uma administração de serviços públicos, nesse caso, de segurança (Patrício, 2016). O caso da Câmara Comunitária, contudo, apresenta outras problemáticas, já que eles constantemente se voltam para si mesmos, com reuniões e modus operandi que não incluem representantes do poder público. Nesse caso, o processo de publicização dos problemas nem sempre chega a uma escala de problema público, mas sim de um problema de muitos particulares.

Na tentativa de se amparar em uma sociologia pragmatista, focando nas dinâmicas internas e nas situações sociais daqueles atores, cabe pensar a arena política da vida comunitária pelo que ela é, para aqueles que a constroem. Considerando que uma situação torna-se problemática quando as reações habituais [...] já não proporcionam a satisfação de suas necessidades (Cefai, 2017, p. 188), e que a arena pública se forma a partir da publicização dessas situações problemáticas, ou seja, quando o problema passa a afetar uma coletividade, podemos aqui tratar a política comunitária da Barra da Tijuca como uma "micro-arena pública". Independente de seus problemas chegarem ou não à uma relação com a esfera pública ou ao Estado, eles são, sim, compartilhados por um coletivo, assim como estão conectando as experiências pessoais com o cotidiano da política comunitária. Como a compreensão dessa ordem depende das conexões estabelecidas entre as várias dimensões da política e um contexto social mais amplo (Goldman, 1999) e, entendendo "público" enquanto "um corpo de pessoas que possuem um interesse comum nas consequências das transações sociais" (Dewey apud, Cefai, podemos estabelecer a "política dos condomínios" como uma arena pública peculiar, que desafia algumas das noções por trás dessa ideia. Portanto, é necessário definir de forma mais direta o que dizemos quando falamos de uma "política dos condomínios".

5.4 **Política dos condomínios**

Objeto principal desta tese, a "política dos condomínios" é também a sua principal contribuição em termos analíticos. Apesar de aparentemente muito específico, o conceito reflete todo o esforço de anos de pesquisa acerca dos condomínios e da defesa de enquadrá-los

enquanto objetos sociológicos, assim como outras dimensões a eles vinculadas que acabam tendo aspectos apagados das investigações sociológicas. Ele é reflexo de outras chaves analíticas, mas é também produto de dinâmicas e redes que perpassam a agenda de pesquisa de espaços de moradia fechados e influenciam a vida urbana de forma geral.

Como venho tentando mostrar, a vida dos condomínios não é algo dado, mas sim objeto de intensa disputa diária. Contrariando diversas análises e premissas, tal disputa pelo cotidiano dos condomínios e de seus bairros é altamente participativa, intensa e complexa. Ela segue padrões comuns em diversas instâncias deliberativas, mas possui uma lógica própria, fruto da própria lógica por trás do fenômeno dos grandes condomínios, que acaba por produzir também uma sociabilidade própria, que venho chamando de “sociabilidade de condomínio”

Esses conceitos - de "política dos condomínios” e "sociabilidade de condomínio” - podem ser capciosos. Apesar de terem o termo "condomínio”, eles não são únicos ao interior desses espaços fechados. A idéia é de que eles possuem uma mesma lógica, que parte dos condomínios, os quais influenciam a sua natureza, mas que não as limitam a eles. Esses conceitos não existem apenas no interior dos muros, mas partem de lá. A mesma forma de sociabilidade criada entre muros acaba sendo reproduzida em outros espaços, o bairro da Barra da Tijuca sendo exemplo claro, mas não único. O próprio “efeito clube” (Charmes, 2009) acaba sendo refletido em espaços urbanos de forma geral, mundo afora, mesmo em espaços que não os municípios periurbanos franceses analisados pelo autor. O modelo de urbanização dos subúrbios também os extrapola e se reproduz em espaços centrais de outras cidades, assim como aspectos da vida urbana extrapolam inclusive para espaços rurais, como na ideia de “urbanidades no rural” a partir de uma “generalização de uma racionalidade urbana, expressa em manifestações materiais e imateriais, que integra de forma assimétrica o espaço” (Rua et al., 2021, p. 160). A ideia por trás de pensar uma lógica de um espaço que não se prende ou se limita a ele é importante para considerar as influências que são geradas pelas localidades em outras no processo de urbanização. Em um momento de grande proeminência dos condomínios residenciais fechados como modelos de urbanização, entender a influência que esses e a vida gerada neles exerce sobre outras partes da cidade se faz necessário para uma compreensão mais complexa da vida urbana.

Parte integrante dos condomínios, por exemplo, é a ideia dos intermédios e ambiguidades. A política dos condomínios se baseia no princípio de escalas, tanto de problematização, quanto de participação e de autoridade. Essas escalas necessitam de

instituições e agentes que façam essa mediação, de uma escala para outra. São eles as associações, os conselhos, as câmaras comunitárias, seus diretores e presidentes. Eles são os responsáveis pelo trâmite - ou não - de problemas, pessoas e influência, tanto do indivíduo ao coletivo, quanto do público ao privado, quanto do condomínio à cidade. Essas escalas, que podem ser mais estáticas ou mais voláteis, são características integrantes das “experiências de fechamento” (Agueda, 2021), os espaços que acumulam escalas materiais e simbólicas de fechamento para o seu exterior, pensando na ideia de "composições multiescalares” de Patriota de Moura (2010). Elas se traduzem para as práticas cotidianas desses espaços, seja em relação aos ciclos sociais ou a forma de fazer política. Uma moradora de um condomínio, pode deixar seu filho ou filha brincar no playground do prédio sozinho, antes de deixá-lo ir para as ruas do condomínio ou para outro bloco. Mais velhos e mais responsáveis, tais jovens podem passar a frequentar o clube sozinhos, até terem a liberdade de usar os espaços de fora dos muros. As relações de vizinhança também, são mais intensas no convívio do prédio, nas reuniões menores realizadas pelo síndico, nos problemas e conflitos do dia-a-dia, do que as relações maiores, envolvendo o condomínio como um todo e as suas assembléias. A política do condomínio começa na relação com o vizinho de porta, passa pelo síndico, pelas associações, até chegar à Câmara, onde já existe o contato direto com o poder público. Ela inclui não apenas o trâmite dos problemas e da participação, mas também da hierarquia de capital político e da progressão de posições a atribuições.

Isso nos leva a outra característica essencial da política de condomínios, a ambiguidade. Assim como trazido por Anand (2022) a partir do conceito das "práticas burocráticas de ambiguação", a ambiguidade cumpre um papel importante nas práticas políticas. O autor reflete basicamente sobre o que tange a atuação do Estado, mas tal ideia também pode ser aplicada aos cidadãos e agentes e instituições intermediárias. A ambiguidade, ao contrário de ser algo indefinido ou negativo, aqui é visto como produtivo de diversas relações. É na ambiguidade que a política dos condomínios se estrutura. Isso se liga à uma característica essencial à lógica dos condomínios, que é exatamente a ambiguidade entre as esferas do público e do privado. Entre os dois, se abre um espaço de diversas possibilidades de atuação, assim como no espaço entre moradores e Estado, ou entre problema e solução. E esse conjunto de práticas e discursos em cima da ambiguidade não é restrito aos condomínios, mas faz parte de muitas dinâmicas de produção da cidade. Dentro dos condomínios, a ambiguidade permite a extensão do privado sobre o público, com o fechamento de ruas, câmeras particulares e uma administração não estatal, assim como atribuições públicas à espaços privados, como as tentativas de isenção de

impostos de áreas fechadas e a utilização de serviços da prefeitura internamente, por exemplo. Fora dos condomínios, essa lógica da ambiguidade segue se espalhando, sejam pelas praças e canteiros "cuidados" por empresas privadas, que aproveitam para expor seus banners e propagandas, seja pela utilização de empresas privadas de vigilância em ruas públicas, ou até mesmo pelo cruzamento de interesses particulares e privados na política urbana, e nos "melindres" da política (Palmeira e Herédia, 2010).

Na "política dos condomínios" o ambíguo está presente na atuação comunitária, onde lideranças alternam entre os personagens de moradores ou de políticos, de aliados ao poder público ou seus rivais. O ambíguo está na posição contrária à política institucional, ao mesmo tempo que ela é mecanismo importante para a manutenção das instituições intermediárias e do funcionamento da política comunitária. A ambiguidade está no intercalamento entre uma prática cotidiana e uma prática cerimonial, entre a política do dia-a-dia e a política das assembléias, do conhecer alguém pessoalmente ou conhecer tal pessoa enquanto diretor ou presidente de uma associação.

Em uma tentativa de sintetização, a ideia de "política de condomínio" seria relativa a uma lógica política, que inclui uma maneira específica de sociabilidade e de cultura política que, apesar de se originar e estar ligada à mesma lógica dos condomínios, não se restringe a eles. É uma forma política baseada em: 1) escalonação de problemas e participação; 2) ambiguidade recorrente nas relações pessoais-institucionais, assim como nas dimensões do público e do privado; 3) ancoragem em um intermédio entre o cotidiano e o cerimonial; 4) legitimação vinculada à uma "economia da preocupação" e na atuação de mediação, tanto de atores quanto de instituições. Ela diz respeito à uma nova maneira de se portar frente às disputas dos cotidianos urbanos, em especial aos novos cotidianos que são gerados a partir da proliferação de formas urbanas muradas e autossegregadas. Mais do que um esforço de restrição, o conceito de "política de condomínios" é principalmente uma maneira de abrir caminhos para se pensar as especificidades de diferentes maneiras de se fazer política e de se pensar cotidianos. Ela é, mais que tudo, uma defesa por um olhar aberto e atento às cidades e suas constantes transformações. Na prática, ela atua na tradução e mediação entre entre escalas: entre o morador e o condomínio, entre o condomínio e o bairro, entre o bairro e o Estado, entre o "público de fora" e a ordem interna. Essa mediação cotidiana é o modo pelo qual as camadas médias reconstroem a política urbana à sua imagem, deslocando o debate público para dentro de fronteiras muradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas não se enclausuram nos condomínios, elas se libertam nos condomínios!

(*Fábio, dono de uma empresa de vigilância*)

Esta tese é uma investigação etnográfica da política dos condomínios da Barra da Tijuca. Ao invés de abranger o cotidiano dos "condomínios-cidade" da Barra da Tijuca de forma mais geral, ela focou em oferecer uma exploração do cotidiano cerimonial da política dos condomínios, um dos principais componentes da vida nesses espaços. Adentrando não os moradores comuns mas os principais fazedores de política da vida comunitária, a intenção era investigar a lógica e o funcionamento do que parece ser um dos principais e mais impactantes resultados da lógica advinda do fenômeno dos grandes condomínios residenciais. Em um campo bastante específico, o trabalho sociológico aqui é de produzir generalizações de novas formas de se habitar a cidade e participar da sua vida pública, além de propor conceitos e chaves analíticas para pensar questões que se desenvolvem a partir desse campo local, mas que acabam influenciando contextos muito maiores.

Portanto, aqui cabe retomar alguns pressupostos trazidos ao longo da tese, além de sintetizar temas e conceitos que se pode tirar a partir do material colhido e explorado. Primeiro, faço a defesa de um olhar específico para novos fenômenos dos estudos urbanos, além de repensar categorias e suas adequações para contextos diferentes. Faço isso especialmente em torno das noções de “instituições intermediárias”, da ambiguidade e das escalas que utilizo ao longo do trabalho. Depois, foco na síntese de alguns conceitos que surgem a partir do trabalho, em especial a discussão acerca dos condomínios e o que chamo de "condomínios-cidade", assim como a idéia de “experiências de fechamento” e o objeto desta tese, a "política dos condomínios".

Condomínios enquanto objetos sociológicos

Como já exposto aqui anteriormente, os condomínios são espaços de muitos entraves para pesquisas sociais, ainda mais de caráter antropológico. Não apenas por se tratarem de grupos de indivíduos de classes sociais mais altas, que já possuem entraves por si só, os condomínios fechados são espaços ainda mais restritos para "não moradores" (Caldeira, 2000; Khan, 2012; Low, 2001). Esses espaços criam novas camadas de fechamentos, tanto físicas quanto simbólicas que, aliada ao interesse mais intenso da sociologia e antropologia urbana em classes populares, acaba por produzir uma lacuna de investigações sobre eles. Quando são objeto de estudos, muitas vezes o são através de perspectivas que vêm de fora e não o consideram como produtores de fenômenos urbanos e sociais, mas apenas como resultado deles.

Esta tese faz parte de um esforço mais longínquo de enquadrar os condomínios enquanto objeto sociológico e antropológico. O esforço é de pensá-los não apenas como produtos do mercado imobiliário ou enquanto fenômenos da expansão urbana, mas também como produtores de vida social, e não apenas resultado e oposição de outros fenômenos. Aqui, a ideia proposta é de pensar não só os condomínios, mas principalmente o que eles produzem de sociologicamente relevante para se entender aquilo de se dá em seu interior, mas também aquilo que produzem para além de seus muros.

Tal objetivo surgiu - ou pelo menos ganhou força - a partir do encontro com leituras e estudos que tratavam os condomínios enquanto uma anticidade (Alvin, 2012; Sánchez, 2009). A ideia é que eles representavam o oposto do meio urbano, uma fuga daquilo que a cidade representa e produz. Silva (2013) reproduz de forma clara essa idéia:

> "Os condomínios horizontais fechados não são uma ideia inovadora, estes foram antecedidos por vários exemplos históricos que possuíam a mesma intenção: a negação de uma realidade através da idealização do morar. Tais formas de urbanização podem ser consideradas antiurbanas, tendo em vista que a urbanidade da cidade pode passar a ser negada em troca da realização de um bem estar individual" (p. 14)

Pensado enquanto negação, os condomínios passam a representar apenas aquilo que não são, tornando invisíveis tudo aquilo que produzem em termos de dinâmicas sociais. A inquietação inicial à essa perspectiva se deu pelo entendimento que eles são produto da produção urbana, reflexo e produtores das dinâmicas de mercado e sociais. Eles seriam, portanto, uma nova face da cidade, e não seu oposto. Eles negam sim - ou prometem a negação - de muitos aspectos associados às cidades modernas. Inclusive, minha dissertação explora exatamente os discursos e promessas por trás da construção desses condomínios e mostra como ela está intrinsecamente ligada à produção da cidade e ao desenvolvimento urbano carioca (Agueda, 2021). Contudo, o olhar positivo em relação à esses espaços revela muito mais do que isso: ele nos permite olhar para as lógicas que são ali produzidas, e como elas acabam se tornando aspecto fundamental da vida nas cidades de forma geral.

Portanto, esta tese é também um posicionamento teórico e político. Muito além de demonstrar aquilo que observei e analisei, ela busca abrir caminhos e portas para que os estudos sociais e urbanos continuem esse mesmo movimento. As possibilidades de pesquisa que aparecem ao se olhar determinados objetos de forma analiticamente positiva pode influenciar grandemente na forma como fazemos sociologia e antropologia.

Repensando os condomínio a partir dos moradores

Os condomínios fechados possuem um papel de destaque nesta tese. Eles são tanto o contexto quanto à lógica por trás dos fenômenos e relações aqui explorados. Apresentados à luz da discussão da literatura especializada na Introdução, aqui cabe retomar a reflexão, agora a partir dos dados da pesquisa em si e dos moradores. Essa perspectiva abre novas frentes para pensar os condomínios não só como contexto ou espaço, mas também como uma lógica urbana e agenda de pesquisa.

Para além de enquadrá-los dentro de uma literatura especializada, a partir de suas especificidades locais, buscar entender o que são os condomínios para aqueles que os vivem é essencial. Afinal, assumir uma "lógica" dos condomínios sem considerar as razões objetivas pelas quais os condomínios são escolhidos como opção de moradia e cotidiano por seus moradores e nem as opiniões narrativas que essas pessoas constroem sobre eles seria, no mínimo, equivocado. Os discursos por trás do que são esses condomínios nos ajudam a entender

não só as suas especificidades como também os diferentes papéis que ocupam na vida das pessoas.

Assim como falar em subúrbio no Brasil não tem o mesmo sentido do que aquele pensado a partir dos Estados Unidos, a ideia de condomínio vai ter outro sentido se pensada a partir de uma perspectiva daqui. Ainda mais quando saímos das discussões acadêmicas e consideramos também as perspectivas dos moradores. Fábio, presidente de uma empresa de vigilância que atua em condomínios residenciais na Barra da Tijuca, relatou como condomínio, para ele, é algo bem diferente daquilo apresentado por autores. Ele mesmo morador de um desses condomínios, sua narrativa ia de encontro com aquilo que as propagandas dos condomínios prometem desde os anos 1970.

> "Lá tem tudo! [Os condomínios] existem pela necessidade do homem de buscar um lugar em que pudesse ter tudo, liberdade de passear, lazer, esportes, ir no mercado…. não é uma questão de segurança, é de conforto! [...] As pessoas não se enclausuram no condomínio, elas se libertam no condomínio!" (Fábio, 9/11/2021)

Assim como Fábio, muitos moradores compartilham do mesmo discurso, um que vai contra ideias de fortificação, enclausuramento e proteção como alguns dos principais aspectos dos condomínios. A ideia de condomínios enquanto "enclaves fortificados", como cunhado por Teresa Caldeira (2000), expõe essa divergência entre as possíveis motivações por trás dos condomínios e os discursos daqueles que os vendem ou os vivem. A imagem do "todo dia é domingo" (2000, p. 266), dos imaginários enunciados pelas imobiliárias, reflete muito mais o discurso desses moradores do que a imagem de uma "Fortress America", nome do livro que abriu caminho para o estudo sobre as gated communities. Por isso, na busca de um entendimento mais compreensivo dos condomínios enquanto composições de escalas, as narrativas nativas e os imaginários sociais precisam ser trazidos. Afinal, o que vai moldar a atuação desses indivíduos nos seus cotidianos é também como esses espaços são percebidos e narrados pelos moradores.

M.P. Baumgartner mostrou em sua obra "The Moral Order of a Suburb" (1988), como a vida nos subúrbios americanos se sustenta enquanto uma narrativa e imaginário de tranquilidade por meio de uma ordem moral específica. A autora argumenta que a vida dentro

desses espaços - que são inspiração dos grandes condomínios residenciais da Barra - se cria sob um “minimalismo moral”, uma constante evitação de conflito e de enfraquecimento dos laços comunitários. Esse tipo de organização urbana, que "se assemelha a cidades em alguns aspectos e a comunidades menores e mais tradicionais em outros, mas no geral não é exatamente como nenhum" (p. 9), geraria um "padrão distinto de relações interpessoais baseado em uma "fluidez das relações, falta de integração social e relativa indiferença entre as pessoas" (p. 3). A tese da autora é que, em um lugar com menos densidade social, existiria menos controle social, sendo a fuga da cidade para esses espaços um meio de criar ambientes de evitação de conflito e controle. Talvez por se tratar de um estudo que data o início da proliferação desse modelo de moradia, muito do que é descrito pela autora não se reflete em condomínios e subúrbios de hoje. Ao contrário, a ordem moral desses espaços, pelo que a pesquisa me mostra, se dá por uma sociabilidade forte, demanda de participação e até uma valorização dos conflitos. "Todo o meu grupo de amigas é daqui do condomínio [...] criei amizades pra vida toda, fazemos tudo juntas", me conta Neide, em um banco de uma das muitas praças arborizadas do condomínio onde mora.

Eric Charmes, por outro lado, aponta para uma sociabilidade forte dentro desse tipo de espaço. De acordo com o autor, cujo estudo se baseia na França, nesses espaços existe um processo de "clubização", ou um "efeito clube", uma sociabilidade forte gerada por uma busca por semelhantes (Charmes, 2009), parecido com o que Setha Low (2001) identificou em gated communities nos Estados Unidos como uma busca por “*sameness*”. O francês identificou que esses espaços fechados de moradia acabam por se tornar grandes clubes residenciais, onde o morar passa a se tornar uma entrada em um clube social distinto, e que essa tendência têm se expandido para espaços não fechados de moradia, como bairros. Nos grandes condomínios da Barra, a compra de um imóvel significa também a certeza de pertencimento e vivência junto a um grupo determinado, e apenas ele, assim como a certeza de uma vivência específica para os filhos, cuja escola, lazer e clube estão todos dentro daquele espaço fechado. Fazer parte do grupo da pelada aos sábados, do chopp no restaurante do clube de final de tarde, ou da aula de hidroginástica pela manhã. O morar em um desses condomínios significa adquirir um laço mais estreito com aquela comunidade, o que certas classes parecem sentir dificuldade em meio ao espaço heterogêneo da cidade.

Foi já na primeira assembleia que fui enquanto pesquisador que essas noções ficaram expostas, que a hipótese de uma evitação de conflitos se desmantelou e a ideia de uma clubização passou a fazer mais sentido. O controle excessivo se deu desde que meu rosto foi fotografado duas vezes, uma para entrar no condomínio e a outra para entrar em seu clube, até

os muitos olhares de estranheza e questionamento sobre a minha presença, com um caderno de notas, naquele local. Isso, porque ainda tive que "enrolar" a segurança do clube para conseguir entrar, já que o mesmo só permitia a entrada de moradores. A assembleia, que começou exatamente quando o relógio virou o minuto para as nove e meia da noite, se deu em uma quadra poliesportiva, que contou com palco, mesas, cadeiras, microfones e telões - mesmo sendo uma assembleia ordinária. Antes do início, os moradores já ocupavam as arquibancadas laterais, cada qual com o seu número que lhe dava direito a voto - que, para ser recolhido, era preciso apresentar documentos oficiais em uma das muitas mesinhas de check-in, a fim de comprovar o seu status de morador. Do lado de fora, grupos se reuniam - alguns em pé, mais sérios, enquanto outros sentavam e bebiam cerveja - todos falando sobre o mesmo assunto: quais estratégias tomar naquela reunião. Falavam sobre formas de atrapalhar a "oposição", sobre maneiras de tumultuar a assembleia, como deveriam tentar aliciar mais moradores para os seus grupos… quando passa um homem de sunga e um dos moradores mais envolvido nas estratégias grita: "ó o presidente indo tomar banho! A essa hora!". O que se seguiu foram horas e horas de discussão e gritaria, que fizeram com que a assembleia apenas contemplasse dois dos mais de dez pontos previstos em pauta, mesmo passando da meia-noite.

Esse exemplo, que de forma alguma se mostrou ser uma exceção, ilustrou um pouco do caráter dessa vida em condomínio, dessa "ordem moral" produzida por esses espaços e como os moradores vivem seus cotidianos dentro daqueles muros. As relações de vizinhança e proximidade - um efeito clube que, nesse caso, ocorria dentro de um clube de fato - se misturam com uma ativa e enfática participação na vida pública do condomínio. Uma piada gritada na direção do presidente da assembleia, em meio a tensões e articulações políticas, ilustra como a sociabilidade é tudo menos rasa naquele ambiente. Uma "materialização da atenção" (Patrício, 2016) que tem uma eficácia simbólica já que, de acordo com uma interlocutora de pesquisa, "as pessoas vão lá pra serem ouvidas, brigar… pra se sentir importantes!". A sociabilidade forte, atrelada a uma tendência de participação ativa, faz com que a vida nesses condomínios e em suas instâncias deliberativas seja mais uma acentuação das dinâmicas da vida urbana do que um oposto dela, por mais que geográfica e socialmente delimitados.

Nesses grandes condomínios, o que se forma são espécies de “simulacros urbanos”, tendo em vista que eles "promovem a criação de ambientes urbanos que filtram e simplificam a realidade da cidade" (Silva, 2013, p. 16). Neles, as relações, articulações e serviços da cidade são oferecidos, em uma menor e controlada escala, dentro de um espaço autossegregado do resto da cidade. Christian Dunker (2015) identifica que isso possibilita a criação de um espaço

hiper-regulamentado, o que é exatamente o que as classes altas buscam. Um cotidiano com extensiva vigilância, regras de conduta, e administração minuciosa é aquilo que separa a vida de condomínio - ou a "condominialização da vida" - da vida urbana da cidade, por mais que a primeira recrie uma variação da segunda. Nesses simulacros da vida urbana, o distanciamento com os de fora se dá simultaneamente a uma aproximação com os de dentro, em uma intensificação das articulações e conflitos. Não à toa, a vida em condomínio têm sido objetos de séries de tv[24], que focam nas fofocas e brigas internas desses espaços. Fábio, ao me contar sobre a infraestrutura de vigilância que estava colocando em um desses grandes condomínios, disse que "ela ajuda a sociabilizar as pessoas", já que eles podem viver seu dia-a-dia sem se preocupar, já que está tudo sob controle.

Assim como para Charmes, acredito que esse modelo de cotidiano dos condomínios têm perpassado os muros dos condomínios e se estendido, em grande parte, ao bairro em si. É o que Petrella (2021) vem chamando de um processo de "condominialização da cidade", uma extensão da lógica desses condomínios para espaço além de seus muros. O caso da Barra representa bem isso, um "bairro de condomínios", cada um se autointitulando "bairros planejados", onde a lógica de urbanização e de cotidiano segue a dos subúrbios estadunidenses, como grandes gated communities em meio ao espaço público. Não à toa, moradores têm separado o bairro em blocos, cada qual se organizando enquanto condomínios em si, como o Jardim Oceânico, o Bosque Marapendi e o Parque das Rosas. A mesma vigilância privada ostensiva se mantém sobre as ruas públicas, os espaços de convívio sendo majoritariamente ambientes privados, o fechamento de ruas por cancelas e uma constante delimitação social frente a outros grupos faz da Barra da Tijuca um bairro com uma lógica de condomínio. Como aponta Charmes, "a privatização não dá conta de explicar as mudanças nas questões relativas às modalidades de territorialização residencial nos subúrbios" (2009, p. 203), e os moradores passam a enxergar o seu bairro quase que como um grande condomínio.

Um espaço urbano geográfica e socialmente delimitado, cercado por grades, muros e outras barreiras simbólicas, que tenta manter - ou vender - uma certa homogeneidade e vida comunitária tranquila, acaba por produzir uma lógica interna de funcionamento e uma ordem moral própria. Isso descreve tanto os condomínios fechados, seja os com ruas privadas ou aqueles onde as ruas são públicas, mas também bairros e regiões que seguem sua lógica de

[24] Recentemente, séries como "Os Outros" (2023) do GloboPlay e "Maldivas" (2022), da Netflix, exploram os conflitos da vida em condomínios - ambas se passando no bairro da Barra da Tijuca.

urbanização. Essas formas urbanas unem ideais de fortaleza e proteção com imaginários e narrativas de tranquilidade e sossego, a fim de criar promessas de uma nova maneira de viver para as camadas médias. Para entendermos a vida comunitária e as articulações que se dão nesses espaços, é necessário se atentar para todas essas instâncias, ou camadas: as narrativas nativas, os entendimentos analíticos da literatura, a conexão com o contexto local e a representação de um fenômeno global.

Experiências de fechamento

Seguindo o esforço de dar atenção às individualidades de cada contexto e forma urbana, ainda que entendendo seu vínculo com um fenômeno mais amplo, cabe aqui uma reflexão sobre o caso específico dos condomínios residenciais da Barra da Tijuca. Objetos de minha pesquisa já a algum tempo, identifiquei alguns componentes desses condomínios e de suas construções que são relevantes para pensar a atuação de seus moradores, e que os diferencia de outros exemplos e modelos de condomínios. Nessa seção, trago elementos para pensar esses condomínios enquanto produtos de um acúmulo de fechamentos e de uma relação específica com a cidade, compreendidos a partir do processo histórico de suas construções, e como a noção de fechamento é produtiva de uma forma de vida própria desses espaços.

Um dos eixos do tripé analítico que demarca o objeto dessa pesquisa é a dimensão dos “muros”. Muros estão entre os principais símbolos das grandes cidades contemporâneas. Representam as separações da cidade, suas contradições e segregações, mas também ilustram o medo, as privações e privatizações que interpelam a sua essência pública. Estão por todo o Rio de Janeiro, mas na Barra da Tijuca possuem um protagonismo maior. Trazido por vezes como "anti-cidade" (Sánchez, 2009), o bairro é reconhecido por essa aversão aos espaços públicos, aos locais de convivência e encontro na cidade. Com exceção talvez de sua praia e das poucas e vazias praças, os lugares de encontro da Barra são todos "murados", nos shopping centers ou nos grandes condomínios, que são o modelo de moradia predominante. Aos muros físicos, vistos em cada esquina se alternando com grades, se somam os muros simbólicos, as divisas imateriais que criam enclaves ou bolhas de determinados grupos de moradores, determinados empreendimentos e infraestruturas. São eles que ajudam a construir a ideia de um “outro", reafirmando pertencimentos e exclusões. Dentro desse movimento de “acumulação

social de fechamentos" (Agueda, 2021), eles estão no centro da disputa entre o que é público e privado.

A ideia de muros enquanto elemento material e simbólico de autossegregação parece fazer mais sentido em nosso contexto do que a ideia dos portões, das *gated communities*. Isso porque, o que parece ser o principal motor desse fenômeno dos grandes condomínios residenciais é uma ideia de fechamento, e não de uma entrada ou não entrada, como demarcam os portões. Pensando em muros, a entrada ou encontro com aquele ou aquilo ao qual nos fechamos passa a ser apenas um indicativo da não totalidade desse fechamento, que se dá em vários níveis. A foto abaixo ilustra essa tentativa de fechamento, que não pode ser completo por se tratar de um logradouro público, mas que produz outros artifícios para se fechar. Ao longo dos quilômetros de muros que cercam esse condomínio, uma única entrada apresenta dois níveis de cancelas, cada um com uma câmera e alto-falante, antes de chegar ao portão de fato. Nele, uma placa manda se identificar na portaria enquanto outra garante o caráter público daquele logradouro, indicando "livre acesso e utilização por todos os cidadãos".

Imagem 18: Placas na entrada de um condomínio na Barra da Tijuca

Fonte: O autor, 2022.

Os condomínios e seus muros se formam nessa tensão entre um dentro e um fora, que se choca com as delimitações legais entre o que é público e o que é privado. De fato, a questão do acesso exclusivo é central (Le Goix e Webster, 2008), mas quando a exclusividade se dá mesmo quando o acesso não pode ser totalmente limitado. Essas tentativas de criar espaços fechados e exclusivos em meios públicos é feita a partir de uma sobreposição de camadas de

fechamentos, tanto materiais quanto simbólicos. O processo histórico de expansão urbana para a Barra da Tijuca nos anos 1960 e 1970 nos ajuda a compreender tal construção. Quando a linha é tênue entre o que é público e o que é privado, o que é considerado um condomínio e o que não é, cabe pensar nesses espaços em termos dos elementos que os constituem. Olhando para essa história específica do surgimento dos grandes condomínios residenciais da Barra, acabei por, analiticamente, entendê-los e seus predecessores enquanto "experiências de fechamento" (Agueda, 2022).

As gated communities e outras formas de enclaves habitacionais são, além de construções materiais, formas urbanísticas e um produto imobiliário, acúmulos de projetos de vida e imaginários urbanos. Como todas as infraestruturas, são compostas por uma componente física e uma componente metafísica (Larkin, 2013) onde as ideias, promessas e imaginários que as rodeiam são tão importantes como os materiais que as constroem e sustentam. São construídos antes de serem implementados, pelos desejos dos moradores, pelos motivos dos atores privados e estatais e pelas propagandas que criam uma ideia específica de vida.

Os grandes condomínios residenciais da Barra vão muito além de um "novo conceito de habitação" (Caldeira 2000) e devem ser pensados em função da complexidade que os envolve. Procuro compreender o seu espaço como um "conjunto inseparável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único em que a história se desenrola", como uma materialidade e também "a vida que o anima" (Santos, 2012, p. 62-63). Nesse sentido, as matérias dos jornais, a propaganda e os desejos das classes altas são ainda mais cruciais para a construção dos condomínios da Barra da Tijuca do que o concreto e os tijolos que os construíram fisicamente, produzindo escalas de fechamento para além daquelas visíveis.

O que diferencia essas formas de habitação segregada de qualquer outro tipo de habitação é o seu fechamento, que é mais uma experiência do que um conjunto de muros e barreiras. Os condomínios da Barra desafiam a noção de fechamento, pois geralmente são compostos por vias públicas, onde – oficialmente – a entrada seria permitida a todos. No entanto, eles são tão fechados para estranhos quanto qualquer outro condomínio legalmente fechado. O fechamento, então, mostrou-se mais uma experiência, uma forma de perceber uma separação, do que uma barreira física propriamente dita. A forma de compreender essas experiências de fechamento é mergulhar nos discursos, dos moradores e das próprias imobiliárias. Ao fazer isso, percebemos que, ao longo da ocupação da zona sul da cidade,

diferentes fechamentos foram sendo exigidos e prometidos, acumulando-se à medida que se materializavam em condomínios rumo à expansão para oeste.

Antes do surgimento dos condomínios da Barra, outras experiências de fechamentos ocorriam na Zona Sul carioca, buscando fechar certos aspectos da vida urbana para as camadas médias que moram alí. Talvez o primeiro deles, o Parque Residencial Novo Leblon, - hoje conhecido como Selva de Pedra - foi um conjunto de prédios e serviços, virados para um ambiente comum em seu interior. Construído no meio do já densamente ocupado Leblon graças a um incêndio que renovou a favela que ocupava aquele terreno, o projeto - termo preferível entre os moradores para os diferenciar de um conjunto (Mello e Vogel, 2017) - tinha como objetivo criar “condições razoáveis de habitação em regime de alta densidade”, o que significava se fechar dos vizinhos do Cruzada São Sebastião, conjunto habitacional que ficava no atravessar da rua. Em um Leblon onde os moradores já reclamavam de favelas e transeuntes indesejados, o fechamento se dava aos "outros", produzindo a possibilidade de um morar entre homogêneos. Poucos anos depois, condomínios começaram a surgir em São Conrado conforme a expansão urbana adentrava o caminho para o oeste. Neles, acumulou-se a questão da exclusividade, um fechamento que possibilitava um viver privilegiado e restrito, onde o status ganha protagonismo. Aqui, uma outra camada de fechamento faz com que os males da cidade fiquem distantes. Chegando a Barra, com terreno amplo "sem os entraves de uma estrutura urbana preexistente, ou quase” (Mello, 2001), e com um projeto urbanístico os dando base para os condomínios, à homogeneidade e à exclusividade adiciona-se a promessa de autossuficiência, inexistente nos outros dois. O fechamento deste produz uma divisão “dentro/fora” que abriga todas as necessidades no “dentro”, um fechamento que produz uma vida autossuficiente autossegregada.

Condomínios-cidade

A partir da perspectiva de entender tais espaços enquanto experiências de fechamento, ideia abrangente que nos permite pensar conexões entre condomínios, bairros, *gated communities* e *suburbs*, utilizo como entrada analítica o conceito de "condomínios-cidade" para pensar o caso específico da Barra da Tijuca. Eles seriam modelo específico de empreendimento imobiliário residencial híbrido e misto, que possui uma relação dialética com a cidade, uma

formação histórica específica e uma implicação e construção material e simbólica atreladas ao caso específico do desenvolvimento urbano da Barra da Tijuca (Agueda, 2021). A partir da investigação da formação desse modelo de condomínio, foi possível delimitar esse objeto, cuja vida dele e nele possuem especificidades sociologicamente relevantes. Não à toa, outros condomínios da cidade se identificam enquanto condomínios "com estrutura similar aos condomínios da Barra da Tijuca", apontando para uma especificidade que já existe no imaginário social, mas que deve também ser refletida nos esforços analíticos.

A necessidade de um termo que melhor se adequasse à análise pretendida surgiu das disputas em torno das nomenclaturas para tratar dos condomínios, especialmente os três empreendimentos em que foquei a análise para a minha pesquisa de mestrado: a Selva de Pedra (antigo Parque Residencial Novo Leblon); o Village São Conrado; e o Novo Leblon. Os três empreendimentos investigados são compreendidos enquanto condomínios, apesar de, na época estudada, nenhum deles se intitular como tal. Segundo a Lei 4951/64, condomínios residenciais seriam "edificações ou conjunto de edificações, de um ou mais pavimentos, construídos sob a forma de unidades isoladas entre si, destinadas a fins residenciais" (Sánchez, 2009), definição, essa, muito ampla e que não condiz com a compreensão do senso-comum sobre o termo. Condomínios são mais bem compreendidos enquanto empreendimentos residenciais com duas ou mais habitações unifamiliares, que compartilham de espaços e serviços comuns, fechados do restante da cidade. Desde um fechamento relativo observado na Selva de Pedra e no Novo Leblon, onde os espaços internos são públicos e de acesso teoricamente irrestrito, a um fechamento total do Village, onde os espaços internos são privados, ambos constroem um fechamento a partir de uma definição clara entre um "dentro", espaço dos moradores, e um "fora", espaço dos outros. Os três casos se enquadrariam na definição de "condomínio fechado" dada por Eppinghaus (2004), como espaço organizado por particulares, "diferenciando-se do seu entorno tanto em padrões de desenho espacial quanto em instrumentos de fechamento como muros, grades, portões ou guaritas" e onde "o conjunto edificado volta-se para o interior que abriga a comunidade, que tende a ser socialmente homogênea e protegida" (p. 43). A Selva de Pedra, porém, originalmente não tinha grades e nem muros. O Novo Leblon não se mostrou tão homogêneo. A classificação enquanto "condomínio fechado" invisibiliza as diversas dinâmicas de fechamento e a complexidade dessa homogeneidade, e confunde essas experiências com espaços necessariamente privados e murados.

A auto-intitulação enquanto "parque residencial", "projeto urbanístico" ou "bairro planejado" – respectivamente associadas aos empreendimentos estudados a partir de suas

propagandas em jornais - são maneiras desses condomínios fechados de evocar uma imagem, de tentar se colocar de uma forma específica no imaginário urbano. A imagem de parque se atrela à aversão dos moradores ao Leblon densamente urbanizado, que perdeu seu caráter exclusivamente residencial, que experimentou um aumento na diversidade e no tráfego de veículos, que transformou praças, ruas e calçadas em locais de estacionamento (Mello e Vogel, 2017). Morar em um "parque" de residências que representasse um "novo" Leblon, significava uma renovação desses problemas recentes, principalmente a heterogeneidade, que tinha as favelas como principal expressão. O Village São Conrado, enquanto "projeto urbanístico", apontava para a inovação e modernidade, estando sempre vinculado a um status trazido por essa possibilidade de planejamento que não existiu nos outros bairros da Zona Sul. Adicionava-se à promessa de homogeneidade a questão da exclusividade, que nem os prédios mais luxuosos do Leblon ofereciam, já que davam de cara com a rua, onde qualquer um passava. O Novo Leblon, enquanto "bairro planejado", focava na construção dessa vida no lugar de uma moradia. Enquanto bairro, inclui toda uma rede de serviços, relações e possibilidades que vão muito além do morar. Adicionava às promessas das outras experiências de fechamento uma autossuficiência, um fechamento mais amplo, uma extensão dos limites até onde se poderia ir antes de sair para a rua.

Hoje sabemos que o Novo Leblon se apresenta enquanto condomínio. Nos anos 1970, apontar para a ideia de um bairro era viável, já que a Barra da Tijuca era vista como uma grande região a ser explorada, onde esses bairros residenciais estavam surgindo. A própria ideia dos "núcleos urbanizados" presente no Plano Piloto de Lúcio Costa apontavam para essa característica, de espaços autossuficientes, de uma vizinhança própria. O nome enquanto um "Leblon novo", assim como o condomínio vizinho Nova Ipanema, também apareciam nesse sentido. Depois da experiência de bairros sendo invadidos pela densa ocupação e sua heterogeneidade, perdendo seus valores tradicionais, a ideia de um bairro inteiro, erguido do zero e fechado, oferecia uma segurança maior enquanto garantia de que a vida não sofreria os mesmos impactos que havia sofrido no Leblon ou em Copacabana. Essa ideia dialoga com o conceito de "condomínio-clube" usado por diversos autores para caracterizar esse "efeito-clube" (Charmes, 2009) e a demanda por convívios sociais mais fechados e entre iguais. Contudo, já no final do período pesquisado, a Barra da Tijuca se consolidava como bairro, depois de um rápido crescimento, reduzindo o Novo Leblon à escala de condomínio, mais um entre tantos que surgiam no bairro, e tantos outros que existiam na cidade. Redução, essa, que menospreza a complexidade de relações e escalas que compõem o condomínio, assim como a

complexidade de relações que ele estabelece com a cidade. Daí a necessidade de pensar uma categoria que dê aos condomínios como o Novo Leblon o ineditismo e a singularidade que eles possuem.

Entre outros valores, a aversão aos espaços urbanos densos é uma das principais bases que constituem esses novos espaços de fechamentos, principalmente o Novo Leblon. A promessa de uma vida tranquila, autossuficiente e autossegregada, junto a uma geração própria e em meio a espaços abertos, praia e montanhas, se apoia nesse "sentimento anti-urbano" (Low, 2001). Anti-urbano aqui em relação a um urbano que seria sinônimo da metrópole moderna simmeliana, mas que, paradoxalmente, só se constitui enquanto alternativa quando associado à oferta de infraestruturas urbanas, como vimos. O bucólico do Novo Leblon e dos "condomínios-cidade" é um bucólico ainda urbano, sendo oposto a um urbano muito específico. Alguns autores se referem à Barra da Tijuca e a seus grandes condomínios como "anticidades" (Alvin, 2012; Sánchez, 2009) no sentido de um espaço que busca se contrapor ao que seria uma cidade tradicional, buscando homogeneidade, isolamento e planejamento. Os condomínios seriam essas "megaestruturas descontextualizadas da cidade, avessas à continuidade e criadoras deliberadas de 'fossos feudais'" (Gaeta, 2007 apud Sánchez, 2009). Essa "anticidade" seria decorrente dessa junção entre as dinâmicas do mercado imobiliário com uma forte atuação do Estado, enquanto provedor de infraestruturas, planejamento e investimentos, dando as bases para a reprodução do capital em determinadas áreas. Segundo Sánchez (2009), os condomínios da Barra seriam como "ilhas isoladas da cidade tradicional", o que faz sentido se os pensarmos enquanto "bolhas" de infraestruturas urbanas, em uma área até então vazia. Nessa escala de fechamento, o "dentro" corresponderia ao local de oferta e de funcionamento dessas infraestruturas, e o "fora" ao local onde elas inexistem ou não funcionam.

Um sentimento "anti-urbano" não produz espaços não-urbanos, nem levou as camadas médias e altas cariocas a buscarem espaços rurais. A própria divisão dicotômica urbano-rural não faz mais sentido atualmente, já que o urbano se estende enquanto fenômeno à toda parte, e nem espaços tidos como "não cidade" podem ser pensados enquanto exteriores ao urbano (Brenner, 2016). A "anticidade" se sustenta apenas enquanto espaço aglutinador de valores contrários a alguns aspectos da cidade. A Barra da Tijuca e o Novo Leblon foram construídos a partir de sentimentos de aversão ao caos urbano da Zona Sul e a certos aspectos da "cidade moderna", mas só se tornaram opções enquanto integradas à malha urbana e suas infraestruturas. O modelo de ocupação urbana da Barra e a forma dos grandes condomínios residenciais estão inseridos – e têm tido protagonismo – nas dinâmicas de produção da cidade,

a constituem ao invés de se oporem a ela. O Novo Leblon não representa uma anticidade, mas sim uma nova tendência de sua produção. A oferta de empreendimentos amplos com cotidianos fechados, espaços autossuficientes e com valorização do "capital verde" (Costa et al., 2006) – a transformação do "mato" em "mata" (Paterman, 2020) – é a representação de um novo modelo de produção da cidade, representante de uma nova face da segregação e de uma nova relação com a cidade. O esforço público de construção de grandiosas infraestruturas de conexão do bairro à malha urbana da cidade – entre elas o complexo do Elevado do Joá, na época segunda infraestrutura do tipo no mundo – assim como o foco das propagandas em exaltar tal conexão indicam como a intenção era mais de integrar do que de isolar.

Rafael Arantes, ao estudar grandes condomínios residenciais em Salvador, categoriza alguns deles como "minicidades" por buscarem "agregar as funções de moradia, trabalho, lazer e consumo" (Arantes, 2011, p. 3). Pensados a partir do modelo das "edge cities" (Garreau, 1991), esses condomínios "alvo de urbanização planejada, que tem como proposta buscar a autossuficiência" (Toledo, 2003 apud Arantes, 2011), invertem a noção trazida pelas "anticidades" ao serem pensados por uma relação positiva com a ideia de cidade, incorporando-a ao invés de se opor a ela. Essa relação me parece mais fiel ao que os condomínios como os da Barra representam enquanto espaços autossuficientes, detentores de uma vida e cotidianos próprios, já que o que os constituem enquanto fenômeno inédito não é a oposição à cidade e sim essa abrangência de possibilidades em seu interior em contraposição ao seu exterior. A relevância do fechamento do Novo Leblon se dá menos pelo que ele mantém "fora" e mais pelo que ele mantém "dentro".

Lawrence Herzog compreende a Barra da Tijuca enquanto um "subúrbio global", como uma forma importada dos subúrbios estadunidenses de um espaço "orientado para automóveis, com baixa densidade, subdivisões unifamiliares e sempre nos arredores dos centros urbanos" (Herzog, 2013, p. 119, tradução nossa). Baseado nas ideias que estavam por detrás das cidades modernistas, como Brasília, a Barra da Tijuca se constitui em oposição aos espaços de encontro na cidade, à multiplicidade de funções e usos e ao inesperado (Vaz, 2006 apud Sánchez, 2009), mas não em oposição à cidade ou ao urbano. Assim como os seus condomínios, a Barra da Tijuca se caracteriza menos como antítese da cidade e mais como uma possibilidade de sua extensão, ampliando seus limiares e redefinindo as fronteiras dos espaços socialmente entendidos como urbanos da cidade. Antes do Plano Piloto de Lúcio Costa, a Barra se enquadrava enquanto essas categorias de "anti-urbana" ou "anticidade". Sua construção, contudo, se dá baseada exatamente nessa ampliação da possibilidade de vida urbana para

determinadas camadas, na oferta de infraestruturas e na integração da região com o resto da cidade. Foi sua construção que transformou, no imaginário social, uma região tida como vazia e distante em uma região urbanizada. Subúrbio, no sentido dos subúrbios estadunidenses, sim. Forma urbana que se opõe a uma determinada organização do espaço da cidade enquanto denso, heterogêneo, inseguro e caótico, sim. Mas enquanto "anticidade" a Barra não se sustenta, já que ela em si é um dos maiores exemplos brasileiros de planejamento urbano e de rápida ocupação demográfica e ocupação infraestrutural. Da mesma forma, tais grandes condomínios se mostram muito menos enquanto anti-cidade do que os espaços rurais que cercam a Zona Oeste. Em uma região até então tida como rural, um "sertão carioca", a emergência de grandes ilhas de infraestrutura e o esforço de conexão dessas ilhas ao restante da cidade é um fenômeno que, se pensado enquanto anti-cidade, tem muitas peculiaridades e quesitos de seus imaginários invisibilizados.

Proponho, então, pensar esses grandes condomínios híbridos e mistos da Barra da Tijuca por sua relação de aproximação com a ideia de cidade, e não o contrário. No lugar de "anti-cidade", proponho pensarmos ele como um "condomínio-cidade", de forma a enquadrá-lo dentro da categoria mais ampla de condomínio, como esses enclaves de moradia, mas o diferenciando enquanto um fenômeno específico, que incorpora outros serviços e infraestruturas, criando a ideia de exclusividade. Categorizando-o enquanto tal, podemos elevá-lo de um caso único a um modelo de forma urbana, que alavancou a expansão imobiliária no restante da Barra e da região da Baixada de Jacarepaguá. Para além de um caso único, condomínios como os do bairro passariam a englobar uma gama de condomínios que começam a surgir nos anos 1970 e 1980, e que viriam a se tornar o modelo de expansão do mercado imobiliário na região até os dias atuais.

Os "condomínios-cidade" são um modelo que emerge na Barra da Tijuca, a partir da ideia dos "núcleos urbanizados" presentes no Plano Piloto de Lúcio Costa, que trazem características das "superquadras" de Brasília, porém, fortemente moldados pelos interesses do mercado imobiliário. São enclaves autossegregados que se apresentam como autossuficientes, originalmente voltados para as classes médias-altas e altas, mas que passariam a se voltar também para grupos de menor poder aquisitivo. São necessariamente condomínios de tipo "misto" – "destinado à construção tanto de edificações unifamiliares quanto multifamiliares (Sánchez, 2009, p. 23) – englobam possibilidades de moradia, lazer, trabalho e consumo, além de apresentarem simultaneamente espaços públicos e privados. Necessariamente possuem

escalas de fechamento e um delineamento claro entre um "fora" e um "dentro", a partir de limites materiais e simbólicos, além de serem de grande porte.

A relação dialética que esse tipo de condomínio estabelece com a cidade – tanto em seu sentido abstrato quanto em relação à cidade do Rio de Janeiro -, onde eles são constituídos a partir de sentimentos "anti-urbanos", de fechamento e oposição à experiência negativa das "cidades modernas" simmelianas, ao mesmo tempo em que são parte constitutiva da cidade, motores de sua produção e viabilizados exatamente pela oferta de um espaço "de cidade" em seu interior – onde seria possível ter uma vida completa –, teria como síntese a produção de um novo modo de vida.

O modo de vida barrense – termo que aparecia nos jornais já em 1979 – consiste em algo para além de um estilo de vida, englobando também uma determinada sociabilidade e um determinado cotidiano que diferem a Barra da Tijuca dos bairros da Zona Sul, por mais que certos estilos de vida das elites praianas zonasulenses tenham se expandido para o bairro. O barrense, termo nativo com caráter por vezes pejorativo e por outras valorativo, corresponde a uma forma de cidadão, morador e citadino em disputa. Uma imagem que desafia os limites geográficos do bairro, que associa pessoas às suas origens ao disputar o pertencimento a uma classe ascendente ou a uma família tradicionalmente rica. Trazer o barrense como termo nativo significa colocar em atrito as imagens trazidas pelos outdoors da entrada da Barra e das propagandas dos condomínios com o que de fato são os moradores do bairro, em toda sua heterogeneidade, ao mesmo tempo que significa buscar o que eles têm em comum quanto aos seus imaginários urbanos e usos da cidade, que os diferem dos moradores de outros bairros. Nem todos os *barrenses* moram em condomínios. Mas a imagem do barrense corresponde a uma vida onde o espaço privado se sobressai frente ao espaço público, onde os ciclos de convívio são fechados e os espaços de interação são em enclaves (de moradia, de lazer ou de serviços).

O "condomínio-cidade", portanto, mais do que um tipo de empreendimento ou um lugar, é um fenômeno urbano que, a partir de um acúmulo de experiências de fechamento, produz modos específicos de vida, cotidianos, estilos de vida e formas de sociabilidade. Pensados a partir da noção de Santos de "espaço" enquanto "um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá." (2012, p. 63), os "condomínios-cidade" são palcos para a vida urbana, mas são também recortes espaço-temporais da própria vida urbana.

São “matéria que possibilitam a circulação de outra matéria” (Larkin, 2013, p. 329, tradução nossa), como objetos, mas também a relação entre objetos. Para além de uma mera categorização de um modelo de condomínio, eles representam uma nova forma de produção do espaço e, portanto, são essenciais para se entender os cotidianos e espaços atuais da cidade do Rio de Janeiro. O termo não busca desqualificar as características de oposição à cidade desses condomínios, nem necessariamente excluí-los das definições de condomínios fechados ou condomínios-clube. O esforço em torno dessa proposta de conceito é analítico mais do que descritivo: ao tratá-los enquanto tal, busco indicar uma perspectiva específica sob a qual lanço o olhar sobre esses objetos, uma forma de não aceitar sem questionamento as nomenclaturas nativas nem os exemplos externos, mas de focar na sua relação com o espaço urbano, sua integração à malha urbana e às infraestruturas, assim como buscando problematizar um tipo-ideal da vida interna e homogênea desses espaços.

Políticas além dos condomínios

Goldman (1999) propõe pensarmos certas situações da política a partir de um processo de “molecularização”. Nesse intuito a "política dos condomínios” é uma maneira de enxergar a parte microscópica do que seria a política urbana das grandes cidades. Não uma redução dela, não como um simples reflexo, mas como uma parte integrante, que ajuda a entender o todo. Assim como outras formas de se fazer política urbana, essa representa uma maneira de pensar as cidades a partir da conexão das suas formas urbanas, das ações coletivas e das situações criadas a partir delas.

Pensar o processo contemporâneo de urbanização das grandes cidades requer um olhar atento às suas mais diversas formas e modelos. Os "condomínios-cidade” representam uma dessas formas que a cidade assume, cada vez mais. Um olhar sociológico sobre esses espaços atenta não apenas para a sua forma física ou sua construção, nem apenas para o contexto macro de seu impacto na cidade. As maneiras com que essas formas vão gerar novos modos de experimentar a cidade e de constituir cotidianos, assim como produzir novas articulações políticas e moldar projetos de vida devem ser levadas à serio.

Mais do que um conceito em si, a "política dos condomínios” cumpre a função de propor novas lentes para pensar a vida social nas grandes cidades. Ela é uma lente analítica, voltada

para um público e um objeto específico, mas cujo molde pode ser pensado para investigar outras arenas e políticas comunitárias vinculadas à outras lógicas da cidade. A partir das assembléias, das reuniões, das articulações políticas e do constante revezamento de identidades performadas, tanto por mim quanto pelos meus interlocutores, olhei para a Barra da Tijuca, enxergando nela uma parte microscópica da vida urbana carioca, assim como das dinâmicas das grandes cidades do Brasil e no mundo. Olhei para dentro dos muros para enxergar uma forma de olhar para fora deles.

A lente da "política dos condomínios" então, cumpre duas funções, que aqui reforço e defendo. Por um lado, ela expressa uma das principais nuances de um objeto que vem sendo investigado há muitas décadas. A vida nos grandes condomínios aqui ganha uma esfera de análise mais "palpável" e centrada na vida cotidiana desses espaços. Para além da análise macrossociológica ou macro urbana sobre esse fenômeno, e além da análise comparativa centrada na questão da desigualdade, a lente do cotidiano da política e da cultura política desses espaços preenche uma lacuna importante sobre esse objeto tão complexo que são os grandes condomínios. Uma segunda função que tal lente proposta cumpre, é a de servir de base analítica para pensar diversas formas de se fazer política urbana nas grandes cidades. Como uma maneira de sair do eixo da política institucional e dos impactos globais sobre a política urbana das grandes cidades, a "política dos condomínios" adentra um cotidiano e uma cultura política específica a partir do cotidiano e das representações dos seus próprios atores, focando em uma das muitas formas de política urbana que estão sendo feitas e disputadas fora do "tempo da política". Assim como a lógica dos condomínios reproduz uma determinada forma de articulação, outras tantas lógicas presentes nas cidades contemporâneas também criam mecanismos e contextos para a atuação de agentes sob outra ótica, outros parâmetros e interesses. Essa abordagem lança luz sobre uma visão mais pluralista da política urbana e da vida nos centros urbanos, podendo nos auxiliar a adentrar essas "moléculas" dos cotidianos que articulam nossas vidas.

REFERÊNCIAS

AGUEDA, Rodrigo. Construindo Infraestrutura para as Elites: Os grandes condomínios da Barra e um novo modelo de se morar na cidade. **Revista AntHropológicas**, v. 31, n. 2, p. 153-179, 2020.

AGUEDA, Rodrigo. **Do Leblon ao Novo Leblon: experiências de fechamento e o processo de expansão urbana em direção à Barra da Tijuca (RJ)**. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia -com concentração em Antropologia) -Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

AGUEDA, Rodrigo. From Leblon to "Novo Leblon": experiences of closure and urban expansion towards the hinterlands of Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. **New Sociological Perspectives**, Vol. 2, No. 2, 2022.

ALVIN, Angelica. **Public open spaces turned private – the case of Rio de Janeiro, Brazil**. 15th IPHS Conference. São Paulo. p.93, 2012.

ANAND, Nikhil. **Hydraulic city**. Duke University Press, Durham, NC., 2017.

ANAND, Nikhil. TOXICITY 1: On Ambiguity and Sewage in Mumbai's Urban Sea. **Int. J. Urban Reg. Res**., 46: 687-697. 2022. https://doi.org/10.1111/1468-2427.13093.

APPADURAI, Arjun. **The Future as Cultural Fact: Essays on the Global Condition.** London: Verso, 2013.

ARANTES, Rafael de Aguiar. **Fugindo dos "males" da cidade: os condomínios fechados na grande Salvador**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

ARAUJO, Marcella. **Obras, casas e contas: uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos.** Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2017.

ATKINSON, Rowland; BLANDY, Sarah. **Domestic Fortress: Fear and the New Home Front**. Manchester: Manchester University Press, 2017.

BALLESTERO, Andrea. **A future history of water**, Durham: Duke University Press, 2019.

BALTHAZAR, Ana Carolina. O tempo da Barra da Tijuca: Concepções de passado, presente e futuro na narrativa midiática sobre o bairro. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. 13.1, 77-94, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

BAUMGARTNER, M. P. **The Moral Order of a Suburb**. New York: Oxford University Press, 1988.

BECKER, Howard. **Outsiders. Studies in the Sociology of Deviance**. New York: Free Press, 1966.

BLAKELY, Edward J.; SNYDER, Mary Gail. **Fortress America: Gated communities in the United States**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 1997.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard; 1991.

BOTTINO, Caroline Martins de Melo; RABELO, Lívia. " Vizinhança em disputa" : A política interna no processo de implantação de uma auditoria fiscal em um condomínio clube na Zona Norte do Rio de Janeiro. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 7 (15): 179-194, setembro a dezembro de 2020. ISSN: 2358-5587

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. The 'urban age' in question. **International Journal of Urban and Regional Research** 38(3): 731–755, 2014.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Towards a new epistemology of the urban? **City**, 19, 151–182, 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de Muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CAMPOS, N. de. Epistemologia: Um recorte em Pierre Bourdieu. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 41, n. 2, p. 399–418, 2016. DOI: 10.5216/ia.v41i2.36233. Disponível em: https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/36233. Acesso em: 29 ago. 2025.

CEFAI, Daniel; et al. (Org.). **Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa**. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), 2011. 514 p.

CEFAÏ, Daniel. **O que nos ensina o pragmatismo** (Parte 1). Novos Estudos. CEBRAP 36 (1), Mar 2017.

CHARMES, Eric. "On the Residential 'Clubbisation' of French Periurban Municipalities". **Urban Studies**, 46 (1), p. 189-212, 2009.

CLICQUENNOIS, Gaëtan. "Problèmes méthodologiques inhérents à une recherche sociologique qualitative menée sur les politiques carcérales belges et françaises". Socio-logos, 1. 2006. Disponível em: http://socio-logos.revues.org/document28.html.

COMERFORD, John Cunha. Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: **Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política**/UFRJ, 2003.

COMERFORD, John Cunha. Vigiar e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. **Revista De Antropologia**, 57(2), p. 107-142, 2014.

COSTA, Heloísa Soares de Moura; COSTA, Geraldo Magela; MENDONCA, Jupira Gomes de; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Novas Periferias Metropolitanas – A expansão**

metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: C/Arte. 2006.

COSTA, Lúcio. **Plano Piloto para urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá**. Estado da Guanabara, Rio de Janeiro, 1969.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

DA ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. **Antropologia da e na cidade, interpretações sobre as formas da vida urbana**. Porto Alegre: Marca Visual, 2013.

DAVIS, Mike. **City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles**. New York: Verso Press, 2006.

DE CERTEAU, Michel. **The Practice of Everyday Life**. Berkeley, CA: University of California Press, 1984.

DEWEY, John. **The public and its problems**. Ohio: Ohio University Press, 1991.

DEWEY, John. **Logic: The theory of inquiry**. London: Henry Holt and Company, 1938.

DICICCO-BLOOM, Benjamin; GIBSON, David. More than a Game: Sociological Theory from the Theories of Games. **Sociological Theory**, 28:3, 2010.

DOUGLAS, Mary. **The idea of a home: A kind of space**. Social research, p. 287-307, 1991.

DUNKER, Christian. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001 [1969].

EPPINGHAUS, Goldberg Annie. **Influência do projeto no processo de apropriação dos espaços públicos em áreas residenciais: o caso da Barra da Tijuca**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004.

EVANS-PRITCHARD, Edward. “Algumas Reminiscências e Reflexões sobre o Trabalho de Campo”. In: Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 298-314.

FIRMINO, Rodrigo José. Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal. **Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** (Online), São Carlos, Brasil, v. 15, n. 1, p. 23–35, 2017. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v15i1p23-35. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/134313.. Acesso em: 27 mar. 2025.

FISCHER, Brodwyn. “Introduction”. In: FISCHER, Brodwyn; MCCANN, Bryan; AUYERO, Javier. (Eds.). **Cities From Scratch**. Durham: Duke University Press, 2014.

FONTAINHA, Fernando. "Um Pesquisador na Emerj: negociações de uma postura de pesquisa em um mundo institucionalizado". **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, vol. 2, n. 1, pp. 93-111, 2015.

FONTAINHA, Fernando. "Interação Estratégica e Concursos Públicos: uma Etnografia do Concurso da Magistratura Francesa". **Dados, Revista de Ciências Sociais**, vol. 58, n. 2, pp. 1057-1098, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREHSE, Fraya. Potencialidades de uma etnografia das ruas do passado. **Cadernos de Campo** (São Paulo 1991), v. 15, n. 14-15, p. 299-317, 2006.

FREIRE, Jussara. **Engajamento político e mobilização coletiva em Nova Iguaçu (RJ): bastidores das arenas públicas nas Conferências das Cidades**. In: CEFAÏ, Daniel et al. (Org.). Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Eduff, 2011

FREIRE, Jussara. Uma caixa de ferramentas para a compreensão de públicos possíveis: um arranjo de sociologias pragmatistas. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, [S.l.], v. 12, n. 36, p. 720-736, Dez. 2013.

FREIRE, Jussara. 'Violência urbana' e 'cidadania' na cidade do Rio de Janeiro: Tensões e disputas em torno das 'justas atribuições' do Estado. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Socia**l, vol. 7, núm. 1, enero-marzo, 2014.

FRIDMAN, Luis Carlos. "Morte e vida favelada". Em: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org). **Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 77-98, 2008.

FRÚGOLI JR., Heitor. **Sociabilidade Urbana**. Colecção Passo-a-Passo. Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro. 2007.

GAÏTI, Brigitte; SAWIKI, Frédéric. "On ne Subit pas son Rôle. Entretien avec Jacques Lagroye". **Politix**, vol. 10, n. 38, pp. 7-17, 1997.

GARREAU, Joel. **Edge City: Life on the New Frontier**. Anchor Books, 1991.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GLASZE, Georg; WEBSTER, Chris; FRANTZ, Klaus (org.). **Private Cities: Global and local perspectives**. London and New York: Rutledge, 2006.

GOFFMAN, Erving. **The presentation of self in everyday life**. Garden City: Doubleday, Anchor Books, 1959.

GOFFMAN, Erving. **Strategic Interaction**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 1969.

GOFFMAN, Erving. **Stigna: Notes on the Management of Spoiled Identity**. New York: Simon & Chuster, 1986.

GOFFMAN, Erving. **Encounters: Two Studies in the Sociology of Interaction**. New York: Bobbs-Merryl, 1961.

GOLDMAN, Márcio. "Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica". **Etnográfica**, Vol. X (1) 2006, pp.161-173.

GOMES, Ana Cristina; DEL RIO, Vicente. **"A outra urbanidade: a construção da cidade pós moderna e o caso da Barra da Tijuca"**. Em: DEL RIO, Vicente. Arquitetura: Pesquisa e Projeto. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

GUSFIELD, Joseph. **The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order**. Chicago: Un. of Chicago Press, 1981.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História.** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HERZOG, Lawrence A. "The Political Economy of a Global Suburb in Rio de Janeiro, Brazil". **Latin American Perspectives**, Issue 189, Vol. 40, n. 2, p. 118-134, 2013.

HIRATA, Daniel; CARDOSO, Bruno. Coordenação como técnica de governo. **Horizontes Antropológicos**, 22/46, p. 97-130, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KHAN, Shamus. The Sociology of Elites. **Annual Review of Sociology**. 2012. 38:361–77, 2012.

KOSTENWEIN, David. Between walls and fences: How different types of gated communities shape the streets around them. **Urban Studies,** 58(16), 2021. https://doi.org/10.1177/0042098020984320. Acesso em 10 de abril de 2025.

KUSCHNIR, Karina. **Política e mediação cultural: um estudo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**, 13(24), 227-250. 1999. Retrieved from hps://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/arcle/view/2100.

LAMONT, Michele. **Money, morals, and manners: the culture of the French and American upper-middle class**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

LARKIN, Brian. "The Politics and Poetics of Infrastructure". **The Annual Review of Anthropology**. Vol. 42, Pp. 327-343, 2013.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1979.

LIMA, Diana. Ethos "emergente": as pessoas, as palavras e as coisas. **Horizontes Antropológicos**, ano 13, n. 28, p. 175-202, 2007. https://doi.org/10.1590/S0104-71832007000200008. Acesso em 12 de março de 2024.

LINDNER, Christoph; MEISSNER, Miriam (eds). **The Routledge Companion to urban imaginaries**. London: Routledge, 2018.

LI, Tania Murray. 'Compromising Power: Development, Culture and Rule in Indonesia', **Cultural Anthropology** 14(3): 295–322, 1999.

LOGAN, John. R; SCHNEIDER, Mark. Racial segregation and racial change in American suburbs, 1970–1980. **American Journal of Sociology**, 89(4), 874–888, 1984.

LOW, Setha. The Edge and the Center: Gated Communities and the Discourse of Urban Fear. **American Anthropologist**, 103(1), 45-58, 2001.

LOW, Setha. **Behind the gates: Life, security, and the pursuit of happiness in Fortress America**. New York: Routledge, 2003.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. "Violência urbana, segurança pública e favelas: O caso do Rio de Janeiro atual". **Caderno CRH**, Vol. 23, n. 59, pp. 283-300, 2010.

MAGALHÃES CORRÊA, Armando. **O sertão carioca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v.17, N.49, São Paulo, junho 2002.

MARCELIN, Louis Herns. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. **Mana. Estudos de Antropologia Social**, 5(2), 1999.

MARTINS, José de Soouza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2. ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Contexto, 2008. 176 p.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. v. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MEAD, George H. **Mind, Self, and Society**. Chicago , IL : University of Chicago Press. 1962

MENEZES, Palloma Valle. **Entre o fogo cruzado e o campo minado: uma etnografia do processo de pacificação de favelas cariocas.** 2015. 467 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MENEZES, Palloma. **Entre o fogo cruzado e o campo minado: a "pacificação" das favelas cariocas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2023.

MELLO, M. A. S. **Selva de Pedra: apropriações e reapropriações dos espaços públicos de uso coletivo no Rio de Janeiro**. In: ESTERCI, N.; FRY, P.; GOLDENBERG, M. (Org.). Fazendo Antropologia no Brasil. 01ed. Rio de Janeiro: DP&A, v. 01, 2001. p. 205-228

MELLO, M.A.S.; VOGEL, A. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 4ª ed. Niterói: Eduff, 2017.

MILLS, Wright C. **A imaginação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MOSSE, David. **Cultivating Development: An Ethnography of Aid Policy and Practice**. Pluto Press. 2005. https://doi.org/10.2307/j.ctt18fs4st

MOSSE, David. "Knowledge as Relational: Reflections on Knowledge in International Development." **Forum for Development Studies** 41 (3): 513–23. 2014. doi:10.1080/08039410.2014.959379.

MOTTA, Eugênia. Houses and economy in the favelas. **Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology**, 11 (1), pp. 118 -158, 2014.

NADER, Laura. **"Up the Anthropologist: Perspectives gained from studying up"**. In: HYMES, Dell. Reinventing Anthropology. New York: Pantheon Books, 1972.

NERI, Marcelo C. **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

O'DONNELL, Julia. **A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2010. pp. 15-26.

PATERMAN, Rachel. Construindo a paisagem: arquitetura, meio ambiente e poder em um Rio de Janeiro em expansão. **Interseções [Rio de Janeiro].** v. 22 n. 3, p. 362-387, dez. 2020. DOI: 10.12957/irei.2020.56788. Acesso em: 20 de março de 2025.

PATRÍCIO, Luciane. **Falar, ouvir, escutar e responder**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. **"Vivendo entre muros: o sonho da aldeia"**. In: VELHO e KUSCHNIR (Orgs). Pesquisas Urbanas. Desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. pp. 43-54.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. Condomínios e Gated Communities: por uma antropologia das novas composições urbanas. **Anuário Antropológico**, II | 2010.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. **Condomínios no Brasil Central: Expansão urbana e antropologia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina; JANUZZI, Vinicius Prado. Brasília classificada: novos espaços de classe média na capital federal. **Tempo Social**. São Paulo , v. 31, n. 1, p. 113-134, abr. 2019. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.151261.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, São Paulo, Brasil, v. 2, p. 1–12, 2008. DOI: 10.4000/pontourbe.1890. Disponível em: https://revistas.usp.br/pontourbe/article/view/217940. Acesso em: 29 ago. 2025.

PETRELLA, Guilherme Moreira. Renda Imobiliária e propriedade: Estrutura da renovação urbana. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 3, p. 1777–1804, 1 jul. 2021. Disponível em https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/49986. Acesso em: 18 de março de 2025.

PILO, Francesca. Material Politics: Utility Documents, Claims-Making and Construction of the "Deserving Citizen" in Rio de Janeiro. **City and Society** 32(1): 71–92, 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: formação e sentido**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, Hoje: leitura da experiência urbana. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, Set./Dez. 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora UnB, 2008.

ROITMAN, Sonia. Distinción social y hábitat residencial en América Latina. **Revista INVI**, Santiago, v. 26, n. 73, p. 17-71, nov. 2011

SÁNCHEZ, Natália. **A invenção da Barra da Tijuca: a anticidade carioca**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Condomínios exclusivos; o que diria a respeito um arqueólogo?** Rio de Janeiro, 1981.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Sementes Urbanas 1**. Niterói: Eduff, 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2012.

SCALON, Celi; BOTELHO, André; MELLO, João. **Essa tal classe média**. Rio de Janeiro: BVPS Coleção, 2025.

SCOTT, James. Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts. New Haven, CT: Yale University Press, 1990.

SHORE, Cris; WRIGHT, Susan. **Anthropology of Policy: Critical Perspectives on Governance and Policy**. New York: Psychology Press, 1997.

SILVA, Leonardo Fireman de Castro. **Sobre os simulacros urbanos e a percepção da cidade, um estudo de caso.** 198 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do

Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SIMMEL, Georg. "A Ponte e a Porta". In: **Política & Trabalho**. João Pessoa: PPGS/UFPB, n° 12, anual. (trad.Simone Carneiro Maldonado). 1996.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. São Paulo, LeYa, 2017.

SWYNGEDOUW, Erik. **Social power and the urbanization of water: Flows of power**. Oxford University Press, 2004.

TEIXEIRA ALVES, Rodolfo. **Entre o presente e o passado, o "futuro": o processo de urbanização da Barra da Tijuca (RJ)**. Rio de Janeiro, 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia – com concentração em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

VELHO, Gilberto. **A Utopia Urbana: um estudo de antropologia socia**l. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1973.

VESSELINOV, Elena; LE GOIX, Renaud. From Picket Fences to Iron Gates: Suburbanization and Gated Communities in Phoenix, Las Vegas and Seattle. **GeoJournal**, 77. 2012.

VIANNA, Oliveira. P**opulações Meridionais do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

VINCENT, Guy. **Recherches sur la socialisation démocratique**. Lyon: Press Universitaire de Lyon, 2004.

VON SCHNITLZER, Anitta. **Democracy's infrastructure: techno-politics and protest after apartheid**. Princeton, Princeton University Press, 2016.